

UNIVERSIDADE PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANTONIO ROBERTO ROSSI

MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma abordagem semiótica
das postagens do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
no Facebook (2014 – 2023)

SÃO PAULO
2025

ANTONIO ROBERTO ROSSI

MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma abordagem semiótica das
postagens do ministério do meio ambiente e mudança do clima
no Facebook (2014 – 2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Professora Dra. Barbara Heller.

SÃO PAULO

2025

Rossi, Antonio Roberto.

Meio ambiente e políticas públicas: uma abordagem semiótica das postagens do ministério do meio ambiente e mudança do clima no Facebook (2014-2023) / Antonio Roberto Rossi. - 2025.

247 f. : il. color. + CD-ROM.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2025.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bárbara Heller.

1. Comunicação.
 2. Semiótica.
 3. Mudança climática.
 4. Ministério do Meio Ambiente.
 5. Facebook.
- I. Heller, Bárbara (orientadora). II. Título.

ANTONIO ROBERTO ROSSI

MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma abordagem semiótica das postagens do ministério do meio ambiente e mudança do clima no Facebook (2014 – 2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura Midiática.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

_____, ____ / ____ / ____
Profª. Drª. Bárbara Heller
Universidade Paulista – UNIP

_____, ____ / ____ / ____
Prof. Dr. Paolo Demuru
Universidade Presbiteriana Mackenzie

_____, ____ / ____ / ____
Prof. Dr. André Corrêa da Silva Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

_____, ____ / ____ / ____
Profª Drª Carla Montuori Fernandes
Universidade Paulista – UNIP

Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva
Universidade Paulista – UNIP

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, Leonildo e Alzira, cujo afeto e dedicação me ensinaram a importância de encarar a vida com coragem, amor, honestidade, ética e determinação e que eu procuro transmitir aos meus descendentes. Saudades.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão a todos que, de alguma maneira, colaboraram para que eu superasse este desafio, em especial àqueles cuja presença constante foi essencial ao longo dessa trajetória.

A Deus, que no meu entender, está presente em todo o universo, não importa a sua figuratividade.

À Laura, Luís e Renato, filhos maravilhosos, que me incentivaram, apoiaram e ensinaram a encarar este desafio com coragem e bom humor. E pela paciência de todos para ouvir conversas intermináveis sobre a progressão dos trabalhos com a tese.

À Márcia, pelo incentivo para aceitar mais este desafio. E pela paciência para ouvir conversas intermináveis sobre a tese.

Ao César, Larissa e Tamara, genro e noras incríveis, divertidos e pacientes para ouvir conversas intermináveis sobre a tese.

À Catarina, Clara, Felipe e Alexandre, netinhos divertidos e lindos, que transformam tudo em alegria. Até pensei em falar com eles sobre a tese, mas eles preferiram brincar. Sabedoria infantil.

À Fátima, companheira cheia de energia, que muito me apoiou e incentivou na conclusão do trabalho. Grato pela paciência para ouvir conversas intermináveis sobre a quase, quase finalização da tese.

À Cidinha, irmã querida, que entendeu minha ausência neste período. E, claro, pela paciência para ouvir conversas intermináveis sobre a tese.

Ao meu primeiro orientador, Prof. Dr. Paolo Demuru por ter me apresentado e conduzido pelos caminhos da semiótica, pela orientação inestimável na fase inicial deste projeto e pelas críticas e recomendações fundamentais na banca de qualificação.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Bárbara Heller, por ter me aceitado como orientando, pelas coautorias, ajuda, boa vontade infinita e pelas prescrições seguras e imprescindíveis para organização da tese.

À Prof^a Dr^a Carla Montuori Fernandes, pelo acompanhamento de minha trajetória acadêmica, pelas aulas, seminários e pelas críticas e sugestões fundamentais na banca de qualificação.

À Prof^a Dr^a Malena Segura Contrera, Prof^a Dr^a Isaaf Santos Karhawi, Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva, pelas aulas, seminários e contribuições ao longo do curso.

Aos professores da banca, Prof^a Dr^a Bárbara Heller (Universidade Paulista), Prof. Dr. Paolo Demuru (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Prof. Dr. André Corrêa da Silva Araújo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Prof^a Dr^a Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista) e Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva (Universidade Paulista) e suplentes, Prof. Dr. João Batista Freitas Cardoso (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Profa. Dra. Claudia Nonato (Universidade Paulista) por dedicarem seu tempo à leitura e crítica ao meu trabalho.

À querida colega Maria Estela Silva Andrade, pela troca de experiências e pelo trabalho em coautoria.

Aos colegas de curso, pelo compartilhamento de conhecimentos, troca de experiências e parceria nesta trajetória.

À Janete Monteiro Garcia, pelo compartilhamento de experiências e incentivo em minha trajetória acadêmica.

À Cristine Gleria Vecchi pela amizade, conhecimento, estímulo e, claro, pela revisão deste trabalho.

Ao querido amigo Elvis Wanderley dos Santos, pela ajuda inestimável durante o período de estágio.

À Christina Rodrigues, Patrick Costa, Guilherme Medeiros e todos da Secretaria pelo seu apoio, gentileza e profissionalismo.

Ao CPS/PUC, particularmente a Prof^a Dr^a Ana Claudia de Oliveira pelo compartilhamento de conhecimento e experiências que proporcionou.

Ao Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva e à Universidade Paulista – UNIP pela excelente qualidade e estrutura oferecidas durante o curso.

Meu agradecimento especial pelo apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) que financiou este estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Finance Code 001.

O homem vive num mundo significante. Para ele, o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência, como um “sentimento de compreensão” absolutamente natural (Greimas, 1975, p. 12).

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de entender os sentidos de meio ambiente e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC)¹ nas suas relações com a comunidade internacional, considerada como o grupo de 195 países que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e são signatários do Acordo de Paris. Para tanto, nos perguntamos quais os sentidos de meio ambiente e do MMAMC que emergem da sua comunicação relacionada àquela comunidade. Para esta reflexão utilizaremos o arcabouço teórico da semiótica estruturalista francesa de Algirdas Julien Greimas, da sociossemiótica de Eric Landowski e seus seguidores dialogando com autores da ecologia como Jason Moore e Christian Parenti e da comunicação governamental, como Ana Javes Luz, Mariângela Furlan Haswani e Luciana Panke e Carlos D'Andréa e John B. Thompson, da comunicação digital. Para tanto, analisaremos quantitativa e qualitativamente as estruturas enunciativas, atores, papéis temáticos, temas e figuras homologadas, procurando identificar as isotopias e os sentidos de meio ambiente e do MMAMC. Como *corpus*, utilizaremos 611 postagens na página oficial MMAMC do Facebook relacionadas à comunidade internacional entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2023, complementadas por 245 páginas de sites do MMAMC e do Governo Federal. Além disso, foram incluídas 48 postagens complementares, necessárias para a análise das catástrofes ambientais ocorridas em Mariana (2015), Brumadinho (2019) e o derramamento de óleo no litoral da Paraíba, também em 2019. A relevância desta pesquisa está em oferecer uma nova abordagem interdisciplinar para entender os sentidos de meio ambiente e do MMAMC em uma perspectiva histórica de dez anos e quatro governos. As postagens indicam que as publicações buscam modalizar os destinatários para uma transmissão com conteúdos de outros sites que sejam relevantes para a instituição. Revelam ainda uma estrutura actancial que limita a performance do MMAMC. Dessa forma, o avanço nas políticas ambientais – especialmente no controle do desmatamento – depende de decisões políticas. Além disso, evidencia-se o uso das questões ambientais como instrumento de aproximação entre grupos e formação de blocos políticos. O meio ambiente é, simultaneamente, percebido como um valor a ser preservado e como um ativo sujeito à exploração econômica.

Palavras-chave: comunicação; semiótica; mudança climática; Ministério do Meio Ambiente; Facebook.

¹ Substituiremos a sigla MMA por MMAMC para diferenciá-la da sigla homônima, relacionada ao esporte.

ABSTRACT

This research aims to understand the meanings of the environment and the Ministry of Environment and Climate Change (MMAMC) in its relations with the international community, considered as the group of 195 countries that are part of the United Nations (UN) and are signatories of the Paris Agreement. To this end, we ask ourselves what meanings of the environment and the MMAMC emerge from its communication related to that community. For this thoughts, we will use the theoretical framework of the French structuralist semiotics of Algirdas Julien Greimas, the sociosemiotics of Eric Landowski and his followers, dialoguing with authors from ecology such as Jason Moore and Christian Parenti and from government communication, such as Ana Javes Luz, Mariângela Furlan Haswani and Luciana Panke and Carlos D'Andréa and John B. Thompson, from digital communication. To this end, we will analyze quantitatively and qualitatively the enunciative structures, actors, thematic roles, themes and approved figures, seeking to identify the isotopies and meanings of the environment and the MMAMC. As a corpus, we will use 611 posts on the official MMAMC Facebook page related to the international community between January 1, 2014 and December 31, 2023, complemented by 245 pages from MMAMC and Federal Government websites. In addition, 48 complementary posts were included, necessary for the analysis of the environmental catastrophes that occurred in Mariana (2015), Brumadinho (2019) and the oil spill on the coast of Paraíba, also in 2019. The relevance of this research lies in offering a new interdisciplinary approach to understand the meanings of the environment and MMAMC in a historical perspective of ten years and four governments. The posts indicate that the publications seek to modalize recipients for transmediation with content from other websites that are relevant to the institution. They also reveal an actantial structure that limits MMAMC's performance. Thus, progress in environmental policies – especially in controlling deforestation – depends on political decisions. Furthermore, the use of environmental issues as an instrument for bringing groups together and forming political blocs is evident. The environment is simultaneously perceived as a value to be preserved and as an asset subject to economic exploitation.

Keywords: communication; semiotics; climate change; Ministry of the Environment; Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Print de tela de publicação da CNN sobre o papel do Estado nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024.....	22
Figura 2 – Print de tela de noticiário do The New York Times sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em fevereiro de 2024 com foco nos efeitos imediatos do fenômeno	22
Figura 3 – Exemplo de pré-análise das postagens selecionadas.....	31
Figura 4 – Exemplo de discurso nas postagens do MMAMC	38
Figura 5 – Print de publicação sobre a destinação brasileira na COP 21	45
Figura 6 – Exemplo de postagem noticiando a performance e a mudança de estado decorrente da modalização	47
Figura 7 – Postagem sobre elogio de Barack Obama na COP 21	48
Figura 8 – Encontro entre sujeitos representantes dos países do Basic	52
Figura 9 – Izabella Teixeira procura modalizar sindicalistas	54
Figura 10 – O ex-presidente Fernando Collor a bordo de um caça da FAB.....	64
Figura 11 – Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.....	79
Figura 12 – Exemplo de destinação por meio de instruções de uso	104
Figura 13 – Exemplo de destinação por mudanças na plataforma.....	105
Figura 14 – Exemplo de publicação da primeira fase (2014 a 2017)	106
Figura 15 – Postagens no período de 2019 e 2020	107
Figura 16 – Exemplo de publicação do período 2021-2022	108
Figura 17 – Postagens a partir de janeiro de 2023.....	109
Figura 18 – Postagem de outubro de 2023	110
Figura 19 – Exemplo de proposta de diálogo educativo com a sociedade	114
Figura 20 – Postagem sobre liderança.....	115
Figura 21 – Postagem com afirmação de liderança	116
Figura 22 – Postagem mencionando o MMAMC como destinatário e destinador ...	118
Figura 23 – Postagem comparando metas (INDCs) de redução de GEE	119
Figura 24 – Emissões setoriais do Brasil, CO ₂ eq8, de 1990 a 2020	120
Figura 25 – O ex-vice-presidente Al Gore com Izabella Teixeira	122
Figura 26 – Postagem sobre cooperação entre países do Basic	124
Figura 27 – Postagem sobre necessidade de ratificação dos termos do Acordo de Paris	125
Figura 28 – Postagem enunciando recebimento de investimentos do Fundo Amazônia	126
Figura 29 – Assinatura de acordos de conservação florestal	128
Figura 30 – Postagem com objetivação sobre desmatamento.....	129

Figura 31 – Objetivação de performance por meio de dados.....	130
Figura 32 – Postagem sobre conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento	133
Figura 33 – Sanção às políticas de sustentabilidade	135
Figura 34 – Desenvolvimento sustentável como troca de tecnologias	136
Figura 35 – A ministra Izabella Teixeira em mesa ao ar livre com representantes da China.....	139
Figura 35 – A ministra Izabella Teixeira, portando crachá	139
Figura 36 – A ministra Izabella Teixeira em encontro com a diretora do Banco Mundial, Sri Mulyani Indrawati.....	140
Figura 37 – Coordenadora do Ibama fala sobre providências.....	143
Figura 38 – Presidente do Ibama fala sobre providências	144
Figura 42 – Anúncio da entrada em vigor do Acordo de Paris	152
Figura 43 – Espaço Brasil na COP 22.....	153
Figura 44 – Espaço Brasil na COP 22.....	154
Figura 45 – Espaço Brasil na COP 23.....	155
Figura 46 – Postagem com Edson Duarte em reunião sobre créditos de carbono com representantes da indústria, cana-de-açúcar, agricultura e pecuária	157
Figura 47 – Postagem sobre redução de emissões de GEE em 2018.....	159
Figura 48 – Dados sobre desmatamento em unidades de conservação.....	161
Figura 50 – O ministro Sarney em reunião com delegação indígena antes da COP 23	164
Figura 51 – O ministro Sarney em encontro com representante do Greenpeace ...	165
Figura 52 – Sarney Filho em campanha pelo Santuário de Baleias	166
Figura 53 – Postagem de José Sarney Filho com Bill Gates e Emmanuel Macron, em 2017	167
Figura 54 – O ministro Edson Duarte discursa no FIB	168
Figura 55 – Vídeo sobre participação do MMAMC na COP 25	171
Figura 56 – Postagem do ministro Ricardo Salles durante a COP 25	173
Figura 57 – Anúncio de atingimento de metas	174
Figura 58 – Exemplo de postagem mencionando redução do desmatamento no Cerrado	176
Figura 59 – Postagem anunciando os novos sistemas de monitoramento do desmatamento.....	177
Figura 60 – Postagem enunciando para o desmatamento ilegal.....	178
Figura 61 – Criação do mercado de metano	180
Figura 62 – Postagem com vídeo sobre a ação de sustentabilidade da Itaipu Binacional na COP 26	181
Figura 63 – Capturas de telas de vídeo sobre sustentabilidade em Itaipu	182
Figura 64 – Página do programa “Homem e a Biosfera” no site da Unesco	187

Figura 65 – Postagem sobre sustentabilidade durante o governo Bolsonaro	188
Figura 66 – Exemplo de postagem com imagens montadas para simular dialogia.	191
Figura 67 - Exemplo de postagem na gestão de Ricardo Salles.....	191
Figura 68 – Comemoração de Joaquim Leite pela regulamentação dos créditos de carbono durante a COP 27	193
Figura 70 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 1	196
Figura 71 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 2.....	197
Figura 72 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 3.....	197
Figura 73 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 4	198
Figura 74 – Postagens sobre derramamento de óleo no mar 1	199
Figura 75 – Postagens sobre derramamento de óleo no mar 2	200
Figura 76 – Postagens sobre limpeza das praias 3.....	201
Figura 77 – Postagens sobre limpeza das praias.....	202
Figura 78 – Debate sobre Plano de Contingência para Acidentes com Óleo	203
Figura 79 – Postagem do MMAMC sobre o restabelecimento do Fundo Amazônia	205
Figura 80 – Postagem do MMAMC sobre o restabelecimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente	206
Figura 81 – Participação de Marina Silva no Fórum Econômico Mundial	207
Figura 82 – O presidente Lula sanciona o recebimento de doação para o Fundo Amazônia	208
Figura 83 – Apresentação de nova estratégia de transversalidade a representantes dos 19 ministérios	210
Figura 84 – Encontro entre os presidentes Lula, Xi Jinping e respectivas delegações .	211
Figura 85 – Apresentação de dados sobre desmatamento 2023	212
Figura 86 – Postagem sobre a retomada do território Yanomami	215
Figura 87 – Postagem sobre reforço de segurança nas terras Yanomami	216
Figura 88 – Postagem sobre ações de combate ao garimpo nas terras Yanomami	217
Figura 89 – Representantes do Fundo Global para o Meio Ambiente-GEF aprovam aporte de US\$ 80 milhões para projetos ambientais	219
Figura 90 – Marina Silva dialoga com Espen Barth Eide	220
Figura 91 – Quadrado semiótico da oposição entre floresta x desenvolvimento....	226
Figura 92 – Atuações dos governos do período 2014-2023.....	230

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 1 – Isotopias temáticas encontradas no corpus	33
Tabela 1 – Conferências do Clima da UNFCCC (2014-2023).....	87

LISTA DE SIGLAS

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANAMMA	Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BASIC	Grupo composto por Brasil, África do Sul, Índia e China
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CIDES	Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAFLOR	Comissão Nacional de Florestas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CO2Eq	Dióxido de carbono equivalente
COP	Conferência das partes (podem ser do clima, dos oceanos, dos resíduos etc.)
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAB	Força Aérea Brasileira
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FIB	Fórum de Investimentos Brasil
FOLU ²	Alimentação e Uso da Terra
GEE	Gases de efeito estufa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

² Do inglês *Food and Land Use*.

INDC ³	Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC) – Metas propostas por cada país para atingir os objetivos de manutenção da temperatura do planeta. Após apresentação e aprovação, se transformam em NDCs – Contribuições Nacionalmente Determinadas
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPU ⁴	Emissões antrópicas do setor de Processos Industriais e Uso de Produtos
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LULUCF ⁵	Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MMAMC	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
NDC ⁶	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PPCD	Programa de Controle do Desmatamento e Queimadas do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
REDD+	Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal
RL	Áreas de Reserva Legal
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente

³ Do inglês *Intended Nationally Determined Contributions*.

⁴ Do inglês *Industrial Processes and Product Uses*.

⁵ Do inglês *Land Use, Land-Use Change and Forestry*.

⁶ Do inglês *Nationally Determined Contribution*.

STF	Supremo Tribunal Federal
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UNESCO ⁷	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC ⁸	Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF ⁹	Fundo Mundial para a Natureza

⁷ Do inglês *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

⁸ Do inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change*.

⁹ Do inglês *World Wide Fund for Nature*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Estado da arte sobre o tema	26
1.2 Recorte temporal.....	27
1.3 Referencial teórico e metodológico	27
1.4 Estratégia de pesquisa.....	29
1.5 Corpus	30
1.6 Procedimentos analíticos	30
2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	37
2.1 O Percurso Gerativo de Sentido	40
2.2 O Esquema Narrativo Canônico	42
2.3 Os regimes de interação	49
2.4 A verdade, a veridicção e o contrato de veridicção.....	55
2.5 As camuflagens.....	58
2.6 A estesia	59
2.7 Temas, figuras e isotopias	60
2.8 Regimes de presença e formas de popularidade.....	61
3 AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO, HUMANOS E MEIO AMBIENTE	66
3.1 Uma nomenclatura em transição	66
3.2 As desigualdades da questão climática	70
3.3 Humanos e o meio ambiente	71
3.4 Pensando o Antropoceno.....	73
3.5 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	77
3.6 A ONU e a governança ambiental do planeta.....	81
3.7 As conferências do clima e o Acordo de Paris	86
4 O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMAMC).....	90
4.1 Inserção do Brasil no debate ambiental internacional	90
4.2 O meio ambiente e a pós-redemocratização (1985-2013)	92
4.2.1 Governo José Sarney	93
4.2.2 Governo Fernando Collor de Melo.....	94
4.2.3 Governo Itamar Franco.....	96
4.2.4 Governos Fernando Henrique Cardoso I e II	96
4.2.5 Governos Luiz Inácio Lula da Silva I e II.....	97

4.3 A criação e estrutura do Ministério do Meio Ambiente	98
4.4 Verbas e financiamentos.....	99
4.5 A comunicação do MMAMC	99
4.6 O meio digital e a comunicação do MMAMC	101
5 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2014–2016).....	112
5.1 A mudança climática e as Conferências do Clima	113
5.1.1 Democratização da comunicação ambiental	113
5.1.2 A verdade da liderança	115
5.1.3 A estratégia do autoelogio	116
5.1.4 A delegação actancial.....	117
5.1.5 A modalização pela ambição	118
5.1.6 A sanção pelo testemunho	121
5.1.7 Alianças com outros estados-sujeitos.....	124
5.1.8 Modalizações para ratificação	125
5.2 Meio ambiente como objeto de valor	125
5.2.1 A transformação pelo recebimento de recursos	126
5.2.2 A sanção pelos recursos financeiros	127
5.3 Desmatamento: a desvalorização do objeto de valor.....	128
5.3.1 A iteração como objetivação de ser-verdadeiro.....	129
5.3.2 A verdade pelo excesso de informações	130
5.3.3 A verdade da conciliação.....	132
5.4 Sustentabilidade e políticas sociais.....	134
5.4.1 O desenvolvimento sustentável como sanção.....	134
5.5 Sentidos da ministra Izabella Teixeira.....	137
5.6 Considerações sobre o MMAMC na gestão de Dilma Rousseff (2014–2016)	140
5.6.1 Um programa narrativo de base pessoal.....	141
5.6.2 Destinação voltada a uma política desenvolvimentista.....	141
5.6.3 As usinas hidrelétricas do Rio Madeira e Xingu.....	141
5.6.3 Modalizações por intimidação.....	142
5.6.4 A catástrofe ambiental de Mariana	142
6 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (SETEMBRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2018)	146
6.1 A mudança climática e a conferência do clima no governo Temer	147

6.1.1 Sentidos políticos do Acordo de Paris no governo Temer	147
6.1.2 A autoverdade da questão ambiental	151
6.2 Apropriação econômica do meio ambiente	152
6.2.1 O Espaço Brasil	153
6.2.2 A financeirização das emissões de GEE: o mercado de créditos de carbono.....	155
6.3 O desmatamento como desvalorização do objeto de valor.....	158
6.3.1 A estratégia da temporalidade e manipulação de dados	158
6.4 Sustentabilidade e políticas sociais no governo Temer	161
6.4.1 A polissemia como estratégia de regularidade	161
6.5 Regimes de presença	162
6.5.1 Regimes de presença dos ministros José Sarney Filho e Edson Duarte	162
6.5.2 Ministro interino Edson Duarte.....	167
6.6 Algumas considerações – Governo Michel Temer.....	169

7 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2022).....170

7.1 A intimidação pelo passado ambiental.....	171
7.2 Uso de previsões como realidade	174
7.3 Sentidos da manipulação de dados sobre desmatamento.....	175
7.4 O mercado como solução	177
7.5 A estratégia dos negócios ambientais.....	179
7.6 Reflorestamento com sentido de recomposição do objeto de valor	180
7.7 Sustentabilidade e a questão indígena no governo Bolsonaro	187
7.8 Sentidos dos ministros do MMAMC durante o governo Bolsonaro	189
7.8.1 Ministro Ricardo Salles (janeiro de 2019 – junho de 2021)	189
7.8.2 Ministro Joaquim Pereira Leite (junho de 2021 – dezembro de 2022).192	
7.9 Considerações sobre o MMAMC na gestão de Jair Bolsonaro.....	195

8 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (JAN/2023)204

8.1 Sentidos do restabelecimento de estruturas	204
8.2 Sentidos da transversalidade ambiental, econômica e geopolítica	209
8.2.1 Sentidos da transversalidade entre ministérios	210
8.2.2 Sentidos da transversalidade no âmbito internacional.....	211
8.3 Os resultados das políticas de preservação da floresta.....	212
8.4 Sentidos da proteção aos povos originários	214

8.5 Regime de presença da ministra Marina Silva.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS.....	232

1 INTRODUÇÃO

Em 7 de agosto de 2024, os noticiários econômicos dos portais de notícias O Globo (Sorima Neto, 2024) e CNN (Raciunas, 2024) informavam que o grupo *Side Walk*, tradicional do setor de vestuário, entrou com um pedido de recuperação judicial. Seria apenas mais uma empresa em dificuldades, mas no seu pleito, a loja alegou, entre outros motivos, a mudança do clima, afirmando que produzia itens adequados ao inverno e o calor contínuo nos últimos anos espantou seus clientes.

Deixando de lado as questões de gestão da empresa, o pedido revela uma das infinitas faces da mudança do clima¹⁰: sua influência na economia, nos empregos, na alimentação, enfim, no cotidiano das pessoas. Esse pequeno evento se soma a muitos outros, muito mais intensos e frequentes, que estão mudando a vida no planeta a ponto de ser metaforizado como uma doença pelo Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres¹¹.

Segundo a Organização das Nações Unidas,

As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. [...]. Essas mudanças podem ser naturais, como por meio de variações no ciclo solar. [...]. Mas, desde 1800, as atividades humanas têm sido o principal impulsionador das mudanças climáticas, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás. [...]. As consequências das mudanças climáticas agora incluem, entre outras, secas intensas, escassez de água, incêndios severos, aumento do nível do mar, inundações, derretimento do gelo polar, tempestades catastróficas e declínio da biodiversidade" (ONU, [s.p; s.d]a).

As mudanças climáticas afetam profundamente diversos aspectos da vida humana, como a agricultura e a produção de alimentos, o acesso e uso da energia, a saúde e a expectativa de vida, os fluxos migratórios, a oferta de empregos, além de influenciar a demografia, a economia, a política e até questões de gênero (Jacobi, et al., 2011). Os mais afetados são os países mais pobres, com maior dificuldade para mitigar suas perdas sociais e econômicas.

¹⁰ As mudanças climáticas decorrem do aumento da temperatura do planeta, principalmente pela emissão de gases de efeito estufa. Estes gases são o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), o ozônio (O₃), hexafluoreto de enxofre (SF₆), hidrofluorcarbonetos (HFC) e perfluorcarbonetos (PFC) (Efeito, 2023).

¹¹ "Humanidade sofre epidemia de calor extremo, alerta ONU". Enunciação de António Guterres, reproduzida no título da edição de 24 de julho de 2014 do portal UOL (HUMANIDADE, 2024).

Por sua vez, os noticiários dos canais de televisão, rádios, jornais, revistas ou da mídia digital, no Brasil e no exterior, como nos exemplos das Figuras 1 e 2, concentram suas coberturas em eventos isolados e acontecimentos pontuais, que garantem maior audiência ao tema e, consequentemente, maior presença e disseminação por meio de discussões políticas, decisões e influência na tomada de decisões políticas (Rodas; DiGiulio; Marques, 2017).

Figura 1 – Print de tela de publicação da CNN sobre o papel do Estado nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024



Fonte: CNN Brasil, 07 mai. 2024, [s.p]. Disponível em: <http://bit.ly/43kXYIp>. Acesso em: 05 mar. 2025.

Figura 2 – Print de tela de noticiário do The New York Times sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em fevereiro de 2024 com foco nos efeitos imediatos do fenômeno



Fonte: The New York Times, 05 fev. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/41CEKGt>. Acesso em: 03 mar. 2025.

Esta forma de noticiar os problemas ambientais resulta em uma regularidade, como definida por Landowski (2014), em que a ocorrência sistemática lhe subtrai o sentido, distancia a percepção, desqualifica a prevenção, dissocia a relação entre o homem e o meio ambiente, omite a origem antrópica dos fenômenos e adia as medidas de mitigação dos seus efeitos.

Para Latour (2020, p. 25), essa crise, que poderia ter sido apenas passageira, se transformou “numa profunda mudança de nossa relação com o mundo” e aqueles que tiveram condições de agir a tempo não o fizeram. Preferiram entender os alertas do planeta como fenômenos extraordinários, incomuns. Quando eles se manifestam sob a forma de catástrofes ambientais, têm sido enunciados pela mídia sob um prisma “catastrófico” ou “inquietante” (Silva, 2007, p. 143) como as que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo: incêndios florestais como os do Chile, Portugal e Pantanal em 2024. No mesmo ano, chuvas torrenciais e enchentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em Pernambuco, desertificação em áreas do Cerrado e Caatinga, variações anômalas de temperatura na região Sudeste, degelos polares, furacões, tornados, invernos rigorosos e verões escaldantes na América do Norte e Europa em 2023 (Mudanças climáticas, 2023), incêndios e enchentes na Califórnia/EUA em 2025 (Califórnia, 2025), são alguns dos fenômenos mais recentes. Entretanto, eles refletem uma tendência crescente, objetivada por Marques (2023) que destaca 7348 ocorrências entre 2000 e 2019, afetando 4,03 bilhões de pessoas, provocando 1,23 milhão de mortes e prejuízos financeiros de US\$ 2,97 trilhões.

Essas catástrofes climáticas são entendidas como provocadas pela natureza ou pelo homem, mas não como questões de Estado, a não ser para atenuar as suas consequências. Para Silva (2007, p. 145), há um “esvaziamento do papel do Estado, que tem a responsabilidade apenas de ditar normas de conduta por meio de leis”. Assim, Estado e meio ambiente ficam dissociados, ocultando a estreita ligação entre ambos.

Parenti (2022, p. 273 e 279) entende que “o Estado capitalista sempre foi uma entidade inherentemente ambiental” e, como tal, é o destinador sobre o território e os valores de uso dos seus recursos naturais. Desta forma, tem competência para modalizar (Greimas, 2014), a relação homem-natureza pela criação e aplicação de dispositivos jurídicos, uso da força ou por meio de investimentos, favorecimentos e benefícios.

Da mesma forma, apenas o Estado, enquanto sujeito, pode estabelecer relações e acordos – ou em termos semióticos que veremos mais adiante – estabelecer contratos verídicos (Greimas; Courtés, 2018) com outros Estados-sujeitos. Consequentemente, como os efeitos dos fenômenos climáticos afetam o planeta como um todo, sua solução passa por disputas de poder entre estados-sujeitos, que chamaremos de *comunidade internacional*, composto pelos 195 países que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e foram signatários do Acordo de Paris¹², para os quais as questões ambientais têm diferentes significados¹³.

Antes, porém, é oportuno entender como o Estado brasileiro define legalmente o meio ambiente e o seu papel enquanto destinador ambiental. Tais definições estão presentes na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. No parágrafo 3º, item I, a lei define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981, [s.p]).

Por outro lado, a mesma lei, em seu artigo 2º, entende que:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico (sic), aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Brasil, 1981, [s.p]).

Este texto é seguido dos princípios e definições relativos a este parágrafo. Estas duas definições – de meio ambiente e da Política Nacional de Meio Ambiente – têm linguagens marcadas pela vaguezza e polissemia, que conferem um caráter utilitário ao meio ambiente, enquanto suporte às atividades socioeconômicas, de segurança e, ainda mais vaga à “dignidade da vida humana”, estas sim, privilegiadas e para as quais convergem os benefícios proporcionados pelo meio ambiente.

No Brasil, o papel temático de formular e implementar políticas públicas ambientais é delegada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC)¹⁴.

¹² Segundo a página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC), o “Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países-partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável” (Brasil, [s.d; s.p]k).

¹³ Número de países mencionados no *corpus*, que variam entre 190 a 195, dependendo da votação.

¹⁴ Substituiremos a sigla oficial MMA por MMAMC para diferenciá-la da sigla homônima, relacionada ao esporte.

Dessa forma, nosso estudo busca entender os sentidos que o Estado brasileiro atribui ao meio ambiente e ao MMAMC como órgão responsável por aquelas políticas, a partir da sua comunicação relacionada à comunidade internacional.

Para atingirmos esse objetivo, percorreremos um caminho que envolve a compreensão de determinados itens, com o intuito de responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais os sentidos de meio ambiente e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que emergem da sua comunicação relacionada à comunidade internacional?

Para esta reflexão, utilizaremos o arcabouço teórico da semiótica estruturalista de Algirdas Julien Greimas (1973, 1975, 1979, 2002, 2014, 2018), da sociossemiótica de Eric Landowski (2002, 2017) e seus seguidores dialogando com autores da ecologia como Bruno Latour (2019, 2020), Jason Moore (2022), Luiz Marques (2023) e Christian Parenti (2022), da comunicação governamental, como Ana Javes Luz (2017), Mariângela Furlan Haswani (2006) e Luciana Panke (2024) e da comunicação digital como Carlos D'Andrea (2020) e John B. Thompson (2018).

Neste percurso, analisaremos as estruturas enunciativas, atores, papéis temáticos, temas e figuras homologadas, procurando identificar as isotopias e os sentidos do MMAMC enquanto entidade responsável pela política ambiental brasileira e sua atuação diante dos desafios da emergência climática.

Como *corpus*, utilizaremos as postagens do MMAMC relacionadas à comunidade internacional na página oficial da entidade no Facebook, entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2023, totalizando 611 publicações, complementadas por 245 páginas de sites do MMAMC e do Governo Federal. Posteriormente, foram incluídas mais 48 postagens complementares, fundamentais para a análise das catástrofes ambientais ocorridas em Mariana (2015), Brumadinho (2019) e do derramamento de óleo no litoral brasileiro, também em 2019.

O uso do Facebook se justifica por ser uma rede social que conecta usuários globalmente por meio de perfis pessoais e profissionais, sendo a plataforma onde o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC) possui o maior número de seguidores (551.000)¹⁵. Assim, suas publicações e conteúdos complementares

¹⁵ Em abril de 2023, o número de seguidores dos perfis do (MMAMC) nas redes sociais era o seguinte: 551.000 no Facebook, 29.700 no YouTube, 258.000 no Instagram e 275.100 no X (antigo Twitter). O MMAMC não indicava presença no TikTok ou em outras redes sociais, com exceção do Flickr.

oferecem subsídios para identificar os sentidos que respondem à nossa pergunta de pesquisa.

Para aprofundar a análise, utilizamos um corpus complementar composto pelas páginas de sites mencionadas nas postagens, sempre que seus títulos ou links permitiram a localização. O processo detalhado de seleção desse corpus é apresentado no tópico referente à metodologia, e as referências de cada postagem, assim como das páginas dos sites, estão disponíveis no Apêndice 1, acessível em: <https://bit.ly/3SMuh6y>.

A relevância desta pesquisa está em oferecer, a partir da lente proporcionada pela semiótica greimasiana, a originalidade de uma nova perspectiva para entender os sentidos de meio ambiente e do MMAMC nas suas relações com a comunidade internacional. Da mesma forma, permite compreender estas mudanças de sentido em uma perspectiva histórica, abrangendo um período dez anos, três governos federais e o início de um quarto¹⁶, marcados por objetivos ambientais, políticos e econômicos distintos.

Esta tese é constituída por oito capítulos que abordam os seguintes aspectos:

O primeiro, introdutório, relata a construção do trabalho em seus aspectos teóricos e forma de organização. O segundo apresenta os fundamentos teóricos que embasam as análises realizadas, permitindo a construção das respostas às nossas perguntas de pesquisa. O terceiro capítulo contém uma contextualização necessária à compreensão das análises do *corpus*, dada a amplitude e as múltiplas faces relacionadas aos temas ambientais. O quarto capítulo aborda o surgimento do MMAMC e sua inserção no debate internacional. Do quinto ao oitavo capítulos, analisamos como as questões ambientais emergem nos quatro períodos de governo compreendidos pelo *corpus*: o de Dilma Rousseff, de Michel Temer, de Jair Bolsonaro e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Finalizando, são apresentadas nossas considerações e recomendações a partir das informações que emergiram da análise.

1.1 Estado da arte sobre o tema

Para verificarmos a produção bibliográfica, utilizamos as palavras-chave que consideramos pertinentes ao tema e a pergunta de pesquisa: “MMA”; “Ministério do

¹⁶ Dois mandatos de Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/08/2016), Michel Temer (31/08/2016 a 01/01/2019), Jair Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (início em 2023).

Meio Ambiente”; “meio ambiente”; “ambientalismo”; “sustentabilidade”; “ecologia”; “natureza”; “clima”; “efeito estufa”; “aquecimento global”; “mudança do clima” e “emergência climática”.

Vale salientar que alguns termos como “efeito estufa”, “aquecimento global”, “mudança do clima” e “emergência climática” passaram a definir gradações de um fenômeno que se acentuou ao longo do período analisado e que será abordado no decorrer deste trabalho.

Foram pesquisados artigos acadêmicos publicados nos últimos dez anos, nas áreas de Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Ecologia e Geografia, e nos repositórios de pesquisas dos Bancos de Teses da Capes/Plataforma Sucupira, USP, PUC, Google Scholar, anais de congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação Política (Compolítica) e Scielo. Buscamos, ainda, publicações de entidades que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU), do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores (Fundação Alexandre de Gusmão) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essas buscas retornaram trabalhos que apresentam diferentes temáticas, abordagens metodológicas e referenciais teóricos não diretamente relacionados com os objetivos e pergunta desta pesquisa, mas que constituem subsídios importantes para o seu desenvolvimento. Consultamos, ainda, artigos, livros e relatórios relacionados ao tema, incluindo publicações do MMAMC, Senado Federal, Ministério das Relações Exteriores e ONU.

1.2 Recorte temporal

Compreende o período entre 01 de janeiro de 2014, quando o MMAMC iniciou suas postagens regulares no Facebook, e 31 de dezembro de 2023, final do primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Entendemos que um período de longa duração permite analisar as variações de sentidos entre políticas públicas de uma longa temporalidade e sob diferentes destinadores.

1.3 Referencial teórico e metodológico

Para esta análise, utilizamos o ferramental da semiótica discursiva de linha francesa de Algirdas Julien Greimas (1973, 1975, 1993, 2002, 2014 e 2018) e da

sociossemiótica de Eric Landowski (2002, 2014, 2017) e seguidores, a partir dos quais procuramos identificar as estratégias discursivas utilizadas pelo MMAMC e os processos interacionais que delas decorrem.

Da obra de Greimas selecionamos:

Semântica Estrutural (1973), na qual Greimas atribui importância fundamental à significação ao afirmar que “o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação” (Greimas, 1973 p. 11) e estabelece os fundamentos metodológicos e científicos para estudo dos processos de significação e do Percurso Gerativo de Sentido.

Sobre o Sentido I (1975), na qual Greimas aborda os processos semióticos das manifestações plásticas, as estruturas modais, funções narrativas e actanciais.

Da Imperfeição (2002), na qual Greimas tece reflexões sobre o sensível e a estesia.

Sobre o Sentido II (2014) em que comparecem reflexões sobre o Percurso Gerativo de Sentido, Esquema Gerativo Canônico, construção de objetos de valor, narrativas e programas narrativos, estesia, saber e crenças, modalização, o contrato de verificação, actantes, atores, figuras.

Dicionário e Semiótica (2018) com J. Courtés, que contém verbetes e “hipertextos” com os principais conceitos da semiótica greimasiana.

E da obra de Eric Landowski:

A Sociedade Refletida (1992), que possui reflexões do autor sobre a opinião pública, a encenação na política, o “público” e o “privado” o “ver” e “ser visto” na política, simulacros e formas de interação entre o político e a sociedade.

Presenças do Outro (2002) em que o autor analisa os sentidos construídos em ato, como os significados da presença e da ausência na política, os estranhamentos, formas de alteridade, assimilação, exclusão e espaços do outro.

Interações Arriscadas (2014) em que Landowski entende a narratividade como um sistema baseado no risco e o revela por meio de quatro modelos, fundamentados nas oposições entre continuidade e descontinuidade e entre a necessidade x possibilidade, dos quais resultam quatro regimes de interação: a programação, o acidente, o ajustamento e a manipulação.

Em diálogo com a abordagem semiótica, recorreremos também a autores da área da ecologia, como Jason Moore (2022), Christian Parenti (2022) e Bruno Latour

(2020), para aprofundar as discussões sobre o Antropoceno, o Capitaloceno e o papel do Estado na formulação de políticas ambientais.

De Jason Moore e Christian Parenti utilizaremos capítulos que fazem parte do livro *Antropoceno ou Capitaloceno? – Natureza, história e a crise do capitalismo* (2022). Nele, Jason Moore analisa as condições histórico-econômicas que estão relacionadas ao conceito de Antropoceno e convergem para a ideia de exploração da natureza e do trabalho baratos como elementos básicos que permitiram a acumulação capitalista. Christian Parenti, por sua vez, avança nessa discussão, retratando o papel do Estado capitalista na construção das condições que permitem a acumulação.

Em *Diante de Gaia – Oito Conferências sobre a natureza no Antropoceno* (2020), Bruno Latour traz reflexões sobre a forma continuada e crescente de exploração da natureza e suas consequências.

De *O Decênio Decisivo* (2023) do Prof. Dr. Luiz Marques, utilizaremos análises, previsões e dados fundamentais sobre a progressão histórica de atividades potencialmente danosas ao meio ambiente.

Para compreensão dos discursos dos principais destinadores do MMAMC, o diálogo epistemológico deste trabalho foi complementado com as obras de autores da área de linguística como José Luiz Fiorin (2001, 2011), da comunicação governamental como Ana Javes Luz (2017), Mariângela Furlan Haswani (2006) e Luciana Panke (2024). E de Carlos D’Andrea (2020) e John B. Thompson (2018) para compreendermos o uso do Facebook na comunicação governamental e suas *affordances*, modalizações da plataforma que poderiam alterar os sentidos da comunicação do MMAMC.

1.4 Estratégia de pesquisa

Adotaremos como estratégia a realização de uma pesquisa quantitativa, seguida de uma análise qualitativa interpretativa, baseada na semiótica greimasiana, aplicada a um *corpus* composto por postagens do MMAMC no Facebook, conforme descrito no item 1.5. Essa estratégia se justifica por possibilitar uma análise do *corpus* alinhada aos objetivos e à pergunta da pesquisa.

1.5 *Corpus*

Nosso *corpus* foi selecionado em duas etapas de análise. Na primeira, foram selecionadas 7392 publicações na página¹⁷ oficial do MMAMC no Facebook (<https://www.facebook.com/ministeriomeioambiente>) para avaliação da sua pertinência em relação aos objetivos e à pergunta de pesquisa, sendo determinante que refletissem atividades do MMAMC relacionadas à comunidade internacional, como definido anteriormente.

Na segunda etapa, a partir da análise descrita anteriormente, foram selecionadas 611 postagens que compõem o *corpus* final, conforme descrito no item 1.6 – Procedimentos analíticos. Para aprofundamento da análise, este *corpus* foi complementado por páginas do site oficial do MMAMC (www.gov.br/mma/pt-br), do Governo Federal (www.gov.br/pt-br) ou de entidades mencionadas nos títulos ou links contidos nas postagens, quando disponíveis. As referências, capturas de tela, análises e consolidação de dados das postagens selecionadas estão disponíveis em pasta aberta por meio do link <https://bit.ly/3SMuh6y>.

1.6 Procedimentos analíticos

A análise do *corpus* inicial foi realizada em cada postagem da página oficial do MMAMC no Facebook, dentro do recorte temporal definido, com base nos elementos discursivos, temáticos e figurativos que apresentassem relação com a pergunta de pesquisa.

Foi determinante que a postagem estivesse relacionada à comunidade internacional, conforme os critérios descritos anteriormente neste trabalho. Também foram incluídas no *corpus* narrativas sobre eventos nacionais ou internacionais realizados em território brasileiro, bem como consultas públicas, votações, reuniões preparatórias e propostas desenvolvidas no Brasil com foco em eventos de alcance internacional.

Foram analisadas a partir de uma abordagem semiótica, um total de 611 postagens que atenderam aos critérios estabelecidos, considerando os aspectos enunciativos, temáticos e figurativos, sempre em relação aos objetivos e à pergunta de pesquisa. Cada postagem foi registrada em uma ficha individual, contendo a

¹⁷ De acordo com o Facebook, perfis são locais para postagens pessoais e páginas, para publicações institucionais, como as do MMAMC (Facebook, [s.p; s.d]).

análise, uma captura de tela e os respectivos links de acesso, conforme exemplificado na Figura 3.

Figura 3 – Exemplo de pré-análise das postagens selecionadas

Corpus
<p> Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  23 de outubro de 2023 · </p> <p> A ministra Marina Silva recebeu nesta segunda-feira (23/10) a nova embaixadora da Alemanha no Brasil, Maisa Bettina Cadenbach.</p> <p>As duas discutiram os preparativos para a 2a Reunião de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha, que será realizada em dezembro, e a COP28, que ocorrerá em Dubai. Brasil e Alemanha têm histórico de cooperação ambiental e climática, com projetos em áreas como florestas, energia, transporte, qualidade urbana e mudança do clima.</p> <p>Marina destacou o apoio do governo alemão com a recente formalização da doação de 35 milhões de euros ao Fundo Amazônia, anunciada em fevereiro deste ano - a primeira parcela de 20 milhões de euros foi repassada no último dia 19.</p>     <p> 160 64 comentário 10 compartilhamentos</p>

ITENS PARA ANÁLISE-ANO: 2023 (as postagens podem não conter todos os itens)		
Sujeito da enunciação	Site: nd	Facebook: MMAMC
Sujeito do enunciado	MMS	
Programa narrativo	De base	COP 28 e outros temas
	De uso	Apresentações pessoais, discussões e preparativos para as Consultas de Alto Nível Brasil-Alemanha, preparativos para a COP 28
Destinador (es)	MMS	
Destinatário (s)	Embaixadora Maisa Betina Cadenbach (EMBC)	
TEMA	Apresentações pessoais, discussões e preparativos para as Consultas de Alto Nível Brasil-Alemanha, preparativos para a COP 28	
FIGURATIVIDADE	Situação de reunião. Marina à cabeceira como destinadora. Leveza e sorrisos gerais. Predominância feminina. Sentidos de espontaneidade. Bandeiras. Mesa de madeira.	
SENTIDOS DA PUBLICAÇÃO	Fazer-saber da cooperação entre Brasil e Alemanha na área ambiental e doação da Alemanha ao Fundo Amazônia, no valor de 35 milhões de euros.	
SENTIDOS DO MMAMC	O MMAMC está restabelecendo os laços de cooperação internacional, interrompidos no governo bolsonaro.	
M.A.O.V.	Para restabelecimento de relações e recebimento de recursos para o Fundo Amazônia.	
REF. SITE	BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Título. Autores ou [S.a.]. Brasília, DF, e/ 2018. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2024.	
REF. FACEBOOK	BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. [S.t; s.a.]. Brasília, 23 out. 2023. Facebook: @ministeriomeioambiente. Disponível em: https://bit.ly/4bLVfSz . Acesso em: 17 jul. 2024.	
OBSERVAÇÕES		
INCLUSÃO		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os resultados foram organizados e agrupados de acordo com suas isotopias temáticas, conforme apresentado no Quadro 1, com base nos seguintes critérios:

- O grupo 1 reúne postagens sobre as Conferências do Clima, especialmente aquelas vinculadas ao Acordo de Paris, no qual o MMAMC desempenhou um papel significativo, como será detalhado no item 5.1;

- O grupo 2 inclui postagens que apresentam uma apropriação econômica do meio ambiente, ou em que este é representado como um bem, dotado de valor sob uma lógica de modalizações financeiras;
- O grupo 3 trata do tema ainda em debate do desmatamento, que se conecta diretamente ao grupo anterior, uma vez que seu controle está ligado às mudanças climáticas e às metas de emissões assumidas pelo Brasil;
- O grupo 4 é composto por postagens relacionadas à sustentabilidade e políticas sociais;
- Já o grupo 5 relaciona postagens com temas relevantes, mas com baixa frequência ou curta duração nas publicações. A escassez de menções sugere que esses assuntos ocupam um lugar de menor relevância para a entidade, contribuindo apenas de forma limitada para a construção dos sentidos de meio ambiente e do papel do MMAMC.

Quadro 1 – Isotopias temáticas encontradas no *corpus*

Nº	ISOTOPIAS	JUSTIFICATIVA	OCORRÊNCIAS ¹⁸	
			NUM	%
1	As mudanças climáticas e as conferências do clima			
	Diminuir emissões de GEE e preservação do meio ambiente como exemplo para objetivar modalizações durante a COP 21, em 2015.	MMAC como co-destinador no processo de modalização dos 195 países que aderiram ao Acordo de Paris	247	23,50
	Preparo para as Conferências do Clima	Durante a gestão de Izabella Teixeira, as Cop foram precedidas por modalizações prévias, para abreviar os contratos veridictórios entre os estados-sujeitos.	103	9,80
	Acordos e alianças formando blocos (BASIC, Lusófonos, Amazônicas)	Alianças políticas entre países com características ou problemas afins facilitam a modalização de países com maior poder econômico.	29	2,76
	Responsabilidade proporcional pelos danos ambientais	Os países que menos poluem são os que mais	14	1,33

¹⁸ O número de ocorrências temáticas (1051) não coincide com o número de postagens (611), já que uma postagem pode conter mais de um tema.

		<p>sofrem com a mudança climática.</p> <p>Partindo desse pressuposto o tema da proporcionalidade pela mitigação dos efeitos da mudança climática tem sido debatido desde a Rio-92.</p>		
		Subtotal 1	393	37,39
2	A apropriação econômica do meio ambiente			
	Apropriação econômica do meio ambiente	Abrange temas em que o uso do meio ambiente e dos ecossistemas são vistos como mercadoria. Fazem parte desse grupo temas como: concessões, cobranças e oportunidades de negócios geradas pelos ecossistemas.	92	8,75
	Meio ambiente como forma de obtenção de recursos internacionais	Obtenção de recursos internacionais para fundos e financiamentos necessários à execução de projetos ambientais.	59	5,61
	Mercado de créditos de carbono	Discursos sobre diminuição do desmatamento ou promoção de reflorestamento como forma de receber créditos de carbono	49	4,67
	Espaço Brasil	Criado em 2008, o Espaço Brasil deveria ser utilizado para debates e negociações sobre políticas ambientais durante a realização das COP, mas mudou de finalidade em determinados momentos.	47	4,47
	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	A biodiversidade enseja diferentes sentidos, com ênfase nas oportunidades e aproveitamento de conhecimentos dos povos originários para a exploração dos ecossistemas	41	3,90
	Energia limpa e energia renovável	Os termos energia "limpa" e "renovável" são empregados como	27	2,57

		sinônimos e camuflam o interesse em expandir setores específicos da economia.		
	Discursos contraditórios do mercado de carbono	A criação de créditos de carbono e sua regulamentação criaram oportunidades de negócios no mercado financeiro, mas não beneficiam o meio ambiente	26	2,47
	Subtotal 2		341	32,44
3	O desmatamento como desvalorização do objeto de valor			
	Discursos e falácia da redução, controle, menores taxas de desmatamento	Discursos dissonantes sobre a preservação ambiental e atingimento das metas de GEE do Acordo de Paris	29	2,76
	Vigilância e controle do desmatamento, controle da criminalidade	O MMAMC tem competência para monitorar o desmatamento, o uso do fogo e os crimes ambientais, e utiliza estas informações para objetivar modalizações internacionais (recursos, REDD+).	26	2,47
	Reflorestamento/diminuição de GEE por reflorestamento	Adjuvante para atingimento das metas do Acordo de Paris	11	1,05
	Subtotal 3		66	6,28
4	A sustentabilidade e as políticas sociais			
	A sustentabilidade como forma de apropriação econômica com baixa emissão de GEE	Utiliza discursos de redução de GEE e preservação ambiental	50	4,76
	Social	Temas sociais, que fazem parte dos ODS.	13	1,24
	Subtotal 4		63	6,00
5	Outros temas			
5.1	A preservação dos recursos hídricos, da atmosfera e dos oceanos			
	Preservação ambiental de áreas úmidas, parques, preservadas, sítios Ramsar	Importantes pela sua biodiversidade, sua preservação garante objetivação para investimentos financeiros.	19	1,81
	Crise hídrica e combate à desertificação	A gestão do uso da água foi objeto do Fórum Mundial da Água, em	44	4,19

		2018, mas o tema não teve continuidade.		
	Preservação de oceanos e sua biodiversidade	Os oceanos e a sua biodiversidade têm papel fundamental na regulação do meio ambiente em todo o planeta, mas as postagens se concentraram em poucos momentos	33	3,14
	Abandono do uso do mercúrio em processos industriais e descarte de resíduos químicos	O abandono do mercúrio em processos industriais e o descarte de resíduos químicos motivaram eventos e modalizações visando obter recursos para projetos de substituição ou descarte destes elementos	32	3,04
	Proteção da camada de ozônio	A camada de ozônio, que protege a Terra dos raios UV, vêm sendo prejudicada gradativamente pelos HCFCs, produtos químicos utilizados na indústria de refrigeração e espumas.	18	1,71
		Subtotal 5.1	146	13,89
5.2	Temas com poucas postagens			
	Aquisição de tecnologia, agronegócio e sustentabilidade, tratado da Antártida, uso eleitoral do MMAMC e outros temas		42	4,00
		Subtotal 5	42	4,00
	Totais		1051	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Após a identificação e o agrupamento dos principais temas que emergiram das postagens do *corpus*, o capítulo seguinte apresenta o referencial teórico-metodológico utilizado para a análise dessas ocorrências.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A significação é a transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, e o sentido é apenas esta possibilidade de transcodificação (Greimas, 1975, p. 13).

Ao aprofundarmos a leitura do texto de Greimas que introduz este capítulo, observamos que a estrutura da significação se manifesta na comunicação, no ponto em que o plano do conteúdo se encontra com o plano da expressão, fazendo surgir as unidades mínimas do discurso (Greimas, 1973, p. 42).

Assim, sendo o discurso uma manifestação da linguagem e de sua comunicação, podemos validar a significação dos discursos do MMAMC como expressão de conteúdos sobre a sua atuação enquanto entidade. Vejamos como ela acontece no exemplo da Figura 4.

Para Fiorin (2011, p. 75) a finalidade do ato de comunicação é “persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado”. Dessa forma, entendemos que a postagem do exemplo não foge a esta regra: ela revela a intencionalidade de comunicar que o MMAMC, sob a destinação do ministro Sarney Filho, foi bem-sucedido na obtenção de recursos internacionais para o cadastramento ambiental de propriedades rurais (Cadastro Ambiental Rural – CAR).

Figura 4 – Exemplo de discurso nas postagens do MMAMC



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 16 dez. 2016.
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/18bfSzancJ>. Acesso em: 08 abr. 2025.

O texto correspondente, publicado no site do MMAMC, diz:

Acordo destina dez milhões de euros ao CAR. Investimento da Alemanha no país será usado para apoio aos estados, análise dos dados e regularização ambiental no pós-Cadastro. “Fortalecer o CAR é uma forma de estimular o desenvolvimento sustentável do Brasil. Vamos ajudar os estados para que o CAR seja um instrumento de combate ao desmatamento e à ilegalidade”, afirmou o ministro Sarney Filho (BRASIL, 2016, [s.p.]).

Ele apresenta uma *enunciação enunciada*, um “conjunto de marcas identificáveis no texto, que remetem à instância da enunciação” (Fiorin, 2001, p. 36), simulacro de uma *debreagem objetivante*, estrutura que apaga os traços do enunciador e dos demais participantes (Greimas; Courtés, 2018, p. 111).

Esta forma de enunciar faz parte de uma estratégia discursiva que tem o efeito de induzir o *enunciatário* a se concentrar nas evidências apresentadas, que assim, objetivam e produzem um efeito de verdade ao que foi enunciado.

Este efeito é reforçado por uma segunda enunciação atribuída pelo narrador ao *sujeito* Sarney Filho, que desempenha o papel *actancial*¹⁹ de ministro do meio ambiente: nela, o discurso do ministro utiliza uma *debreagem actancial enunciativa*, em que o efeito de verdade é produzido na medida em que o enunciador se apresenta como um “eu”, fiador da verdade enunciada.

Percebemos ainda que do mesmo texto emergem estratégias discursivas que refletem disputas de poder. Elas são evidenciadas por meio de um processo que envolve um fazer persuasivo por parte do ministro, representando o MMAMC, um *actante*²⁰ *destinador*²¹ cuja *competência*²² e *performance*²³ levaram a um fazer interpretativo por parte de um segundo actante, representando a União Europeia, levando a estabelecer um *contrato veridictório*²⁴ entre as respectivas entidades. Por meio deste contrato, foram concedidos recursos para que o MMAMC pudesse desenvolver seu programa de uso – o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um sistema de monitoramento por satélite, necessário para a realização do seu programa de base,

¹⁹ Papel actancial: é definido em função da sua posição no interior do discurso, no caso, o actante sujeito é aquele que é dotado das modalidades de *querer-fazer*, *saber-fazer* ou *poder-fazer*.

²⁰ Actante: é uma função narrativa relativa àquele que [...] “realiza ou sofre o ato, independente de qualquer outra determinação” (Greimas; Courtés, 2018, p. 20).

²¹ Destinador e destinatário: os dois actantes da comunicação (Greimas; Courtés, 2018).

²² Competência: no caso, um saber-fazer, que torna possível o fazer (Greimas; Courtés, 2018, p. 75).

²³ Performance: o termo performance cobre a realização da competência [...] uma transformação que produz um novo “estado de coisas”. (Greimas; Courtés, 2018, p. 363)

²⁴ Contrato veridictório: será visto no decorrer deste capítulo.

ou seja, o controle do uso ambiental do solo em áreas rurais, um objeto de valor²⁵ para ambos os actantes.

Da mesma forma, a imagem que ilustra a postagem contém uma figuratividade que revela uma dimensão *estésica* dos sujeitos, quer pela posição das suas mãos, numa *proxémica*²⁶ que indica se tratar de aplausos, quer pelos sorrisos, que indicam uma sanção à modalização realizada.

Esta e outras estratégias discursivas presentes nas isotopias temáticas que compõem a comunicação do MMAMC no Facebook podem ser analisadas a partir do referencial teórico da semiótica, a fim de identificar como são produzidos os efeitos de sentido tanto de “meio ambiente” quanto da própria entidade. Trata-se de uma instituição responsável pelo planejamento e desenvolvimento das políticas públicas ambientais no Brasil, que se comunica com um sujeito coletivo – a comunidade internacional – conforme discutido na introdução deste trabalho.

Este é o tema do presente capítulo, que tratará dos referenciais teóricos que fundamentaram este estudo: 1) o Percurso Gerativo de Sentido; 2) o Esquema Narrativo Canônico; 3) os Regimes de Interação; 4) a verdade, a veridicção e o Contrato de Veridicção; 5) as camuflagens; 6) a estesia; 7) temas, figuras e isotopias; e 8) os Regimes de Presença, conforme será detalhado a seguir.

2.1 O Percurso Gerativo de Sentido

Para Greimas e Courtés (1979, p. 417) o sentido pode ser entendido como “aquilo que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade” e, portanto, o seu estudo permite identificar os sentidos de meio ambiente e do MMAMC que emergem das suas postagens no Facebook.

O Percurso Gerativo de Sentido é uma teoria que prevê um processo de articulação de componentes na sua geração, segundo o seu modo de produção e de

²⁵ “O termo ‘valor’ é empregado de várias formas, que se determinam uns em relação a outros. Assim, *valor-verdade* é ‘uma organização de valores modais sob a forma de categoria semântica’; *valor-virtual* corresponde ao estado neutro do quadrado semiótico, descriptivo, dos valores investidos; *valor-atualizado* seria o valor virtualizado quando posto em contato com o sujeito; *valor-realizado*, a conjunção do valor em benefício do sujeito transforma o valor atual em valor realizado; *valores-descritivos* é a classe de valores relacionados a objetos consumíveis e entesouráveis, prazeres, ‘estados de alma’ etc. Podem ser *valores subjetivos*, quando ligados ao sujeito e *valores objetivos* quando atribuídos ao sujeito com o auxílio do verbo ‘ter’; *valores-modais*, que indicam intencionalidade, como querer, poder, dever, saber-ser, saber-fazer; *valores de base*, quando indicam o objetivo final a desejado pelo sujeito e *valores de uso*, que são aos meios utilizados para alcançá-los” (Greimas; Courtés, 2018, p. 527).

²⁶ Proxémica: uso do espaço para fins de significação (Greimas; Courtés, 2018, p. 395).

acordo com um percurso que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto (Greimas; Courtés, 2018).

Para Fiorin (2011, p. 20) ele “é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada que mostra como se produz e interpreta o sentido, em um processo que vai do mais simples ao mais complexo”. Cada um destes patamares contém o seu componente sintáxico e semântico. O sintáxico diz respeito a processos e o semântico aos valores.

Assim, o primeiro patamar do percurso é o profundo (ou fundamental), o segundo, o narrativo e o terceiro, o discursivo.

O nível profundo ou fundamental é composto pelas categorias semânticas que estão na base de um texto e os fonológicos e fonemáticos às estruturas de superfície (Greimas; Courtés, 2018, p. 233). As categorias semânticas, por sua vez, estão baseadas em oposições, que para existirem, devem ter um elemento comum e é sobre ele que se traduz uma diferença, uma oposição. Não se deve contrapor elementos que não sejam comuns e, para exemplificar este aspecto, Fiorin (2011) utiliza os termos democracia x comunismo, que não são elementos comuns, já que o primeiro se refere a regime político e, o segundo, a sistema econômico. Poder-se-ia contrapor democracia x ditadura, pois se referem a sistemas políticos, porém, mantém uma relação de contrariedade entre si.

Estes, se forem negados, originarão dois contraditórios, ou subcontrários. Cada subcontrário corresponde um termo oposto, no caso, uma não-democracia e uma não-ditadura, que são contrários entre si e definem-se pela presença e ausência de um traço que o define, no caso democracia x não-democracia. Poderemos ter ainda os termos complexos (a e b), formados por contrários e subcontrários e os neutros, em uma conjunção de não a e não b.

Cada componente da categoria semântica de base ou de nível fundamental é caracterizado por um valor, que pode ser positivo (euforia) ou negativo (disforia), que é determinado pelo próprio texto em que está inserido. Dessa forma, a distinção entre euforia e disforia não resulta das interpretações subjetivas dos leitores, mas do contexto em que aparecem (Fiorin, 2011). Além disso, no nível fundamental, a sintaxe envolve duas operações: a negação e a asserção, que estabelecem as relações: afirmação de a, negação de a, afirmação de b ou; afirmação de b, negação de b, afirmação de a.

No nível narrativo, Fiorin (2011) destaca que nem todos os textos possuem caráter narrativo e que a distinção entre narratividade e narração. Enquanto a narratividade, em sua forma mais simples, envolve uma transformação de conteúdo entre dois estados – um inicial, seguido por uma narrativa mínima, e um estado final –, a narrativa envolve o discurso de um personagem específico, que compreende um estado inicial, uma transformação provocada por sua ação e, por fim, um estado final, resultante daquela transformação.

A narração, por sua vez, trata de estados e transformações associadas a personagens específicos. Sua estrutura sintática se manifesta em dois tipos de enunciados: (a) os enunciados de estado, que estabelecem relações de junção entre um sujeito e um objeto; e (b) os enunciados do fazer, que expressam transformações, indicando a mudança de um estado para outro.

Levando em conta as distinções previamente abordadas entre narratividade e narrativa, observa-se que, no nível Narrativo ou de Superfície do Percurso Gerativo de Sentido, existem duas dimensões fundamentais: a sintaxe narrativa e a semântica narrativa.

Segundo Fiorin (2011), na sintaxe narrativa há dois tipos principais de enunciados. O primeiro são os enunciados de estado, que se caracterizam pela presença do verbo “ser”, responsável por estabelecer relações de junção²⁷ entre um sujeito²⁸ e um objeto. Essas junções podem ter um valor positivo, quando há conjunção, conferindo um valor favorável ao processo, ou negativo, quando ocorre disjunção, fundamentada em um valor desfavorável.

O segundo tipo são os enunciados do fazer, que representam transformações entre um estado inicial e um estado final. Essas mudanças resultam em duas formas narrativas mínimas: a primeira corresponde à privação, enquanto a segunda se refere à resolução dessa privação.

Concluindo, Fiorin (2011) afirma que os textos consistem em narrativas complexas, em que os enunciados relacionados ao *fazer* e ao *ser* são estruturados de forma hierárquica dentro de uma *sequência canônica* que será vista a seguir. Esta sequência é composta por quatro etapas: *manipulação, competência, performance e*

²⁷ A junção designa a relação que une ao sujeito ao objeto. Conjunção e disjunção designam dois termos da categoria junção, que definem no plano sintagmático, como ocorre a relação entre sujeito e objeto, isto é, com a função constitutiva de enunciados de estado (Greimas; Courtés, 2018).

²⁸ Não se deve confundir *sujeito* com *pessoa* e nem *objeto* com *coisa*. Eles são papéis narrativos (Fiorin, 2011).

sanção. A manifestação destes processos nos discursos do MMAMC será explorada no capítulo 6.

2.2 O Esquema Narrativo Canônico

Segundo Greimas e Courtés (2018, p. 179) “utiliza-se o termo *esquema* para designar a representação de um objeto semiótico reduzido às suas propriedades essenciais”.

O Esquema Narrativo Canônico é um modelo para se refletir sobre a narratividade, permitindo reconhecer os trajetos semióticos dos actantes dentro das estruturas semionarrativas de superfície (Greimas; Courtés, 2018). Ele inclui um sujeito que executa uma performance, influenciando seus destinatários por meio de um processo comunicacional, abrangendo as dimensões contratual, performática, para atender ao contrato e sancionadora, necessárias para validar a transformação (Greimas; Courtés, 2018). Esse processo ocorre ao longo de quatro fases: manipulação, competência, performance e sanção, que serão detalhadas a seguir.

A etapa inicial do processo é a da manipulação. Ela exige a formalização de um contrato veridictório e uma modalização que induza o destinatário a um querer-fazer, dever-fazer ou a realizar um fazer-fazer. A manipulação pode ocorrer por meio de estratégias associadas ao sujeito destinador ou ao objeto de valor²⁹. No primeiro caso, pressupõe-se um conhecimento prévio entre os actantes que reconhecem suas competências de poder-querer e algum nível de motivação para que a manipulação aconteça. Neste caso teremos a provação e a sedução.

A provação é a estratégia associada ao sujeito destinador da manipulação. Nessa abordagem, ele lança um desafio ao destinatário, pondo em dúvida sua capacidade de executar a ação. Quando o desafio é superado, a manipulação se encerra, resultando na conjunção do destinador com o objeto de valor por meio do fazer-fazer do destinatário.

Esta estratégia poderá estar ligada, ainda, a um segundo processo, envolvendo o conhecimento prévio do destinatário pelo seu destinador. Neste caso, o que fundamenta a modalização é a *motivação*, uma forma subjetiva, na qual o “destinatário se sente obrigado a atuar conforme a imagem que deseja oferecer (e oferecer-se) de

²⁹ Objeto de valor: “[...] Objeto investido de um valor cuja conjunção [com o sujeito] seja capaz de engrandecer-lhe o ser” (Greimas, 2014, p. 171).

si mesmo” ao seu destinador (Landowski, 2014, p. 26). Neste caso, a modalização não acontece em um sentido horizontal, mediada por um objeto, mas no vertical, motivada por uma hierarquia de conhecimento entre os actantes.

A segunda estratégia ligada ao sujeito destinador da modalização é a *sedução*. Ela ocorre quando o destinador desperta a simpatia e o interesse do destinatário em atender à manipulação por meio de truques sutis, como a adulação e o elogio para que esta seja uma forma de objeto de valor: ao se colocar em conjunção com tal objeto, ele estará aceitando o contrato proposto pelo destinador colocando-o, por sua vez, em conjunção com seu objeto de valor.

No segundo caso, de estratégias ligadas ao objeto, teremos a terceira estratégia, a tentação, ou a promessa, de forma persuasiva, como ocorre com a corrupção, em que o corruptor oferece algo de valor (dinheiro, bens, poder) para que ele execute a manipulação. E a quarta, a intimidação, quando o destinador obriga o destinatário a realizar a manipulação (Landowski, 2014) sob ameaça, chantagem ou uso da força.

Na tentação e na intimidação, segundo o autor, as duas partes têm condições de avaliar os valores e os riscos envolvidos, mas ainda assim, se trata de uma relação contratual entre o manipulador e o manipulado.

Fiorin (2011, p. 30) exemplifica os quatro tipos de manipulação da seguinte forma: Tentação – “Se você comer, ganha um refrigerante”; Intimidação – “Se você não comer, não vai assistir televisão”; Sedução – “Pus essa comida no seu prato, porque você é grande e capaz de comer tudo”; Provocação – “Pus essa comida no seu prato, mas eu sei que, como você é pequeno, não consegue comer o que está aí”.

A segunda fase é a da competência. Ela pode ser entendida como a “capacidade de saber-fazer, que torna possível o fazer” (Greimas; Courtés, 2018). No contexto semiótico, refere-se à aptidão para realizar um programa narrativo, configurando-se como uma competência modal. Essa etapa é responsável por estabelecer o sujeito como actante da narrativa, podendo ser descrita, em termos modais, como uma “organização hierárquica de modalidades” (Greimas; Courtés, 2018, p. 76). Essa organização conduz o sujeito de um estado de comportamento programado para outro, voltado à ação, permitindo a transformação ao dotá-lo de um saber ou poder que possibilita o fazer.

No *corpus* analisado, ela aconteceu, por exemplo, durante a COP 21, quando destinadores do MMAMC tinham um programa narrativo que visava obter compromissos ambientais de diversos países (Figura 5).

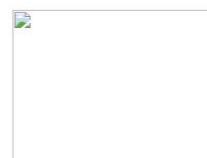
Figura 5 – *Print* de publicação sobre a destinação brasileira na COP 21



Por: Lucas Tolentino, enviado especial a Paris - Editora: Camilla Valadares

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, vai liderar um dos grupos formados com o objetivo de destravar as negociações do novo acordo climático. Diante dos impasses nas negociações, o ministro francês das Relações Exteriores, Laurent Fabius, criou quatro grupos para resolver os pontos polêmicos que estão em discussão na 21ª Conferência das Partes (COP 21), em Paris. A Cúpula, que ocorre até o fim desta semana, tem como missão terminar com um novo pacto mundial de corte de emissões de carbono.

A escolha do Brasil para presidir um dos comitês de facilitação reafirma o papel de destaque do País na agenda climática. "O Brasil é estratégico na Convenção (das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) e extremamente respeitado", afirmou Izabella. A ministra ressaltou a postura proativa da delegação nacional. "O governo francês fez uma progressiva consulta sobre diversos temas e o Brasil também foi facilitador nesse processo", acrescentou.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 06 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/40mHesc>. Acesso em: 28 abr. 2024

O texto da postagem diz:

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, vai liderar um dos grupos formados com o objetivo de destravar as negociações do novo acordo climático. Diante dos impasses nas negociações, o ministro francês das Relações Exteriores, Laurent Fabius, criou quatro grupos para resolver os pontos polêmicos que estão em discussão na 21ª Conferência das Partes (COP 21), em Paris. A Cúpula, que ocorre até o fim desta semana, tem como missão, terminar com um novo pacto mundial de corte de emissões de carbono. A escolha do Brasil para presidir um dos comitês de facilitação reafirma o papel de destaque do País na agenda climática. "O Brasil é estratégico na Convenção (das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) e expressamente respeitado", afirmou Izabella. A ministra ressaltou a postura proativa da delegação nacional. "O governo francês fez uma progressiva consulta sobre diversos temas e o Brasil também foi facilitador neste processo", acrescentou.

Vemos, pelo exemplo, que a competência pode ser originada do saber, da destreza ou da posse de recursos indispensáveis para a execução de um programa narrativo, sendo, portanto, anterior à enunciação. Ela pressupõe um entendimento prévio entre os actantes: o destinador, que possui a intenção e tem ciência das capacidades do destinatário para realizar a modalização desejada; e o destinatário, que precisa reconhecer algum benefício em sua realização. Dessa forma, a comunicação entre os actantes é essencial para que a modalização ocorra (Landowski, 2018).

No exemplo, os destinadores brasileiros tinham competência para propor a modalização, objetivada pelos avanços nos resultados das políticas ambientais do Brasil. Os representantes dos demais países, por sua vez, tinham competência para decidir o aumento das respectivas iNDCs³⁰ em função do conhecimento ou do cargo que possuíam.

A terceira fase é a da performance, etapa para a realização da modalização. Ela diz respeito ao estágio em que a transformação é efetivada por meio da realização da competência, colocando o sujeito em conjunção com o seu objeto de valor. Essa fase representa a concretização de um ato estruturado de forma modal, em que o enunciado do fazer leva a um enunciado que marca uma mudança de estado, ou seja, “uma transformação que produz um ‘novo estado de coisas’” (Greimas; Courtés, 2018, p. 363). Um exemplo disso pode ser visto na sequência da situação anterior (Figura 6), em que o resultado da manipulação é a formalização de um acordo que contribuirá para a redução das emissões de GEE e, por consequência, para a diminuição da temperatura global.

³⁰ Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas (INDC, na sigla em inglês, *Intended Nationally Determined Contributions*).

Figura 6 – Exemplo de postagem noticiando a performance e a mudança de estado decorrente da modalização



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 12 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4iDZ4x6>. Acesso em: 24 abr. 2024.

A postagem tem o seguinte texto:

Após intensa negociação em que o Brasil assumiu papel decisivo na #COP21, a comunidade internacional aprovou o Acordo de Paris com medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C até 2100, com a inclusão dos principais pontos defendidos pelo País no texto final do compromisso.

Ele evidencia que, para ocorrer, a performance exige tanto a competência do sujeito destinador quanto a necessidade de *dever-ser* (ou sua ausência) para que a transformação seja realizada.

Greimas e Courtés (2018, p. 363) identificam ainda, dois tipos de performances com base na natureza dos valores envolvidos: aquelas que visam adquirir valores modais, como a competência para saber-fazer (como no exemplo de processo de modalização durante a COP 21) e aquelas voltadas à obtenção ou geração de valores descritivos, comuns aos programas narrativos.

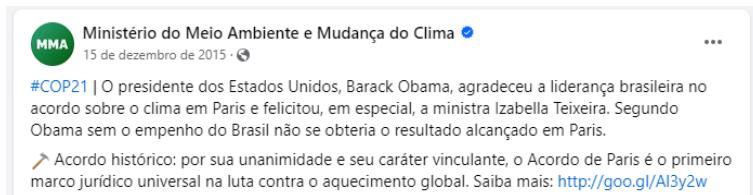
De maneira semelhante, a performance também pode ser vista como parte do percurso narrativo do sujeito, se estiver associada a valores descritivos e o sujeito do fazer e o sujeito de estado se encontram sincreticamente em um único ator.

Já na quarta fase, a sanção, ocorre o julgamento e o reconhecimento da transformação realizada por parte do destinador em decorrência da sua competência e performance anteriores. Segundo Greimas e Courtés (2018), ela pode ter duas dimensões: a pragmática e a cognitiva.

A pragmática refere-se ao juízo do destinador-julgador sobre o programa narrativo do sujeito executado pelo destinatário e sua conformidade em relação ao contrato proposto. Ela se constitui na retribuição dada pelo destinador à consecução da modalização pelo destinatário, sob uma forma positiva, como uma recompensa, ou negativa, sob a forma de punição, que dependendo da sua forma poderá ser chamada de “vingança” ou “justiça”, visando “restabelecer o equilíbrio narrativo” (Greimas; Courtés, 2018, p. 426).

Ainda segundo os autores, na sanção cognitiva o destinador julga o ser do sujeito e os enunciados de estado que dele decorrem e pode se apresentar pelo ponto de vista do destinatário-sujeito, que é reconhecido por ter realizado algo extraordinário. A sanção cognitiva equivale ao reconhecimento do herói, como no exemplo da Figura 7 e quando negativo, refere-se à confusão do vilão (Greimas; Courtés, 2018).

Figura 7 – Postagem sobre elogio de Barack Obama na COP 21



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 15 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/42h8Qje>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Na postagem do exemplo, o texto cita:

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, agradeceu a liderança brasileira no acordo sobre o clima em Paris e felicitou, em especial, a ministra Izabella Teixeira. Segundo Obama, sem o empenho do Brasil não se obteria o resultado alcançado em Paris.

Na narrativa contida na postagem do exemplo percebe-se que a sanção cognitiva, sob a forma de um elogio, se dá de forma direta e indireta. Ela é feita de forma direta por Barack Obama, um presidente, que agradece à presidente Dilma, sua homóloga, pela performance de sua equipe. E particulariza o elogio mencionando a

performance de Izabella Teixeira, ou seja, ele ocorre de forma indireta e não segue uma estrutura linear.

Nesse sentido, Fiorin (2011, p. 32) observa que as quatro fases podem coexistir em um mesmo processo e precisam ser recuperadas por meio de “relações de pressuposições”, como no exemplo apresentado, ou ainda por meio de diversas outras combinações e sobreposições, que precisam ser isoladas e analisadas individualmente.

Fechando este tópico, percebemos que o discurso pode ser decodificado e compreendido por meio dos patamares do Percurso Gerativo de Sentido. Percebemos também que os textos são narrativas complexas e seus enunciados são organizados hierarquicamente a partir do Esquema Narrativo Canônico, um modelo de referência que permite distinguir os percursos narrativos do “sujeito-Performador”, do “Destinatário-manipulador” e do “Destinatário-julgador” (Greimas; Courtés, 2018, p. 333) com suas quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. Veremos no tópico que segue, que os sentidos estão atrelados a diferentes regimes de interação e de risco assumidos.

2.3 Os regimes de interação

Segundo Landowski (2014), viver envolve a necessidade de enfrentar desafios previamente avaliados. A ausência deles tornaria a vida previsível e desprovida de propósito, enquanto a exposição extrema ao risco poderia resultar em uma experiência intensa, porém breve, marcada por prazer e sofrimento. Mesmo quem é cauteloso precisa selecionar quais riscos aceitar, permitindo a construção de uma convivência equilibrada consigo mesmo e com o meio social. Essa decisão se fundamenta em três diferentes lógicas que definem regimes de interação e, consequentemente, de sentido.

A primeira lógica diz respeito a uma relação programada, previsível, baseada em princípios de regularidade e previsibilidade que proporcionam uma existência sem alterações bruscas. A segunda se baseia no princípio da intencionalidade, determinado por manipulações. Landowski (2014) introduz um terceiro regime, fundamentado na sensibilidade, que é o do ajustamento entre os actantes do processo.

Considerando o princípio da regularidade, teríamos uma transformação de mundo pela ação direta do sujeito, um fazer-ser. Landowski (2014) identifica ainda

uma outra forma para que esta ação direta ocorra: quando condicionamentos socioculturais definem práticas rotineiras que se constituem, ao final, em formas de coerção social que tornam previsíveis os comportamentos alheios como se fossem programáveis.

Por outro lado, essa transformação poderia ser da ordem da intencionalidade, quando um sujeito utiliza formas de manipulação para que outro execute a performance desejada, ou seja, leva-o a fazer-fazer a ação para que a transformação aconteça.

Estas lógicas estão inscritas na semiótica narrativa e a elas Landowski (2014) agrega um terceiro regime, baseado na *sensibilidade*, que é o do *ajustamento* entre os actantes envolvidos no processo.

O avanço trazido pelo sistema desenvolvido por Eric Landowski oferece uma importante contribuição ao possibilitar a descrição e a análise das postagens do MMAMC, que apresentam nuances interacionais sutis, marcadas por uma infinidade de pontos, que podem ser exemplificados por meio da elipse, representando essa continuidade ao longo do processo. A seguir, apresentamos os quatro regimes de interação propostos por Landowski (2014).

O primeiro, é o regime da *programação*, baseado na regularidade de eventos cotidianos, de pouco risco e por si só, desinteressantes e monótonos. Ele rege, primeiramente, as atividades de tipo tecnológico presentes quando nos relacionamos com as coisas. Pode reger também as políticas, em organizações sociais do tipo tecnocrático. Segundo Landowski (2014, p. 38) elas estão presentes em sociedades totalitárias de tipo burocrático, “de massas humanas a serviço da máquina de produção” em função de uma segurança que limita ou impede os acidentes ou intercorrências.

Na vida cotidiana, poderia ser aplicado a fatos repetitivos que geram a falta de interesse e um viver mecânico e de pouco sentido. Poderia ser identificado também a partir de um mesmo sistema, no trabalho cartorial, por exemplo, ou em atitudes que revelam um “modo de apreensão do mundo radicalmente determinista” (Landowski, 2014, p. 25) que norteia certas ações cotidianas das pessoas, como repetir itinerários, ou tarefas domésticas. Em última instância, levaria a um fazer mecânico que reduziria os homens a executores de programas, sem competência para alterá-los e à mercê de quem os programou.

O segundo, é o regime do acidente. Ele implica na aleatoriedade que pode decorrer de um fenômeno previsível, porém não programável. Ou, quando remete a uma probabilidade mítica, pela fatalidade, a emergência de um acontecimento fortuito, que quebra a rotina de uma programação.

Para defini-lo, Landowski (2014) parte da descontinuidade, do inesperado, do risco ou do acaso que implica na negação ou na superação de programas previamente estabelecidos. São acontecimentos que não permitem a compreensão ou a previsibilidade e não envolvem o conhecimento prévio dos valores, mas que, em contrapartida, são carregados de sentido. Ele pode assumir um caráter eufórico, quando associado a acontecimentos positivos ou felizes, ou disfórico, quando ligado a situações negativas ou tristes, como, por exemplo, um acidente automobilístico.

No plano ambiental, tem-se observado a predominância de um regime de acidentes, evidenciado por mudanças climáticas que extrapolam os padrões conhecidos ou previstos para determinados fenômenos. Exemplo disso são as chuvas torrenciais e os alagamentos que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024. Situações semelhantes ocorreram com as secas na região Norte, que reduziram significativamente o volume dos rios, afetando o meio ambiente e comprometendo o fornecimento de energia elétrica. Também se destacam as temperaturas atípicas registradas no Sudeste e Centro-Oeste em 2014. Além desses eventos climáticos extremos, há ainda as catástrofes ambientais causadas por ações antrópicas, como o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), bem como o derramamento de petróleo que, em 2019, atingiu mais de 2.000 km de litoral, afetando nove estados do Nordeste e dois do Sudeste.

O terceiro regime é o do ajustamento, baseado em uma lógica de sensibilidade, ou seja, na capacidade de sentir o outro, de co-presença sensível, atribuindo o valor das interações. Ele pode ocorrer consoante duas possibilidades: a primeira entre indivíduos equivalentes, exigindo um conhecimento mútuo dos diferentes modos de sensibilidade entre os actantes; e a segunda, em ajustamentos que resultam de respostas geradas em processos de programação ou manipulação.

No primeiro cenário, o ajustamento ocorre quando há necessidade de entendimento dos diversos modos de sensibilidade entre os envolvidos. Esse processo pode se manifestar de maneira “perceptiva” ou “reativa” (Landowski, 2014, p. 52), de forma que os agentes se reconheçam reciprocamente como seres que atuam a partir de sua própria capacidade de sentir o outro. É o caso de um tipo de

dança em que os parceiros se sentem reciprocamente e adequam sua forma de dançar a partir da percepção de si e do outro, buscando uma “relação mútua” [...] de forma a proporcionar uma interação gratificante, criadora de sentido e de valor (Landowski, 2014, p. 54).

Em nosso *corpus*, o regime do ajustamento ocorre, por exemplo, em uma postagem que enuncia a aproximação entre países com questões ambientais semelhantes, formando um grupo chamado Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), que se uniu para encontrar propostas em comum a serem apresentadas na COP 21 (Figura 8).

Figura 8 – Encontro entre sujeitos representantes dos países do Basic



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 08 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3CgmuZo>. Acesso em: 28 abr. 2024.

No segundo, o ajustamento decorre como resposta a tentativas de programação ou manipulação que impliquem em risco para um dos actantes do processo. Neste caso, o ajustamento não se dá entre iguais, mas sim, entre sujeitos em diferentes situações de poder. Essa forma de interação, por sua vez, se constitui em uma possibilidade de resistência a uma situação de dominação, por meio de ajustamentos sucessivos. Tais sujeitos não necessariamente são pessoas, mas podem ser empresas, governos autoritários e outras situações de dominação e risco para um dos actantes.

O quarto regime é o da manipulação. Ele está fundado no princípio de intencionalidade de tipo estratégico, quando um destinador procura levar seu destinatário a querer ou dever fazer alguma coisa, ou “fazer que o outro queira, ou seja um querer fazer que o conduz ao fazer” (Demuru; Fechine, 2022, p. 57) e agir conforme seus planos, conforme vimos no Percurso Gerativo de Sentido.

Avançando para além do previsto naquele percurso, no regime de interação, o aspecto predominante é a *motivação* subjetiva do indivíduo em sua conexão com o outro. Ela pressupõe reconhecimento mútuo e a atribuição compartilhada entre os actantes envolvidos na modalização. Nesse contexto, ambos possuem a competência do fazer, ou faculdade de fazer, conforme Landowski (2014), o que os leva a atuar de acordo com a imagem que desejam oferecer de si mesmos e as do querer, que os tornam sujeitos na manipulação.

Para tanto, segundo Landowski (2014, p. 32), o sujeito reconhece no outro “uma vontade”, uma disposição para fazer e avalia a melhor forma de agir. Esse reconhecimento não leva em consideração as necessidades do outro, mas apenas as suas motivações para ganhar poder e manipulá-lo com segurança.

No exemplo de regime de manipulação descrito a seguir (Figura 9) temos um sujeito individual – Izabella Teixeira – e um sujeito coletivo representado pelos sindicalistas. Nele, a ministra tem competência modal para propor a adesão dos sindicalistas às propostas ambientais, conhece seus interlocutores e sabe de sua competência para aceitar o contrato proposto e reproduzir a modalização nas entidades que representam.

Esse processo envolve um conhecimento mútuo do outro, para que a manipulação tenha chances de acontecer. Ele não está restrito apenas ao entendimento da proposta, mas suas preferências, sistemas de valores e como responde às propostas que recebe.

Figura 9 – Izabella Teixeira procura modalizar sindicalistas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1FZ1KyCczH/>. Acesso em: 24 jun.2024.

Nessa dinâmica, o destinatário-sindicalista, como sujeito, também tem competências para aceitar e se comprometer com o contrato proposto pelo destinador, adquirindo as competências de poder-fazer ou saber-fazer. Ou, ao contrário, não o aceitar, inviabilizando ou mudando o sentido da manipulação.

Percebemos assim que, por não envolver uma programação prévia e específica, a competência modal aproxima os actantes para a mesa de discussões, já que todo sujeito pode querer, crer ou saber e, em decorrência desta motivação, querer que o outro também queira, creia ou saiba.

Por isso mesmo, esta competência envolve o risco de permitir uma manipulação mútua entre sujeitos, quer pelas suas motivações, quer pelas estratégias envolvidas e pela competência modal entre os interlocutores (Landowski, 2014).

Então, como vimos, o autor propõe que os processos de interação ocorrem por meio de quatro regimes: programação, acidente, ajustamento e manipulação. O regime da programação é baseado na previsibilidade e na regularidade de ações. O

acidente, por sua vez, decorre da aleatoriedade e do inesperado, podendo gerar tanto consequências positivas quanto negativas. Já o regime do ajustamento é fundamentado na sensibilidade entre os actantes do processo. E finalmente, há o regime da manipulação, no qual um sujeito busca influenciar o comportamento do outro de maneira intencional e estratégica. Temos portanto, que os regimes da programação e da manipulação são mediados por uma lógica de objetos de valor, ou de uma constelação da prudência. Já os regimes do acidente e do ajustamento são guiados por uma lógica da união, ou da aventura (Demuru, 2019).

É importante salientar que estes regimes avançam em relação à concepção do quadrado semiótico, na medida em que as passagens entre eles se dão progressivamente, com infinitos pontos representando formas e momentos da interação.

A seguir, veremos a questão da verdade sob o prisma da semiótica.

2.4 A verdade, a veridicção e o contrato de veridicção

A questão da verdade e do seu oposto, a falsidade, é tratada sob infinitas formas, da filosofia à literatura jurídica. Marcondes (2024) assinala que, desde Platão (427-347a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), os filósofos já associavam a verdade a uma relação com a realidade e que, ao final, pode ser diferente desta. Em sua análise, o autor entende a verdade tanto sob uma concepção moral e jurídica – relacionada à honestidade, autenticidade, transparência – quanto sob uma abordagem epistêmica, relacionada ao conhecimento da realidade, uma representação fiel dos fatos.

Umberto Eco (1987), entende que, tanto a verdade quanto a falsidade nem sempre fornecem critérios claros para sua distinção. Mesmo indícios aparentemente óbvios podem conduzir a interpretações equivocadas, o que torna o julgamento dependente do contexto, das evidências disponíveis, da perspectiva adotada e dos interesses envolvidos na avaliação. O mesmo autor afirma ainda que: “Todo termo e todo enunciado introduzem no círculo contextual, vínculos e pressuposições” e acrescenta: “A linguagem é por natureza produtora de sentido segundos ou indiretos” (Eco, 1991, p. 209).

Assim, considerando que a verdade é uma interpretação da realidade moldada por um processo culturalmente estabelecido, ela carrega elementos subjetivos que podem dificultar ou até impossibilitar um julgamento preciso. Além disso, a noção de verdade está vinculada a uma noção de poder, o que mantém sua definição em

permanente disputa. Nesse contexto, a abordagem semiótica apresenta-se como uma referência teórico-metodológica pertinente para a compreensão dessa problemática.

Na perspectiva da semiótica greimasiana, a noção de verdade integra a construção do discurso e seu significado. Dessa forma, a semiótica associa a verdade às condições que possibilitam a apreensão e a produção do sentido (Greimas; Courtés, 1979), tornando-a efeito de um discurso que interpreta e constrói a realidade, influenciado pelo contexto e pela intencionalidade dos atores envolvidos.

Para Greimas (2014, p. 116) a apreensão da realidade se dá de forma gradativa a partir da infância quando ainda não se consegue separá-la da fantasia. Segundo o autor ela é, gradativamente, apreendida consoante um “senso comum” até se constituir em uma forma de entender o mundo a partir de uma possível racionalidade adulta. Neste aprendizado se insere também a questão da verossimilhança, em que a ideia de veracidade pode sofrer mudanças em função do contexto cultural, à concepção do discurso como representação de outra coisa ou das suas condições de produção.

Resta, então, entender como se produz a verdade, a mentira ou o segredo, que podem ser vistos sob o prisma do produtor do discurso ou do receptor, que o aceita ou interpreta.

Assim, segundo Greimas (2014), a ideia de verdade em um discurso deve ser substituída pelo conceito de veridicção. Nesse processo, não importa se o discurso representa uma condição do mundo natural ou uma construção de poder, mas sim que a verdade se estabelece dentro da própria estrutura discursiva que não busca o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro. Dessa forma, na veridicção, a análise se desloca da intencionalidade do produtor do discurso enquanto modalizador, para a instância do destinatário, que valida e atribui sentido ao que é dito (Greimas, 2014).

Assim, na veridicção a adesão do destinatário ocorre apenas se a proposta atender à sua expectativa. Isso significa que a construção de um simulacro de verdade não depende exclusivamente da intencionalidade do sujeito modalizador, mas de sua competência em produzir uma representação capaz de ser percebida como verdadeira pelo destinatário, levando-o a aderir à modalização. É do acordo que emerge desta representação que resulta o sucesso ou fracasso do discurso. E este acordo, segundo Greimas (2014), é o *Contrato de Veridicção*, que prevê uma estrutura

de troca entre dois sujeitos, mediada por um *objeto de valor*³¹. Tal contrato pressupõe que o valor dos valores trocados, ou seja, o *saber-verdadeiro* sobre os *valores-objeto* são conhecidos pelos dois actantes.

Tal negociação é resultado de um fazer cognitivo que envolve, de um lado, um fazer-persuasivo por parte de um sujeito destinador da modalização. E de outro, um fazer-interpretativo inverso, realizado pelo sujeito destinatário do processo. Para ocorrer, ele envolve ainda o conhecimento de um valor fiduciário para um objeto de valor, de interesse para os dois actantes do processo e negociado na veridicção, como afirma Greimas:

Se ao falar de veridicção empregamos o termo contrato, não o fizemos em razão de um sentimento metafórico qualquer, mas pelo fato da comunicação da verdade estar fundada na estrutura de troca que a suporta, pois, por mais elementar que seja a permuta de dois objetos de valor [...], ela pressupõe o conhecimento do valor dos valores trocados, sendo que o “conhecimento do valor” nada mais é que o saber verdadeiro sobre os valores-objeto (Greimas, 2014, p. 124).

O autor determina certas condições para a concretização do contrato de veridicção, sendo a principal a necessidade de uma homogeneidade social que assegure a permanência das marcas de veridicção. Sem essa estabilidade, torna-se inviável o reconhecimento mútuo dos valores compartilhados na troca discursiva. Essas marcas são essenciais para transformar algo previamente oculto – que existe, mas não aparenta ser – em uma verdade reconhecida, estabelecendo os parâmetros de interpretação que conferem credibilidade ao discurso.

No entanto, no mundo contemporâneo, caracterizado pela individualização e pela globalização, os valores são voláteis e dificultam o estabelecimento de um contrato de veridicção. Greimas (2014) aponta que essa instabilidade impede o reconhecimento de valores comuns, gerando uma crise no processo de veridicção, na qual nem mesmo a semiótica consegue se posicionar de maneira clara. Assim, não se espera mais do enunciador que seu discurso seja genuinamente verdadeiro, mas que produza um efeito de sentido de verdade. A partir dessa perspectiva, o autor

³¹ Objeto de valor: *Objeto*, em semiótica, é tudo que é pensado (ou distinto) do ato de pensar ou de perceber e do sujeito que o pensa, ou percebe. Assim, objeto é uma posição formal, que só pode ser conhecido pelas relações que estabelece com outros objetos, entre suas partes ou entre as partes e um conjunto de relações já estabelecidas. Enquanto actantes, os objetos podem receber investimentos de projetos dos sujeitos – os *objetos do fazer* – ou de suas determinações – os *objetos de estado*. O *objeto de valor* é o lugar de investimento de valores ou determinações com as quais o sujeito está em conjunção ou disjunção (Greimas; Courtés, 2018).

destaca que a multiplicidade de discursos, cada um orientado por sua própria lógica de veridicção, contribui para a construção de um cenário de descrença, no qual o discurso se mostra incapaz de revelar uma verdade absoluta.

Diante da concepção de verdade como um efeito de sentido e da fragilidade do contrato de veridicção, resta ao enunciador criar estratégias para que seu destinatário aceite o discurso como verdadeiro (Greimas, 2014). Para isso, ele precisa construir um efeito de verdade que corresponda às expectativas do destinatário, garantindo o sucesso do processo de manipulação. Assim, outros mecanismos discursivos são utilizados para reconstruir o contrato de veridicção e conquistar a adesão do destinatário: as camuflagens, que serão analisadas a seguir.

2.5 As camuflagens

Camuflagens são figuras discursivas que correspondem a uma operação lógica de negação no eixo dos contraditórios das modalidades veridictórias (Greimas; Courtés, 2018) e podem ser subjetivantes ou objetivantes.

A camuflagem subjetivante ocorre dentro de um processo de manipulação em que a verdade se constrói pela conjunção entre o ser e o parecer. Esse mecanismo gera um efeito de sentido em que, para que algo seja reconhecido como verdadeiro, é necessário manter uma aparência de segredo (Greimas, 2014), ou seja, trata-se de algo que efetivamente existe, mas cuja revelação plena não pode acontecer ou deve permanecer oculta.

A camuflagem subjetivante é mais comum em discursos religiosos ou de poder, nos quais um conhecimento místico, oculto ou reservado aos iniciados confere um efeito de verdade a algo secreto e inacessível ao destinatário, aproximando-o do seu objeto de valor. Nesse contexto, o sujeito modalizador se apresenta de maneira clara, mas sua fala, estruturada como um segredo, cria uma ilusão de *ser-verdadeiro*. Ao se posicionar como detentor de um saber supostamente verdadeiro, ele realiza a manipulação. Esse processo se concretiza quando o enunciador assume o papel de “fiador da verdade”, fundamentado em um conhecimento específico ou em sua proximidade com um destinador considerado legítimo, gerando um efeito de ser-verdadeiro. O contrato de veridicção resultante dessa interação instaura um fazer-crer, estabelecendo uma hierarquia de poder entre os actantes e abrindo espaço para outras formas de manipulação.

Já a camuflagem objetivante ocorre quando a manipulação se fundamenta no discurso científico ou de outrem para consolidar sua aparência de verdade. Para alcançar esse efeito, recorre-se a enunciados que parecem ocorrer entre objetos, como afirmações científicas ou amplamente aceitas, projetando-os no discurso de maneira impessoal. Isso elimina ou socializa o sujeito, apagando ao máximo as marcas de enunciação (Greimas, 2014).

Essa estratégia leva o destinatário a aceitar uma verdade estabelecida como incontestável, independentemente de quem a enuncia. Para reforçar essa percepção, o enunciador adota uma postura de distanciamento do problema, sugerindo racionalidade e ausência de emoção. Com isso, tanto o enunciador quanto seu discurso ganham legitimidade e são aceitos como verdadeiros.

2.6 A estesia

Greimas (2002), em sua obra intitulada *Da Imperfeição*, trata do conceito de estesia examinando a transição do inteligível para o sensível, da sensação que atravessa o corpo produzindo o sentido. Segundo o autor, a estesia ocorre quando há um instante de deslumbramento, uma sensação de parada do tempo, gerado por uma ruptura accidental e inesperada na programação da vida, na relação entre um sujeito e seu objeto de valor.

O autor ilustra esse instante ao descrever a rotina de Robinson como um fluxo previsível e repetitivo, semelhante a uma gota d'água que cai incessantemente em uma vasilha. No entanto, quando uma gota hesita e interrompe sua queda, ocorre uma quebra inesperada na regularidade, gerando um silêncio que suspende a percepção do tempo. Esse breve acidente provoca um momento de êxtase e deslumbramento, levando Robinson a um estado de confusão e desequilíbrio, até que sua vida retoma a ordem inicial e retorna à previsibilidade.

Landowski (2017), referindo-se a Greimas em *Da Imperfeição*, destaca que aquele autor inicia uma série de investigações voltadas à busca por “outra forma de interação entre sujeito e objeto”³² (Landowski, 2017, capítulo 2, local 2 de 27 no capítulo), explorando o *estético* ou *estésico* da experiência. Nesse contexto, o autor enfatiza a importância da proximidade, em que o sujeito não apenas conhece o

³² No original: “una serie de investigaciones complementarias conducentes a otra forma mayor del encuentro entre sujeto y objeto”

mundo, mas o experimenta, vivencia. Para o autor, *conhecer e sentir* caminham juntos, e a percepção do mundo ocorre menos pelo conhecimento racional, o *inteligível*, mas pela imediatez da *estesia*, ou seja, pela forma como o mundo é sentido e, a partir disso, ganha significado.

Ao analisar a relação entre o inteligível e o sensível, Landowski propõe que a semiótica deve privilegiar a dimensão sensível da vida – como a estesia, a paixão, o contágio e a experiência vivida. Ele argumenta que nossas interações cotidianas são frequentemente orientadas por uma lógica do *poder-fazer* e do *saber-fazer*, sobrepondo-se a modos de interação mais contemplativos e desinteressados. Essa perspectiva decorre, segundo o autor, de uma visão imediatista, centrada na manipulação e na busca por utilidade, onde as relações são mediadas por objetos de valor com os quais se entra em conjunção ou disjunção, ou seja, uma lógica da *junção*.

2.7 Temas, figuras e isotopias

A análise do nosso *corpus* foi estruturada segundo as isotopias temáticas e figurativas que emergem das postagens do MMAMC ao longo do recorte temporal descrito no item 1.2. Assim, detalharemos esses conceitos a seguir.

Segundo Greimas e Courtés (2018, p. 495), na semântica discursiva o *tema* pode ser definido como “a disseminação, ao longo dos programas e percursos narrativos, dos valores já atualizados [...] pela semântica narrativa”, ou seja, são estruturas que recebem valores semânticos de natureza conceitual e previamente definidos, que organizam, categorizam e ordenam os elementos do mundo natural.

As figuras se referem a uma representação, por meio da linguagem, de elementos que possuem correspondência no mundo natural, como, por exemplo, uma mesa, uma árvore etc.

Para Fiorin (2011, p. 91), a semântica discursiva “concretiza as mudanças de estado do nível narrativo”, cujos esquemas podem vir recobertos com temas ou figuras de forma a concretizá-los ou torná-los mais abstratos. Assim, de acordo com o mesmo autor, “a tematização e a figurativização são dois níveis de concretização do sentido” que não são opostos, mas formam um todo que leva gradualmente do mais concreto ao mais abstrato.

Avançando nesses conceitos, pode-se inferir a existência dos textos figurativos, os quais criam um simulacro de realidade, de forma a representar o mundo. Já os

temáticos, por sua vez, organizam e ordenam a realidade, suas relações e dependências (Fiorin, 2011).

As isotopias referem-se à repetição de ao menos dois semas, unidades mínimas da significação que formam categorias ao longo do discurso, criando um todo homogêneo (Greimas e Courtés, 2018). Os mesmos autores admitem ainda que a isotopia pode ser definida como “a iteratividade de unidades linguísticas (manifestadas ou não) que pertencem quer ao plano da expressão, quer ao do conteúdo, ou mais amplamente, como a recorrência de unidades linguísticas” (Greimas; Courtés, 2018, p. 276). Elas também podem ser:

- Actoriais, quando relativas aos atores do discurso;
- Pluri-isotopias, quando diversas isotopias figurativas correspondem a diversas temáticas;
- Bi-isotopias, quando ocorre uma manifestação conjunta de duas isotopias; e
- Complexas, quando “um e outro termo são suscetíveis de manifestar-se ao longo da cadeia sintagmática” (Greimas; Courtés, 2018, p. 277).

Os autores observam, contudo, que há exceções: nem sempre as isotopias figurativas correspondem diretamente ao plano temático, e uma isotopia profunda (temática) pode estar associada a uma única isotopia de superfície (figurativa). Além disso, em certos casos, diversas isotopias figurativas podem remeter a apenas uma temática.

Evidentemente, os elementos temáticos e figurativos de um discurso estão interligados, contribuindo conjuntamente para a construção de sentido. Com base nesses conceitos, será realizada a análise das postagens do MMAMC, conforme será desenvolvido adiante.

Na sequência, abordaremos os regimes de presença e as formas de popularidade propostos por Eric Landowski (2002), os quais constituem referências teóricas fundamentais para a compreensão dos sentidos atribuídos aos ministros do meio ambiente, como será detalhado nos capítulos analíticos posteriores.

2.8 Regimes de presença e formas de popularidade

Este tópico fundamenta a análise dos destinadores do MMAMC. A partir dele, será possível analisar as isotopias actoriais, ou seja, a recorrência de traços e características que contribuem para a construção dos sentidos atribuídos a cada um

dos ministros do Meio Ambiente, no período de 2014 a 2023 – sujeitos cuja visibilidade pública está diretamente relacionada ao exercício de suas funções.

Para tanto, recorreremos à teoria dos Regimes de Presença e Formas de Popularidade de Eric Landowski (2002). Nele, o autor concebe que a presença pública pode ser considerada analogamente à encenação que ocorre em um teatro e que este se divide espacialmente entre um palco e uma plateia.

Para o autor, nós teatralizamos o mundo para torná-lo inteligível e é nesse espaço – nesse jogo entre quem encena e quem assiste – que a encenação adquire sentido, fazendo com que nos reconheçamos na atuação do outro (Landowski, 2002). Assim, o palco é o lugar de convergência dos olhares e das atenções; é o lugar da representação, da criação de um mundo imaginado e seus limites determinam os da ação que nele se encena. Nele, os atores se fazem ver em cena, cumprindo o seu papel, intervindo no espaço do teatro e revelando uma suposta autenticidade, condições para fazer-crer na sua performance. É o espaço do político e, no nosso caso, dos ministros do meio ambiente.

Em contrapartida, a plateia é o lugar que permanece na penumbra durante a ação dramática. Seus ocupantes anônimos se constituem em um *nós*, espectadores que estão próximos, em conjunção com quem está em representação e se oferece ao interesse do público para compartilhar uma pequena parcela do seu *eu*.

No teatro da política, estas relações podem ser definidas por meio de regimes de presença entre os atores políticos e os espectadores, um sujeito coletivo que chamamos de “sociedade”.

E como se dá essa encenação no palco da cena política, um espaço de visibilidade delimitado institucionalmente? Segundo Landowski (2002), esta encenação se dá por meio de três regimes de presença.

O primeiro deles é aquele em que o político é o *homem de ação*. Nele, o sujeito da ação é um operador que se revela pela eficácia do seu *fazer* e não pelas suas características pessoais. Suas ações são pautadas pelo inteligível, manifestado pelo pragmatismo, dever ou calculismo. Considera a exibição de aspectos da sua vida pessoal desnecessária, mas eventualmente e de forma calculada, pode mostrar o que é ao exibir aspectos pessoais que julgue relevantes para a sua performance (Landowski, 2002).

Para o homem de ação, o discurso vale, acima de tudo, como forma de ação e sua expressão se dá por meio de valores que revelem sua performance autoritária,

como o ato de declarar ou ordenar. Da mesma forma, não procura fazer-crer, mas fazer-fazer.

A racionalidade que fundamenta sua ética política faz com que ele, quando explica suas ações, o faça de forma impessoal, objetivante e transparente.

A esta competência – de fazer-fazer – do homem de ação e sua racionalidade, correspondem competências simétricas da plateia, ou seu público, para avaliar somente estes aspectos de sua performance. Esse tipo de presença pode levá-lo a ser avaliado, admirado e respeitado positivamente por alguns e, inversamente, ser impopular pelo seu rigor e distância em relação à sua plateia (Landowski, 2002).

Ainda para Landowski (2002) existe um segundo tipo, o do *herói mediador*. Ele tem uma ação da ordem do sensível, de forma a criar um ato político que possa ser compartilhado entre aqueles que estão no palco e os da plateia, formando um todo emocional, orgânico e coletivo.

Para tanto, este tipo de político procede a uma mudança no tempo/espaço, presentificando o que estava separado em palco e sala, ator e plateia, neutralizando o que os separa, unindo os que fazem e os que assistem à política. Assim, formam uma massa humana uníssona, passional, que age em sua totalidade, um sujeito coletivo percebido de forma patêmica, catalisada e movido pela sensibilidade.

Para obter essa forma de presença, o político pode remeter à construção de afirmação próxima ao sagrado, o herói convenientemente apagado pela objetividade de sua ação.

Uma segunda forma de conseguir essa presença seria por meio das características de sua pessoa e a ideia que a plateia faz dele, reconhecendo-o como liderança, como chefe, a representação de um Deus possível que, embora homem, é uma totalidade, compartilhada entre todos – ou entre o palco e a plateia. Para isso, ele adota formas de *mediação* que parecem estar unindo o corpo social e o heroísmo, uma forma de encantamento que resulta em um autoconceito coletivo e o poder, derivado de um investimento simbólico, estésico e totalizante. Segundo Landowski (2002), esta é a forma de presença do profeta, do revolucionário, estruturada em um crer-coletivo que une o corpo político à figura do herói.

O tipo seguinte é o da *vedete*. Esta é a forma de presença que surge da criação de uma celebridade, da comunicação, do efêmero e do *marketing*.

Esses atores encontram nos espaços tradicionais, como palco e plateia, limitações para exercer plenamente seu papel. Dessa forma, revelam-se em um

ambiente diferente, assumindo a posição de comunicadores – as vedetes – que estão constantemente atuando diante de um público anônimo e seguindo estratégias de *marketing* para fortalecerem sua projeção política (Landowski, 2002).

Seu encanto reside na imagem que projeta, e seu êxito está vinculado às preferências do momento, que tendem a se transformar com o tempo. Dessa forma, o político-vedete molda sua apresentação de acordo com as estratégias adotadas, desde a expressão facial e postura, da confidência ao dizer-verdadeiro, até a escolha das palavras e tom de sinceridade, mantendo-se em constante encenação de si próprio.

Na política brasileira, um exemplo de político com presença de vedete seria o ex-presidente Fernando Collor. Ele apresentava uma figuratividade identificada com signos de riqueza, como a roupa, as motos aquáticas, os carros de luxo ou passeios em caças da Força Aérea Brasileira (FAB) durante o seu mandato (Figura 10). Tal figuratividade ensejava sentidos de aventura ou heroísmo e enunciados como a “bala de prata” para acabar com o tigre da inflação (Fora do Alvo, 2013) atendendo a uma estratégia manipulatória do político-vedete para fazer-crer que era um presidente diferente, ousado, independente e moderno.

Figura 10 – O ex-presidente Fernando Collor a bordo de um caça da FAB



Fonte: Collor, Fernando. #tbt a bordo de um caça. Maceió, AL, 18 jun. 2020. X: @Collor Disponível em: <https://bit.ly/44bwjU8>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Próximo dos políticos vedetes, de quem se diferencia pela intensidade de suas ações, o bufão é um tipo de político, ou melhor, de antipolítico, que só reconhece os limites de uma presença civilizada para violá-los. Frequentemente faz trocadilhos, é vulgar no exibir o corpo, no vestir, no gesto e sua fala é impertinente e inconveniente de propósito, para chocar e causar constrangimento a todos (Landowski, 2002).

Na sua performance, o bufão desqualifica e ridiculariza os políticos tradicionais de maneira desleal, caso se posicionem contra sua presença, ainda que pertençam ao mesmo meio. O bufão recorre à desinformação, à falsidade e à estesia que provoca para sustentar sua postura pouco civilizada. Ao desestabilizar as regras do jogo político, aproveita-se do caos gerado para fazer-crer e fazer-sentir a ilusão de uma independência sem compromissos, promovendo-se como uma figura inovadora, distinta e autêntica (Landowski, 2002, p. 205).

Esses políticos ganham destaque em períodos de populismo digital, tendo como principais representantes na política brasileira o ex-presidente Jair Bolsonaro e, mais recentemente, o ex-candidato à prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal.

Assim como no teatro preconizado por Landowski (2002), a representação encenada na gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima vem experimentando atores de diversos tipos sob formas de presença que serão analisadas nos capítulos subsequentes.

Uma vez estabelecidos os principais conceitos teóricos que norteiam este trabalho, avançaremos para uma análise dos principais debates sobre as relações entre o Estado, os humanos e o meio ambiente.

3 AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO, HUMANOS E MEIO AMBIENTE

Este capítulo tem como objetivo contextualizar os debates político-ambientais e os sentidos a eles associados, que levaram à criação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como sua atuação no período de 2014 a 2023. Sua inclusão se justifica pelo fato de que a contextualização – ou seja, o que está de fora – reconstrói significativamente e dá sentido ao que está dentro, no caso, ao discurso do MMAMC (Landowski, 2002).

Nele, procuramos entender os conceitos básicos relativos à emergência climática, sua progressão, impacto sobre o planeta e os sentidos que desperta. Também abordamos os debates teóricos envolvendo as relações entre humanos e meio ambiente, o surgimento e discussão do conceito de Antropoceno, que por sua vez deu origem e está presente no de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável e que subjazem a comunicação do MMAMC. Além disso, analisamos o surgimento e presença da ONU como *locus* dos debates ambientais e os sentidos de sua atuação. Por fim, examinamos como todos estes elementos se mesclam no surgimento e atuação do MMAMC de forma a entendermos os sentidos daquele Ministério e de meio ambiente que emergem da sua comunicação.

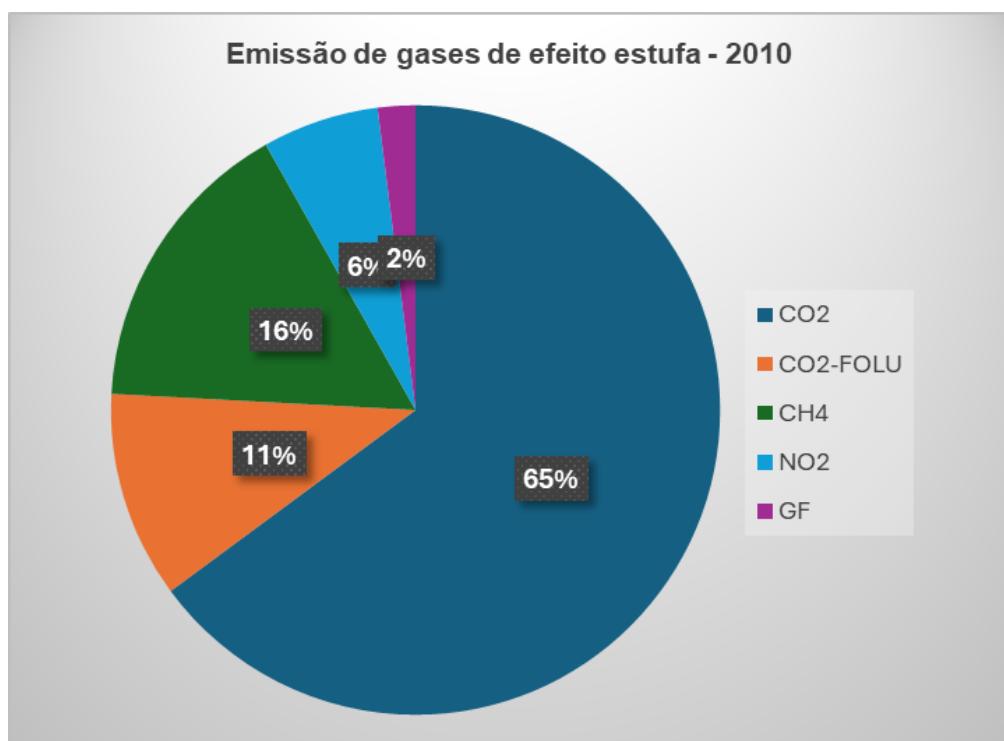
3.1 Uma nomenclatura em transição

Para nos situarmos diante dos fenômenos que estão na origem das principais questões climáticas, apresentaremos a seguir algumas definições básicas sobre gases de efeito estufa, aquecimento global, mudança climática e emergência climática. Embora não nos aprofundemos nesses conceitos, eles são fundamentais para compreender os debates sobre o tema e os discursos produzidos pelo MMAMC. Vejamos os principais.

Os gases de efeito estufa são compostos químicos presentes na atmosfera e que têm a função de proporcionar equilíbrio nas temperaturas do planeta e refletir a radiação solar. Em concentração elevada, porém, aumentam a temperatura da Terra, modificando os demais sistemas. Segundo o Portal de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (Efeito, 2023), estes gases são, principalmente: o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o óxido nitroso (NO_2), o ozônio (O_3), que protege a Terra dos raios ultravioleta (UV), e os gases fluoretados, utilizados em aplicações industriais.

Percebe-se, no Gráfico 1, que as emissões de GEE antropogênicas são compostas por CO₂, causado, principalmente, pela queima de petróleo e pelas atividades agropecuárias, que geram emissões por desmatamento e mudança de uso do solo (FOLU) e pelo metano (CH₄), decorrente da criação extensiva de gado.

Gráfico 1 – Total de emissões antropogênicas de GEE em 2010 (%)³³



Fonte: Unisinos (2022, [s.p]).

O processo de aquecimento global decorre do anterior e se refere à elevação da temperatura média da Terra, geralmente causada pela acumulação de GEE. O relatório Mudança do Clima 2021 – Sumário para Formuladores de Políticas publicado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Brasil, 2021c, p. 9) indica um aumento progressivo na temperatura do planeta. Segundo o World Wildlife Found (WWF), o Brasil é o quarto maior emissor mundial de GEE causado, principalmente, pelo desmatamento.

O agravamento dos processos de aquecimento global levou à mudança climática. Ela é causada, sobretudo, pelo calor concentrado na atmosfera por emissões antrópicas não mitigadas de GEE e do vapor d'água, proveniente da

³³ FOLU, ou *Food and Land Use* (Alimentação e Uso da Terra) – emissões por desmatamento e mudança no uso do solo (agricultura).

radiação solar sobre superfícies líquidas, transformando água em vapor (Conti, 2011, p. 73). Elas provocam alterações de longa duração no sistema climático terrestre e, associada a outros fatores antrópicos, como a urbanização acelerada e o uso de pesticidas, é a principal causa da perda da biodiversidade. Da mesma forma, impacta a saúde humana, a agricultura, a segurança alimentar, o abastecimento de água, produção de energia, biodiversidade e ecossistemas.

A emergência climática refere-se ao agravamento dos problemas decorrentes das mudanças climáticas. Segundo Schuessler (2019), a edição de 20 de novembro de 2019 do jornal *The New York Times* destacou que o Dicionário *Oxford* elegeu “emergência climática” como a palavra do ano. A escolha foi motivada pelo aumento significativo no uso do termo em 2018, identificado pelos editores do dicionário. A reportagem também ressalta que veículos de comunicação de grande relevância, como o *The Guardian*, passaram a adotar expressões como “emergência climática” ou “crise climática” em substituição a “mudança climática”, por entenderem que esses novos termos transmitem uma sensação de urgência maior, necessária para impulsionar ações de mitigação.

Esta progressão evidencia a necessidade de ações urgentes para reverter o processo de aquecimento do planeta e enfrentar as oposições e atitudes negacionistas que persistem em relação ao problema. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em 2020, comparava o enfrentamento do problema ecológico ao do coronavírus ao afirmar que:

Há postura anticientífica por parte de governantes³⁴, bem como irresponsabilidade e individualismo exacerbado de parcelas da sociedade [...] Tanto num como em outro problema, o horizonte longínquo dificulta a tomada de ações. As medidas não parecem necessárias a não ser que uma catástrofe se torne iminente (Fachin, 2020, p. 624).

Ao analisar a falta de ação governamental, o ministro apontava para o distanciamento entre as autoridades e problemas que ocorrerão de forma mais intensa em uma temporalidade indefinida, no futuro. Essa debreagem enunciva temporal tem o sentido de afastar a mitigação dos problemas para um futuro incerto até que ele se transforme em catástrofe, tal como ocorreu no Rio Grande do Sul em 2024, quando a falta de manutenção no sistema de comportas do Rio Guaíba fez com que as cheias

³⁴ Naquele momento, o Presidente da República era Jair Bolsonaro, que negava a gravidade e necessidade de isolamento da população e vacinas cientificamente comprovadas para enfrentar o Coronavírus (nota do autor).

atingissem a região de Porto Alegre, com enormes prejuízos e transtornos para toda a sociedade.

Em consonância com a perspectiva de Fachin, mas em âmbito internacional, Fleury, Miguel e Taddei (2019, p. 25) apontam que a globalização dos fenômenos climáticos e a longa duração de seus efeitos representam obstáculos significativos à implementação de medidas de mitigação. Os autores afirmam que:

O caráter global das mudanças climáticas desafiaria a capacidade das sociedades modernas de refletirem sobre o seu presente e de planejarem com antecedência ações com efeito no longo prazo, levando a um “paradoxo” de inação. Tal paradoxo afirma que, como os perigos levantados pelo aquecimento global não são tangíveis, imediatos ou visíveis no curso da vida cotidiana, independentemente de quão grave eles pareçam ser, muitas pessoas ainda permanecem imóveis e não fazem nada de concreto a seu respeito (Fleury; Miguel; Tadei, 2019, p. 25).

Embora muito se tenha debatido e pouco se tenha feito durante muitos anos, a situação do planeta foi sendo agravada e a preocupação com o que era genericamente discutido como um aquecimento global por emissões de gases de efeito estufa (GEE), evoluiu para a mudança climática e atualmente, para a emergência climática.

É importante observar os sentidos de gravidade e urgência que cada termo ou expressão carrega. No momento em que o mundo começava a tomar consciência de que a emissão de poluentes – especialmente o CO₂ – estava provocando mudanças sistêmicas, as “sociedades modernas”, mencionadas pelos autores (Fleury; Miguel; Tadei, 2019), ainda não acreditavam na possibilidade de agravamento do fenômeno. Falava-se, então, em gases de efeito estufa causando um aquecimento global, mas pouco foi feito. Isso porque o termo “global” remete a algo amplo, distante e externo, o que contribuiu para que o problema fosse percebido como uma preocupação futura ou delegado a outros países ou aos ambientalistas.

Com a intensificação das emissões, tornava-se cada vez mais evidente que alterações no clima estavam em curso, indicando, mais uma vez, a ocorrência de uma mudança climática, pois seus efeitos estavam promovendo insegurança pessoal, alimentar e hídrica. Segmentos daquela mesma “sociedade moderna” acreditam no fenômeno, mas não têm competência modal para fazer-fazer ações de mitigação ou mudanças estruturais para revertê-lo (Greimas, 2014, p. 127).

No Brasil, mesmo com o surgimento de fenômenos climáticos de grande magnitude, como calor escaldante, secas, incêndios, chuvas torrenciais e tempestades, segmentos da sociedade, como representantes do meio acadêmico, ambientalistas, jornalistas e políticos, não apenas *sabem*, mas *sentem* os efeitos e passaram a *crer* na emergência climática. Entretanto, não têm competência modal, para um fazer persuasivo que resulte em um fazer interpretativo de setores da sociedade e governantes que negam tais fenômenos, baseados em uma crença que se estabeleceu sob a negação do saber (Greimas, 2014). Assim, representantes de setores como o agronegócio, automotivo, mineração, imobiliário e governantes, particularmente os ligados a partidos de extrema direita no Brasil e no exterior, ainda negam, negligenciam ou postergam ações estruturais ou de mitigação dos fenômenos climáticos por conveniência pessoal, política ou econômica, mas não por ignorância ou descrença na sua existência, como veremos mais adiante nas análises de cada governo no período de 2014 a 2023.

3.2 As desigualdades da questão climática

A emergência climática atinge com mais intensidade as pessoas mais pobres dos países subdesenvolvidos, sem condições para mitigação, provocando perda de ecossistemas, problemas sociais e econômicos, mudanças demográficas e migrações.

Como exemplo, a página oficial da ONU sobre a emergência climática destaca os impactos sofridos pelo continente africano, que, embora seja responsável por apenas 2% a 3% das emissões globais, enfrenta consequências devastadoras, como a perda de colheitas e de vidas humanas. Ainda de acordo com a Organização, seriam necessários 53 bilhões de dólares por ano, ao longo de 20 anos, para reparar os danos causados por esses efeitos (ONU, [s.d]c).

Se nos aprofundarmos um pouco mais, veremos uma infinidade de problemas causados pelas mudanças climáticas que não se restringem apenas às consequências imediatas do clima, mas aos problemas sociais da sua existência.

Para Tilio Neto (2010) a emergência climática tem potencial para gerar problemas como:

- Degelo das calotas polares que, por sua vez, faz aumentar o nível dos oceanos e traz mudanças nos ventos e regimes pluviométricos, causando temporais, com perdas materiais e de vidas. O inverso acontece em outras regiões ou épocas do

ano, com secas prolongadas e desertificação que afetam a agricultura e os empregos que ela gera;

- Elevação do nível das águas do mar e, consequentemente, a penetração das águas marinhas nos rios costeiros, mangues e lençóis freáticos, alterando as condições de vida nestes locais;
- Altas temperaturas e o clima seco, provocando doenças que atingem sobretudo as populações mais pobres e vulneráveis, como crianças e idosos;
- Favorecimento do crescimento de insetos, vírus e bactérias, transmissores ou causadores de doenças e epidemias;
- O calor, seca, inundações e doenças que podem gerar grandes movimentos migratórios em busca de abrigo, alimentação ou emprego, trazendo aumento das pressões sociais;
- A escassez de terra e água podem levar à supervalorização destes recursos, gerando sobrepreço e lutas pela sua posse, quer no âmbito interno, quer no internacional.
- A ausência de fontes de energia, levando à intensificação do uso de tecnologia nuclear, gerando resíduos radioativos que podem ser convertidos em matéria prima para uso militar;
- Escassez de recursos financeiros para o desenvolvimento de novas tecnologias para mitigação dos efeitos dos problemas ambientais;
- Dominação e apropriação de territórios e recursos pelos países desenvolvidos em relação aos demais pela abundância de recursos financeiros, tecnologia e, em caso extremo, pelo uso da força militar.

Estas são apenas algumas consequências das desigualdades provocadas pela emergência climática, ampliando os efeitos das catástrofes e dificultando a sua mitigação pelos países mais pobres. A seguir, analisaremos os sentidos destes fenômenos na visão dos ambientalistas.

3.3 Humanos e o meio ambiente

A epistemologia sobre temas ambientais é rica em discussões sobre as interações entre humanos e o meio ambiente. Vejamos algumas reflexões sobre esta interação, tal como ela ocorre ou como deveria ser.

Bruno Latour entende que a descoberta de que o “o homem pertence à natureza” (Latour, 2020, p. 33), que está integrado ao mundo natural, conflita com uma

cultura que procura enfatizar que os humanos se diferenciam da natureza, que são os destinadores dela. Assim, esta aproximação é afastada pela ideia de que humanos são seres culturais, em oposição aos demais integrantes do mundo natural. Para o autor, a crise ecológica reflete essa dicotomia e a necessidade de os humanos retornarem à natureza (Latour, 2020, p. 34).

Para Tassinari (2020, p. 257), existe uma oposição na relação entre o homem e o meio ambiente. O autor destaca que socialmente ela é entendida como uma oposição entre “seres” e “coisas”, ou para os antropólogos, entre dois mundos, o “natural”, de primeira ordem que é regido pela causalidade e “o mundo “humano”, de segunda ordem, construído expressamente para escapar ao constrangimento da primeira.³⁵

Analizando a oposição entre estes dois sujeitos, poderíamos entender que nesta dualidade, o mundo natural, que incluiria o meio ambiente, obedeceria a um regime de regularidade, uma sucessão programada de fenômenos que se repetem a partir de causas determinadas. O segundo, o dos humanos, teria a capacidade de sair da programação e entrar em um regime de risco, e com isso, ter competência para ser destinador e modalizar o primeiro. Poderíamos ir além, concluindo que esta modalização implicaria em uma mudança de estado, de disjunção com a regularidade e conjunção com o regime do acidente. Esses acidentes viriam sob a forma das mudanças climáticas que o planeta vivencia.

Outros autores entendem que a solução para o planeta depende da integração entre esses dois mundos. Eileen Crist (2022) preconiza uma interação ideal entre sujeitos, na qual haveria harmonia, complementaridade e respeito à diversidade, uma integração verdadeira entre o homem e a natureza e, consequentemente, com o meio ambiente. Em sua visão, a condição para que essa integração aconteça seria uma nova forma de sentir o outro, de uma mudança de estado, em que se abandonaria a visão do planeta como uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados, para outra, de “profunda deferência ao mundo vivo” (Crist, 2022, p. 56).

Corroborando essa concepção, Luiz Marques, em sua obra *O Decênio Decisivo* (2023), entende que existe uma dissociação entre humanos e natureza, mas que a precondição para a sobrevivência do planeta seria justamente o oposto: a integração de todos, enquanto sujeitos de direito. Isso incluiria todas as espécies, a biosfera e as

³⁵ Do original “d'autre part, le monde “humain”, ordre second, construit expressément pour échapper à la contrainte du premier.”

paisagens naturais, já que elas não devem ser vistas como recursos para serem subjugados e utilizados pelo homem (Marques, 2023).

Jason Moore (2022) entende que tal dissociação existe e se mantém por meio de uma relação capitalista, fundada na exploração. Para o autor, as relações entre humanos e o meio ambiente sofreram mudanças: elas deixaram um estado de conjunção ecossistêmica para outro, de não-conjunção, pela exploração e acumulação. Esse processo estabeleceu as bases para o surgimento de uma nova ecologia-mundo, estruturada por relações de “desigualdade, poder, riqueza e trabalho” (Moore, p. 129-130), além da exclusão de determinados grupos humanos com base em etnia, condição de servidão, gênero ou origem. Assim, de acordo com Moore (2022), consolidaram-se as condições para a apropriação dos valores de uso de uma natureza considerada “barata”, sustentada pelo baixo custo da exploração tanto da biodiversidade quanto dos seres humanos pelo capital.

Fica evidente, também, a existência de oposições entre as visões ambientais e econômicas: a primeira, idealizada, em que os humanos e a natureza se relacionam com igualdade e integração. A segunda, de dualidade, com destinação do homem sobre a natureza visando a sua exploração.

Embora taxonomicamente diversos, poderíamos pensar, a partir de Landowski (2002, p. XIII), em uma relação de alteridade entre tais sujeitos, na qual os humanos se identificam com o meio ambiente a partir do ato de explorá-lo. Para os humanos, o meio ambiente é o outro, o estrangeiro, que precisa ser ressignificado para ser assimilado e este processo se dá por meio da exploração.

Para Landowski (2002, p. 5), essas práticas é que “determinam a sorte reservada ao Outro, ao estrangeiro, ao dessemelhante” ou, em nosso caso, a alteridade dos humanos em relação ao meio ambiente é determinada por uma ressignificação do Outro ambiental por meio da exploração objetivada com sentidos de progresso, de riqueza, de energia, estratégico ou de alimentação.

A progressão e intensidade dessa exploração deu origem, a partir do ano 2000, ao discurso do Antropoceno, que veremos a seguir.

3.4 Pensando o Antropoceno

A queima de derivados de petróleo, o uso intensivo de plásticos, as queimadas, a apropriação desmedida da terra para agricultura e pecuária, a acidez dos oceanos

são atividades que podem indicar o surgimento de uma nova era geológica? Possivelmente sim.

Pensando nessas questões, o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer desenvolveram o conceito do Antropoceno, publicado pela primeira vez na revista *Global Change Newsletter*, no ano de 2000. Eles relacionaram cientificamente as transformações ecossistêmicas à atividade humana, destacando o *homo sapiens* como destinador das mudanças ambientais. As principais causas relacionadas ao Antropoceno incluiriam o avanço da urbanização, emissões elevadas de nitrogênio sintético e gases de efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis e aumento do uso de máquinas na agricultura e na pesca, acelerando o desmatamento e a eliminação de biossistemas marinhos³⁶ (Zottola; Majo, 2022).

Segundo os mesmos autores, outros cientistas já haviam chegado a conclusões semelhantes e utilizado termos ou conceitos parecidos, mas sem o mesmo sucesso na modalização de setores científicos, ambientais e políticos (Zottola; Majo, 2022).

O historiador Dipesh Chakrabarty entende que Crutzen e Stoermer estavam menos preocupados com a determinação de uma era geológica precisa e mais nas consequências da ação humana sobre o planeta. Segundo o autor,

O termo Antropoceno ajudou a chamar a atenção do público para a possibilidade de que os seres humanos dominavam agora o planeta que seu impacto era comparável àqueles de forças planetárias de grande escala³⁷ (Chakrabarty, 2018, p. 7).

Corroborando com esta ideia e independente da sua paternidade, para Jason Moore o conceito “tem sua origem em uma posição eminentemente razoável: o tempo geológico e da biosfera foi transformado de modo fundamental pela atividade humana” (Moore, 2022, p. 16) ou seja, estaria em curso uma alteração significativa do planeta

³⁶ The major effects included unprecedented increases of urbanization, the massive release of SO₂ gases as the result of massive coal and oil burning, the increase of synthetically fixed nitrogen, the massive utilization of water resources and their geochemical alteration, the increase of greenhouse gasses in the atmosphere such as CO₂ (30%) and CH₄ (more than 100%), and the rise of mechanized human predation as expressed by the fishing industry.

³⁷ The term Anthropocene helped focus public attention on the possibility that human beings now so dominated the planet that their collective impact was comparable to those of very large-scale planetary forces.

pela ação humana a ponto de, no futuro, provocar marcas estratigráficas nas rochas, tal como se observa hoje, em relação às eras geológicas passadas³⁸.

Elas seriam um indicador da ação humana a partir de um período cuja datação está em discussão: poderia ter iniciado há mais de 10.000 anos com a sedentarização do homem e o surgimento da agricultura (Unesco, 2018) ou a partir do século XV, com “ondas sucessivas de conquista global e apropriações de Natureza Barata (*Cheap Nature*)”, conceito criado por Jason Moore para definir a precificação dos elementos da natureza, “dando-lhes um valor barato” (Moore, 2022, p. 15) que ao mesmo tempo os degrada e inferioriza.

A periodização mais amplamente aceita, no entanto, estabelece o início do Antropoceno a partir do século XVIII, com a intensificação da queima de combustíveis fósseis impulsionada pela invenção da máquina a vapor por James Watt, em 1760, e pelo advento da Revolução Industrial. Esse processo se acentuou especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com o acelerado desenvolvimento econômico e o crescimento do consumo (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009).

Entre os estudiosos do tema, o Antropoceno ainda é considerado um conceito em construção, uma vez que há debates em torno do uso da estratigrafia – método das ciências naturais que, por sua complexidade, requer uma abordagem multidisciplinar – como base para defini-lo e relacioná-lo à trajetória histórica da humanidade.

O conceito de Antropoceno é questionado e provoca debates até mesmo na sua área de origem. Sob o olhar das ciências da natureza, em particular da geologia, Jan Zalasiewicz, do Departamento de Geologia da Universidade de Leicester no Reino Unido e uma equipe de 14 cientistas de diversas áreas discutem o termo e o uso da estratigrafia como método para avaliação da ação antrópica.

Nesta discussão ressaltam que antes da emergência do termo outros estudos avaliaram os mesmos efeitos sobre os processos bioquímicos do planeta, mas tiveram pequena repercussão. Consideravam que o período da civilização humana e os efeitos da sua ação eram muito reduzidos em termos geológicos para a formação de depósitos sedimentares que sustentassem a hipótese do uso da estratigrafia como indicativo da ação humana sobre o planeta (Zalasiewicz, et al., 2011. p. 1037).

³⁸ Ainda vivemos no período do Holoceno, época geológica compreendida entre 11.700 AP (Antes do Presente) e 1950 (Marques, 2023).

Segundo os autores, a emergência do termo Antropoceno ganhou importância por coincidir com um período de grandes mudanças climáticas que podem ser consideradas como “grandes forças da natureza” (Zalasiewicz, et al., 2011. p. 1037).

Pelas Ciências Humanas, Eileen Crist (2022) critica o uso de um conceito que utiliza a contemporaneidade como medida, isto é, que utiliza o modo de vida dos humanos atuais como referência para estudos envolvendo a duratividade de eras geológicas. Para a autora, essa visão reforça uma visão antropocêntrica, de destinação de humanos sobre a natureza.

Jason Moore (2022) minimiza a importância do termo Antropoceno, afirmando que ele é mais uma construção acadêmica e discursiva oportuna que se tornou “uma palavra da moda que pode significar qualquer coisa para as pessoas” (Moore, 2022, p. 17), ou seja, um termo vago e polissêmico, com uma terminologia importada da geologia, cuja validade científica só poderá ser confirmada em uma temporalidade futura e indefinida, que pode chegar a milhares de anos.

A utilização de termos da geologia para definir temas sociais tem o sentido de comparar a ação humana com a atividade geológica, duas realidades diferentes na construção e no tempo. Ainda segundo o mesmo autor, embora seja necessária uma conceituação do tempo geológico que inclua a “humanidade” como “grande força geológica” (Moore, 2022, p. 16), ao mesclar estes dois termos, o conceito do Antropoceno se torna impreciso: ele não define como a ação humana deixaria traços na estratigrafia do planeta e por que ela preservaria seus traços de origem o tempo necessário para se constituir em uma nova era.

Para Eileen Crist (2022) ocorreu, inclusive, uma mudança discursiva figurativizando a natureza de forma a provocar uma debreagem enunciva que afasta a ação humana sobre ela e evidencia seu caráter funcional ou econômico,

renomeando os “peixes” como “recursos pesqueiros”, os animais como “gado”, as árvores como “madeira”, os rios como “água fresca”, as montanhas como “material estéril” e as costas marítimas como “praias”, para legitimar empreendimentos de conversão, extermínio e mercantilização (Crist, 2022, p. 57).

Assim, resta ao discurso do Antropoceno ser uma narrativa de afirmação do homem enquanto destinador do planeta seguida de um imaginário sobre o resultado desta destinação daqui a milênios. Ele presume que o homem e o planeta permanecerão na temporalidade de um futuro idealizado sobre um passado que testemunha suas formas de organização socioeconômica.

Este discurso de uma realidade que possivelmente se concretizará em uma temporalidade futura, estabelece uma debreagem³⁹ enunciva temporal (Fiorin, 2001) em relação ao seu objeto, ou seja, provoca um sentido de afastamento em relação aos problemas ambientais, quer na percepção das suas consequências, quer na urgência e responsabilidade pela sua prevenção ou mitigação, afinal, se a mudança será perceptível somente daqui a milênios, haveria tempo de sobra para correções em algum momento no futuro.

3.5 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Aqui seria oportuno abrir um espaço para pensarmos nos sentidos dos termos sustentabilidade e, consequentemente, de desenvolvimento sustentável amplamente utilizados por governos e empresas para nomear atividades que visam diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em especial o Dióxido de Carbono (CO₂) e, assim, manter o aquecimento do planeta em níveis aceitáveis.

Tais conceitos surgiram a partir do relatório “Nosso futuro comum” publicado em 1987 pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e apresentado à Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Afirmava-se, nesse contexto, que o desequilíbrio entre o desenvolvimento e o consumo excessivo dos países centrais, em contraste com os países periféricos, era responsável pela geração das crises ambientais, com impactos como o aquecimento global, as chuvas ácidas e a degradação da camada de ozônio. Para a autora, a solução estaria em adotar medidas para um desenvolvimento sustentável, conceito cuja definição, já na origem, apresenta polissemia, considerada pela própria autora, ao prever que o documento teria muitas interpretações:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades [...]. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua execução (Brundtland, 1991, p. 46).

³⁹ Procedimento de “projeção, no momento do ato de linguagem, fora da instância da enunciação do termo *não agora*, e que tem por efeito instituir de um lado, por pressuposição, o tempo *agora* da enunciação e, do outro, permitir a construção de um tempo “objetivo” a partir da posição que se pode chamar *tempo de então*” (Greimas; Courtés, 2018. p. 113).

A autora procurava fazer-crer que as necessidades básicas das pessoas são definidas culturalmente e se referem à alimentação, roupas, habitação, emprego e meios para atender à aspiração de uma vida melhor.

Tudo além disso só seria viável se tiverem “por objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo” (Brundtland, 1991, p. 47). Consequentemente, como um país desenvolvido tem uma cultura de consumo maior, suas necessidades básicas incluiriam esse padrão de exigência e poderiam ser considerados sustentáveis se mantivessem esses padrões.

O inverso ocorreria quando o país fosse pobre ou estivesse em desenvolvimento: neste caso, tais propostas levariam ao impedimento de mudanças de estado, perenizando a não-conjunção destes com a riqueza e o bem-estar e mantendo as diferenças sociais, demográficas, econômicas e de consumo, que seriam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Para Oliveira (2012), o Relatório Brundtland, ao preconizar esse descompasso, enunciou um discurso destinado a fazer crer na integração entre “economia e ecologia, através da combinação entre a ideia do desenvolvimento sustentável e do neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica” (Oliveira, 2012, p. 82). Esta tentativa de preconizar um ajustamento entre ecologia e economia por meio da sustentabilidade vem demonstrando ser inviável na medida em que essa polissemia envolve ao menos duas rationalidades distintas que se opõem: a econômica e a ecológica (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009). Esses sentidos contraditórios frequentemente geram políticas públicas que são fundamentalmente econômicas, mas não necessariamente ecológicas.

Heller e Costa (2013) assinalam que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável começaram a ser discutidos no Brasil sob a destinação da publicação de “Nosso futuro comum”, em 1988, e que tomaram forma a partir das modalizações durante Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, a Rio-92.

O aparecimento deste tema se transformou em contrato fiduciário entre o Estado brasileiro e a comunidade internacional, expresso no discurso enunciado por delegação, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, na abertura dos trabalhos da XLVII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1992. Nele, era enunciado que o país promoveria uma mudança de estado em suas políticas públicas, de uma disjunção com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas,

para uma conjunção com bases sustentáveis, socialmente justas, inclusivas, de combate à pobreza e ao excesso de consumo. “A Rio-92 fortaleceu, assim, a consciência de que o desenvolvimento ambientalmente sustentável tem de ser social e economicamente sustentável” (Corrêa, 2006, p. 560).

O discurso contém um fundamento eminentemente político, amplo e genérico de forma a incluir iniciativas que sejam adequadas a diferentes interesses, porém, com um acento mais forte na economia. Objetivos definidos por palavras como racional, progresso e desenvolvimento presentes naquela enunciação e no próprio conceito, privilegiam semanticamente as questões econômicas e, em menor grau, as ambientais. Assim, progresso e desenvolvimento expressam o desejo de mudança para algo novo e melhor, enquanto o termo preservação está ligado a manter o que já se tem, não ocorrendo mudança ou ganho. Da mesma forma, a ordem ambiental internacional ou, ainda, o planeta tem o sentido de remeter a algo exterior e distante e, portanto, longe das questões mais prementes. Entretanto, foi um ponto de partida para nortear o futuro envolvimento de governos e empresas em projetos ambientais.

A partir de definições da Conferência Rio+20 e dos avanços destes conceitos no plano internacional, em setembro 2015 foi celebrado um acordo entre os 193 Estados-membros da ONU, estabelecendo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sinalizados na Figura 11, e 169 metas a serem alcançadas até 2030. Segundo a ONU | Brasil, eles são:

um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. [...] São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo (ONU, [s.d; s.p]b).

Figura 11 – Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU



Fonte: ONU, 2024, [s.p].

Da mesma forma, é possível perceber que a sustentabilidade depende de uma harmonização de conjuntos de compromissos sociais, ambientais, econômicos e políticos, cuja implementação depende do atendimento a interesses conflitantes.

Vale considerar os sentidos de vagueza e idealização de mundo que decorrem do conceito de sustentabilidade e dos 17 ODS: quando se tem uma grande quantidade de objetivos, é virtualmente impossível atender a todos e, assim, para governantes e técnicos, bastaria atingir algum deles para fazer-crer que sua gestão está alinhada à sustentabilidade.

Gil (2018) é mais contundente em sua crítica, afirmando que os ODS contêm objetivos conflitantes, acomodados por meio de uma retórica vaga para ser abrangente e palatável para governos com diferentes visões sobre questões políticas, econômicas e ecológicas.

Certamente, os ODS propõem uma agenda tão extensa quanto ambiciosa, mas repleta de retórica, cinismo político e incoerência técnica, o que se reflete em numerosos objetivos de impossível cumprimento à luz dos acordos e decisões adotadas pelos governos em muitos países. Lembremos que o Objetivo 16 compromete todos os estados para "promover sociedades pacíficas", quando os países ocidentais signatários dos acordos são os principais vendedores de armas no mundo, ou o Objetivo 13 que exige "adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas", embora haja países que até negam que esse fenômeno exista. A tudo isto devemos acrescentar o vocabulário extraordinariamente fraco, vago e impreciso com quais objetivos e metas foram deliberadamente escritos, facilitando assim o seu não cumprimento⁴⁰ (Gil, 2018, p. 113).

O mesmo autor assinala, ainda, que embora alguns países não estejam fazendo esforços para melhorar suas políticas ambientais, outros procuram formas de estudá-las e implementá-las, como o Reino Unido, a Suécia e a França (Gil, 2018, p. 116). São iniciativas positivas, mas isoladas e insuficientes para promover as mudanças ambientais necessárias.

⁴⁰ Ciertamente, los ODS plantean una agenda tan extensa como ambiciosa, pero repleta de retórica, cinismo político e incoherencia técnica,¹² que se plasma en numerosos objetivos de imposible cumplimiento a la luz de los acuerdos y decisiones adoptados por los gobernantes en muchos países. Recordemos que el Objetivo 16 compromete a todos los estados a «promover sociedades pacíficas», cuando los países occidentales signatarios de los acuerdos son los principales vendedores de armas del mundo, o el Objetivo 13 que obliga a «adoptar medidas urgentes para combatir el cambio climático», mientras hay países que niegan incluso que este fenómeno exista. A todo ello hay que añadir el vocabulario extraordinariamente débil, vago e impreciso con el que se han redactado deliberadamente objetivos y metas, facilitando así su incumplimiento.

Como consequência dessa vaguezza semântica, ocorre uma apropriação dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável por empresas e governos que as utilizam em camuflagens objetivantes para fazer crer que as instituições e seus produtos pareçam ter relevância econômica e social, aliadas à preservação ambiental.

3.6 A ONU e a governança ambiental do planeta

A ONU é uma entidade criada ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e regida pela Carta das Nações Unidas. Pelos seus estatutos, possui três grandes instâncias para discussões, conforme os temas em debate: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social. No entanto, neste contexto, nosso foco será exclusivamente nas questões ambientais.

Nos primeiros anos após o conflito, os países centrais viveram um período de grande crescimento, decorrente da sua reconstrução econômica após a guerra, que demandou o “uso intensivo de recursos naturais, resultando em contaminação ambiental em larga escala” (Figueiredo e Cruz, 2013, p. 2). Ainda segundo o mesmo autor, este processo resultou na emergência do tema ambiental em discussões internacionais. Marcou, também, o início de uma trajetória de destinação da ONU em relação aos problemas ambientais, como veremos a seguir.

A persistente degradação ambiental, intensificada pelos impactos do desastre ecológico na Baía de Minamata – onde pescadores e moradores foram contaminados por resíduos de mercúrio, resultando em graves deformações em seus descendentes – levou a Suécia, durante a XXIII Assembleia Geral da ONU, em 1969, a solicitar a realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente (Herculano, 1992).

Entretanto, ainda em sua fase prévia, o tema suscitava debates entre os países centrais e os que estavam em desenvolvimento. Para Lago (2006), as reuniões prévias àquela Conferência contemplaram as ideias do Clube de Roma⁴¹, presentes no livro *Os limites do crescimento* (Meadows, et. al., 1972). Escrito quando o planeta tinha a metade da população atual, de 8 bilhões de pessoas e debatido ainda hoje,

⁴¹ Clube de Roma: grupo criado em 1968 por Aurelio Peccei e pelo cientista Alexander King, e patrocinado por empresas como Fiat e Volkswagen. Reunia um grupo de notáveis para discussões sobre o futuro do homem em relação ao meio ambiente. Suas conclusões, drásticas do ponto de vista demográfico e de preservação ambiental, foram apresentadas no relatório *The Limits to Growth*, de 1972, em uma perspectiva “quase apocalíptica das consequências do progresso nas bases em que estava se desenvolvendo” (Lago, 2006, p. 29). O Clube de Roma continua em atividade.

aquele estudo objetivava analisar “as tendências ambientais do mundo” (Oliveira, 2012, p. 78).

Os resultados levaram à conclusão que,

[...] a sociedade moderna se encaminhava para a autodestruição, visão cada vez mais explorada naquele momento, que fez que diversos autores devolvessem popularidade às teorias de Thomas Malthus de que a população mundial ultrapassaria a produção de alimentos (Lago, 2006, p. 29).

Baseando-se naquelas informações, o documento preconizava que a manutenção do crescimento demográfico e a continuidade da ação humana sobre o planeta faria com que a alimentação, os recursos naturais, a demanda de energia e a capacidade de absorção de poluentes se esgotassem em 100 anos. Entretanto, baseados no mesmo estudo, afirmavam que esta tendência poderia ser revertida se os níveis demográficos e de consumo fossem contidos ou diminuídos para patamares sustentáveis, ou seja, transmitindo o ônus da sustentabilidade para os países pobres.

São medidas que tinham o sentido de conter o desenvolvimento de países como o Brasil, sob a ótica que ele implicaria em níveis maiores de poluição. Além do controle demográfico, a busca pela sustentabilidade e crescimento zero inviabilizaria o crescimento econômico (Oliveira, 2012), mantendo a relação de subordinação em relação aos países desenvolvidos.

Apesar das divergências entre os países participantes, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo (1972), representou um avanço ao estabelecer mecanismos e entidades formais voltados à discussão dos temas ambientais. Entre os principais resultados, destacam-se a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Observação da Terra (*Eartwatch*). Em seguida, foi instituída a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que, com base no relatório *Nosso Futuro Comum*, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável — entendido como um modelo que buscava conciliar crescimento econômico com conservação ambiental, dentro de uma proposta de “nova ordem econômica mundial” (Herculano, 1992, p. 10). Esse documento tornou-se a base para os debates da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. O PNUMA, por sua vez, teve papel fundamental ao incluir nas pautas internacionais temas como o esgotamento da camada de ozônio e as mudanças climáticas resultantes de atividades humanas.

Figueiredo e Cruz (2012, p. 6) assinalam que a Rio-92 “teve como meta relacionar economia e meio ambiente através da conciliação de três critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”. Segundo os mesmos autores, a “Carta da Terra”, documento oficial do evento, representa uma nova ordem ambiental internacional e introduziu o termo eficiência ambiental, para nomear a ideia de uma produção com baixo impacto ambiental, uma aproximação semântica e vaga que procura fazer-crer que atende aos interesses dos setores produtivos e ambientais. Essa aproximação também caracterizou a busca de uma produção verde nos anos 90 (Figueiredo; Cruz, 2012, p. 7). Assim, a expressão *verde* mantinha e ampliava os sentidos polissêmicos dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e acentuava o caráter econômico que revestia as decisões ambientais.

Na sequência, a terceira conferência tinha por proposta aplicar o que fora definido na reunião de cúpula anterior, a Rio-92. A Rio+10 ainda não teve competência modal para fazer com que as definições tomadas há dez anos pudessem ser efetivadas.

Para a Rio+20 se procurou normatizar aquelas definições, entendendo que “o meio ambiente não seria uma entidade separada da economia, e que não haveria mudança no meio ambiente sem impacto econômico” (Corrêa, 2007, p. 57) e, desta forma, aquela normatização adotou parâmetros econômicos que transformaram a natureza em *commodities* e conduziram à criação de cotas negociáveis de poluição, que originaram os créditos de carbono, negociados em bolsas de valores e que, em última análise, se constituem em compras do direito de poluir. Como consequência, as agressões ao meio ambiente passaram a ser um negócio financeiro rentável e a proteção ambiental, um obstáculo a estes negócios.

No mesmo evento, o relatório Panorama Ambiental Global produzido pelo PNUMA dava conta da baixa competência modal da ONU e desinteresse dos países para avançarem nas questões ambientais. Segundo o relatório, apenas quatro das metas estabelecidas ao longo dos quarenta anos anteriores foram efetivamente implementadas. As demais apresentaram avanços muito lentos ou foram, em alguns casos, completamente negligenciadas (Figueiredo; Cruz, 2012).

Durante aqueles trinta anos de conferências do clima, ocorreram mudanças no arranjo de forças políticas, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a integração do leste europeu ao mercado e a emergência da China como grande produtor de manufaturados ensejando expressivos aumentos no

consumo de recursos naturais. Os países antes considerados periféricos se tornaram emergentes e a ONU, antes voltada a fomentar o desenvolvimento sustentável, delega a destinação das questões ambientais às nações para que promovam uma governança ambiental global, utilizando sua estrutura para promoção de atividades econômicas que sejam simultaneamente sustentáveis.

A ONU passa a atuar, então, como *locus* para modalizações, visando obtenção de compromissos com metas e normas estabelecidas entre os países-membros, ou destinadas por atores econômicos internacionais, como o Banco Mundial, bancos privados, e organizações nacionais e internacionais do setor privado) na busca pela segurança climática e preservação ambiental (Rampazo; Ichikawa; De Pádua, 2013).

Da mesma forma, prosseguem as discussões da Agenda 2030, um conjunto de compromissos e ações para o desenvolvimento sustentável contidos em 17 ODS e suas metas, conforme visto anteriormente.

Assim, cinquenta anos se passaram desde *Nosso futuro comum*. Vieram o Protocolo de Quioto, em 1997, e o Acordo de Paris, em 2015, a busca do desenvolvimento sustentável, a delegação da gestão ambiental às empresas por meio da economia verde.

Como visto, os avanços foram poucos. Os termos do Acordo de Paris ainda continuam em discussão e as NDC dependem dos respectivos governos para serem cumpridas. Governos de extrema-direita como o de Donald Trump, nos EUA, ou o de Jair Bolsonaro, no Brasil, têm se retirado do Acordo ou subvertendo as metas estabelecidas, aprovando medidas que estimulam a emissão de GEE, como afirma a reportagem do Observatório do Clima, de 07 de abril de 2022:

O Brasil submeteu nesta quinta-feira (7/4) a segunda atualização de sua primeira NDC, a meta nacional no Acordo de Paris. Embora nominalmente amplie o percentual de corte de emissões de 43% para 50% em 2030 em relação aos níveis de 2005, a nova meta ainda é menos ambiciosa do que a submetida originalmente em 2015. Portanto, o Brasil segue violando o tratado do clima, segundo o qual novas NDCs não podem recuar na ambição (Brasil segue, 2022).

A ONU, enquanto sujeito destinador, tem uma competência modal limitada para realizar a performance pretendida, de proteger o meio ambiente e, em última instância, o planeta, da emergência climática causada pela ação antrópica. Assim,

Os *players* internacionais se deslocam de suas posições iniciais, porém o foco econômico dado ao desenvolvimento na sociedade global reforça pilares do capitalismo: acumulação de capital, degradação ambiental e exploração do trabalho. Sob esta ótica, as transformações no ambiente, vivenciadas pelas atuais sociedades, seriam consequência de uma crise paradigmática de um modelo que necessita da insustentabilidade para poder se reproduzir (Figueiredo; Cruz, 2013, p. 13).

Muito foi discutido, aparentemente, mas deixou-se de abordar o essencial: a necessidade de mudanças estruturais profundas para garantir a sobrevivência do planeta, dos seres humanos e de todas as formas de vida. Na prática, apesar das novas abordagens, os mesmos problemas persistem – agora em estágio ainda mais grave – como já alertava Luiz Marques em *O Decênio Decisivo*, pelo Clube de Roma e na Conferência de Estocolmo.

A iteração do tom disfórico da publicação original na comemoração dos seus 50 anos, procura fazer-crer no agravamento dos problemas ambientais pela ausência de ações efetivas para combatê-los. Tais apelos criam um ambiente estésico, agora utilizando a certeza da temporalidade passada para objetivar a incerteza diante do futuro, de urgência em atender aos alertas, com a intencionalidade de promover políticas públicas para mitigação:

2022 marcou o 50º aniversário do relatório histórico do Clube de Roma, "Os Limites do Crescimento". Este relatório — publicado pela primeira vez em 2 de março de 1972 — foi o primeiro a modelar os sistemas interconectados do nosso planeta e a deixar claro que se as tendências de crescimento populacional, industrialização, uso de recursos e poluição continuassem inalteradas, atingiríamos e então ultrapassaríamos a capacidade de suporte da Terra em algum momento nos próximos cem anos. Cerca de cinquenta anos depois, o apelo por uma mudança de direção é mais urgente do que nunca. A modelagem do relatório foi notavelmente precisa e presciente, pois o mundo declara que a emergência climática é real e os ecossistemas globais estão em um ponto de ruptura. Cinquenta anos ofereceram uma excelente oportunidade de olhar para trás e para frente nas tendências que ele examinou e ouvir os principais líderes de pensamento, cientistas e políticos internacionais sobre como criarmos uma estrutura crítica para viver e prosperar dentro dos limites do Planeta Terra (Earth, 2024, [s.p] - tradução do autor⁴²).

⁴² 2022 marked the 50th anniversary of the Club of Rome's landmark report, 'The Limits to Growth'. This report – first published on 2 March 1972 – was the first to model our planet's interconnected systems and to make clear that if growth trends in population, industrialization, resource use and pollution continued unchanged, we would reach and then overshoot the carrying capacity of the Earth at some point in the next one hundred years.

Some fifty years on, the call for a change in direction was more urgent than ever. The report's modelling was remarkably accurate and prescient as the world declares the climate emergency to be real and global ecosystems to be at breaking point. Fifty years offered an excellent opportunity to look back, and forward, at the trends it examined and listen to leading international thought leaders, scientists and politicians on how we create a new critical framework for living and thriving within the limits on Planet Earth (The Club of Rome, 2024).

O Relatório do IPCC de 2023 confirma que as metas de limitar o aquecimento global e evitar os seguidos eventos de emergência climática estão longe de serem alcançadas sob quaisquer cenários.

Já não se trata de analisar a oposição entre um ideal de integração harmônica do homem com a natureza, mas sim, de promover mudanças estruturais. A ONU, enquanto destinador, enfrenta problemas que vão da vagueza à lentidão, com modalizações que se arrastam e dependem de acordos complexos entre países com diferentes interesses.

A entidade ainda mantém uma estrutura criada no contexto do pós-guerra, destinatária aos interesses dos vencedores. Ela se agigantou e se burocratizou com as múltiplas áreas em que atua. Depende financeira e politicamente do capital e apoio dos países centrais, justamente os maiores poluidores⁴³, que demonstram não ter interesse político e econômico para alterar o modelo que reproduz ideais de sociedades competitivas e de elevado consumo, que demandam uma quantidade infinita de recursos naturais para se sustentar.

A gestão ambiental do planeta, agora voltada aos interesses de agentes econômicos, reproduz condições de acumulação ao viabilizar a apropriação dos valores de uso da natureza disponibilizados pelos Estados. Esses, por sua vez, exercem controle por meio da territorialidade, infraestrutura, práticas jurídicas, investimentos públicos e outras formas de biopoder (Parenti, 2022).

3.7 As conferências do clima e o Acordo de Paris

Conforme vimos no tópico 3.5 deste trabalho, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, em 1972, foi um marco relevante para a discussão dos problemas socioeconômicos ligados às mudanças climáticas elevando o “patamar de discussão dos temas ambientais a um nível antes reservado a temas com longa tradição diplomática” (Lago, 2006, p. 26). Tais discussões passaram a ter um fórum específico: as Conferências das Partes (COP).

Iniciadas a partir da Rio-92, as COP, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), são o principal fórum para discussão,

⁴³ O custo de manutenção da ONU é de US\$3,59 bilhões, em 2024 e os EUA contribuem com 22% deste total. Em seguida, China, Japão e países da União Europeia que somados, contribuem com 32% (Confira, 2018).

avaliação e implementação dos problemas ambientais. Elas ocorrem anualmente, desde 1992, entre os meses de novembro e dezembro de cada ano, com rotaividade das cidades que os sediam. Entre 2014 e 2022, as COP aconteceram nos anos e locais, conforme a Tabela 1 a seguir:⁴⁴

Tabela 1 – Conferências do Clima da UNFCCC (2014-2023)

ANO	COP	LOCAL
2014	20	Lima - Peru
2015	21	Paris - França
2016	22	Marrakech - Marrocos
2017	23	Bonn - Alemanha
2018	24	Katowice - Polonia
2019	25	Madri - Espanha
2020	26	Adiada para 2021 face à pandemia pelo COVID 19
2021	26	Glasgow - Escócia
2022	27	Sharm el-Sheikh - Egito
2023	28	Dubai - Emirados Árabes Unidos

Fonte: Elaboração do autor (2025).

⁴⁴ Vale salientar que nos últimos três anos, as COP da UNFCCC têm acontecido em regiões produtoras de petróleo (em 2024 foi em Baku, no Azerbaijão), o que pode ser interpretado como estratégia para frear as ações ambientais e privilegiar o uso de combustível fóssil (Proam, [s.d.]).

Nas COP 3, realizada em 1997, foi firmado o primeiro acordo voltado à redução de gases de efeito estufa (GEE): o Protocolo de Quioto. Esse acordo estabeleceu um compromisso com força normativa para a diminuição das emissões por parte dos países industrializados e de alguns países em desenvolvimento – entre eles o Brasil, que o aderiu de forma voluntária –, fundamentado no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Entrando em vigor em 2005, aquele Protocolo se restringia a contratos verídicos entre 37 estados-sujeitos industrializados, somados à Comunidade Europeia, para redução de GEE em 5% em relação aos níveis de 1990, no seu primeiro período de vigência, entre 2005 e 2012, e de 18% no período de 2013 a 2020 (Brasil, [s.d; s.p]f).

Com o agravamento dos problemas ambientais, os termos daquele contrato fiduciário se mostraram insuficientes para reduzir as emissões de GEE aos níveis necessários. A questão climática era global e precisava da participação não apenas dos países industrializados, mas todos os estados-sujeitos deveriam propor suas metas de redução para atingir o objetivo de “manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais” (Brasil, [s.d; s.p]k).

Dessa forma, foi firmado um novo contrato fiduciário: o Acordo de Paris, em 12 de dezembro de 2015, que entrou em vigor em 4 de novembro de 2016, após ser ratificado por, no mínimo, 55 países responsáveis por 55% das emissões globais. Por meio desse acordo, 195 Estados signatários estabeleceram voluntariamente suas próprias metas de redução de GEE (Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida, do inglês Intended Nationally Determined Contribution - iNDCs). Essas metas, bem como o nível de ambição de cada país, são revisadas a cada cinco anos, com o objetivo de alcançar os compromissos assumidos. O acordo também prevê a criação de um fundo financeiro, por meio do qual os países industrializados – historicamente os maiores emissores – devem contribuir para apoiar os demais países na redução de suas emissões.

Este processo continha um fazer persuasivo que levou os estados sujeitos a serem destinadores de suas próprias políticas ambientais, mas ao aderirem ao acordo, tornam-se destinatários dos demais e da ONU, que propôs a modalização.

Para garantir essa destinação, os acordos têm poder vinculante, ou seja, dispositivos que impedem ou dificultam o abandono do acordo.

Como veremos adiante, os processos de modalização envolvendo o Acordo de Paris, a discussão das metas brasileiras e sua implementação são o principal tema das postagens do MMAMC relacionadas à comunidade internacional, com 29% das publicações nos 10 anos analisados.

4 O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMAMC)

Neste capítulo, traçaremos um histórico das principais ações governamentais na área ambiental, com ênfase no surgimento do MMAMC como gestor de políticas públicas voltadas aos ecossistemas. Abordaremos este contexto porque ele está intimamente ligado à atuação daquele Ministério e objeto de nossa análise. Em seguida, trataremos das políticas públicas e das mudanças de destinação atribuídas ao MMAMC no período da redemocratização até 2013, ano anterior ao recorte de nosso corpus. Na sequência, examinaremos a configuração atual da entidade, suas atribuições, fontes de financiamento e formas de destinação. Por fim, analisaremos as características da comunicação institucional e o uso do meio digital – em especial o Facebook – na estratégia comunicacional do MMAMC.

Dada a ampla bibliografia sobre o tema, preferimos não abordar os processos burocráticos e legais que destinaram a criação daquele Ministério, para nos concentrarmos nos itens relacionados aos objetivos desta pesquisa, quais sejam, entender os sentidos de meio ambiente e do MMAMC junto à comunidade internacional em sua comunicação no Facebook.

4.1 Inserção do Brasil no debate ambiental internacional

Bem-vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos, dólares para o nosso desenvolvimento⁴⁵ (Amorim Jr, 2013, [s.p]; Bocuhi, 2022, [s.p]).

Desde 1500, quando os registros históricos indicam a chegada dos portugueses ao território que viria a se tornar o Brasil, a trajetória ambiental do país tem sido marcada pela exploração de seus recursos naturais.

Segundo Ferreira e Salles (2016), o processo de industrialização intensiva durante o governo de Getúlio Vargas iniciou uma nova fase, com a adoção de medidas de gestão setorial para destinação do meio ambiente por meio da racionalização da apropriação e do uso dos recursos naturais, como o Código de Águas, o Código

⁴⁵ Frase em faixa exibida pelo governo brasileiro durante a Conferência de Estocolmo (Amorim Jr, 2013; Bocuhi, 2022).

Florestal, de 1934 e a criação da primeira área de preservação, o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937.

Nas décadas de 1950 e 1960, consoante uma tendência de gestão governamental que garantia os interesses dos atores econômicos, mas também procurava preservar os ecossistemas, foram criados mecanismos de regulação e entidades ambientais, precursoras do MMAMC e dos órgãos subordinados a ele. Neste período foram criadas a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, de 1958, o Código Florestal de 1965, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, de 1967, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – Sudepe, também de 1967, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS em 1963 (Gusmão; Pavão, 2020, p. 226). Como vemos, algumas destas entidades foram criadas durante os governos militares (1964-1985) e conviviam com os objetivos desenvolvimentistas de seus criadores, ainda que fossem conflitantes em muitos momentos, como veremos adiante.

Nos países desenvolvidos, nesse mesmo período, a explosão do consumo impulsionou uma exploração ainda mais intensa dos recursos naturais, o que resultou, por sua vez, no agravamento da poluição do ar e da água, causando doenças, inquietações e protestos. É desse contexto que datam episódios como o *fog* em Londres, a catástrofe socioambiental na baía de Minamata, no arquipélago sul do Japão, onde a contaminação por mercúrio em peixes e frutos do mar causou graves problemas de saúde, inclusive mortes. Essa tragédia impactou profundamente a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que solicitou à ONU a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, com o objetivo de discutir medidas de proteção ambiental capazes de prevenir desastres como aquele.

A Conferência marcou a entrada do Brasil nos debates ambientais internacionais, ainda que de uma forma disfórica e inoportuna. Na ocasião, ficaram evidentes os sentidos atribuídos à questão ecológica pela ditadura militar brasileira, que privilegiava o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Suspeitando de possíveis manobras para frear esse progresso, o governo exibiu um faixa com os dizeres que epigrafam este tópico – mensagem que, de certo modo, permanece em setores da sociedade que privilegiam a economia em detrimento do meio ambiente, como por exemplo, o agronegócio e a exploração mineral.

Apesar do regime de exceção e da prioridade desenvolvimentista por exigência de acordos internacionais estabelecidos na Conferência de Estocolmo, houve a criação, no Brasil, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), subordinada ao Ministério do Interior. Entre os anos de 1973 e 1985 a entidade, sob a gestão de Paulo Nogueira Neto, obteve avanços significativos: foram criados espaços para definições sobre normas e padrões de controle da poluição, monitoramento do ar e da água, instituição da Licença Ambiental, criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Foram tomadas, ainda, iniciativas de conservação e preservação ambiental e aumento de espaços protegidos para que indígenas e quilombolas pudessem manter seu estilo de vida (Gusmão; Pavão, 2020).

Entre as medidas de proteção ambiental que surgiram no período, a despeito da vocação desenvolvimentista das ditaduras militares, Ferreira e Salles (2016) assinalam que o II PND (1974) já incorporava um planejamento territorial destinando, por meio de medidas regulatórias, como o meio ambiente poderia ser impactado. Ele delimitava áreas que poderiam receber indústrias poluidoras e outras em que isso não deveria ocorrer.

Segundo os autores, esse critério tem o sentido de, pela primeira vez, destinar o uso do espaço segundo critérios ecológicos. Paradoxalmente, os governos militares não sancionaram outros planos e estratégias propostos nos termos daquele plano, mas legaram um primeiro conjunto de regras para a gestão territorial, formas de proteção ambiental e aos povos originários.

4.2 O meio ambiente e a pós-redemocratização (1985-2013)

Este tópico tem o objetivo de apresentar uma introdução sobre as políticas públicas ambientais e as mudanças estruturais do MMAMC no período precedente ao do *corpus* adotado em nossa análise.

Com o fim da ditadura militar em 1985 e a convocação de uma Assembleia Constituinte, observou-se o surgimento de uma coalizão de novos atores ligados à causa ambiental. Esses atores conseguiram articular-se com os destinatários políticos, estabelecendo contratos fiduciários com parlamentares, o que resultou em uma aliança entre o ambientalismo e o processo legislativo. Tal modalização os levou a *fazerem-fazer* com que algumas normas sugeridas, inclusive as que vinham da gestão de Paulo Nogueira Neto, se tornassem artigos na Constituição de 1988. Da

mesma forma, serviram para ampliar os sentidos de valores de uso do meio ambiente e dos povos originários para sua manutenção, promovendo uma mobilização de atores internacionais para sua preservação (Abers; Oliveira, 2015).

As pressões nacionais e internacionais derivadas da Conferência de Estocolmo, aliadas ao processo de redemocratização do país, resultaram em uma nova atitude governamental em relação ao meio ambiente. Corroboraram para estas pressões as críticas pelas sucessivas agressões ambientais durante os governos militares por meio dos “Programas de Integração Nacional”, abrindo estradas como a Rodovia Transamazônica, Cuiabá-Santarém e construindo hidrelétricas, como a Usina de Itaipu.

Vejamos, a seguir, um panorama dos principais temas e avanços das políticas ambientais no período da redemocratização.

4.2.1 Governo José Sarney

O governo Sarney, o primeiro após vinte e um anos de regime militar, enfrentou desafios significativos decorrentes do legado econômico e ambiental deixado pelos governos militares, além da repercussão internacional da morte de Chico Mendes⁴⁶ em 1988.

No período, a administração da Amazônia tornou-se um ponto de debate na comunidade internacional, que questionava a soberania brasileira sobre a região. Algumas dessas preocupações foram usadas como justificativas para propostas de gestão compartilhada da Amazônia, considerada um patrimônio global segundo o Relatório Brundtland.

A competência do Brasil para proteger a região foi utilizada como uma

camuflagem objetivante pela comunidade internacional em tentativas de modalização para administração compartilhada da Amazônia, um objeto de valor considerado pelo Relatório Brundtland⁴⁷, como patrimônio da humanidade, cujos recursos naturais precisavam ser protegidos e explorados (Rossi; Demuru, 2024, p. 25).

⁴⁶ Francisco Alves Mendes Filho (Xapuri, AC, 1944 - Xapuri, AC, 1988), seringueiro, sindicalista e ativista ambiental, ganhou destaque global por defender a Amazônia e os povos da floresta. Enfrentou grandes fazendeiros, que o assassinaram. Sua morte gerou comoção no Brasil e no mundo (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2024).

⁴⁷ Relatório Brundtland – Publicado em outubro de 1987 sob o título “Nosso futuro comum”, foi elaborado pela Dra. Gro Harlem Brundtland a pedido da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual se introduziu os conceitos de desenvolvimento sustentável (ONU, 2020).

Para reafirmar a competência brasileira e a soberania sobre a Amazônia, Sarney rejeitou tentativas de manipulação externa, como o plano do Instituto Hudson de construir sete grandes barragens na região, visando facilitar a navegação e exploração de recursos (Queiroz, 2014).

Decorrente destas pressões e da necessidade de contar com um órgão que pudesse centralizar as ações do governo na área ambiental, em fevereiro de 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Ele tinha o objetivo de executar as políticas de meio ambiente e originalmente era vinculado à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, hoje Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Câmara, 2013).

Silveira (2024, p. 154) assinala que o dado positivo em relação a este período, entretanto, foi a Constituição de 1988. Ao incluir as políticas ambientais do Brasil, tiveram um efeito positivo no plano internacional e levaram o país a se candidatar junto à ONU para receber a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUMAD), que deveria ocorrer em 1992. A autora assinala, ainda, que a proposta brasileira recebeu uma atenção especial por institucionalizar o meio ambiente, por ser um país em desenvolvimento e pela valorização da Amazônia.

4.2.2 Governo Fernando Collor de Melo

No governo Collor, a mudança das políticas ambientais para a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República define claramente os sentidos de subordinação daquela pasta ao presidente que, entretanto, adota uma postura objetivante, de afastamento, consoante um projeto político de diminuição da máquina administrativa, de abertura ao mercado internacional e de isentar o Estado pela responsabilidade ambiental (Câmara, 2013).

Todavia, o grande evento da administração Collor foi a realização da Rio-92, em junho de 1992. Já em seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU, em 1990, o presidente fez um convite a todos os chefes de Estado para comparecerem ao evento, tido como o maior na área internacional até então. Para tanto, Collor utilizou uma “actorialização, feita na primeira pessoa, [da qual] emerge um sentido de poder fazer, de levar o país a sediar um grande evento” (Rossi; Demuru, 2024, p. 27).

De sua agenda emergiram temas como a defesa da responsabilização compartilhada e proporcional pela mitigação dos danos ambientais e, pela primeira

vez, uma narrativa de inclusão social nas questões ambientais. Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 1991, enunciava: “Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto” (Mello, 1991, p. 542).

Desse evento surgiram documentos fundamentais que orientariam a formulação de políticas ambientais globais, como a Declaração do Rio (voltada à promoção do desenvolvimento sustentável), a Declaração de Princípios Sobre Florestas (visando a gestão e conservação de florestas), a Convenção Sobre o Clima (cujo objetivo era estabilizar as emissões de GEE) e a Convenção Sobre a Biodiversidade (tratava da conservação, uso e repartição dos benefícios da biodiversidade). O evento também destacou a importância da cooperação internacional para o avanço de políticas de desenvolvimento sustentável. Os discursos proferidos na ocasião, bem como os princípios incorporados à Constituição, de modo geral, reiteravam as ideias já expressas por Gro Harlem Brundtland durante a Conferência de Estocolmo, realizada duas décadas antes.

No mesmo período, consoante modalizações de entidades ambientais e da comunidade internacional, foi criado o Ministério do Meio Ambiente em novembro de 1992, por meio da Lei nº 8490/1992 e de Medida Provisória do presidente Itamar Franco, utilizando uma estrutura sugerida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e por funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Ministério tinha como missão:

promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis de governo e sociedade (BRASIL, [s.d; s.p/c]).

A sua organização formal, porém, só viria a operar em 1993, face aos problemas econômicos e institucionais que o país vivia no momento com a deposição do presidente Fernando Collor.

4.2.3 Governo Itamar Franco

No governo de Itamar Franco, o Ministério do Meio Ambiente teve o nome alterado para Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal⁴⁸, mantendo suas atribuições anteriores e agregando ações para a qualidade de vida das populações amazônicas. Após um período de devastação florestal e massacre do povo Yanomami, o governo indicou o nome de um diplomata renomado – Rubens Ricupero – para ministro. Da mesma forma, agregou ações sociais para a Amazônia, região valorizada pela comunidade internacional, sinalizando, com esta mudança, o sentido de uma disposição estratégica de governo, de garantir estabilidade social e desenvolvimento para a região (Silveira, 2024).

4.2.4 Governos Fernando Henrique Cardoso I e II

No governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, o Ministério teve o nome alterado para Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, mantendo suas atribuições anteriores e agregando a gestão dos recursos hídricos. Entretanto, era um governo em que as questões ambientais não eram prioritárias e o seu principal plano – o “Brasil em Ação” – não contemplava projetos ambientais, entendendo que a sustentabilidade estava em oposição ao desenvolvimento econômico levando, inclusive, a recordes históricos de desmatamento, no período 1995 a 2002.

A implantação da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (Cides), um compromisso assumido com a Agenda 21, teve tramitação lenta e depois de um longo tempo passou para o MMAMC. Todavia, a falta de liderança e disputas internas e externas fizeram com que esta e outras iniciativas não trouxessem resultados positivos (Viola, 1998, p. 14).

Mais relevantes do que as alterações nas competências e atribuições foram as transformações iniciadas em 2001, voltadas à consolidação de uma gestão ambiental tripartite. O objetivo era promover o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, em conformidade com a Constituição Federal, “que estabelece o federalismo cooperativo, articulando as competências comuns dos entes federados para proteger o meio ambiente” (Câmara, 2013, p. 134).

⁴⁸ A Amazônia Legal compreende uma área superior a 5 milhões de quilômetros quadrados, que se estende por nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e partes do Maranhão e do Mato Grosso (AMAZÔNIA, [s.p; s.d]).

Participavam da Cides integrantes do Ministério do Meio Ambiente, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma). A gestão compartilhada, entretanto, ocultava a intencionalidade de destinar novas regras de licenciamento ambiental para dar respaldo ao crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade socioambiental. Da mesma forma, a falta de fiscalização facilitava o surgimento de conflitos ambientais (Câmara, 2013, p. 135).

4.2.5 Governos Luiz Inácio Lula da Silva I e II

Nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu uma mudança de foco privilegiando os aspectos sociais ligados ao meio ambiente, como o combate à insegurança alimentar por meio de um programa de distribuição de renda, o “Fome Zero” (2003). Este programa se transformou em política de Estado e era subordinado a um ministério exclusivo, o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (Takagi, 2010).

No plano ambiental, o crescimento da demanda internacional por *commodities* implicou na ampliação do agronegócio e, consequentemente, no desmatamento para ocupação de novas áreas para a agricultura e pecuária. Dessa forma, além da questão social, o foco da atuação do MMAMC no período estava concentrado no combate a esta prática.

O MMAMC, sob a destinação da Ministra Marina Silva, conseguiu sucessos importantes no combate ao desmatamento ao implementar o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia, que teve forte apoio da Casa Civil e da Presidência da República (Abers; Oliveira, 2015, p. 346).

Entretanto, houve grande pressão sobre o sistema de licenciamento ambiental e confrontos entre o MMAMC, dirigido por Marina Silva, e o Ministério das Minas e Energia, liderado por Dilma Rousseff. Os objetos de valor desta disputa eram os processos de licenciamento ambiental para construção das usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, iniciados nos governos anteriores. A aprovação forçada destas licenças levou ao pedido de demissão de Marina Silva da direção do MMAMC e da sua desfiliação ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Houve, entretanto, avanços significativos nos marcos legais da gestão ambiental no Brasil. Destacam-se, entre eles, a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a definição das competências e atribuições institucionais para o

licenciamento ambiental, a tipificação legal dos crimes ambientais, a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), da Agência Nacional de Águas (Ana) e do Estatuto da Cidade. Somam-se, ainda, a Lei da Mata Atlântica, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Paralelamente a esses marcos regulatórios, um conjunto de planos e programas conferiu certa continuidade e coerência à agenda ambiental, com destaque para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o Plano Amazônia Sustentável e o Fundo Amazônia. Esses instrumentos contribuíram para dar prosseguimento ao processo gradual de ordenamento do uso dos recursos naturais e de proteção ambiental iniciado em 1973 (Gusmão; Pavão, 2020, p. 246).

4.3 A criação e estrutura do Ministério do Meio Ambiente

O MMAMC, enquanto “órgão que compõe a estrutura administrativa da República Federativa do Brasil” (Brasil, 2023, [s.d; s.pj]) exerce o papel actancial de destinatário da Presidência da República, uma vez que sua existência, competências e finalidades são definidas pelo chefe do Poder Executivo. Simultaneamente, o MMAMC se relaciona com diversos sujeitos coletivos, como a sociedade civil e seus representantes – Congresso Nacional, Poder Judiciário –, outros ministérios, especialmente os da Fazenda e das Relações Exteriores, além dos governos estaduais e municipais, e também com atores da comunidade internacional, cujos interesses influenciam e interagem com suas ações e políticas.

O MMAMC também exerce a função de destinador em relação às entidades formalmente vinculadas à sua estrutura, ao acioná-las para a implementação, monitoramento e fiscalização das políticas ambientais. Entre essas entidades, destacam-se as Organizações Não Governamentais (ONGs), que elaboram e executam projetos ambientais financiados por recursos públicos ou internacionais; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); bem como entidades vinculadas, como o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Além disso, o MMAMC também atua como destinador de instâncias colegiadas, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a

Comissão Nacional de Florestas (Conaflor), entre outras, às quais cabe a formulação e deliberação de diretrizes e políticas públicas no âmbito ambiental.

Em determinados processos, essas relações de destinação podem ser invertidas, estabelecendo um sincretismo actancial com todos estes sujeitos.

4.4 Verbas e financiamentos

O MMAMC é destinador junto a entidades financeiras para obtenção de verbas de inúmeros fundos para a implementação de seus projetos. Destacam-se, pela frequência com que são mencionados em nosso *corpus*, os seguintes fundos: criado em 2009, o Fundo Clima integra a Política Nacional sobre Mudança do Clima. De natureza contábil e reembolsável, é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e vinculado ao MMAMC, tem como objetivo financiar projetos voltados à mitigação das mudanças climáticas (Brasil, [s.d; s.pj]). Já o Fundo Amazônia, instituído em agosto de 2008, não é reembolsável e é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seu objetivo é apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia Legal, além de promover a conservação e o uso sustentável do solo. Os principais doadores são a Noruega, seguida pela Alemanha e pela Petrobras. Compete ao BNDES a captação dos recursos, a seleção e o acompanhamento dos projetos financiados, bem como a prestação de contas aos doadores (Brasil, 2024).

Vejamos a seguir, como se dá a comunicação do MMAMC.

4.5 A comunicação do MMAMC

O MMAMC, enquanto órgão de Estado, utiliza diversos meios de comunicação, entre eles as mídias digitais, como forma de divulgar suas atividades cotidianas e o faz, frequentemente, adotando estratégias discursivas precisas para criar um efeito de parecer-verdadeiro ao que foi comunicado.

Em nossa reflexão, abordaremos inicialmente algumas características da comunicação governamental enquanto um instrumento democrático de informação. Em seguida, analisaremos as estratégias utilizadas na comunicação do MMAMC nos meios digitais e especificamente enquanto destinatária das *affordances* do Facebook, como veremos em seguida.

A comunicação governamental pode ser considerada parte de um todo mais abrangente, que é a comunicação pública. Ela é um instrumento para prover informações, objetivar políticas públicas e modalizar a sociedade, que tem por objetivo

[...] gerar concepções positivas para facilitar a governabilidade. Ela é importante do ponto de vista da comunicação contínua com a população na evidência da prestação de serviços e dos dividendos eleitorais estratégicos possíveis a partir de um contato maior entre as realizações do governo e o público (Panke; Quevedo; Joay, 2024, p. 32).

Para Luz (2017, p. 423) a comunicação governamental busca identificar formas de comunicação do Estado e de seus sujeitos com a intencionalidade de promover processos manipulatórios para fazer-crer em determinadas ações e políticas, bem como à *accountability* e outras informações de interesse público. Ela chega até esses segmentos por meio de disposições que a autora define como “Sistemas de Comunicação Governamental”, que compreendem desde a estrutura física e de recursos humanos até as políticas de comunicação, de jornalismo e relações públicas, publicidade e propaganda e outras, entre estas, a gestão das Redes Sociais Digitais – nas quais o poder público se faz presente por meio de perfis oficiais, fóruns de participação, *chats* e outras formas possibilitadas pela mídia digital.

A comunicação governamental também pode ser entendida como um jogo de máscaras que forma a identidade de determinados sujeitos em relação a outros, ou melhor, em que cada um se reconhece a si mesmo afirmando-se diferente do outro. Ela está inscrita em um jogo que envolve intencionalidades e, portanto, não pode ser entendida de forma literal, mas como resultado de uma estratégia discursiva do enunciador. Ela seria, assim, lugar de um mentir-verdadeiro, em que o uso de um discurso vago faz com que o político pareça dizer a verdade (Charaudeau, 2018, p. 106).

Poderíamos entender, também, que a comunicação governamental cria um espaço cênico, compartilhado entre sujeitos que representam o espetáculo e aqueles que o assistem, aderem e se reconhecem por meio dos primeiros (Landowski, 2002, p. 185). Trataremos deste tema nos tópicos 5.1 a 5.4 relativos a cada período de governo.

Analizando a comunicação do MMAMC ao longo dos dez anos do *corpus* desta pesquisa, nos concentraremos em como ela acontece nas redes digitais, em particular

no Facebook, plataforma onde a comunicação institucional daquela entidade tem maior número de seguidores.

4.6 O meio digital e a comunicação do MMAMC

A comunicação do MMAMC, entidade governamental pública, está diretamente relacionada ao uso que faz dos meios disponíveis para se relacionar com a sociedade. Nesse contexto, cabe uma breve reflexão sobre sua atuação no meio digital, espaço em que também se faz presente. Em primeiro lugar, vejamos as formas de interação entre um sujeito político, no caso, o MMAMC, e os destinatários da modalização que pretende fazer.

De acordo com Thompson (2018, p. 19), as formas de interação entre dois sujeitos podem ser classificadas em três categorias: a) interação face a face, caracterizada por uma situação presencial, sincrônica, dialógica e bidirecional, na qual são utilizados múltiplos sinais simbólicos, como a postura corporal (*hexis*), o tom de voz, o olhar e a proxêmica, entre outros; b) interação mediada, que ocorre por meio de dispositivos tecnológicos que possibilitam a comunicação entre indivíduos localizados em espaços distintos, mas em uma mesma temporalidade, como no caso do telefone; e c) quase-interação mediada, típica de meios eletrônicos de difusão como a televisão, o rádio e o cinema. Essa última ocorre no sentido vertical, de um para muitos e, portanto, é unidirecional, permitindo o que deve ou não ser visto, a partir do controle por parte do enunciador, o sujeito político, e pelos sujeitos da difusão, como os jornalistas ou as empresas de comunicação.

Na comunicação digital surge um quarto tipo, a interação mediada on-line, no qual a mediação acontece por meio de dispositivos eletrônicos (computador, smartphone, tablet ou outro) e tem como características ser dialógica, horizontal, distendida no tempo e de muitos para muitos, o que tem causado mudanças no campo da comunicação política.

Embora possa ser direcionada por meio de algoritmos, esta forma de interação multiplica o “espaço cênico” preconizado por Landowski (2002), fazendo com que os atores da comunicação estejam em atuação permanente, visíveis para todos os públicos e não apenas aqueles de seu interesse. Da mesma forma, minimizam o poder de profissionais e corporações de comunicação que destinavam onde, quando e como aquela atuação poderia ocorrer.

Esta é a forma de interação utilizada pelo MMAMC para se comunicar com seus públicos de interesse e este processo se dá a partir do uso de plataformas digitais, que têm lógicas próprias que interferem nos sentidos da comunicação.

As plataformas digitais e a platformização, segundo D'Andrea (2020, p. 19), são conceitos em evolução, que envolvem o uso de serviços ou produtos de empresas que integram tecnologia e dados, organizados segundo seus interesses. Elas têm a intencionalidade de organizar as interações entre usuários por meio de recursos de: a) programabilidade, obtida a partir de API's e algoritmos; b) de popularidade, baseada em *rankings* e movida por “*likes*”; e c) por conectividade, que permite a personalização de mensagens e a datificação, que consta de “processos de monitoramento, predição e ranqueamento, entre outros, [que] devem ser entendidos como uma forma emergente de conhecimento, ou um ‘novo paradigma na ciência’ [que transforma] ‘tudo’ em dados armazenáveis” (D'Andrea, 2020, p. 26).

Plataformas digitais são empresas e, portanto, actantes com interesses próprios que permanecem ocultos sob uma camada opaca de neutralidade que modaliza seus usuários, fazendo-os-crer em uma atuação democrática, equânime, independente e neutra. Entretanto, por meio do armazenamento, mensuração e compartilhamento de dados aliados à recomendação personalizada de conteúdos, tais empresas produzem um efeito de ser verdadeiro e de legitimidade da informação que o seu destinatário recebe. Na comunicação política, suas lógicas de uso comercial podem interferir nas informações que o destinatário recebe, de quem e como as recebe.

Conforme definido no *corpus* desta tese, nos concentraremos nas características de uma plataforma específica, o Facebook, e nas formas como o MMAMC o utiliza na sua comunicação, como veremos a partir de agora.

O Facebook by Meta é um produto de comunicação do grupo Meta que contava com cerca de 112 milhões de usuários no Brasil, em 2024, segundo o site Statista (Dixon, 2024). É uma empresa estadunidense, particular, não-controlada, com foco em publicações de natureza pessoal ou corporativa, portanto, diferentes de uma comunicação governamental.

A página oficial do MMAMC contava com 551.000 seguidores naquela plataforma em 31 de dezembro de 2023, data final da coleta de dados para o *corpus* desta pesquisa.

Os discursos do MMAMC no Facebook são construídos predominantemente sob a forma de debreagens objetivantes, estratégia que os faz parecerem verdadeiros, dada a suposta isenção e afastamento que esta estrutura discursiva evoca. São narrativas de ações cotidianas do Ministério em sua relação com a comunidade internacional, encontros e percursos para aprovação de projetos, leis e financiamentos.

Por outro lado, tal objetivação frequentemente produz textos marcados por uma regularidade que, na maioria das vezes, os torna previsíveis, que não provocam estesia e assim têm dificuldade para competir pela atenção de quem os vê. Da mesma forma, sua temática aborda frequentemente a participação da entidade em eventos, em diferentes temporalidades e limitadas às versões oficiais, marcadas pela polissemia e pela promoção dos destinadores.

Percebemos uma concentração de publicações do MMAMC no último quadrimestre de cada ano (60%), decorrentes das Conferências do Clima (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) da ONU.

Outro aspecto relevante diz respeito a mudanças na figuratividade das postagens ao longo do tempo. Elas podem ser oriundas de *affordances* da plataforma ou da intencionalidade da estrutura de comunicação do Ministério (como mencionado no item 4.5) e, certamente, têm implicações para a compreensão e o sentido das mensagens.

Affordances podem ser entendidas como as possibilidades de interação oferecidas pelas plataformas digitais aos usuários e, assim, destinam suas práticas dentro da rede, ou

[...] entre um usuário e as materialidades disponíveis. [...] No caso das plataformas *online*, as *affordances* estão diretamente relacionadas ao modo como as ações podem ser datificadas ou modularizadas, o que resulta na implementação de processos e recursos altamente padronizados (D'Andrea, 2020, p. 47).

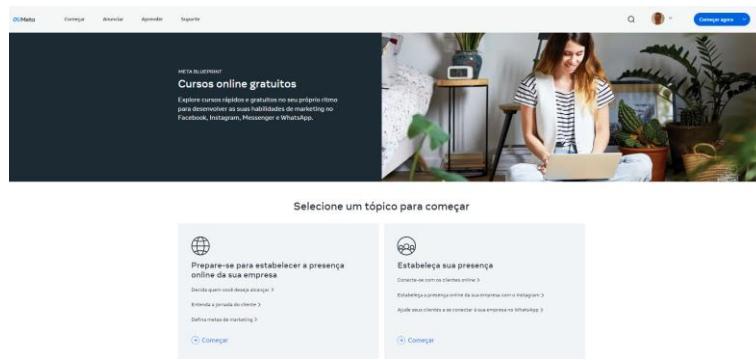
Segundo o mesmo autor, essas *affordances* operam como discursos modalizantes nas interações com os destinatários do aplicativo, classificando suas emoções, sob a forma de botões que identificam suas reações às postagens.

Esta classificação é feita por meio da escolha de figuras (emojis), discursos mí nimos colocados à disposição dos destinatários das plataformas ou programas de texto para comunicar emoções. São formatadas para propiciar e simplificar a

organização de dados sobre as preferências do usuário e as métricas para classificá-las (D'Andréa, 2020, p. 49).

Outra forma de modalização por parte do Facebook consiste em fornecer, como ajuda, instruções detalhadas sobre as formas mais eficientes para usar a plataforma. Evidentemente, tais instruções obedecem aos interesses daquele destinador e seus algoritmos controlam as chances de visualização da mensagem, que são ampliadas para as publicações que estejam em conformidade. O exemplo a seguir demonstra esta prática (Figura 12).

Figura 12 – Exemplo de destinação por meio de instruções de uso



Fonte: Meta [s.d; s.p]b.

Como empresa particular que é, a plataforma também introduz alterações no seu sistema sem consultar, especificar a sua natureza ou informar as consequências das mudanças (Figura 13). Para tanto, procura modalizar seus destinatários por sedução oferecendo uma polissêmica “atualização para nova experiência” que não define o que é ou a quem ela beneficia. Ou por intimidação, já que uma recusa ao contrato proposto não permite contestação e implica no banimento do destinatário da plataforma⁴⁹.

⁴⁹ Para detalhes sobre a modalização por intimidação nas *affordances* da Meta/Facebook, consultar a página “Sobre restrições de publicidade” da Central de Ajuda às Empresas (Facebook, [s.d]b).

Figura 13 – Exemplo de destinação por mudanças na plataforma



Fonte: Facebook, [s.d; s.p]a. Disponível em: <https://bit.ly/4ku8lsv>. Acesso em: 21 mai. 2025.

Como veremos a seguir, a figuratividade das postagens sugere a existência de destinação do Facebook por meio de *affordances* na comunicação do MMAMC. Entretanto, dada a opacidade da plataforma, não se pode avaliar corretamente este aspecto e as mudanças também podem vir de escolhas do MMAMC para modalizar seus destinatários.

Vejamos algumas mudanças na figuratividade das postagens do MMAMC ao longo do tempo:

1 – Entre os anos de 2014 e 2018, as postagens do MMAMC tinham um formato reduzido, reproduzindo os trechos iniciais do texto do site, sugerindo a intencionalidade de modalizar o internauta para fazer-fazer, uma transmissão⁵⁰ para buscar informações detalhadas na página oficial da entidade. Para tanto, replicava o título do site e inseria um link direcionado para a sua *home page* (Figura 14).

⁵⁰ Transmissão: “modelo de produção orientado pela distribuição em distintas mídias e plataformas tecnológicas de conteúdos associados entre si, e cuja articulação está ancorada em estratégias e práticas interacionais propiciadas pela cultura participativa estimulada pelos meios digitais” (Fechine, 2014).

Figura 14 – Exemplo de publicação da primeira fase (2014 a 2017)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 27 jun. 2014.
Disponível em: <https://bit.ly/3YvYYjD>. Acesso em 21 out. 2024.

2 – Entre 2019 e 2020 as postagens continham um discurso reduzido e figurativizado por formatos que privilegiavam os títulos das chamadas sincreticamente colocados sobre imagens ilustrativas. Foram eliminados o *link* para *home* do site e outras referências que poderiam ensejar um aprofundamento nos temas apresentados, sugerindo a intencionalidade de ocultar a ação do MMAMC (Figura 15). Como o Facebook privilegia imagens e vídeos acompanhados de textos curtos que possam ser entendidos imediatamente, as postagens daquele período podem indicar o assentimento à destinação da plataforma.

Figura 15 – Postagens no período de 2019 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 29 jul. 2020.
Disponível em: <https://bit.ly/4ec8FZv>. Acesso em 21 out. 2024.

3 – No período entre 2021 e 2022 ocorreram mudanças na figurativização: os textos das postagens passaram a um pequeno título topologicamente ao alto e à esquerda, no sentido de leitura. Abaixo do texto, uma imagem com uma figuratividade que evoca um anúncio publicitário, com fundo na cor verde-escuro, contendo uma imagem do lado direito e um título em amarelo e letras *bold* no esquerdo (Figura 16). Esse cromatismo está em conformidade com a apropriação de símbolos nacionais, promovido pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Entretanto permanece a relação que privilegia a imagem em detrimento do texto, um formato ainda hoje recomendado pela Meta/Facebook, na sua página “Boas práticas para criativos relacionada ao texto em anúncios” (Meta, [s.d]a).

Figura 16 – Exemplo de publicação do período 2021-2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 15 nov. 2021.
Disponível em: <https://bit.ly/3POcASs>. Acesso em: 24 jan. 2025.

4 – O retorno de Lula à presidência, em 2023, trouxe mudanças nas postagens, especialmente na figuratividade, que passou a apresentar títulos inseridos em uma tarja, a qual, por sua vez, se sobrepõe à imagem principal. Permaneceram as imagens e um texto reduzido, com *hashtags* (#) facilitando o compartilhamento e classificação das mensagens e *link* direcionando para a página do site do MMA (Figura 17). As postagens deste período sugerem a continuidade no assentimento às *affordances* da plataforma Facebook.

Figura 17 – Postagens a partir de janeiro de 2023



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 19 jan. 2023.
Disponível em: <https://bit.ly/4d4Dtv0>. Acesso em 21 out. 2024.

Entretanto, no segundo semestre de 2023, as postagens homologavam o conteúdo de cada tema, sem uma padronização que pudesse indicar a intencionalidade de uma isotopia figurativa ou o assentimento às *affordances* da plataforma (Figura 18).

Figura 18 – Postagem de outubro de 2023

 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima •
6 de outubro de 2023 ·

Suíça e EUA formalizaram novos aportes ao Fundo Amazônia para apoio a ações de conservação e uso sustentável da floresta amazônica e para a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.

Os contratos foram aprovados pelo @bndesgovbr em cerimônia em Brasília nesta quarta (4/10). Os aportes aprofundam a cooperação entre os países e reforçam as ações do governo federal para proteger o bioma, disse o secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco, que citou a meta brasileira de zerar o desmatamento até 2030:

"Reduzimos o desmatamento na Amazônia em mais de 48% de janeiro a agosto, comparado ao mesmo período do ano anterior. A queda evitou o lançamento na atmosfera de 200 milhões de toneladas de CO₂. O apoio representa um importante recado à comunidade internacional ao fortalecer o modelo de pagamentos por resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa", afirmou.

As duas contribuições somam aproximadamente R\$ 45 milhões: a Suíça doará 5 milhões de francos suíços (cerca de R\$ 30 milhões) e os Estados Unidos, US\$ 3 milhões (aproximadamente R\$ 15 milhões). O aporte americano é a primeira parte dos US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,5 bilhões) anunciados pelo presidente Joe Biden em abril.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia foi retomado em janeiro após quatro anos de paralisação, por decisão do governo anterior. Cerca de R\$ 3,9 bilhões doados por Noruega e Alemanha ficaram sem uso neste período.

Desde o início do ano, houve anúncios de novas doações que somam mais de R\$ 3,4 bilhões. Além de Suíça e EUA, a Alemanha comprometeu-se com um aporte de 190 milhões de reais, enquanto o Reino Unido anunciou R\$ 500 milhões para o fundo. A União Europeia anunciou R\$ 100 milhões e Dinamarca, R\$ 110 milhões.

A iniciativa já apoiou 102 projetos, com investimento total de R\$ 1,75 bilhão, beneficiando 241 mil pessoas com atividades produtivas sustentáveis, além de 101 Terras Indígenas na Amazônia e 196 Unidades de Conservação.

Segundo o embaixador suíço no Brasil, Pietro Lazzari, a contribuição fortalece a parceria bilateral e a defesa do bioma: "Estamos prontos para nos unir a outros colaboradores", discursou.



14 94

53 comentários 8 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook 06 out. 2023.
Disponível em: <https://bit.ly/3UmaYIp>. Acesso em: 21 out. 2024.

Essa mudança tem como objetivo retomar a prioridade na oferta de informações detalhadas e completas à sociedade, assegurando a uniformidade do conteúdo em todas as plataformas. Com isso, busca-se eliminar a necessidade de intermediação entre canais para o acesso integral à mensagem – ainda que essa estratégia possa reduzir o engajamento do público. Assim, o conjunto destas postagens fornece indícios do assentimento do MMAMC como destinatário das *affordances* do Facebook durante o período analisado

Essa modalização fica evidente por meio da restrições ao volume de conteúdo publicado (cortes de texto), predominância de imagens ou vídeos nas postagens e formatos de vídeos que proporcionam maior engajamento.

A busca por conteúdos completos ficou destinada pela intermediação com outros meios, e em alguns momentos, até mesmo esta possibilidade foi suprimida. Atualmente (2025) o MMAMC adota uma nova formatação, com vídeos no formato vertical, adequados para visualização no celular e apenas os títulos nas postagens. O conteúdo fica por conta do áudio dos vídeos, o que sugere um retorno do assentimento à destinação pelas *affordances* da Meta/Facebook.

Concluindo este tópico, vimos a inserção do Brasil no debate internacional sobre o meio ambiente, a gestão ambiental no período do início da redemocratização, o surgimento e a estrutura do MMAMC, as linhas de recursos financeiros para implementação dos seus projetos, e como ocorre a comunicação da entidade, particularmente como ela no Facebook, de onde extraímos o *corpus* desta pesquisa.

A seguir veremos as isotopias temáticas e figurativas que constroem os sentidos de meio ambiente e do MMAMC.

Os temas são estruturas responsáveis por organizar, categorizar e ordenar os elementos do mundo natural. As figuras, por sua vez, representam tudo aquilo que possui um correspondente no mundo natural. Já as isotopias referem-se à repetição de duas ou mais semas, podendo ser classificadas como temáticas ou figurativas.

Em nosso corpus, as postagens do MMAMC são textos narrativos informando atividades cotidianas da entidade, descrevendo-as, classificando-as e mostrando as dependências e relações que lhes são adjacentes. Nelas, identificamos diferentes isotopias em cada período de governo, que serão analisadas a seguir, a partir da emergência de quatro eixos temáticos que contribuem para a formação do sentido da entidade e de meio ambiente: São elas: 1) a mudança climática e as Conferências do Clima (COP); 2) a apropriação econômica do meio ambiente; 3) O desmatamento como desvalorização do objeto de valor e 4) A sustentabilidade e as políticas sociais.

Nos capítulos seguintes, veremos como elas ocorrem nos quatro períodos de governo que fazem parte do nosso recorte temporal: Capítulo 5 - Dilma Rousseff (2014-2016), Capítulo 6 - Michel Temer (2016-2018), Capítulo 7 - Jair Bolsonaro (2019-2022) e no capítulo 8, o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023).

5 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (JANEIRO DE 2014–AGOSTO DE 2016)

As postagens do período de governo da presidente Dilma Rousseff revelam grandes avanços na agenda ambiental brasileira, como a diminuição do desmatamento, as demarcações de terras para reservas ambientais e para os povos originários e a criação de mecanismos de acesso a recursos para projetos ambientais.

A quantidade de publicações e a participação da entidade em eventos internacionais e a sua natureza podem fornecer um indicativo da atividade do MMAMC junto à comunidade internacional. Alguns números corroboram para esta percepção: no período entre o segundo semestre de 2014 e maio de 2016 (final da gestão de Izabella Teixeira), o MMAMC realizou 3075 postagens com temas diversos, entre as quais, 164 eram relativas à comunidade internacional, que resultaram em 316 isotopias temáticas. Destas, 70% estavam relacionadas às atividades preparatórias, durante e após as Conferências do Clima de Lima (COP 20, em 2014) e a Conferência de Paris (COP 21, em 2015). Na sequência, destacaram-se temas relacionados a financiamentos para fundos climáticos (7%), desmatamento (5,4%) e sustentabilidade (5%), que completam o grupo de temas predominantes no período analisado.

O MMAMC também participou de 37 eventos internacionais, dos quais 12 estavam tematicamente relacionados às questões climáticas – incluindo as COPs de Lima e Paris. Além disso, participou de quatro eventos sobre desmatamento e florestas, três sobre áreas úmidas, sete voltados à destinação de resíduos sólidos e químicos, três relacionados à biodiversidade e dois sobre recursos hídricos, incluindo os oceanos. Estes números indicam que o foco da atuação do MMAMC durante o governo de Dilma Rousseff foi, sem dúvida, a questão climática e, em particular, as modalizações para o Acordo de Paris.

No contexto da temática da mudança do clima, o MMAMC se consolidava como uma entidade com competência reconhecida, capaz de atuar de forma relevante no cenário internacional. Sua participação contribuía para as negociações voltadas ao estabelecimento de novos contratos veridictórios com a comunidade internacional, buscando o aprimoramento dos termos do Protocolo de Quioto e a promoção de um modelo de mitigação das emissões de GEE que envolvesse todos os países, de forma proporcional às suas respectivas contribuições para essas emissões.

Assim, a principal performance daquele governo na área da gestão política do meio ambiente foi a sua participação na COP 20, em Lima, e nos preparativos e participação no Acordo de Paris, em 12 de dezembro de 2015, conforme vimos no item 3.7.

A seguir, analisaremos as isotopias relacionadas aos temas mencionados no item 4.6, que podem oferecer uma visão dos sentidos do MMAMC e de meio ambiente que predominaram naquele período.

5.1 A mudança climática e as Conferências do Clima

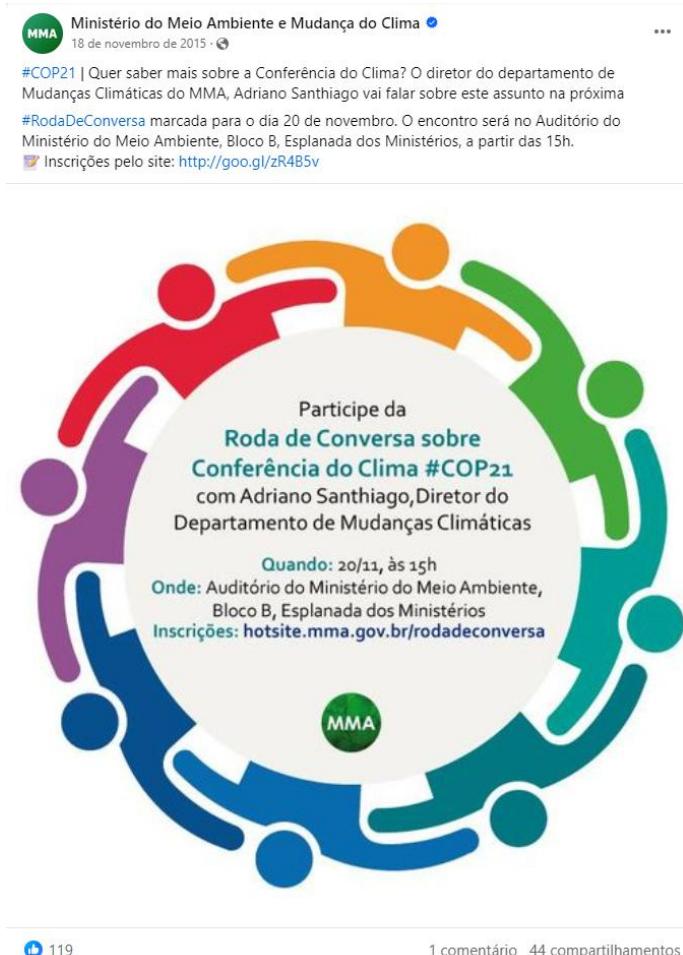
Este item, o mais extenso em função da quantidade de postagens e das isotopias envolvidas, trata da participação do MMAMC nas discussões sobre o clima, que culminaram no Acordo de Paris, durante a COP 21. Serão analisadas: a democratização da comunicação ambiental, por procurar modalizar a sociedade por meio da informação; a liderança do MMAMC durante as modalizações para o Acordo de Paris; a delegação actancial para a modalização de estados-sujeitos; a estratégia de modalização pelas metas ambiciosas; a sanção pelo testemunho; e as modalizações necessárias à implementação dos termos do Acordo de Paris.

5.1.1 Democratização da comunicação ambiental

As postagens indicam que, durante as discussões preparatórias para a COP 21, o MMAMC se posicionava como uma entidade aberta ao diálogo. Seus discursos seguiam programas narrativos de uso que buscavam modalizar a sociedade para a participação, tendo como objeto de valor a contribuição para a melhoria do clima global. Além disso, o Ministério procurava seduzir o destinatário com a possibilidade de que sua colaboração fosse considerada e debatida durante a Conferência do Clima (Oliveira; Klink; Miguez, 2016).

A Figura 19 apresenta um exemplo de postagem do MMAMC que busca convencer (Greimas, 2014) a sociedade para fazer-fazer conhecer e participar das propostas que seriam levadas à COP 21. Para isso, utiliza discursivamente, um sujeito que pergunta e ao mesmo tempo responde, uma forma de bivocalidade em que o “enunciado deixa ouvir diferentes vozes” [vindas de] um “autor-implícito constituído pelo texto” (Fiorin, 2001, p. 62).

Figura 19 – Exemplo de proposta de diálogo educativo com a sociedade



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 18 nov. 2018.
Disponível em: <https://bit.ly/3OPM1Me>. Acesso em: 06 dez. 2024.

A pergunta tem a finalidade de introduzir o destinatário no problema e a resposta, de modalizá-lo para participar da Roda de Conversa com o diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do MMAMC.

Sua figurativização trazia a imagem de um pôster com representação icônica de indivíduos unidos por abraços em torno de uma mesa, significando estarem reunidos para uma conversa. O cromatismo variado tem o sentido da diversidade e da desejada participação de todos.

Segundo Greimas e Courtés (2018, p. 250) “o ícone é um signo definido por sua relação de semelhança com a realidade do mundo exterior”, entendida como uma analogia do mundo natural e, portanto, neste caso, poderia ter o efeito de figurativizar pessoas unidas em torno de um objetivo comum.

O texto é uma narrativa que propõe uma mudança de estado inicial de desconhecimento sobre a Conferência do Clima para um final, de saber sobre ela. Faz

isso sob a forma de uma interpelação, procurando modalizar o destinatário para levá-lo agir, participando da Roda de Conversa. A modalização se consuma com um programa narrativo de uso, indicando os procedimentos a serem seguidos para atingir o programa narrativo de base, ou seja, o conhecimento sobre a COP.

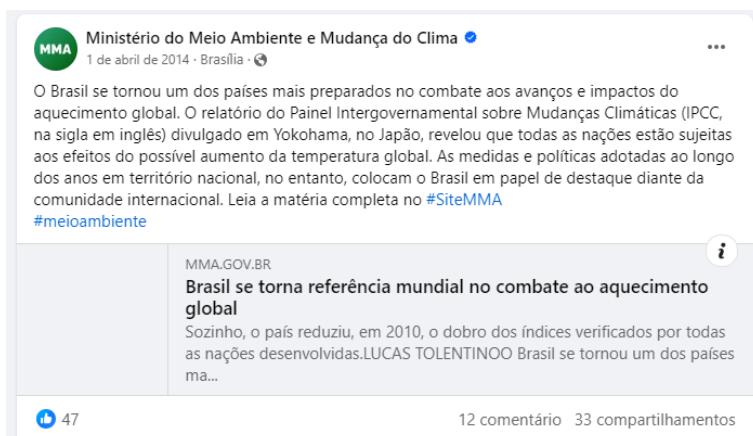
5.1.2 A verdade da liderança

Sob a gestão da ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira, as postagens do período 2014-2016 revelavam no MMAMC um destinatário sancionado pela ONU face ao sucesso das suas políticas ambientais. Por outro lado, procura ser um destinador que usa estratégias precisas para sustentar um discurso de poder diante da comunidade internacional baseado na liderança e no sucesso de suas políticas ambientais.

Na postagem a seguir (Figura 20), o MMAMC adota esta forma de evidenciar sua competência e performance, por meio de um discurso de liderança no combate ao aquecimento global, objetivada por fontes reconhecidas internacionalmente.

A figura 20 traz uma postagem relacionada a este tema.

Figura 20 – Postagem sobre liderança



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 01 abr. 2014.
Disponível em: <https://bit.ly/4gcsD7V>. Acesso em: 16 mar. 2024.

O texto da postagem inicia com uma embreagem, que pressupõe a existência de uma debreagem enunciativa anterior quando se refere ao “Brasil”. Ela instala no discurso um sujeito distinto e distante em relação à instância da enunciação (Greimas; Courtés, 2018). É sucedida por uma debreagem enunciva espacial, quando menciona

o Relatório do IPCC, divulgado em Yokohama, no Japão, que projeta o enunciado para longe do enunciador, produzindo um efeito de ser-verdadeiro à enunciação.

É uma estratégia que oculta a autoverdade do enunciador, para se deslocar em direção à objetivação do que foi enunciado, e assim, ser lido como verdadeiro pelos destinatários do Ministério.

Decorrente da performance enunciada anteriormente, temos as postagens relativas à delegação actancial nas modalizações para o Acordo de Paris. Um exemplo desta comunicação é analisado a seguir.

5.1.3 A estratégia do autoelogio

Nesta estratégia, o MMAMC, como integrante do governo federal, emprega a referência ao Brasil para falar de si mesmo de forma superlativa. Esta autoafirmação de liderança é uma estratégia discursiva em que a produção do efeito de verdade decorre apenas da afirmação de que é verdadeiro – pessoa ou, neste caso, instituição –, não importando se tem correspondência com o mundo real. Importa a forma como é dito (Brum, 2018). Adicionalmente, tem um sentido de estesia, por fazer parte de algo grandioso, que projeta o país no cenário internacional.

Vejamos o texto da Figura 21 a seguir:

Figura 21 – Postagem com afirmação de liderança



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 06 jun. 2014.
Disponível em: <https://bit.ly/404ruJ3>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Neste exemplo, o narrador inicia o discurso utilizando uma embreagem actancial, uma instância que neutraliza a categoria de pessoa e pressupõe uma debreagem enunciva anterior, criando um efeito de retorno à instância da enunciação. Com isso, faz com que pareça o enunciado de um outro e assim, produz um efeito de verdade ao discurso (Greimas; Courtés, 2018; Fiorin, 2001).

Tal recurso é seguido de uma camuflagem subjetivante do narrador, estratégia na qual para “parecer verdadeiro, deve parecer ‘secreto’” (Greimas, 2014, p. 123). Ele é um fiador da verdade, que enuncia a performance de dois sujeitos solidários ao entregarem o documento sobre os níveis de referência à ONU: o MMAMC e o Ministério das Relações Exteriores e ao mesmo tempo, estende o efeito de ser verdadeiro ao conteúdo do documento entregue.

Objetivando as afirmações do primeiro enunciado, a postagem contém um subtítulo com um segundo enunciado, que cria um efeito de ser verdadeiro às metas de desmatamento propostas pelo MMAMC. Entretanto, ela faz uma comparação entre dados de realidades diferentes e não mencionadas: enquanto os cortes de emissões planejados pelo Reino Unido ocorrem por mudanças na atividade econômica, que exige investimentos e tecnologia, os brasileiros derivam do controle do desmatamento, uma política reativa, de preservar o que já se tem e de menor impacto na estrutura econômica. No primeiro caso, o Reino Unido perde para controlar suas emissões; no segundo, o Brasil deixa de perder se controlar o desmatamento.

5.1.4 A delegação actancial

Pela sua performance na implementação das políticas ambientais brasileiras e participação nas modalizações prévias à COP 21, coube à equipe do MMAMC uma delegação actancial para atuar em nome da presidência da COP.

Tal delegação veio por destinação do presidente do evento, o ministro Laurent Fabius e visava modalizar destinatários de outros Estados-sujeitos para definir critérios de diferenciação no estabelecimento de suas próprias metas de redução de GEE. Além da possibilidade de modalização, tal poder delegado tem o sentido de sanção da ONU e da presidência da COP aos destinadores das políticas ambientais brasileiras. Entre tais destinadores, a presidenta Dilma Rousseff, cuja participação na abertura do evento trazia, simbolicamente, a sanção do governo brasileiro à condução das políticas ambientais do país diante da comunidade internacional.

O Brasil foi um protagonista da COP 21, com as participações da presidenta Dilma Rousseff na abertura da Conferência e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, por solicitação da Presidência Francesa, presidindo os trabalhos sobre diferenciação, que era o ponto de conflito mais difícil de ser resolvido no Acordo de Paris [...]. Todo esse contexto garantiu o resultado

exitoso da Conferência, na perspectiva do governo brasileiro (Oliveira; Klink; Miguez, 2016, [s.p]).

A Figura 22 é um exemplo das postagens sobre a destinação do MMAMC durante a COP 21: nela, a ministra Izabella Teixeira é apresentada como líder de um dos quatro grupos destinadores no evento, visando a realização de um programa de uso, o de estabelecer critérios de diferenciação entre os níveis de desenvolvimento de cada país para definição das respectivas (pretendidas) Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs).

Figura 22 – Postagem mencionando o MMAMC como destinatário e destinador



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 06 dez. 2015.
Disponível em: <https://bit.ly/40lurpN> Acesso em: 06 jan. 2025.

Nesta postagem (Figura 22), o discurso apresenta uma embreagem, que para ser instalada, pressupõe uma debreagem enunciativa que lhe precede. A ela segue uma debreagem enuncia que objetiva a enunciação anterior, sobre a consolidação do Brasil como protagonista nas negociações para o acordo global.

Figurativamente, apresenta uma pequena imagem da ministra em situação de trabalho, discursando, olhando para uma plateia indefinida, pressupondo serem os seus destinatários. Deste sincretismo emerge o sentido de ser verdadeiro ao discurso de liderança do MMAMC e das políticas ambientais brasileiras e de seus destinadores diante da comunidade internacional.

5.1.5 A modalização pela ambição

Entre as postagens para objetivar a performance das políticas ambientais brasileiras na COP 21, destacamos as relativas às metas brasileiras, com ambições de emissões elevadas para um país em desenvolvimento (Figura 23).

Figura 23 – Postagem comparando metas (INDCs⁵¹) de redução de GEE⁵²



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 09 nov. 2015.
Disponível em: <https://bit.ly/41rsN6Z>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Nesta postagem, o efeito de verdade vem da objetivação, por meio da racionalidade da comparação da ambição brasileira com as de países com economias mais desenvolvidas. Ela teve a intencionalidade de manipular os destinatários pelo exemplo, levando-os a repensarem e aumentarem suas próprias iNDGs. Da mesma forma, manipula outros destinatários para atribuir valor à performance do Ministério, de suas políticas e seus destinadores.

Ao contrário da autoavaliação do MMAMC em suas publicações, (Silva; Sanqueta, 2017, p. 77) afirmam que a INDC brasileira foi considerada “média” pelos

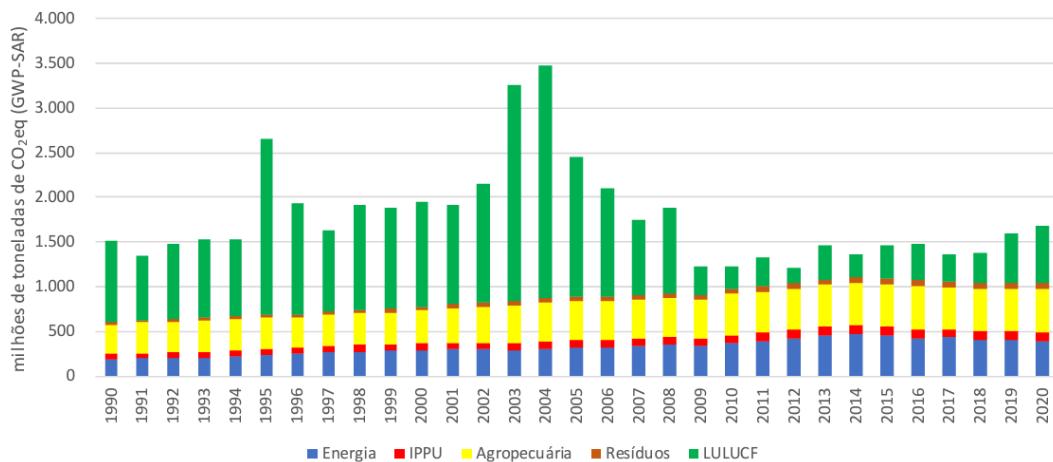
⁵¹ INDC (Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida) – metas de diminuição de emissões de GEE. Foram utilizadas como objeto de valor pelo Brasil nas modalizações que antecederam o Acordo de Paris. Uma vez sancionadas, passam a ser chamadas de NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) e tornam o contrato veridictório vinculante, ou seja, obriga os participantes ao atendimento dos termos contratados.

⁵² As contribuições para atender aos requisitos da NDC original contemplavam, em 2015, uma redução de 37% nas emissões de GEE até 2025 e 43% até 2030, comparadas aos níveis de 2005.

analistas da *Climate Action Tracker* e alguns dos seus itens já continham folgas para ajustes posteriores.

O comparativo daquela figura também oculta distorções: China, União Europeia e Rússia são países (ou grupos de países) que apresentaram metas que implicam na mudança ou redução da atividade econômica, de transportes e na substituição da energia fóssil por energias renováveis. Tal conversão é lenta, onerosa e depende de investimentos em tecnologia e processos industriais. Por outro lado, como demonstrado na Figura 24 a seguir, as emissões brasileiras decorrem, principalmente, das atividades de produção de energia, agropecuária e pela mudança de uso da terra (LULUCF), ou seja, pelo desmatamento para atividades econômicas. Assim, as metas brasileiras ambiciosas e recentemente reformuladas (2025), dependem fundamentalmente da diminuição ou eliminação do desmatamento e do reflorestamento para atender às ambições propostas.

Figura 24 – Emissões setoriais do Brasil, CO₂eq8, de 1990 a 2020⁵³



Fonte: Brasil, 2022c..

A redução do desmatamento aos níveis desejados tem se mostrado um objetivo de difícil concretização. Essa dificuldade tornou-se particularmente evidente durante o governo autoritário de Jair Bolsonaro, cuja gestão esteve alinhada a interesses do agronegócio, da extração de madeira, da mineração e da expansão da

⁵³ Siglas: IPPU = Emissões antrópicas do setor de Processos Industriais e Uso de Produtos (Industrial Processes and Product Uses); LULUCF = Emissões antrópicas do setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (Land Use, Land-Use Change and Forestry). CO2Eq = toneladas de dióxido de carbono equivalente.

infraestrutura – setores historicamente associados às maiores taxas de desmatamento (Rivero, et al., 2009).

Em relação às metas propostas na NDC, os mesmos autores afirmam, ainda, que o uso de energias renováveis, como a hidrelétrica, metanol, eólica e solar têm reduzido o volume de emissões. Em compensação, o uso de fontes não renováveis, especialmente a fóssil, tem crescido acima das demais, comprometendo as metas.

5.1.6 A sanção pelo testemunho

A narrativa do testemunho cria um efeito de verdade a partir do discurso subjetivante de um actante externo sobre alguém ou alguma coisa, que proporciona uma camuflagem objetivante criando um efeito de ser verdadeiro ao enunciado.

Entre as publicações do MMAMC neste período emergem narrativas enunciando testemunhos que sancionam as políticas públicas da entidade. Entre elas, a do ex-vice-presidente americano Al Gore (Figura 25), cujo testemunho menciona as credenciais do testemunhante – ativista ambiental e ex-vice-presidente dos EUA, conferindo-lhe autoridade e legitimidade institucional. Entretanto, não faz referência ao filme “Uma verdade inconveniente”, de 2006, que notabilizou o político em sua campanha educativa para mitigar os efeitos do aquecimento global.

Figura 25 – O ex-vice-presidente Al Gore com Izabella Teixeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 12 dez. 2014
Disponível em: <https://bit.ly/3Pkis5o>. Acesso em: 24 jun. 2024.

A figurativização da postagem evidencia um encontro informal entre Al Gore e Izabella Teixeira em uma situação de trabalho, conversando em torno de uma mesa, em uma sala despojada, possivelmente de um *stand*, com um painel cobrindo uma das paredes. Percebe-se a informalidade do encontro pela presença de outras pessoas, possivelmente auxiliares, identificados por detalhes como braços e caderno de anotações.

A proxémica dos interlocutores sugere a destinação de Izabella, entretanto, a ministra olha para algo distante e indefinido e não para o seu interlocutor, como se enunciasse para si mesma. Al Gore é apresentado como um destinatário-ouvinte pela posição lateral da cabeça e a direção do olhar. Seus braços cruzados, ao mesmo tempo que sugerem descanso, remetem a uma barreira que indica prudência, reforçada pela presença de uma caneta sem papel sobre a mesa, ou seja, ausência de elementos materiais para estabelecer qualquer compromisso formal.

5.1.7 Alianças com outros estados-sujeitos

A preparação e as modalizações durante a COP 21 favoreceram o estabelecimento de alianças entre o MMAMC com outros estados-sujeitos, formando actantes coletivos com maior competência modal na defesa de interesses comuns. Além das questões ambientais, tais alianças contavam com objetos de valor como as raízes idiomáticas, interesses comerciais, formação de blocos políticos ou similaridade, como a existência de grandes extensões de florestas.

O bloco que surge com maior frequência nas publicações do MMAMC é o Basic. Formado em 2009 por Brasil, África do Sul, Índia e China, o grupo tem em comum a industrialização recente, as relações comerciais, grandes extensões territoriais de, aproximadamente, 38% da população mundial, hoje em torno de 8,2 bilhões de pessoas (Mir, 2024) e um PIB total de 24,75 trilhões de dólares (Quais, 2024). É um bloco que adquiriu competência modal e política diante de outros grupos como a União Europeia ou os EUA na defesa das ambições de reduções de GEE.

A postagem a seguir (Figura 26) tem o efeito de sentido de demonstrar aos destinatários a união, caráter cooperativo e força de um grupo que desenvolve propostas conjuntas para atender aos seus interesses. Tem ainda, a finalidade de objetivar a dimensão política e a amplitude desta cooperação diante da comunidade internacional.

Figura 26 – Postagem sobre cooperação entre países do Basic



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 08 dez. 2015.
Disponível em: <https://bit.ly/3CgmuZo>. Acesso em: 28 abr. 2024.

Esta aliança está na base do BRICS, um grupo de cooperação política, financeira e diplomática que procura fortalecer econômica e politicamente os países do Sul Global na Governança Internacional. Desde 2019, o BRICS é formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã (Brics, 2024).

5.1.8 Modalizações para ratificação

O Acordo de Paris foi apenas a primeira etapa de um processo para implementar medidas de mitigação à mudança climática. Entretanto, tal acordo precisava passar pela sanção do Congresso Nacional para ser validado, evidenciando a destinação de outros poderes sobre o MMAMC.

Para mobilizar setores da sociedade capazes de modalizar os sujeitos políticos (Congresso, Judiciário, Relações Exteriores, entre outros) para a ratificação, o MMAMC utilizou a estratégia de objetivar a limitação do aquecimento do planeta pela implementação dos termos do Acordo de Paris.

A postagem a seguir (Figura 27) comunica a necessidade de ratificação do Acordo pelo Congresso, para limitar o aumento da temperatura da Terra.

Figura 27 – Postagem sobre necessidade de ratificação dos termos do Acordo de Paris



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 01 mai. 2016.
Disponível em: <https://bit.ly/43jV00e>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Ela apresenta um discurso modalizante sobre a importância do acordo e os compromissos assumidos no plano internacional. Procurava intimidar os destinatários pela objetivação do problema ambiental e sua responsabilidade pelo contrato fiduciário necessário à realização do programa de uso, ou seja, aprovar “metas que precisam virar lei” por meio da sua ratificação pelo Congresso.

A figuratividade desta postagem retrata uma situação formal de evento, identificada pela mesa com os nomes dos participantes. A ministra Izabella Teixeira é colocada em um situação de destinação pela posição de fala ao microfone, enquanto a pessoa mais próxima escreve e o seguinte lhe direciona olhar, ainda que em uma posição inclinada, definindo o foco da atenção naquele momento.

No próximo tópico trataremos das formas como ocorreu a apropriação econômica do meio ambiente durante o governo de Dilma Rousseff.

5.2 Meio ambiente como objeto de valor

As postagens sobre este tema ocorreram em menor número quando comparadas às relacionadas à Conferência do Clima. Elas estão relacionadas à busca, obtenção ou aplicação de recursos financeiros para projetos ambientais.

Entendemos que nestes processos o MMAMC tem a função actancial de actante destinador, aquele que propõe a modalização, com competência para executar a performance visando obter os recursos financeiros para aplicação em projetos ambientais. Ao realizar a modalização, o MMAMC, enquanto destinador, sanciona os contratos verídicos completando o processo.

Analisaremos agora as estratégias discursivas de dois exemplos das postagens que fazem parte dessa isotopia temática.

5.2.1 A transformação pelo recebimento de recursos

A primeira postagem (Figura 28) é uma narrativa que enuncia, por meio da objetivação, um momento inicial marcado por um estado disfórico face ao desmatamento e pelo uso predatório da floresta. Ao entrar em conjunção com o objeto Fundo Amazônia enuncia uma transformação, não discriminada, mas que pode ser pressuposta pelo montante do investimento: R\$ 1,2 bilhão. A postagem quantifica o número de projetos contemplados (80) e não especifica como se deu a aplicação deste montante, mas apenas os sujeitos que provocaram a transformação: os governos da Noruega e da Alemanha.

Figura 28 – Postagem enunciando recebimento de investimentos do Fundo Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 11 jan. 2016.
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1KMR4ARsaW/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Assim, procura fazer crer que as políticas públicas ambientais do MMAMC objetivam a sua competência para receber um recurso dos Estados-sujeitos Noruega e Alemanha e exercer a performance de aplicá-lo em um – pressuposto – número de projetos para promover a pretendida mudança, para um estado de preservação e uso sustentável da floresta.

A figurativização da postagem procura fazer crer na sustentabilidade da apropriação econômica do meio ambiente proporcionada pelos investimentos. Para isso, apresenta uma imagem aérea de um trecho do Arquipélago das Anavilhas, no leito do Rio Negro, com muitos barcos, indicando exploração pelo turismo, considerado uma atividade de observação, que não subtrai elementos da floresta.

5.2.2 A sanção pelos recursos financeiros

Uma segunda postagem, datada de 19 de agosto de 2015 (Figura 29), enuncia a sanção ao recebimento de recursos para “conservação florestal e regularização ambiental de imóveis rurais na Amazônia”. A narrativa deste contrato, mediado pelo objeto de valor “meio ambiente” apresenta um estado inicial de disjunção do MMAMC com os recursos, para um final de conjunção e acesso, por meio da assinatura dos contratos, a valores que lhe possibilitariam realizar seu programa narrativo de base, de preservar a floresta e oferecer condições para a conformidade ambiental de imóveis rurais na região de transição entre a Amazônia e o Cerrado.

Figura 29 – Assinatura de acordos de conservação florestal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 19 ago. 2015.
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1B82ca3Tap/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

A figurativização desta postagem apresenta a ministra Izabella Teixeira e três representantes dos outros países. O olhar da ministra está voltado para um ponto externo, uma possível interferência logo após a sua assinatura, ou que a deixou em suspenso, enquanto o representante da Alemanha definido pelo discurso, assina. O fundo, com um painel sobre o clima e a biodiversidade brasileira, evoca aprendizados da cooperação entre os dois países na área ambiental. Como complemento, uma vegetação indefinida reforça os sentidos de clima e natureza atribuídos à cena. Dessa forma, as postagens indicam o uso do meio ambiente como um objeto de valor, seja para a captação de recursos da comunidade internacional destinados à sua preservação, seja para sua utilização econômica por meio de atividades sustentáveis.

5.3 Desmatamento: a desvalorização do objeto de valor

As postagens do período do governo de Dilma Rousseff indicam que a progressão na queda no desmatamento foi utilizada para objetivar a competência e a performance do MMAMC na destinação de políticas ambientais. Foi utilizada ainda, em uma narrativa de liderança mundial nas metas e cortes de emissões de GEE

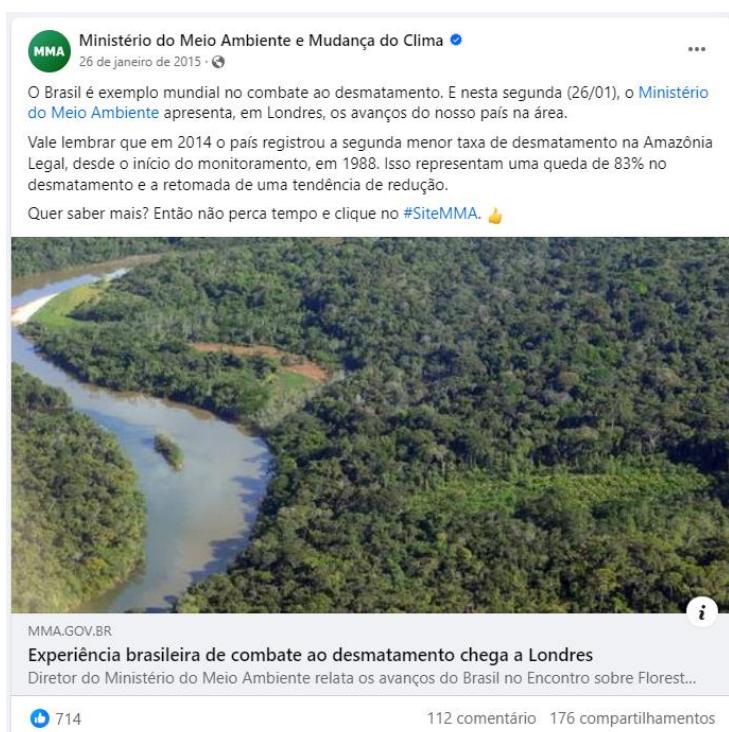
(NDC) brasileiras, necessárias ao recebimento de recursos financeiros, como veremos a seguir.

5.3.1 A iteração como objetivação de ser-verdadeiro

No exemplo seguinte (Figura 30), o efeito de verdade surge pois alguém afirma que é verdadeiro. Neste caso, a enunciação é feita sob a forma de uma embreagem, precedida por uma debreagem enunciativa, instalando um pressuposto “Eu digo que” seguido da afirmação superlativa sobre a performance do Brasil como exemplo mundial de combate ao desmatamento.

Ao iterar⁵⁴ uma performance pretérita e usá-la como parâmetro de competência na redução do desmatamento, aliando-a ao uso de dados objetivos, o discurso apresenta uma camuflagem objetivante que, para produzir o efeito de verdade, não parece ser o discurso de um sujeito, mas um “enunciado entre coisas” (Greimas, 2014, p. 123).

Figura 30 – Postagem com objetivação sobre desmatamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 06 jun. 2014
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1A7MPtavUQ/>. Acesso em: 23 mai. 2024.

⁵⁴ “A iteratividade é a reprodução, no eixo sintagmático, de grandezas idênticas ou comparáveis situadas no mesmo eixo de análise [...] e pode ser entendida ‘como uma característica particular de duração’” (Greimas; Courtés, 2018, p. 278).

Essa iteração tem o sentido de presentificar uma ação pretérita, formando outro discurso no mesmo nível de análise, que em função da repetição e do sentido histórico dos dados, contribui para o processo de modalização do destinatário.

Paralelamente, a iteração de dados positivos, é uma estratégia discursiva que cria um sentido de cumplicidade do destinatário em um contrato fiduciário produzindo um efeito de verdade ao que foi enunciado.

Assim, a modalização se completa pela afirmação de superioridade e pela objetivação desta por meio da iteração.

A seguir, veremos outra estratégia utilizada pelo MMAMC nos seus discursos sobre desmatamento: a busca de uma aproximação entre desmatamento e economia.

5.3.2 A verdade pelo excesso de informações

Uma das estratégias do MMAMC para modalizar seus destinatários, é um discurso de afirmação de sua competência para reduzir o desmatamento, como veremos no exemplo da Figura 31. Nele, o ministério apresenta duas formas de objetivação: a primeira consiste na apresentação de fontes supostamente verdadeiras, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A segunda, pela apresentação de uma profusão de dados, temas e gráficos, fazendo-crer no conteúdo enunciado.

Figura 31 – Objetivação de performance por meio de dados

MMA Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 25 de julho de 2015

A Amazônia é monitorada pelo [#Inpe](#), órgão responsável por fornecer os dados oficiais de controle do desflorestamento. Nos últimos dez anos, o monitoramento registrou queda de 82,5% do desflorestamento, reduzindo a área de 27.772 Km² em 2004 para 4.848 Km² em 2014, a segunda menor taxa da história.

Confira alguns dados do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm):

- Criou mais de ②⑤ milhões de hectares de unidades de conservação;
- Homologou mais de ⑩ milhões de hectares de terras indígenas;
- Beneficiou ②⑤ milhões de habitantes da região.

#Curiosidades

- Sabia que o Brasil vai reflorestar 12 milhões de hectares? Saiba mais => <http://goo.gl/m0mlKu>
- Sabia que o [Programa ARPA](#) já investiu R\$1 bilhão em conservação de florestas tropicais no mundo, apoiando 105 Unidades de Conservação, que ocupam 58,2 milhões de hectares? Confira => <http://goo.gl/KGQw6Q>



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 25 jul. 2015.
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1FiyJg5TUU/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Vejamos como isso acontece em nosso exemplo: em sua enunciação, o MMAMC restringe a sua performance positiva à Amazônia e não menciona os demais biomas. Se outro bioma fosse incluído, certamente os números e conclusões seriam diferentes. O Cerrado, por exemplo, é um bioma que vem sofrendo um processo de desmatamento rápido pelo avanço do agronegócio, pelo uso de sua vegetação como lenha e pelas suas características, que facilitam a remoção vegetal mecanizada.

Cerca de metade dos 2 milhões de km² originais do Cerrado foram transformados em pastagens plantadas, culturas anuais e outros tipos de uso. As pastagens plantadas com gramíneas de origem africana cobrem atualmente uma área de 500.000 km², ou seja, o equivalente à área da Espanha. Monoculturas são cultivadas em outros 100.000 km², principalmente a soja. A área total para conservação é de cerca de 33.000 km², claramente insuficiente quando comparada com os principais usos da terra no Cerrado. A destruição dos ecossistemas que constituem o Cerrado continua de forma acelerada. Um estudo recente, que utilizou imagens do satélite MODIS do ano de 2002, concluiu que 55% do Cerrado já foram desmatados ou transformados pela ação humana (Klink; Machado, 2005, p. 148).

Assim, a postagem contém uma afirmação verdadeira, que corresponde aos dados, mas reflete uma performance duvidosa por se restringir apenas à Amazônia.

O segundo aspecto diz respeito à escolha da temporalidade para o enunciado da mudança: ele apresenta um percentual elevado de redução do desmatamento tomando por base uma temporalidade pretérita com valor de presente, que se mostra conveniente na medida em que sugere que os resultados mais recentes parecem superlativos em relação ao passado. Figurativamente, o gráfico procura modalizar o destinatário não apenas pelas proporcionalidade decrescente das barras que representam níveis de desmatamento, mas principalmente, pelo traço em forma de curva, ligando o maior e o menor nível, tendo como legenda o percentual de redução de -82,5%, em letras *bold* e verdes, evocando cromaticamente a vegetação.

O terceiro aspecto é que a figuratividade da postagem, ao apresentar uma profusão de dados, cores, gráficos e ilustrações, gera um excesso de estímulos visuais e informativos, o que acaba dificultando a compreensão da mensagem. Da mesma forma, inclui informações sobre temas variados como: o Inpe, a queda no desmatamento, a meta planejada, benefícios sociais, ambientais, o percentual de atingimento da meta programada para os quatro anos seguintes (NDC), os números previstos para reflorestamento e os investimentos em áreas de conservação (Arpa). Assim, uma grande quantidade de dados aliada à figuratividade produzem um excesso de significados dos quais emergem o efeito de ser verdadeiro.

5.3.3 A verdade da conciliação

Na postagem a seguir (Figura 32), o MMAMC teve a intencionalidade de modalizar seus destinatários para fazer-crer nas suas propostas a serem apresentadas na COP 21. Para isso, adotou uma estratégia discursiva de conciliação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental mediada por políticas públicas de mitigação. Entendemos aqui a conciliação como uma combinatória semântica que poderia ser definida como “a rede de relações constitutivas de unidades sintagmáticas, fundamentada no princípio de compatibilidade” (Greimas; Courtés, 2018, p. 69).

Para isso, utiliza uma interpelação, seguida pela bivocalidade, em que o enunciado traz a pergunta e a resposta. Neste caso, a pergunta tem a finalidade de introduzir o destinatário no problema e a resposta, de modalizá-lo por meio da solução representada pelos termos e compromissos de mitigação a serem apresentados na COP 21.

Figura 32 – Postagem sobre conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima adicionou uma nova foto.
23 de novembro de 2015

Como desenvolver e, ao mesmo tempo, diminuir as emissões de carbono na atmosfera?

A resposta está nas políticas públicas de mitigação!

Todas as partes integrantes da #COP21 devem incluir em suas INDCs (contribuição nacionalmente determinada) metas e ações de mitigação. Além de continuar com o trabalho responsável pela grande redução das emissões nos últimos anos, o Brasil tem metas ambiciosas para o futuro. Confira:

- Fim do desmatamento ilegal no Brasil até 2030;
- Reflorestamento de 12 milhões de hectares;
- Recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- Assegurar 45% de fontes renováveis (a média global é de apenas 13%);
- Expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hidráulica, na matriz de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030;
- Fortalecer o cumprimento do Código Florestal;
- Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas;
- Alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

Quer saber mais sobre o tema? [Acompanhe a série sobre #mudançasclimáticas aqui: goo.gl/0U3DSR](#)

MITIGAÇÃO

Recuperar
15 milhões de hectares
de pastagens degradadas

45% de fontes renováveis

Restaurar e reflorestar
12 milhões de hectares

MMA

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 23 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4ihENh1>. Acesso em: 30 abr. 2024.

O texto elenca as principais propostas brasileiras como forma de objetivar a resposta à pergunta inicial. Entretanto, a visualidade apresenta sentidos redundantes aos do texto, está concentrada nos objetivos de recuperação da floresta e na produção de energia renovável, que correspondem aos principais itens da iNDC brasileira.

No próximo tópico, procuraremos entender como se deram as políticas sociais e de sustentabilidade durante o governo de Dilma Rousseff.

5.4 Sustentabilidade e políticas sociais

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU, [s.d; s.p]d).

O texto da epígrafe destaca que não se trata da definição de uma forma específica de destinação, com normas e procedimentos estabelecidos, mas sim de uma tentativa de modalização voltada ao desenvolvimento de ações que promovam a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

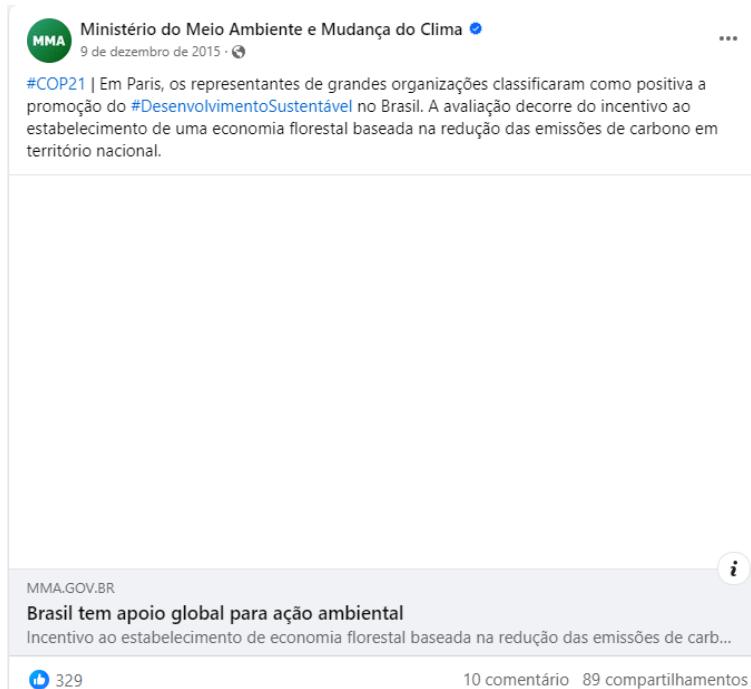
Vale lembrar, entretanto, que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável só haviam sido definidos preliminarmente na Rio+20, em 2012 e, portanto, ainda estavam em discussão durante o período de governo de Dilma Rousseff. Um dos objetivos da participação da presidente e da ministra na Cúpula das Nações sobre Mudança do Clima, em 2015, foi alinhar as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a Agenda 2030, como será detalhado adiante.

Como discutido anteriormente no item 3.5, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são caracterizados por sua vagueza e polissemia, o que possibilita múltiplas interpretações e apropriações por diferentes atores políticos e ambientais. Vejamos os sentidos de alguns exemplos dos discursos sobre sustentabilidade durante o governo da presidente Dilma Rousseff.

5.4.1 O desenvolvimento sustentável como sanção

A postagem da Figura 33 apresenta inicialmente um discurso de sanção às políticas brasileiras de desenvolvimento sustentável pelos destinadores, representantes de grandes organizações. O segundo discurso objetifica a afirmação da anterior, sancionando o desenvolvimento sustentável como uma política pública voltada para uma economia florestal de redução de emissões de carbono.

Figura 33 – Sanção às políticas de sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 23 nov. 2015.
Disponível em: <https://bit.ly/4hCE357>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Percebe-se então que, nesta postagem, o termo desenvolvimento sustentável é indefinido e polissêmico, que depende da ação realizada para ser definido. Vejamos como ele acontece na postagem a seguir (Figura 34).

Figura 34 – Desenvolvimento sustentável como troca de tecnologias



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 12 dez. 2014.
Disponível em: <https://bit.ly/3ZxEoib>. Acesso em: 24 mar. 2024.

A postagem narra o estabelecimento de um contrato veridictório para atender a um programa narrativo de uso, definido pela troca de tecnologias para atividades como monitoramento de florestas, reutilização de áreas degradadas, controle do comércio de animais silvestres entre “outras coisas” indefinidas.

Assim, por meio daquele contrato, os países poderiam experimentar uma mudança de estado, saindo de uma disjunção com a sustentabilidade para entrar em conjunção com ela, e atender ao programa narrativo de base, que é a promoção do desenvolvimento sustentável.

No enunciado seguinte, o narrador faz saber do elogio, pelo Presidente da Conferência, das políticas públicas brasileiras de combate ao desmatamento. Tal como na postagem anterior, aqui o desenvolvimento sustentável também é polissêmico. Ele define apenas os programas narrativos para se chegar a algo que pode ser convenientemente atendido por estas ou por outras atividades, desde que nomeadas como sustentáveis.

No próximo tópico, analisaremos os sentidos da destinadora do MMAMC, Izabella Teixeira, durante o governo de Dilma Rousseff. Ele foi incluído na medida em que a atuação do destinador faz parte da emergência dos sentidos da entidade. Esta análise será feita a partir dos regimes de presença de Eric Landowski descritos no item 2.8 deste trabalho.

5.5 Sentidos da ministra Izabella Teixeira

Em 22 de dezembro de 2010, o portal G1 noticiou a permanência de Izabella Teixeira no cargo de Ministra do Meio Ambiente durante o primeiro governo de Dilma Rousseff. Ela havia sido empossada na mesma função na gestão anterior, por indicação do então ministro Carlos Minc ao presidente Lula, e permaneceu no cargo até maio de 2016 (Com perfil técnico, 2010, [s.p]).

Na origem desta nomeação estavam disputas de poder entre os programas narrativos de base do MMAMC, comandado por Marina Silva, e o do Ministério das Minas e Energia, comandado por Dilma Rousseff.

Foi marcante o embate público estabelecido entre o Ministério de Minas de Energia (Ministra Dilma Rousseff à frente) e o Ministério do Meio Ambiente (Ministra Marina Silva à frente) a propósito do licenciamento das usinas hidroelétricas do Rio Madeira. Esse embate durou semanas e resultou em dois fatos destacáveis: (i) a liberação da Licença Prévia pelo Ibama em favor do início da obra; e (ii) a demissão da Ministra Marina Silva que, pelo desgaste sofrido, desligou-se não só do governo Lula, mas também do Partido dos Trabalhadores (PT) (Gusmão; Pavão, 2020, p. 248).

A aprovação do programa desenvolvimentista levou a ministra Marina Silva a pedir demissão do MMAMC e a se desligar do Partido dos Trabalhadores (PT). Ela foi substituída por Carlos Minc e, posteriormente, por Izabella Teixeira, funcionária de carreira que, na época, atuava no Ibama.

A ministra emerge nas postagens como um ator que procura fazer-crer na sua competência profissional na destinação do Ministério do Meio Ambiente. Entende-se aqui que o adjetivo profissional é semantizado como atributo decorrente de competências para fazer-fazer e fazer-agir, como capacidade técnica, conhecimento e resistência às modalizações da política.

As isotopias actoriais que emergem das postagens internacionais do MMAMC revelam na ministra um ator em representação constante, que poderia ser definida como “uma mulher de ação” (Landowski, 2002, p. 189), performando em inúmeras

frentes para modalizar destinatários de outros países ou representantes das forças políticas e econômicas nacionais para aprovação de programas de uso ou políticas ambientais.

Vale salientar que, sob sua gestão, foram sancionados acordos fundamentais, como a definição dos ODSs e as metas de redução de GEE (NDCs) brasileiras no Acordo de Paris, em 2015. Naquela Conferência, a então ministra teve uma performance destacada, co-destinando as modalizações para a obtenção de contratos verídicos para redução de emissões de GEE, por delegação do presidente da COP 21, o Ministro das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius.

Entre os projetos implementados em sua gestão, assinalamos o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro público obrigatório para todas as propriedades rurais que integra as informações ambientais de forma a proporcionar condições de controle, monitoramento e planejamento ambiental (MMAMC, [S.d]). O CAR é, também, um instrumento importante para a elaboração de históricos para Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e para cálculos visando a obtenção de créditos de carbono (Brasil, [s.d]; 2025a).

Nas postagens, a Ministra apresentava uma figuratividade da “Mulher de Ação” (“homem de ação”, na teoria) preconizada por Landowski (2002, p. 193), a regularidade de uma operadora incansável, sugerindo uma intencionalidade de fazer-crer em uma gestão profissional e isenta politicamente, embora a natureza do seu cargo seja essencialmente política.

As imagens que ilustram as postagens corroboram para figurativizar este regime de presença, apresentando a ministra em situações de trabalho (Figura 35): ora em um ambiente informal e até inadequado para as magnitude das modalizações que ali ocorrem, já que acontece em uma pequena mesa ao ar livre, insuficiente para todos os sujeitos envolvidos, um deles em pé ao lado da ministra. Sobre a mesa, uma pasta, documentos e anotações expostos, denotando improviso e informalidade ao trabalho. Da mesma forma, a ministra é apresentada nas postagens em ambientes fechados, orientando negociadores, ou debatendo com visitantes nas salas do Ministério .

Figura 35 – A ministra Izabella Teixeira em mesa ao ar livre com representantes da China



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 12 dez. 2014.
Disponível em: <https://bit.ly/4id3KKL>. Acesso em: 28 nov. 2024.

As postagens apresentavam Izabella Teixeira fotografada utilizando um signo que evidenciava estar permanentemente trabalhando: o crachá. Nas imagens, ela frequentemente portava o seu, discretamente, mas identificado pela presença da fita característica presa ao pescoço (Figura 35).

Figura 35 – A ministra Izabella Teixeira, portando crachá



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 30 nov. 2015.
Disponível em: <https://bit.ly/3DksQlk>. Acesso em: 11 mar. 2025.

As postagens raramente mostram Izabella em fotos tradicionais, posando para a câmera ou cumprimentando políticos e, mesmo quando em interação com outras pessoas, apresenta uma proxêmica com sentidos de ação, com o tronco e rosto

avançados, de estender as mãos para cumprimentar, discutir, apresentar ou interrogar seus destinatários.

Mesmo em encontros com a diretora do Banco Mundial, o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry ou o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, as imagens mostram a ministra de maneira casual fazendo crer que se tratava de encontros de trabalho (Figura 36).

Da mesma forma, ser fotografada em uma profusão de ambientes, despojados e informais, caracterizavam, mais uma vez, uma presença de trabalho.

Figura 36 – A ministra Izabella Teixeira em encontro com a diretora do Banco Mundial, Sri Mulyani Indrawati



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 04 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3OuEVwj>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Em 2016, com o golpe de Estado que depôs a presidente Dilma Rousseff, Izabella Teixeira foi substituída por José Sarney Filho, cuja gestão será vista mais adiante.

A seguir, serão apresentadas algumas considerações e críticas referentes ao MMAMC e aos seus destinadores durante esse período.

5.6 Considerações sobre o MMAMC na gestão de Dilma Rousseff (2014–2016)

As formas de presença de Izabella Teixeira e os resultados de sua gestão remetem ao sentido de fazer-crer que a ministra e o governo que representava efetivamente contribuíram para fazer avançar a agenda ambiental, ainda que esta performance tenha ocultado diversos problemas, que veremos a seguir.

5.6.1 Um programa narrativo de base pessoal

O regime de presença de mulher de ação e a aproximação com estados sujeitos e entidades internacionais deram grande visibilidade à ministra.

Se por um lado o meio ambiente, aparentemente, era um objeto de valor, por outro, associado ao *habitus* do campo ambiental, pôde ser utilizado para agregar capital simbólico (Bourdieu, 1986) à ministra, na medida em que sua permanência à frente do MMAMC ofereceu oportunidades para ampliação do seu capital cultural e social.

Após sua passagem pelo ministério, Izabella foi consultora, integrou conselhos de instituições e é Co-Chair International Resource Panel – UN Environment-ONU (Vieira, [s.d]).

5.6.2 Destinação voltada a uma política desenvolvimentista

Após comandar o MMAMC durante o final do governo Lula II e Dilma Rousseff I e II, a ex-ministra Izabella Teixeira tem seus críticos: para Abreu e Oliveira (2015), Izabella Teixeira foi levada à condição de ministra do Meio Ambiente como parte de um programa narrativo de uso para garantir a política desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff, marcada por grandes obras de infraestrutura e substituição de programas de transferência de renda como o Bolsa Verde. É uma concepção que justifica a permanência da ministra na pasta após o segundo governo de Lula.

Corrobora para essa visão o fato de que, embora fosse funcionária de carreira do Ibama na época de sua nomeação, Izabella tem formação, sobretudo, na área de petróleo e energia. Em 2013, seu currículo Lattes assim definia a sua atuação:

Atualmente é Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Ministra de Estado do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Atuando principalmente nos seguintes temas: Avaliação Ambiental Estratégica, Exploração e Produção de Petróleo, Gás Natural, Planejamento (Teixeira, [s.d; s.p]).

5.6.3 As usinas hidrelétricas do Rio Madeira e Xingu

Entre as obras aprovadas durante a gestão de Izabella Teixeira por meio destes processos controversos, destaca-se a construção das hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, Jirau e Santo Antônio do Monte, em Rondônia, previstas pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e causadoras de significativos danos

socioambientais, a despeito das críticas de ambientalistas e do próprio Ibama e às custas de licenciamentos liberados por intimidação, destinados pelo poder judiciário.

Atualmente (2025), Belo Monte é uma usina de fornecimento irregular, dependente da vazão do Rio Madeira. Em alguns momentos, nas cheias, consegue produzir a energia planejada, mas em épocas de secas, chegou a produzir somente 2,7% da energia prevista.

5.6.3 Modalizações por intimidação

Segundo Abers e Oliveira (2015), Izabella prestava contas de sua gestão apenas à Presidenta, sua destinadora e de quem era subordinada direta. Sob sua gestão, o MMAMC modalizou a ação das ONGs por intimidação, restringindo financiamentos e limitando as oportunidades para participação da sociedade de maneira a realizar os programas de base da presidência, com a aprovação dos projetos de infraestrutura.

5.6.4 A catástrofe ambiental de Mariana

Quinze dias antes do início da COP 21, em 5 de novembro de 2015, ocorreu a catástrofe ambiental de Mariana. Naquela tarde, a barragem de rejeitos de mineração do Fundão, pertencente à Samarco Mineração S.A., se rompeu, provocando um desastre socioeconômico e ambiental sem precedentes. Não nos deteremos nos detalhes do ocorrido, amplamente conhecidos e estudados, mas sim na reação do MMAMC nos dias que se seguiram à tragédia.

Diante da magnitude do desastre, a comunicação do MMAMC teve uma performance objetivante, sobre as avaliações dos danos, as viagens e sobrevoos realizados pela ministra e pela diretoria do Ibama, a solicitação de acordos indenizatórios para mitigar os impactos, bem como o monitoramento da trajetória dos dejetos no Rio Doce até sua chegada ao mar, no estado do Espírito Santo. As respostas aos comentários do Facebook eram padronizadas, relatando providências e afirmando que a responsabilidade pela fiscalização da barragem não era de sua responsabilidade, mas sim, do Departamento Nacional de Produção Mineral e as questões jurídicas eram competência de outras áreas.

A seguir, alguns exemplos e curtas análises de postagens relativas à catástrofe, durante o mês de novembro de 2015.

As Figuras 37 e 38 objetivam a ação do Ibama por meio do relato de providências tomadas pela entidade em função da dimensão da tragédia.

Figura 37 – Coordenadora do Ibama fala sobre providências



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 10 nov. 2015.
Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/15or7og7Ax/>. Acesso em: 06 jun. 2025.

Publicar uma postagem inicial cinco dias após o evento, utilizando uma entidade subordinada e enunciada por uma profissional operacional tem o sentido de ocultar o conhecimento e a responsabilidade do MMAMC e dos seus destinadores no episódio.

A visualidade da postagem reforça os sentidos de operacionalidade, com a enunciadora utilizando uma jaqueta EPI, possivelmente procurando modalizar o destinatário para o trabalho que estava sendo executado pela entidade.

No seu enunciado, os sujeitos-vítimas ocupam apenas um pequeno trecho do discurso, compartilhado em importância, com os animais. É uma postagem que reflete um olhar voltado para a instituição e não para quem está sofrendo as consequências do desastre.

Da mesma forma, na postagem publicada 10 dias após o evento (Figura 38), a presidente do Ibama enuncia as providências tomadas pela entidade.

Figura 38 – Presidente do Ibama fala sobre providências



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1BoFzeR5bK/>. Acesso em: 06 jun. 2025.

Utilizando uma visualidade de observar a tragédia por meio sobrevoo com helicóptero, a presidente do Ibama faz um enunciado técnico, objetivante e, mais uma vez, os sujeitos-vítimas ocupam apenas uma pequena fração do discurso. A imagem de sobrevoo tem o sentido de afastamento do problema, de não querer entrar em contato com uma tragédia que poderia ter sido evitada.

Percebemos por estas postagens que o Ibama teve um papel actancial relevante como destinador da comunicação do MMAMC logo após a ocorrência da catástrofe. Possivelmente uma estratégia para afastar o ministério de um evento disfórico durante as modalizações do Acordo de Paris.

Neste capítulo, observamos que a comunicação do MMAMC concentrou-se majoritariamente em postagens relacionadas ao Acordo de Paris e aos eventos a ele vinculados, destacando a performance de seus destinadores. Verificamos que os níveis de desmatamento apresentaram redução e serviram de base para a formulação da NDC brasileira, com destaque para a atenção desproporcional dedicada à

Amazônia em relação aos demais biomas. Constatamos também que o meio ambiente foi frequentemente apresentado como objeto de valor em modalizações voltadas à captação de recursos financeiros. Por fim, identificamos que o conceito de sustentabilidade foi empregado de maneira acessória e polissêmica nos discursos do MMAMC.

Entre as críticas direcionadas aos destinadores da entidade, destacam-se um possível favorecimento à aprovação da usina hidrelétrica de Belo Monte e uma atuação com enfoque objetivante diante da catástrofe ambiental de Mariana.

A seguir, analisaremos os aspectos relacionados às mudanças climáticas e à COP 21, à apropriação econômica do meio ambiente, à questão do desmatamento e da sustentabilidade no curto período de governo de Michel Temer.

6 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (SETEMBRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2018)

Com o golpe institucional por meio de *impeachment*, a presidente Dilma Rousseff foi substituída pelo então vice-presidente Michel Temer, em 31 de agosto de 2016. Consequentemente, no MMAMC ocorreu a substituição da ministra Izabella Teixeira por José Sarney Filho e dos principais atores daquele ministério.

O ministro Sarney Filho deixou o MMAMC em 06 de abril de 2018 para se candidatar a uma vaga para o Senado. Foi substituído pelo ministro interino Edson Duarte, que deu sequência ao trabalho do seu antecessor.

Sob as gestões de Sarney Filho e Edson Duarte, as publicações sugerem continuidade dos projetos iniciados por Izabella Teixeira. Ao contrário do período anterior, que teve a maioria de suas postagens concentradas nas Conferências do Clima, culminando no Acordo de Paris, a nova gestão se notabilizou por uma pluralidade de temas e eventos tratados dentro de um regime de regularidade, que apesar da importância dos temas tratados, não deixaram grandes marcas.

Foram 53 participações, sendo 13 em 2016; 23 em 2017 e 17 em 2018. Além dos temas decorrentes do Acordo de Paris e das Conferências do Clima subsequentes, as principais participações referem-se ao Fórum Mundial da Água, em 2018, à COP 13 do combate à desertificação, à COP da Convenção de Minamata (poluição por mercúrio), à proposta de criação de um Santuário de Baleias e à Conferência dos Oceanos. Tematicamente, tal profusão de eventos e participações fez com que houvesse um número reduzido de postagens para cada um deles, concentradas no período de sua realização e sem continuidade. Essa pluralidade tem o sentido de indicar uma presença ampla, mas sem profundidade para grande parte dos temas.

Veremos, a seguir, uma análise dos sentidos de postagens que refletiram as isotopias relevantes na gestão de Michel Temer, segundo os mesmos parâmetros vistos anteriormente, ou seja, a mudança climática e as conferências do clima, a apropriação econômica do meio ambiente, as questões ligadas ao desmatamento e a sustentabilidade e políticas sociais.

6.1 A mudança climática e a conferência do clima no governo Temer

Neste período, as principais postagens ainda diziam respeito à ratificação, apresentação à ONU e implementação do Acordo de Paris. Em seguida, os sentidos da certeza no sucesso do Acordo manifestado pelo Ministro Sarney Filho e, finalmente, a insatisfação pelo abandono pelos EUA, um dos principais emissores de GEE no planeta.

6.1.1 Sentidos políticos do Acordo de Paris no governo Temer

Nos quatro meses que sucederam o *impeachment* de Dilma Rousseff, o MMAMC continuou o esforço pela ratificação dos termos do Acordo de Paris pelo Congresso e sua apresentação para a sanção da ONU. Afinal, um acordo de repercussão internacional interessava ao governo de Michel Temer, quer para demonstrar a continuidade da política ambiental – e dos recursos que ela proporciona – quer por dar visibilidade aos novos destinadores de um governo cuja legitimidade inspirava incertezas. Neste contexto político, o documento de ratificação foi aprovado em 12 de setembro de 2016, e sua apresentação à ONU em 22 de setembro de 2016. Vejamos a seguir, as postagens relativas à realização daquele programa narrativo, um dos mais relevantes daquele governo sob o ponto de vista ambiental.

As postagens do MMAMC traduzem os sentidos políticos daquele evento. A Figura 39 mostra a assinatura da ratificação pelo presidente Michel Temer, após a sua aprovação pelo Congresso. Sua figurativização tem a intencionalidade de demonstrar um presumível apoio político pela presença do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pelo ministro das relações exteriores, José Serra e pelo seu ministro do meio ambiente Sarney Filho, os únicos a permanecerem no palco, topologicamente na proximidade e no mesmo nível de Temer, e membros da plateia. Secundariamente, transmite o sentido de aproximação entre os poderes executivo, legislativo e do Itamaraty em relação ao tema ambiental.

Figura 39 – Assinatura da ratificação pelo presidente Michel Temer

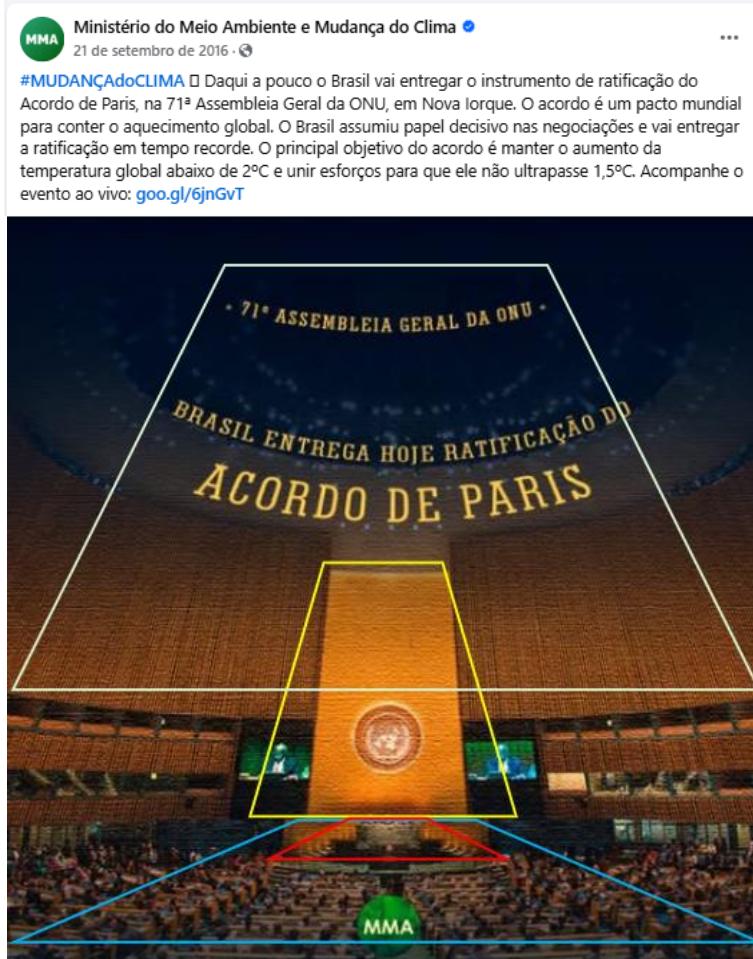


Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 12 set. 2016.
Disponível em: <https://bit.ly/422GwkZ>. Acesso em: 06 jan. 2025.

A sequência de imagens é apresentada no sentido do fluxo de leitura, que destina o olhar: inicia com um plano geral, no topo à esquerda, com a plateia de forma a evidenciar o apoio amplo ao novo governante. Ao lado, como se tratava de um evento ambiental de máxima importância, a imagem do Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, foi colocada no topo à direita, em *close-up*. Abaixo, a imagem do discurso do principal destinador, o ex-presidente Temer, recebendo os cumprimentos dos destinatários próximos e colocados no mesmo plano do presidente. E, finalmente, a imagem que retrata o motivo do evento, a assinatura da ratificação pelo presidente sob aplausos dos auxiliares.

A Figura 40, a seguir, publicada dez dias após a anterior, tem uma temporalidade e figurativização que traduzem importância pela estesia⁵⁵ da expectativa de um evento importante, evidenciada pelo termo “daqui a pouco” e pela monumentalização figurativa do local em que ele iria acontecer, a Assembleia Geral da ONU.

Figura 40 – Local da entrega da ratificação à ONU



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC no Facebook. 22 set. 2016.
Disponível em: <https://bit.ly/421zE7k>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Eideticamente, as formas trapezoidais (marcadas por linhas nas cores branca, amarela, vermelha e azul) remetem ao sentido de um altar central em que o ocupante da tribuna tem poder e destina o olhar dos ocupantes do lugar e de quem observa a imagem. Ele é acentuado pelo cromatismo da progressão de cores e luzes, do

⁵⁵ Estesia: “condição de apreender as qualidades sensíveis emanadas das configurações das coisas do mundo e dos artefatos culturais” (Oliveira; Ana Claudia, 2010, p. 1)

dourado brilhante da parede com o logotipo da ONU que, por sua vez, tem significados de riqueza e perenidade. Topologicamente está colocado acima de todos, emoldurando o ocupante da tribuna localizada na base com poder e brilho. As cadeiras da plateia, dispostas em semicírculo e o formato ovalado da abóbada escura, destinam o olhar para o ocupante da tribuna, sujeito de uma performance delegada pela ONU enquanto discursa.

O texto descritivo acima da imagem destaca os motivos e a importância daquele momento. Sobre a imagem, sincreticamente e em tons dourados, um texto faz referência à razão de ser do evento e da importância do local em que ele acontecerá.

A Figura 41, a seguir, tem sinergia com a que a precede, um recorte com o sentido de confirmar a actorialização, a realização da manipulação e a sanção pelo destinador naquele evento: o ex-presidente Michel Temer, tendo ao seu lado, o então ministro do meio ambiente, Sarney Filho, no papel actancial de adjuvante de seu governo.

Para isso, o texto na parte superior da postagem inicia com uma embreagem, precedida por uma suposta debreagem actancial que produz um efeito de verdade e de relevância para os sujeitos-destinadores que oficializaram a entrega da ratificação.

Figura 41 – O ex-presidente Michel Temer e o ex-ministro Sarney Filho durante a entrega da ratificação do Acordo de Paris à ONU



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 21 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3DGeYlb>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Figurativamente complementa a postagem anterior, apresentando o presidente e o então Ministro do Meio Ambiente, destinatários do poder da entidade. O conjunto evoca uma debreagem actancial subjetivante em que a aproximação dos sujeitos e o ambiente revelam o segredo do destinador iniciado na imagem anterior.

Topologicamente apresenta uma estrutura em que o destinador maior é a ONU, representada pela sua logomarca acima de todos, sobre o fundo dourado da parede, com significados de solidez, riqueza e perenidade conferidos pela cor e a figuratividade do metal. As bandeiras, o púlpito e as duas telas parciais complementam os sentidos da destinação daquele ambiente.

6.1.2 A autoverdade da questão ambiental

A ratificação do Acordo de Paris pela comunidade internacional e a antecipação de sua entrada em vigor tinha o efeito de sentido de fazer-crer na existência de uma unanimidade em torno do interesse pela mitigação dos efeitos da mudança do clima. A postagem presente na Figura 42 procura modalizar os destinatários do MMAMC neste sentido. Além da narrativa sobre a ratificação, inclui um enunciado do então ministro Sarney Filho, objetivando a afirmação inicial sobre a questão ambiental e o engajamento da “sociedade global” em torno da questão climática.

Figura 42 – Anúncio da entrada em vigor do Acordo de Paris



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 05 out. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1BHbGqSCaw>. Acesso em: 28 mai. 2024.

Ela vem sob a forma de uma debreagem subjetivante que, além conferir o efeito de ser verdadeiro ao enunciado, tem o efeito de sentido de sancionar a destinação do ministro, ao objetivar que ela ocorreu em um evento internacional, cujos efeitos serão percebidos em todo o planeta.

Se constitui também em uma forma de autoverdade, uma estratégia de produzir o efeito de verdade a partir da afirmação, na primeira pessoa, de uma experiência ou convicção pessoal, não importando se é verdadeira ou não (Brum, 2018) e se completa pela universalização do que foi enunciado pelo destinador.

6.2 Apropriação econômica do meio ambiente

Ao contrário das postagens do MMAMC no governo anterior, que eram predominantemente concentradas nos aspectos ambientais, durante o governo Temer ocorreu a emergência de um tipo de comunicação que objetiva a destinação da economia sobre o meio ambiente.

São postagens refletindo o aproveitamento de eventos ambientais para geração de negócios como o Espaço Brasil, ou o mercado de créditos de carbono como veremos a seguir.

6.2.1 O Espaço Brasil

O Espaço Brasil é um recinto criado desde 1992 para a discussão de temas ambientais, estimular parcerias e mostrar as iniciativas do MMAMC durante as COP do Clima.

São raras as referências a este espaço durante as COP 20 e 21 e quando ocorreram, se referiam a modalizações ligadas ao meio ambiente. A partir da COP 22, aparentemente o uso do Espaço Brasil tem sido modificado (Figuras 43, 44 e 45) passando a incorporar agentes econômicos e de negócios.

Na COP 22, por exemplo, ele foi criado em uma parceria entre o MMAMC, a Agência Nacional de Águas, o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), uma entidade voltada à exportação e à geração de negócios.

No mesmo período, enunciou discretamente uma pauta que incluía a iniciativa privada e a sociedade civil, sem definir quais seriam os representantes e a natureza de sua presença em um evento ambiental.

Figura 43 – Espaço Brasil na COP 22



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 08 nov. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16CAWpKvV1/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

Figura 44 – Espaço Brasil na COP 22



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 08 nov. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/fheuvGS6tAwu7z7U/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

Figura 45 – Espaço Brasil na COP 23



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 15 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3VAeWH7>. Acesso em: 20 jun. 2024.

A postagem referente à COP 23 deixa mais clara a vocação econômica que o espaço adquiriu: a enunciação menciona o aumento do percentual do biodiesel alegando uma contribuição ao esforço de diminuição de emissões.

Se, por um lado, é um combustível que diminui em até 20% a emissão de GEE (Cummins, 2024), por outro, exige o desmatamento de extensas áreas e o plantio de monoculturas produtoras de oleaginosas, principalmente da soja. Assim, é um tema mais relevante para o agronegócio e a economia do que para o meio ambiente.

A divulgação deste uso econômico comunica uma nova finalidade para o Espaço Brasil, o fomento de negócios em detrimento do meio ambiente. Uma atividade que ganhará corpo nos anos seguintes.

6.2.2 A financeirização das emissões de GEE: o mercado de créditos de carbono

Este mercado surgiu a partir do Protocolo de Kyoto, pretendendo estimular e financiar a diminuição de emissões por meio de incentivos financeiros, principalmente o das grandes economias, como os EUA e a Europa.

De forma geral, prevê que empresas que emitem gases de efeito estufa (GEE) em níveis inferiores aos limites estabelecidos possam gerar créditos de carbono, os quais podem ser adquiridos por empresas que excedem esses limites. A premissa desse sistema é que as empresas tenham interesse em reduzir suas emissões de

CO₂ para evitar o custo adicional associado à compra de créditos de carbono. Atualmente, um crédito de carbono equivale à emissão de uma tonelada de CO₂ equivalente. A atribuição de valor a essas operações é regulamentada por legislações nacionais e internacionais que estruturam e orientam o funcionamento desse mercado.

A concepção dos créditos de carbono, entretanto, recebe críticas porque, em última análise, se paga pelo direito de poluir e o custo pode ser incluído no preço final do produto. Também são infinitas as formas de barganha neste mercado, que pode sofrer efeito de manobras financeiras pela maior ou menor emissão de GEE diminuindo a eficiência ambiental do sistema. Assim,

[...] a efetividade ambiental do Protocolo depende do poder de monopólio que será exercido pelos países vendedores. Quanto maior o poder, mais altos os preços, menores as quantidades vendidas pelo monopolista e, por outro lado, maiores as reduções reais (Andrade; Costa, 2008, p. 36).

No Brasil, o maior poluidor – o setor agropecuário – fica fora do sistema, diminuindo a sua eficiência na mitigação de GEE.

A norma não inclui empresas do setor agropecuário na obrigatoriedade de limitar emissões. A atividade agropecuária e o setor de mudanças de uso da terra, relacionado à degradação florestal e ao desmate, respondem por 74% de toda a poluição climática brasileira (Ipam, [s.d; s.p].)

Como visto, o mercado de crédito de carbono, embora tenha uma proposta ambiental, se constitui em um ativo econômico, que na época do governo Temer ainda necessitava de regulação internacional. E, assim, as discussões sobre o mercado internacional de carbono foram tema de postagens do MMAMC no período (Figura 46). Vejamos:

Figura 46 – Postagem com Edson Duarte em reunião sobre créditos de carbono com representantes da indústria, cana-de-açúcar, agricultura e pecuária



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 13 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/419LDPJ>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Essa postagem pretende fazer crer que aqueles empresários reunidos com o Ministro Edson Duarte apoiam a regulação de um mecanismo financeiro destinado a incentivar a mitigação de emissões de GEE, mas não define a sua motivação.

Contudo, os participantes da reunião representam justamente três dos setores que mais contribuem para a exploração ambiental, o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa: cana-de-açúcar, agricultura e pecuária. Esses setores demonstram interesse na regulação do mercado de créditos de carbono principalmente pelas oportunidades de especulação que ele oferece, uma vez que suas atividades, em grande parte, estão fora do escopo regulatório desse mercado.

Figurativamente, o painel colocado topologicamente atrás dos participantes complementa a proposta de modalização: ele tem a imagem de um puma (ou onça) e apresenta o título “Ao aumentar a área de unidades de conservação e estruturar corredores ecológicos, o Brasil protege os biomas e sua extraordinária biodiversidade”⁵⁶ e poderia sugerir que aquelas pessoas representavam setores interessados em questões ambientais. Todavia, elas representam justamente os setores que mais se opõem à criação de áreas de conservação e frequentemente avançam sobre elas, desmatando, queimando e se apropriando para a agricultura ou pecuária.

⁵⁶ Do original: “By increasing the area of conservation units and structuring ecological corridors, Brazil’s protects the biomes and their extraordinary biodiversity”. Tradução do autor.

Completando, a biodiversidade é figurativizada com o puma, animal caçado nas propriedades daquele tipo de empresários por se alimentar de rebanhos, já que seu habitat foi invadido pela atividade econômica.

Vejamos, a seguir, as postagens sobre o desmatamento, um tema recorrente em todos os governos analisados.

6.3 O desmatamento como desvalorização do objeto de valor

Como as metas brasileiras de emissões de GEE foram objetivadas predominantemente pelo controle do desmatamento e reflorestamento, associada à emergência das discussões sobre créditos de carbono, emerge uma ligação entre ambas: a supressão vegetal implica na perda de créditos de carbono e de linhas de financiamento internacional. Assim, o desmatamento implica na desvalorização do objeto de valor.

As postagens do período têm o efeito de sentido de procurar modalizar os destinatários para a eficiência das políticas ambientais do governo Temer, utilizando uma curta temporalidade nas suas objetivações e ênfase em políticas de reflorestamento.

Vejamos alguns exemplos dessa isotopia.

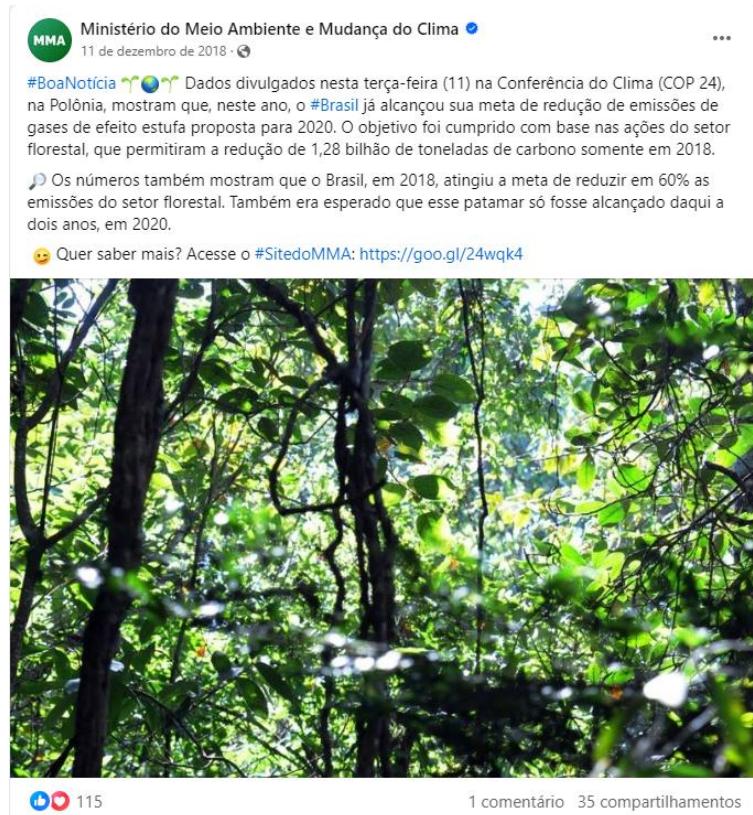
6.3.1 A estratégia da temporalidade e manipulação de dados

A primeira postagem procura modalizar os destinatários durante a COP 24 (Figura 47) apresentando os resultados positivos de um curto período de governo, no qual as metas de GEE dos dois anos seguintes já haviam sido alcançadas.

Anunciar durante a COP tem o efeito de sentido de anunciar para o mundo, especialmente, estados-sujeitos e instituições interessadas em destinar recursos para projetos ambientais de sucesso. Paralelamente, sinalizar que o objeto permanece com seu valor e, portanto, passível de gerar créditos de carbono.

Para tanto, faz uma objetivação que identifica o setor responsável pelo resultado – o setor florestal – e o volume de redução alcançado: 1,28 bilhão de toneladas de CO₂ apenas em 2018. Complementa, afirmando que também ocorreu uma redução de 60% nas emissões do setor florestal, antecipando os resultados planejados para 2020.

Figura 47 – Postagem sobre redução de emissões de GEE em 2018



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 11 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4bswOcJ>. Acesso em: 29 jun. 2024.

É uma estratégia discursiva que apresenta resultados a partir da ocultação ou manipulação de dados ou da temporalidade destes.

Para tanto, enuncia números que refletem resultados de apenas um ano de políticas públicas, sem um histórico que determine se ocorre uma tendência. Assim, apresentar números positivos de um curto período tem o sentido de modalizar o destinatário usando uma duratividade inexistente que tem o efeito de sentido de projetá-los para o futuro, sancionando as políticas ambientais do período. Se confrontarmos estes números com os do sistema TerraBrasilis (2024), veremos que em 2018 ocorreu um aumento de aproximadamente 8,7% no desmatamento na Amazônia e não a queda anunciada pelo ministro.

Uma outra estratégia é ocultar os valores estabelecidos nas metas, informando apenas percentuais elevados. A postagem menciona somente o cumprimento, mas não o total da meta e o número atingido. Assim, a antecipação tem o sentido de objetivar uma performance questionável do MMAMC no controle do desmatamento ou indicar manipulação no estabelecimento das metas.

Já a postagem da Figura 48 mostra uma outra estratégia para apresentar melhor performance para as políticas ambientais do governo Temer. Ela visa modalizar os destinadores apresentando conclusões erradas a partir de dados corretos. Neste caso, usa uma fonte reconhecidamente confiável e enuncia queda no desmatamento.

Figura 48 – Dados sobre desmatamento em unidades de conservação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 14 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3KUvKUi>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Entretanto, escolhe um local específico para refletir uma performance do seu interesse, aliada a uma temporalidade que lhe seja mais favorável. Para tanto, afirma que este número foi obtido “em unidades de conservação federais” entre agosto de 2016 e julho de 2017. E para fazer crer nesta performance positiva, objetiva sua afirmação utilizando resultados numéricos de ações de fiscalização realizadas pelo ICMBio, mas não especifica os detalhes destas operações.

Então, fica evidente a manipulação de dados sobre desmatamento e a eficiência das políticas públicas do MMAMC nesta área.

Vejamos agora, como as ações de sustentabilidade foram comunicadas naquele período.

6.4 Sustentabilidade e políticas sociais no governo Temer

Este tema foi tratado superficialmente nas postagens do MMAMC no período, geralmente como complemento às narrativas de eventos ou participação de dirigentes que incluíram sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como termos polissêmicos para concluir seus discursos. Vejamos alguns exemplos.

6.4.1 A polissemia como estratégia de regularidade

Neste tópico tratamos de um exemplo em que a polissemia é utilizada como estratégia para enunciar o mesmo, procurando fazer crer que está enunciando algo novo e diferente, envolvendo um compromisso do enunciador. Assim, cria um efeito de sentido de regularidade, de sanção pela ONU e pelos países, enunciando exatamente o que era esperado que enunciasse.

A postagem da Figura 49 relata uma reunião entre ministros do Meio Ambiente de países do Mercosul para debater a implementação dos ODS em seus países.

Figura 49 – Postagem sobre participação do MMAMC em reunião do Mercosul

 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 
14 de junho de 2017 · 3

 Países debatem amanhã (15/6) temas ligados à Agenda 2030 e à Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Mercosul, como mudança do clima, florestas, biodiversidade e solos. A contribuição do grupo para a agenda ambiental internacional também será discutida. Para o secretário Edson Duarte, que representará o Ministério do Meio Ambiente no evento, o Brasil leva a mensagem de que se compromete com o fortalecimento das políticas de desenvolvimento sustentável com enfoque na erradicação da pobreza extrema, na efetivação dos direitos sociais, na ampliação do acesso aos serviços públicos, na garantia da segurança alimentar e nutricional e na geração de emprego e renda, com inclusão de gênero.


OBJETIVOS DE DESenvolvimento SUSTENTÁVEL

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO	3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁREA LIMPA E SANEAMENTO
7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA	8 EMPREGO DIGNO E CRESCEMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INovação e INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	14 VIDA DEBAixo D'ÁGUA	15 VIDA SOBRE A TERRA	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITuições FORTES	17 PARcerias para o Desenvolvimento Sustentável	

MMA.GOV.BR
Mercosul reúne ministros na Argentina
Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão na pauta do encontro a ser...

 171 3 comentários 90 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 14 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3L4gWm1>. Acesso em: 26 jun. 2024.

A enunciação, caracterizada por uma debreagem objetivante, distancia o enunciado por meio da indefinição do sujeito – referindo-se genericamente a 'países' – e pela abordagem ampla dos temas tratados. Da mesma forma, ao reproduzir o discurso do representante brasileiro, o secretário (e posteriormente ministro interino) Edson Duarte, observa-se a apropriação, por meio de paráfrases, da formulação oficial dos ODS da ONU, como se esses compromissos já integrassem formalmente as diretrizes da entidade. Comparando os discursos, temos que no primeiro, o secretário afirma:

[...] que se compromete com o fortalecimento das políticas de desenvolvimento sustentável com enfoque na erradicação da pobreza extrema, na efetivação dos direitos sociais, na ampliação do acesso aos serviços públicos, na garantia da segurança alimentar e nutricional e na geração de emprego e renda, com inclusão de gênero.

E o discurso da ONU diz:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU, [s.p; s.d]b).

Percebe-se então, que estes tipos de discursos são construídos com termos vagos e polissêmicos, portanto, genéricos e desprovidos de sentido, para enunciar apoios, planos e propostas, que atendem apenas a objetivos políticos.

6.5 Regimes de presença

A partir das concepções de Eric Landowski (2002) sobre os regimes de presença e formas de popularidade descritos no item 2.8, analisaremos, a seguir, os ministros Sarney Filho e Edson Duarte.

6.5.1 Regimes de presença dos ministros José Sarney Filho e Edson Duarte

Com o golpe institucional que levou Michel Temer à Presidência da República, José Sarney Filho assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 12 de maio de 2016.

Sarney Filho já fora Ministro do Meio Ambiente durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso e, na época, teve uma atuação criticada por promover um esvaziamento de profissionais na pasta, insuficiência de recursos, influências políticas de diversos tipos, “contrariando decisões técnicas e normas legais de proteção ambiental” (Boeira, 2003, p. 534).

O mesmo autor indica que, naquela gestão, foram criadas Unidades de Conservação, mas não os meios para implementá-las e fiscalizá-las, uma performance que sugere ausência de competência ou a intencionalidade de não alterar ou confrontar os destinadores econômicos e políticos daquelas regiões.

As postagens do MMAMC revelam que Sarney Filho deu continuidade a atividades planejadas na gestão de Izabella Teixeira e que já estavam em fase de finalização. Entre estes projetos, a ratificação do Acordo de Paris, já negociado com o Congresso e dependente apenas da sanção presidencial e entrega formal à ONU, o que foi feito poucos dias após a posse do presidente Michel Temer.

Poderíamos identificar Sarney oscilando entre fazer-parecer que é um homem de ação em alguns momentos e, em outros, o herói mediador. No primeiro caso, para figurativizar sua operatividade, as postagens revelam Sarney Filho trabalhando com sua equipe, assinando tratados, participando de eventos e de campanhas, como no exemplo a seguir (Figura 50).

Figura 50 – O ministro Sarney em reunião com delegação indígena antes da COP 23



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 13 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/4eoOvfU>. Acesso em: 20 jun. 2024.

As postagens também apresentam Sarney Filho sob um outro modo, um simulacro que o aproxima do herói mediador, porém sem o componente sensível que catalisa o viver político coletivo em conjunção, tal como preconizado por Landowski (2002). Essa forma de presença surge nas postagens envolvendo encontros com políticos locais como o Ministro das Relações Exteriores, José Serra, ou o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. No plano internacional, com representantes do governo japonês, do Basic ou de países financiadores de investimentos ambientais como a Noruega ou de ONGs como o Greenpeace (Figura 51).

Figura 51 – O ministro Sarney em encontro com representante do Greenpeace



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 12 jul. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16Lvbz5xaF/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Este modo de presença fica mais evidente em um episódio específico, quando Sarney Filho se envolve em uma campanha para criação de um Santuário de Baleias no Atlântico Sul. Foram diversas postagens do ministro procurando fazer-crer na assinatura de um abaixo assinado para manipular os demais países por uma suposta intimidação representada pela adesão de muitas pessoas.

Entretanto, a campanha apresenta o então ministro em meio a assessores (Figura 52) procurando objetivar a elevada adesão à sua iniciativa por meio dos abaixo-assinados. Para entendimento no exterior, a imagem apresentava, inclusive, um pôster com os termos em inglês. As caixas têm a intencionalidade de modalizar os destinatários figurativizando uma grande quantidade de adesões, embora, paradoxalmente, apresentem a *hashtag* para que o gesto seja feito eletronicamente.

Figura 52 – Sarney Filho em campanha pelo Santuário de Baleias



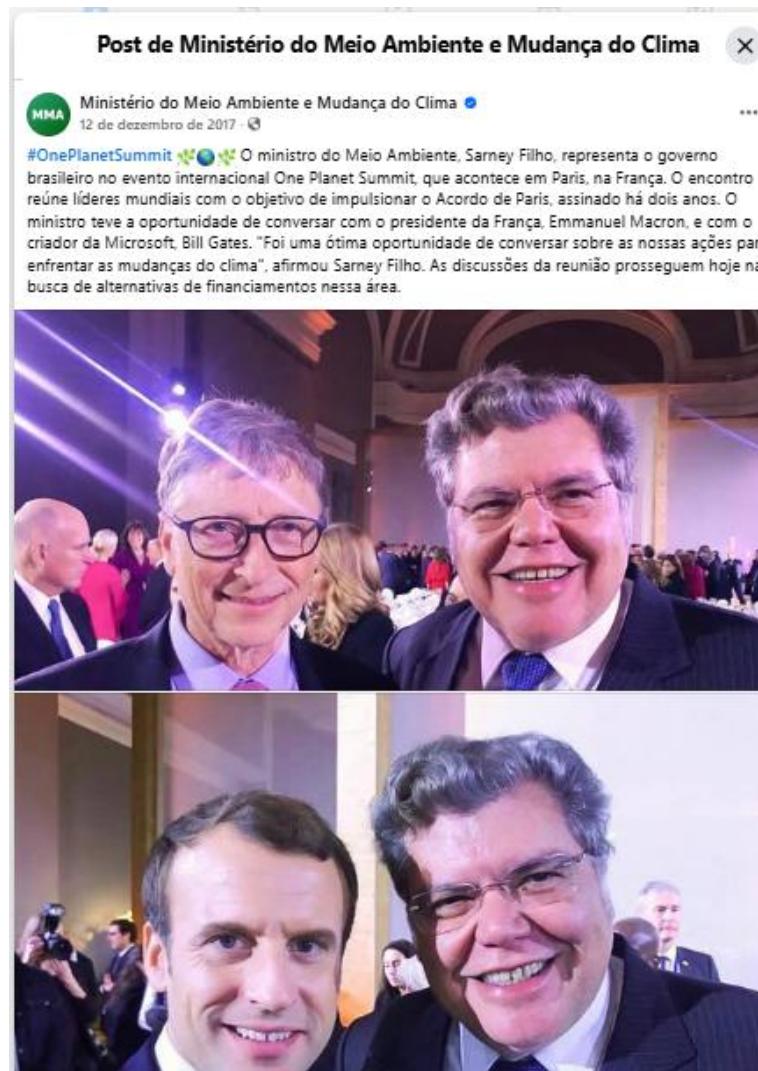
Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 20 out. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/41fd0GW>. Acesso em: 02 dez. 2024.

Por envolver interesses internacionais em disputa, tal manipulação não teve sucesso, mas foi utilizada como objeto de valor para a mobilização política em torno do nome do ministro, candidato ao Senado nas eleições de outubro de 2018.

Sarney Filho aparece em cerca de 25% das postagens disponíveis para pesquisa no período⁵⁷ e, figurativamente, apresentava uma presença objetivante, englobado pela ambientação ou outras pessoas. Delas emerge a figurativização do político tradicional, que procura ser fotografado com pessoas importantes, evocando um sentido de aquisição de capital simbólico pela proximidade, como as imagens com os presidentes Michel Temer ou Emmanuel Macron, ou ainda, o empresário Bill Gates, da Microsoft (Figura 53).

⁵⁷ Parte das imagens das postagens não estão disponíveis.

Figura 53 – Postagem de José Sarney Filho com Bill Gates e Emmanuel Macron, em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 12 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3D3TCDX>. Acesso em: 02 dez. 2024.

6.5.2 Ministro interino Edson Duarte

Edson Duarte, político baiano do município de Juazeiro, foi Deputado Federal pelo Partido Verde e integrante de diversas entidades ambientais quando nomeado Ministro Interino do Meio Ambiente, em abril de 2018, substituindo Sarney Filho, candidato a uma vaga no Senado.

As postagens revelam que em seus nove meses como ministro interino, Edson Duarte teve atuação discreta, dando sequência às atividades de seu antecessor. Esteve predominantemente voltado para o uso do meio ambiente como objeto de valor econômico, interesse manifestado pelas postagens de sua participação no Fórum de Investimentos Brasil 2018 (FIB), um evento para discussão de oportunidades de investimentos em infraestrutura, energia, tecnologia e inovação (Fórum de

Investimentos Brasil, 2018) e em reuniões setoriais sobre regulamentação de créditos de carbono (Figura 54).

Figura 54 – O ministro Edson Duarte discursa no FIB



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 29 mai. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3XLfUmq>. Acesso em: 29 jun. 2024.

No plano ambiental também teve uma participação protocolar, participando de grandes eventos, como as comemorações dos 10 anos do Fundo Clima, a COP 14 da Diversidade Biológica, a COP 13, da Convenção de Ramsar e a COP 24, da Mudança do Clima, em Katowice, na Polônia.

Sua forma de presença tem características do homem de ação, pelas postagens em que atua discutindo ou apresentando dados nos grandes eventos dos quais participou. Entretanto, pela brevidade de seu mandato e pela forma discreta como o destinou, foi uma presença pautada pela regularidade, uma não-presença e assim, nem mesmo esta característica se consolida.

A sua figuratividade é a da conformidade, acompanhando enunciados descritivos sobre sua participação em eventos onde é fotografado com o olhar dirigido a um ponto indefinido ou para baixo. Uma figuratividade de quem ocupa provisoriamente um espaço para que tudo permaneça da mesma forma.

6.6 Algumas considerações – Governo Michel Temer

As postagens analisadas indicam que, sob a presidência de Michel Temer, o MMAMC deu continuidade ou finalizou projetos e participações em eventos agendados na gestão anterior. Entre as ações estão a finalização do processo de ratificação dos termos do Acordo de Paris pelo Congresso e a apresentação à ONU em 12 de setembro de 2016, ou seja, apenas 12 dias após o início da sua gestão (Brasil, [s.d.]k). Entre os eventos internacionais, participou da COP 23 da Biodiversidade, em 2017, e sediou o Fórum Mundial da Água, em Brasília, em 2018.

A nomeação de José Sarney Filho e posteriormente Edson Duarte, indicam uma preferência por gestores identificados com uma proposta de orientação mais voltada à política consoante o histórico de seus destinadores: José Sarney Filho teve poucas realizações significativas à frente do MMAMC durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O mesmo em relação a Edson Duarte, quer como Deputado Federal pelo Partido Verde, quer como ministro, com a competência reduzida por um cargo interino do qual se esperava que fosse pautado pela regularidade, que não assumisse grandes riscos naquele curto período de gestão.

Considerando as postagens do nosso *corpus*, a relevância desta gestão está justamente na continuidade e manutenção dos compromissos e políticas ambientais recebidos do governo anterior.

Vejamos a seguir, os sentidos de meio ambiente e do MMAMC durante o governo de Jair Bolsonaro.

7 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2022)

O projeto de governo de Bolsonaro, iterado em sua campanha à presidência, incluía a eliminação do Ministério do Meio Ambiente, integrando-o, como uma secretaria, ao Ministério da Agricultura, representante do setor que mais emite GEE no país (Bragança, 2018).

Entretanto, ao receber críticas de diversos setores, inclusive do agronegócio, reviu sua decisão face a temores de embargos aos produtos brasileiros por destinadores estrangeiros em função da inexistência de uma entidade responsável pelo controle ambiental (Stachewski, 2019).

Assim, manteve o ministério, mas o entregou a gestores identificados com o agronegócio, incumbidos de promover o sucateamento da estrutura ambiental do país: “a Ricardo Salles teria sido incumbida a missão de coordenar as ações visando à desconstrução do *sistema ambiental federal*” (Gusmão; Pavão, 2020, p. 271).

Assim, o MMAMC perdeu sua competência enquanto entidade ambiental. No Conama, o governo reduziu a participação dos estados e da sociedade civil. Transferiu o CAR para o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), uma forma de facilitar ou legitimar as irregularidades fundiárias e ambientais (Gusmão; Pavão, 2020). Os dados sobre monitoramento ambiental passaram a ser divulgados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), subordinado ao Mapa, para que pudessem ocultar os resultados das queimadas (Oliveira, 2021).

Durante aquele período, estas e outras medidas, como mudanças na gestão do Fundo Clima e do Fundo Amazônia, fizeram com que ocorresse um afastamento do MMAMC em relação à comunidade internacional.

A comunicação reflete um distanciamento dos princípios, parceiros e compromissos internacionais que nortearam os esforços do MMAMC, que passou a ser destinatário do agronegócio. Desta forma, as publicações relativas à comunidade internacional foram reduzidas na gestão de Ricardo Salles e profusas, mas iterativas, na gestão de Joaquim Leite⁵⁸.

⁵⁸ Utilizaremos um *corpus* específico quando tratarmos dos desastres ambientais de Brumadinho e o derramamento de petróleo no mar.

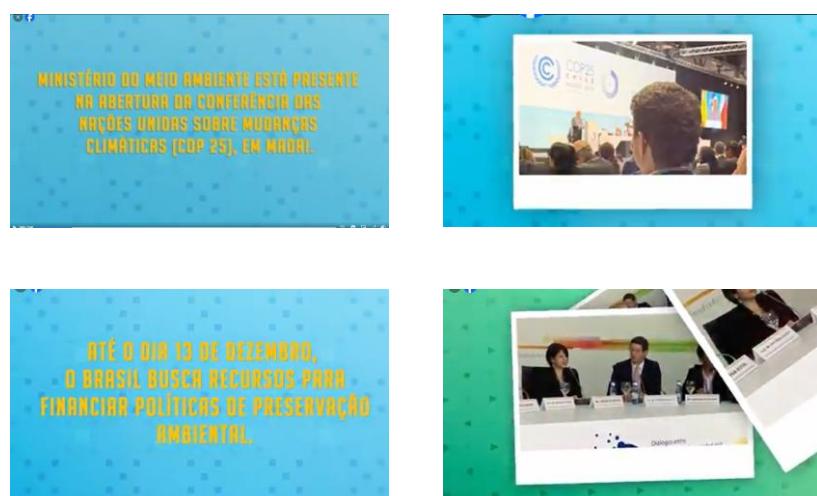
No tópico seguinte abordaremos os mesmos aspectos avaliados nos governos anteriores, todavia, durante o governo Bolsonaro, os temas socioambientais foram entendidos como questões que exigiam soluções de mercado. Isso se refletiu na destinação de recursos, na presença e participação em eventos e na apropriação do meio ambiente como fonte de oportunidades de extração de riqueza.

Em relação às Conferências do Clima, as posturas adotadas variaram, mas todas foram guiadas pela lógica da financeirização do meio ambiente. Ricardo Salles, na COP 25, adotou uma postura de confrontação, com exigências, contestações e ocultação de informações ambientais. Já Joaquim Pereira Leite transformou as prévias e as COPs 26 e 27 em verdadeiros encontros de negócios para o MMAMC. Em todas essas ocasiões, prevaleceram estratégias discursivas voltadas a construir a imagem de uma gestão empresarial do Ministério e a promover a projeção pessoal de seus dirigentes, como veremos a seguir.

7.1 A intimidação pelo passado ambiental

Durante os anos de 2019 e 2020, o MMAMC realizou poucas postagens no geral e apenas duas sobre a COP 25. A primeira (Figura 55), um vídeo produzido em formato de slideshow que enunciava o programa narrativo de base daquele governo, ou seja, modalizar destinatários dos países ricos para obter recursos financeiros, objetivados por danos ambientais pretéritos que teriam sustentado o crescimento daqueles países.

Figura 55 – Vídeo sobre participação do MMAMC na COP 25





Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 02 dez. 2019. 1 vídeo. 39s. Disponível em: <https://bit.ly/3FnDWLQ>. Acesso em: 10 jun. 2025.

O enunciado do vídeo diz: “Ministério do Meio Ambiente está na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP) em Madri”. Prossegue informando o período do evento e a finalidade da presença brasileira: “Até o dia 13 de dezembro o Brasil busca recursos para financiar políticas de preservação ambiental”. E finaliza objetivando o pedido:

Sistemas de geomonitoramento mais modernos que propiciem maior agilidade à fiscalização, a criação da Coordenação Especial de Fiscalização para Amazônia Legal e a colaboração de governos estaduais trarão maior eficácia às operações de Comando e Controle. Acompanhe a cobertura nas nossas redes.

É uma enunciação que tem o efeito de procurar modalizar os destinatários de forma intimidatória, pelo tom direto, uma forma de enunciação utilizada com frequência nas redes sociais para “lacrar”, um dizer absoluto e sem possibilidade de contestação. Por outro lado, utiliza uma objetivação vaga e imprecisa para definição dos equipamentos e estruturas pretendidos, que desqualificam a solicitação efetuada.

Da mesma forma, a postagem da Figura 56 apresenta o ministro Ricardo Salles em um discurso cobrando os mesmos recursos, usando o seguinte título: “Proteção ambiental. MMA na COP 25. Ministro do meio ambiente cobra implementação do Acordo de Paris”.

Figura 56 – Postagem do ministro Ricardo Salles durante a COP 25



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 10 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/462c8r6>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Nesta postagem, a proteção ao meio ambiente é usada como objetivação para modalizar os países ricos a cederem os recursos financeiros previstos no Acordo de Paris. Para isso, adota um discurso com sentidos de autoritarismo, pelo uso do verbo “cobrar” e colocando os países ricos como devedores. Remete ao sentido de modalizar por intimidação mesmo sem ter competência para isso, já que os dados sobre desmatamento, que poderiam objetivar o cuidado ambiental, indicavam um crescimento de 35%⁵⁹ no primeiro ano da sua gestão. Entretanto, esta atitude revela outras estratégias discursivas.

A primeira delas é que, ao concentrar a questão das emissões dos países ricos no uso de combustíveis fósseis, remete a uma manipulação para fazer-crer em novas oportunidades para o etanol e o biodiesel, produtos com origem no agronegócio, setor que, a rigor, era destinador do governo Bolsonaro.

⁵⁹ Segundo o sistema Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), em 2018 foram desmatados 7.500 km² e em 2019, 10.100 km² na Amazônia Legal (Terrabrasilis, 2025).

A segunda é que a negativa lhe permitiu utilizar uma estratégia de vitimização, colocando os países ricos que lhe negaram recursos como antissujeitos ambientais que dificultavam a sua gestão. Somada à atitude autoritária e manifestação de irritação, produz um contato estésico que o sanciona junto aos apoiadores do governo Bolsonaro. Esta postura fica evidente na volta do ministro, irritado, afirmando que a “COP 25 não deu em nada” (COP, 2019).

Sob o ponto de vista ambiental, esta vagueza levantou suspeitas. As ex-ministras do MMAMC Izabella Teixeira e Marina Silva indicavam que este era um programa narrativo de uso de Ricardo Salles visando a regularização fundiária de áreas griladas com recursos do Fundo Amazônia (Na COP 25, 2019).

7.2 Uso de previsões como realidade

Uma estratégia utilizada neste período e replicada posteriormente consistia na objetivação da performance do MMAMC pelo uso de previsões sobre desmatamento como se fossem reais, como na Figura 57 a seguir.

Figura 57 – Anúncio de atingimento de metas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/14FmTNdCihm/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

Aqui, a postagem busca fazer-crer na competência do MMAMC para o cumprimento de suas metas de emissões de CO₂ anunciando como certo algo que poderia acontecer em uma temporalidade futura. Textualmente, o verbo *dever* tem o sentido de obrigação ou compromisso assumido e, assim, levar o destinatário a crer na afirmação do cumprimento daquela obrigação. Esta modalização se torna ainda mais efetiva pela objetivação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), instituto qualificado para fornecer dados econômicos.

Vale salientar que, visualmente, o texto pode induzir a uma interpretação de que o país irá atingir a metade da meta, já que a compressão aproxima os termos “meta” e “de” e podem gerar um cacófato, comprometendo o sentido da comunicação.

Quando as estratégias discursivas não davam conta da realização dos seus objetivos, o governo Bolsonaro promoveu substituição de pessoas e sistemas, visando manipular os dados sobre desmatamento.

7.3 Sentidos da manipulação de dados sobre desmatamento

No governo de Jair Bolsonaro os níveis de desmatamento voltaram a crescer, sinalizando uma política de estado de devastação dos biomas, como afirma Luiz Marques.

Longe de ser o resultado de uma capitulação diante do agronegócio, a destruição da floresta ocupa o centro da agenda de Bolsonaro, razão pela qual a perda florestal atinge 20.980 km² entre agosto de 2018 e julho de 2020 (Marques, 2022, p. 176).

As poucas postagens publicadas entre 2019 e 2022 – apenas quatro no total – buscavam minimizar o problema e modalizar a sociedade por meio da divulgação de supostas reduções significativas no desmatamento. No entanto, essas postagens baseavam-se na produção de notícias falsas, que procuravam criar um efeito de verdade a partir de fontes questionáveis, frequentemente sustentadas pelo uso distorcido de dados oficiais, como será demonstrado adiante (Figura 58).

Figura 58 – Exemplo de postagem mencionando redução do desmatamento no Cerrado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 16 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CwHNGu>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Para isso, o então presidente alterou a destinação de entidades ambientais. Como exemplo, podemos citar a Agência Nacional de Águas, que saiu do MMAMC e passou para o Ministério do Desenvolvimento Regional e o CAR, criado para a gestão e fiscalização ambiental e fundiária das propriedades rurais, passou a fornecer dados para objetivação da “legalização de terras desmatadas e ocupadas ilegalmente” (Gusmão; Pavão, 2020, p. 255).

Com o rompimento de acordos e interrupção dos financiamentos ambientais pela comunidade internacional, o então presidente determinou mudanças no INPE e na gestão de dados sobre desmatamento, com a demissão de seu dirigente, o físico Ricardo Galvão, em 02 de agosto de 2019 (Quierati, 2019). Da mesma forma, a partir de novembro de 2021, substituiu a objetivação de dados fornecida pelo sistema Prodes pelo TerraClass, um sistema antigo e em desuso desde 2014. Os novos diretores sancionaram a mudança para uso em conjunto com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e a Embrapa, subordinados ao Ministério da Agricultura. Com isso, visava contar com dados mais favoráveis, que não comprometessem o comércio internacional de *commodities* (Figura 59) e, sobretudo, os recursos em créditos de carbono decorrentes de uma suposta preservação ambiental.

Figura 59 – Postagem anunciando os novos sistemas de monitoramento do desmatamento



MMA Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
1 de novembro de 2021 · 

 BRASIL NA COP26

O Brasil abriu a COP26 com um grande anúncio: a regeneração de +160 mil km² de florestas na Amazônia, registrados em 2020. O levantamento oficial, realizado pelo Inpe, Censipan e Embrapa, é fruto de monitoramento via satélite e análise de imagens pelo sistema TerraClass. A reativação do sistema, que estava sem produzir dados desde 2014, reafirma os compromissos brasileiros na agenda ambiental.

É o #AmbientalismoDeResultado do Governo do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 01 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3WvbFdr>. Acesso em: 22 jan. 2025.

7.4 O mercado como solução

Durante a gestão de Ricardo Salles, o MMAMC usava uma narrativa que procurava fazer-crer que o capitalismo e o mercado eram solução para a preservação da Amazônia. Ele propõe uma mudança de estado, de um disfórico, de disjunção da floresta e de seus habitantes com a preservação e a prosperidade, para outro estado, eufórico, de conjunção com estes dois aspectos (Figura 60).

Utilizava, para isso, uma debreagem enunciativa, que produz o efeito de verdade por parecer algo secreto, no caso, o segredo da proteção ambiental, representado pelo capitalismo.

Figura 60 – Postagem enunciando para o desmatamento ilegal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 02 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3XYD6gZ>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Reforçando esse discurso, o aspecto plástico da postagem apresenta uma imagem escura de floresta e ilhas fluviais, sobre a qual se sobrepõem o título e o subtítulo. A escuridão da imagem sugere um espaço que precisa ser revelado ou iluminado para ganhar vida. A composição visual remete à estética de um anúncio publicitário, com textos breves e polissêmicos, que induzem o destinatário a projetar a solução que lhe parecer mais adequada – desde que alinhada aos parâmetros da enunciação, isto é, uma transformação orientada pela lógica do capitalismo.

O desmatamento acelerado e a pobreza endêmica da população amazônica derivam justamente da penetração do capitalismo em busca de madeira, minérios e do aproveitamento da biodiversidade. Neste caminho de exploração, os povos originários são considerados antissujeitos para serem potencialmente escravizados para produzir mais-valia.

As soluções de mercado preconizadas pelo ministro incluíram autorizações e estímulos para os garimpos ilegais de ouro, permissões para desmate da Mata Atlântica sem autorização ambiental, estímulos às queimadas, apenas para citar alguns (Alessi, 2020; Casemiro, 2025). E assim, essas soluções, evidentemente, não protegiam a floresta, mas estimulavam a sua destruição.

7.5 A estratégia dos negócios ambientais

A gestão de Joaquim Leite foi pródiga na proposta de novos negócios a partir da apropriação do meio ambiente como forma de fazer crer em uma gestão empresarial como uma solução eficiente para as políticas públicas.

Utilizando o Espaço Brasil, criado para discussão de temas ambientais durante as Conferências do Clima, e transformado em *stand* de vendas de negócios ecossistêmicos para empresários nacionais, aquele ministro lançou então, no final da COP 27, a proposta de criação de um mercado de metano, nos mesmos moldes do recém regulamentado Mercado de Carbono e com os mesmos valores destinados à criação de um fundo de US\$ 100 bilhões (Figura 61). Tal fundo permitiria a redução das emissões daquele gás até 2030, apoiado pelos programas governamentais Metano Zero para produção de biogás.

Figura 61 – Criação do mercado de metano



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 22 nov. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Wnj26N>. Acesso em: 16 jul. 2024.

O ministro procura fazer crer que é uma proposta alinhada a objetivos ambientais e ao mercado de carbono, já conhecido e utilizado pelos investidores. Entretanto, ela tem o sentido de ser inoportuna, já que nem mesmo os investimentos e indenizações definidos pelo Acordo de Paris estavam sendo cumpridos pelos seus signatários.

Entretanto, pode ser considerada como uma estratégia cuja intencionalidade era buscar recursos internacionais para favorecer o agronegócio, já que a maior parte do metano é gerada pela digestão de bovinos e o seu controle estaria nas mãos dos respectivos criadores.

7.6 Reflorestamento com sentido de recomposição do objeto de valor

O reflorestamento minimiza o problema do desmatamento, porém não é uma reposição fiel do ecossistema destruído anteriormente já que a natureza é um todo orgânico, que uma vez desfeito, dificilmente poderá ser reconstruído. É um recurso técnico e tecnocrático, para fazer crer na reconstrução da natureza barata, de modificá-la tecnicamente por meio da ciência para que se torne algo parecido como

era antes de ser apropriada (Moore, 2022; Hartley, 2022) e continue gerando benefícios ecológicos e econômicos.

Assim, podemos falar em reflorestamento enquanto criação de um novo objeto de valor, a troca de uma coisa por outra, que pretende fazer-parecer semelhante ao original que foi destruído.

Um exemplo desta forma de comunicar surge na postagem de 04 de novembro de 2021, quando, durante a gestão de Joaquim Pereira Leite, o MMAMC utilizou um vídeo para apresentação no “Espaço Brasil” durante a COP 26, em Glasgow/UK, mencionando ações de sustentabilidade da Itaipú Binacional, decorrentes de reflorestamento, convivência com a atividade agrícola e o turismo (Figura 62).

Figura 62 – Postagem com vídeo sobre a ação de sustentabilidade da Itaipu Binacional na COP 26



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página no Facebook. 04 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4hJ2uy1>. Acesso em: 04 fev. 2025.

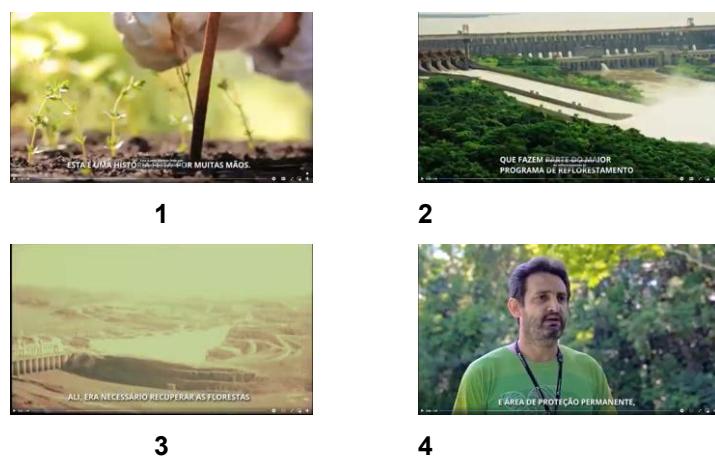
Recordando a história daquela hidrelétrica percebemos que a sua construção eliminou ecossistemas terrestres e fluviais, incluindo o conjunto de cachoeiras denominado “Sete Quedas”. Itaipu inundou uma área de 1.350 km², submergindo 8.519 propriedades urbanas e rurais, afetou todo o ecossistema da região, trazendo mudanças na umidade, temperatura e na biodiversidade, com supressão de espécies terrestres e fluviais (Wedy; Machado; Franciosi, 2016).

Também causou mudanças na demografia, com remanejamento de povos originários, eliminação de pequenos povoados e crescimento acelerado de outros, como Foz do Iguaçu, que contava com 20.000 habitantes na época do início da construção e, em 2022, com 285.415 habitantes (IBGE, [s.d; s.p]).

O vídeo procura fazer-crer na vocação de sustentabilidade da operadora da hidrelétrica, a Itaipu Binacional. Para tanto, propunha uma manipulação de seus destinatários pela estesia decorrente de uma narrativa audiovisual de participação da sociedade em uma mudança, de disjunção com a economia e com a produção de energia, para uma conjunção, proporcionada pela hidrelétrica de Itaipu, como veremos a seguir (Figura 63).

O vídeo abre com imagens de mãos plantando mudas de árvores, enquanto uma locução *off* enuncia: “Esta história foi feita de muitas mãos e muitas árvores⁶⁰” (Figura 63 - tela 1), ou seja, utiliza uma metáfora de participação da sociedade em uma atividade com significado de valor ecológico. A enunciação por meio de voz em *off* cria uma camuflagem objetivante que apaga as marcas da enunciação, provocando um sentido de afastamento do sujeito-enunciador, que é visto como se fosse o discurso de um outro e, assim, cria um efeito de verdade ao que foi enunciado (Greimas, 2014).

Figura 63 – Capturas de telas de vídeo sobre sustentabilidade em Itaipu



⁶⁰ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).



5



6



7



8



9



10



11



12

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 02 dez. 2019. 1 vídeo, 3m, 44s. Disponível em: <https://bit.ly/3Q7M9ql>. Acesso em: 04 fev. 2025.

Em seguida, provoca estesia pelos sentidos de ter oportunidade de conhecer algo grandioso, pelo uso do superlativo quando se refere ao volume de mudas plantadas e pessoas fazendo este trabalho quando diz: “24 milhões de mudas que fazem parte do maior programa de reflorestamento já empreendido por uma hidrelétrica⁶¹” (Figura 63 – tela 2).

Em seguida, enuncia o objetivo da modalização: “Esta história começa no sul do Brasil, no Rio Paraná, na década de 1980. Aqui era necessário recuperar as florestas para proteger o reservatório da hidrelétrica que abastece o Brasil e o Paraguai⁶²” (Figura 63 – tela 3). Percebe-se, então, que o objeto de valor é o reservatório da hidrelétrica e não o meio ambiente.

⁶¹ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

⁶² Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

Durante todo este trecho o vídeo utiliza o locutor em *off* que, como afirmamos anteriormente, confere ar de neutralidade e distanciamento, provocando efeito de verdade ao que é narrado.

Em seguida, o vídeo tem um corte para um técnico florestal da Itaipu, que dá o seu testemunho do problema, uma debreagem enunciativa, como quem conta um segredo, desconhecido do destinatário, reforçado pela autoridade que o seu cargo lhe confere para falar deste tema e, assim, reforçar o efeito de ser verdadeiro da sua narrativa. Ele enuncia que o projeto foi instalado por meio da desapropriação de uma área de proteção permanente que já estava comprometida pelo uso econômico (Figura 63 – tela 4) – a agropecuária e a lavoura. Evidencia, portanto, que a hidrelétrica foi instalada em uma área de proteção permanente, que continuaria a ser ocupada de forma irregular, mas que a Itaipu procurou mitigar os problemas da proteção à usina por meio do reflorestamento:

Quando a Itaipu desapropriou suas áreas para formação do reservatório. E da área de proteção permanente, mais da metade já estava sendo ocupada por agropecuária e lavoura... A partir de então a Itaipu começou o trabalho de reflorestamento... Que culminou com quase 100% da área já recuperada⁶³.

Em seguida, volta para a locução em *off*, utilizando a estratégia de mudar o foco da narrativa, procurando seduzir o destinatário pela grandiosidade dos números do projeto e os benefícios econômicos que proporciona (Figura 63 – telas 5 e 6):

Ao longo da fronteira entre Brasil e Paraguai, o reservatório armazena mais de 29 trilhões de litros de água (em vídeo: 1300km de margens, 170 km de extensão). Na margem brasileira são 16 municípios: 15 no estado do Paraná e 1 no Mato Grosso do Sul. A importância do reservatório não está apenas na geração de energia elétrica para o Brasil e o Paraguai (imagens de equipamentos e monitoramento-tecnologia/ mapa Brasil com textos: 10% do suprimento de eletricidade no Brasil/ 90% do suprimento de eletricidade no Paraguai). Mas também na agricultura e pecuária, abastecimento municipal, turismo e manutenção da vida selvagem⁶⁴.

Neste momento, a estratégia modal é alterada novamente para agregar novos objetos de valor – a água e os benefícios para a biodiversidade (Figura 63 – tela 7), proporcionados pelo reflorestamento para garantir a apropriação daquele recurso de

⁶³ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

⁶⁴ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

natureza barata pela empresa, já que ela não computa o valor de uso deste recurso nos seus custos (Parenti, 2022, p. 276):

Para garantir a água, a biodiversidade é um fator-chave. Por isso criou-se um cinturão verde de 100.000 hectares de mata atlântica ao redor do reservatório. Com o tempo, este trabalho se estendeu a toda a bacia hidrográfica, recuperando e protegendo as nascentes e os cursos d'água. Um esforço realizado em parceria com as comunidades, prefeituras e demais atores do território. Aqui hoje plantar ...

O visual mostra, em tomadas panorâmicas, a extensão do reflorestamento. Entretanto, as áreas florestais são englobadas pela agricultura e acompanham o leito dos rios, sugerindo serem matas ciliares, cuja manutenção é obrigatória por lei⁶⁵ e que, pela extensão da área alagada pela usina, deve alcançar a extensão perimetral dos 170 quilômetros anunciados e as 24 milhões de mudas plantadas anunciadas (Figura 63 – tela 8).

E novamente a narrativa se vale do testemunho para objetivar mudanças de estado. A sequência do vídeo apresenta um proprietário de terras em São Miguel do Iguaçu. Em seu depoimento ele afirma:

- Eu mandei plantar cinco alqueires de árvores. Foi 12 mil mudas de árvore (sic) que eu plantei. A gente vê que vale a pena investir no presente pro futuro. Investir na natureza, devolver o que foi tirado. Porque melhorou até o sistema da propriedade aqui⁶⁶.

Enquanto fala, as imagens revelam uma fazenda com área cultivada e apenas uma pequena área arborizada, junto ao rio, sugerindo novamente se tratar de mata ciliar, obrigatória junto aos cursos d'água, equivalente a um pequeno sítio (121.000 metros), ou doze campos de futebol nas medidas máximas oficiais (Figura 63 – tela 9).

O vídeo prossegue, apresentando novos objetos de valor, agora relacionados à segurança hídrica e aponta para o destinatário: participantes da COP 26 (Figura 63 – tela 10).

⁶⁵ A legislação que obriga a preservação das matas ciliares é o Código Florestal, Lei nº 4.771/65. O Código Florestal define as matas ciliares como áreas de preservação permanente (APP) (Brasil, 1965).

⁶⁶ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

A conservação da biodiversidade como forma de proteger as águas é uma importante estratégia para garantir a quantidade e qualidade da água, a chamada segurança hídrica. Em novembro de 2021, quando o mundo se reúne para mais uma conferência global do clima, a Itaipú atinge a marca de 24 milhões de mudas plantadas no Brasil. Uma importante marca em uma estratégia de sustentabilidade que inclui a reprodução de espécies ameaçadas da fauna local. E a promoção da economia verde⁶⁷.

Finaliza, objetivando seus enunciados com uma sanção fundamental para apresentação em uma conferência ambiental em nível mundial: o recebimento da chancela do programa “O homem e a biosfera”, da Unesco (Figura 63 – telas 11 e 12).

Os resultados positivos na conservação deste ecossistema receberam a chancela de reserva de biosfera no programa “o homem e a biosfera”, da Unesco. Um importante acontecimento que atesta a sustentabilidade desse território onde atividades como a geração de energia, a produção de alimentos e o turismo são feitas com respeito à natureza e as próximas gerações. Corta para vinhetas: Crescimento verde. O futuro verde está aqui. Corta para logos do MMAMC e do Governo Federal⁶⁸.

Como vimos, a narrativa contida neste vídeo apresenta objetivações visuais dissonantes com os enunciados textuais. Mas vejamos a chancela: por meio da sanção, ela cria um efeito de verdade para tudo o que foi enunciado, na medida em que a ONU e a Unesco são destinadores ambientais reconhecidos pela sua competência.

Entretanto, uma consulta ao site da entidade (Figura 64) revela que o reconhecimento de Itaipu pelo *Programa Homem e Biosfera* não se refere ao programa de reflorestamento da Itaipu Binacional como vemos no texto “Informações Gerais” no site da Unesco:

Informações gerais. Localizada no leste do país, a reserva da biosfera de Itaipu cobre uma superfície de mais de um milhão de hectares. Ela compreende uma área de floresta subtropical semideciduída também conhecida como Mata Atlântica do Alto Paraná. É um dos ecossistemas mais importantes para a conservação da diversidade biológica em escala global, devido ao grande número de espécies endêmicas, riqueza de espécies e cobertura original. É o lar de grandes predadores como harpias, onças, pumas e grandes herbívoros como antas. Há uma população permanente de mais de 450.000 habitantes⁶⁹ (Unesco, [s.d]b)

⁶⁷ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

⁶⁸ Transcrição do áudio do vídeo (BRASIL, 2021c).

⁶⁹ General information. Located in the east of the country the Itaipu biosphere reserve covers a surface area of over a million hectares. It comprises an area of semi-deciduous sub-tropical forest also known as the Upper Paraná Atlantic Forest. It is one of the most important ecosystems for the conservation of biological diversity on a global scale, because of the large number of endemic species, richness of species and original cover. It is home to large predators such as harpies, jaguars, pumas and large herbivores such as tapirs. There is a permanent population of over 450,000 inhabitants.

Essa sanção foi conquistada pela região paraguaia de mesmo nome, em 2017, portanto, do lado oposto ao do reflorestamento da empresa (que só pode ser executado no lado brasileiro).

Figura 64 – Página do programa “Homem e a Biosfera” no site da Unesco

The screenshot shows the UNESCO MAB website with a banner featuring a person in a field. Below the banner, the title "Itaipu" is displayed, followed by "General information". A detailed description of the reserve is provided, mentioning its location in the east of Paraguay, its semi-deciduous subtropical forest ecosystem, and its importance for biodiversity. To the right of the text is a photograph of a river flowing through a dense forest. Below this section is a "Detailed information" box containing tables for "Key data", "Area", and "Contact".

Key data		Area		Contact
Year of nomination	2017	Surface	997,849.00 ha	Visit website
Country	Paraguay	Total terrestrial area	984,784.00 ha	
Total population	455150	Total Marine area	13,065.00 ha	
		Location	Latitude: -24.5469 - Longitude: -54.6967	

Fonte: Unesco, [s.d; s.p].

Nem mesmo o Caderno de Indicadores da Itaipu (Itaipu Binacional, 2021) relativo a 2021 menciona recebimento da sanção, portanto, a apresentação feita durante a COP não correspondia aos fatos enunciados.

7.7 Sustentabilidade e a questão indígena no governo Bolsonaro

O termo sustentabilidade, para o governo Bolsonaro, teve sentidos de produção de energia renovável objetivado por dados comparativos com os demais países, como demonstra a postagem da Figura 65.

A comparação, pode ser entendida como

[...] um conjunto de procedimentos cognitivos que visam estabelecer correlações formais entre dois ou mais objetos semióticos e, em última

instância, construir um modelo tipológico em relação ao qual os sujeitos considerados seriam apenas variáveis (Greimas; Courtés, 2018, p. 71).

Enquanto estratégia discursiva daquele governo, a comparação tem o sentido de estabelecer diferenças de uso de energias renováveis – que garantiriam menores emissões – objetivando modalizações para obter recursos financeiros decorrentes do suposto sucesso de suas políticas ambientais.

Por outro lado, proporciona visibilidade e disponibilidade de produtos de energia com baixa emissão de GEE para comercialização.

Figura 65 – Postagem sobre sustentabilidade durante o governo Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 03 out. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1AamdoxA9m/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Entretanto, fica evidente que tal objetivação não inclui o atendimento aos ODS e, principalmente, à inclusão do homem enquanto parte da natureza e muito menos da população indígena.

Utilizando um discurso de igualdade e integração do indígena à economia ao afirmar que “Índio quer trabalhar e pagar imposto” e objetivar esta afirmação com fontes pouco confiáveis, de indígenas simpatizantes à sua candidatura (Bolsonaro, 2021, [s.p.]), sob Bolsonaro, o MMAMC foi uma entidade que, por atitude ou omissão, destinou políticas que estimularam as invasões de terras indígenas pelo garimpo.

Ele foi mais evidente na terra Yanomami, invadida por um contingente estimado em 30.000 garimpeiros, que trouxeram doenças como a diarreia, malária e a aids, subnutrição, alcoolismo e prostituição à terra indígena. Esta situação culminou com a transmissão do vírus SARS-CoV-2, da Covid-19 (Machado, et. al, 2021).

Paralelamente, aquele governo, auxiliado por oligarquias locais interessadas na exploração mineral, promoveu um desmantelamento do sistema de saúde que atendia a população indígena, resultando na incidência de mais de 20.000 casos de malária, de desnutrição em 52,7% das crianças e de 570 mortes infantis por causas evitáveis (Brum, 2023).

Essa situação de descalabro só começou a ser controlada e revertida no início do terceiro período de governo de Lula.

7.8 Sentidos dos ministros do MMAMC durante o governo Bolsonaro

Com base nas teorias de Eric Landowski (2002) sobre os regimes de presença e as diferentes formas de popularidade abordadas no item 2.8, passaremos agora para a análise dos sentidos dos ministros Ricardo Salles e Joaquim Pereira Leite.

7.8.1 Ministro Ricardo Salles (janeiro de 2019 – junho de 2021)

Nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro, Ricardo Salles ocupou anteriormente a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin. Teve uma breve passagem até ser afastado por improbidade pelo então governador, sob pressão do Ministério Público e do próprio partido do secretário (MP, 2017).

Salles aparece sob um regime de presença que poderíamos definir como o da vedete, com momentos de bufonismo (Demuru; Fechine, 2022), como quando aproveitou momentos de consternação pelo avanço da pandemia de Covid-19, para

fazer avançar políticas transgressoras e nocivas ao meio ambiente, como no caso da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 em que afirmou:

Então *pra* isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços *pra* dar de baciada a simplificação de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos (Salles, 2020, [s.p]).

Ainda que as postagens sejam reduzidas, elas mostram um ministro voltado para o *marketing* pessoal, que procura criar eventos para “lacrar”⁷⁰ nas redes, para fazer-crer em um bom relacionamento com a comunidade internacional trazendo embaixadores de diversos países na busca de alianças e financiamentos para projetos ambientais. Evidenciam a competência do então ministro como destinatário do governo Bolsonaro usando os mesmos regimes de presença do seu destinador e o meio ambiente como objeto de valor econômico.

As imagens apresentam Ricardo Salles predominantemente com o rosto em posição lateral, em *close* ou plano americano que, pela proximidade, dão um sentido de autoridade ao destinador ou em montagens com o sentido de estabelecer o simulacro de uma dialogia inexistente entre atores como as de Salles e Alok Sharma, presidente da COP 26 (Figura 66).

Sobre este, o discurso faz referência a uma reunião “bem avaliada”, uma definição com termos polissêmicos que não revelam o sentido do suposto encontro. Segundo o portal G1 (Peixoto, 2022), a visita de Alok Sharma ao Brasil tinha o objetivo de modalizar, por intimidação, o cumprimento das metas ambientais sob pena de não inclusão do país na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁷⁰ Lacrar: nas redes sociais, dar uma opinião definitiva, que não admite resposta. É usado para conquistar engajamento.

Figura 66 – Exemplo de postagem com imagens montadas para simular dialogia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 06 mai. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CNq2T9>. Acesso em: 02 dez. 2024.

Durante a pandemia, as postagens continham imagens de videoconferências ou apenas com o signo que figurativizava a presença do ministro como um executivo: os óculos de aro de tartaruga, ao lado do celular e do café, para fazer-crer em uma presença e manutenção da rotina de trabalho preconizada pelo então presidente Bolsonaro durante o período da pandemia pelo Covid-19 (Figura 67).

Figura 67 – Exemplo de postagem na gestão de Ricardo Salles



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 28 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4fS2KKv>. Acesso em: 02 dez. 2024.

As postagens evidenciam o vedetismo de Salles revelado no uso de imagens com uma encenação e figuratividade que se aproxima de publicações de negócios ou de bancos de imagens, sugerindo que Salles era um ator em representação, mais interessado em fazer-crer que era um empresário de sucesso e que conduzia o ministério de forma empresarial.

A seguir, o sucessor de Ricardo Salles, ministro Joaquim Pereira Leite.

7.8.2 Ministro Joaquim Pereira Leite (junho de 2021 – dezembro de 2022)

Joaquim Pereira Leite, ou apenas Joaquim Leite, foi Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais na gestão de Ricardo Salles durante o período de 2019 a 2021. Antes, era Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira, “organização que representa o setor agropecuário no país” (Quem é, 2021, [s.p]).

Leite vem de uma família que responde a processos por invasões de terras indígenas em São Paulo e ligada à fabricação de armas – sua irmã é sócia da Glock, empresa de origem austríaca, fornecedora do Governo Federal e amiga da família Bolsonaro (Maciel, 2021). O então ministro deu continuidade à política de Salles no MMAMC até o final do governo de Jair Bolsonaro.

Assim, aquele presidente nomeou mais um ministro de Meio Ambiente que representa o setor do agronegócio, para o Ministério do Meio Ambiente. Uma forma de destinação para fazer crer na manutenção do MMAMC e ao mesmo tempo avançar na direção do seu programa narrativo de base, de eliminar o MMAMC (Bragança, 2018). Ou, se não era possível colocar o MMAMC sob destinação do Ministério da Agricultura, colocou destinadores que representaram os interesses daquele ministério para dentro do MMAMC.

Sob sua gestão, o MMAMC passou a utilizar a biodiversidade como cesta de produtos para comercialização, com foco nos itens que beneficiam o agronegócio, como a produção de etanol e de gado, mas principalmente para a criação de um mercado mundial de créditos de carbono (Figura 68).

Figura 68 – Comemoração de Joaquim Leite pela regulamentação dos créditos de carbono durante a COP 27



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 13 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ZyyKh4>. Acesso em: 02 dez. 2024.

A esse respeito, o Ministro se empenhou pessoalmente, modalizando governos no sentido da regularização daqueles créditos, se comprometendo com metas de descarbonização por meio de contenção do desmatamento e ampliação de áreas reflorestadas que não se concretizaram.

Tal como definido na postagem da participação do MMAMC na COP 27, no Egito, o Brasil discutiu, no espaço Brasil, temas como “produção de energia, indústria, agricultura e empreendedores” (Brasil, 2022d), ou seja, tratou prioritariamente de temas comerciais em uma conferência destinada a discutir questões ambientais.

Nas postagens o ministro apresentava uma forma de presença definida por Landowski (2002) como a da vedete, mas que sugeria fazer-crer que era um homem de ação, um executivo dinâmico em busca de resultados.

Entre suas atividades, convidou representantes de 70 países para entrevistas, uma meta estabelecida para fazer crer em uma suposta eficiência, dinamismo, alinhamento de interesses e união com a comunidade internacional. As postagens do período, em sua maioria, refletiam encontros com representantes de países ambientalmente pouco expressivos, como Honduras, República Dominicana ou Sri Lanka e mencionavam, de forma genérica, temas marcados pela vagueza de

conteúdo, como “avançar pela COP 26” ou “unidos pela COP 26”, “Brasil e Índia. Unidos por energia limpa” (Figura 69).

Figura 69 – Postagem sobre reuniões com representantes de 70 países



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 04 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4hmTXAd>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Corroborando para esta forma de presença, o MMAMC postava encontros e entrevistas em que o ministro pudesse brilhar como celebridade na apresentação de planos e ações como o programa “Guardiões da Floresta”, uma proposta de ampliação da força militar na floresta amazônica, cuidadosamente apresentada na Estocoolmo+50, em período concomitante com o desaparecimento (e posterior confirmação de assassinato) de Bruno Pereira e Don Phillips. Da mesma forma, foram apresentados os planos “Floresta+”, uma plataforma para pagamento por serviços ambientais, o “Recicla+”, “Metano Zero” ou “Crescimento Verde”.

Figurativamente, as postagens do Facebook apresentaram Joaquim Leite em situações com sentido de significá-lo como um empresário de sucesso: a hexis, roupas, locais dos contatos, reuniões com empresários, apresentações, entrevistas e contatos com representantes de outros países, para venda de produtos e da biodiversidade brasileira.

Essa presença empresarial ficava evidente também na apresentação de ações ou projetos do MMAMC como “entregas”, um termo usado nos negócios com sentido

de definir a conclusão de tarefas com eficiência e produtividade. Ficou evidente que a gestão de Joaquim Leite significava o meio ambiente como objeto de valor essencialmente econômico, quer pela exploração comercial da biodiversidade, quer pelas modalizações para a regulamentação de créditos de carbono, uma lucrativa forma de ganhos financeiros pela emissão de GEE.

Corroborando para seu modo presença empresarial, em seu perfil no LinkedIn, uma plataforma de comunicação profissional, Joaquim Leite continuou oferecendo o meio ambiente como objeto de valor comercial quando relaciona sua atuação profissional como:

Atualmente na iniciativa privada, o foco é implementar e escalar projetos ligados a [sic] nova economia verde. Crédito de Carbono, Agricultura, Bioinsumos, Gestão de Resíduos, Reciclagem, Saneamento, Biocombustíveis, Energias Renováveis, Mobilidade Urbana e Logística, FoodTech, AgroTech, Biotech, ClimaTech, GreenTech, Regulatório e GeoPolítica Climática e Ambiental (Leite, [s.d]).

Ao sair do ministério, Joaquim Leite deixou não apenas um passivo ambiental, mas humano, representado pela tragédia dos povos Yanomami, subjugados pelo abandono, descaso, fome, doença e violência por parte dos garimpeiros que atuavam livremente em suas terras.

7.9 Considerações sobre o MMAMC na gestão de Jair Bolsonaro

Como vimos, durante o governo Bolsonaro o MMAMC teve sua estrutura desfeita e seus profissionais substituídos por militares ou quadros de confiança do então presidente. Sob gestão dos ministros ligados ao agronegócio e indicados pelo presidente, as políticas públicas do MMAMC regrediram e anularam anos de esforços de preservação do meio ambiente e dos povos originários. Beneficiaram a exploração econômica predatória pela mineração, desmatamento, invasões de terras e avanço econômico predatório sobre áreas protegidas.

No início da sua gestão ocorreram duas grandes catástrofes ambientais: a primeira foi o rompimento da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que causou a morte de 272 pessoas. Os rejeitos foram lançados na bacia do Rio Paraopeba chegando até o estuário, eliminando ecossistemas e toda a natureza pelo seu caminho (Minas Gerais, 2023) (Figura 70).

Por meio de debreagens enuncivas, as postagens do MMAMC adotam uma estratégia de afastamento em relação ao ocorrido, como se a entidade não tivesse

responsabilidade sobre as condições que geraram o evento e sobre as suas consequências.

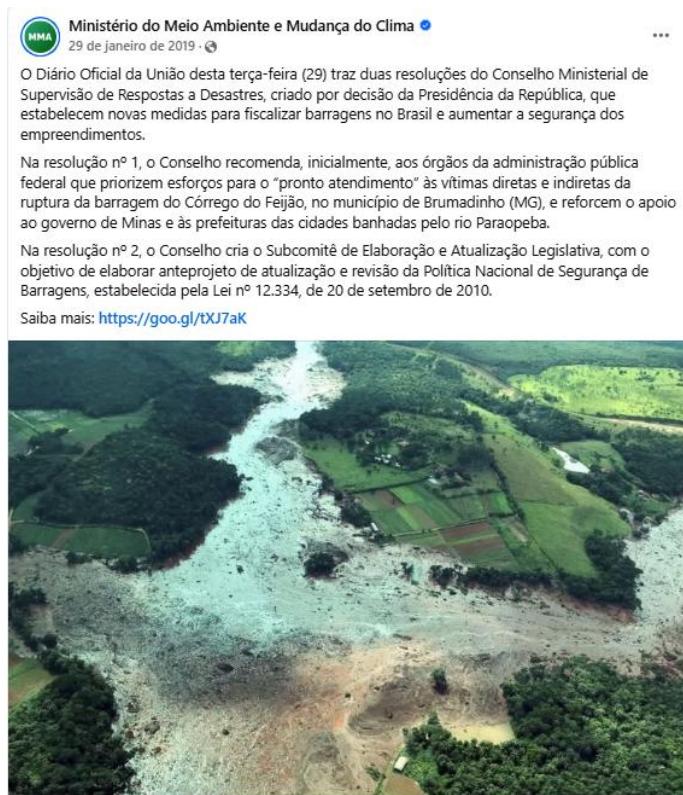
Na primeira, enuncia genericamente a ocorrência e formação de um “gabinete de crise” para “acompanhamento”, a ida do ministro e a presença do Ibama no local do acontecimento. Na segunda, procura fazer-crer na ação presidencial ao objetivar a enunciação com “O Diário Oficial da União” e atribuir ao presidente a nomeação de um “Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres” e uma segunda medida, propondo um subcomitê para revisão da legislação das políticas de barragens. Tais grupos ou comitês jamais apresentaram propostas, se constituindo apenas em argumentos para fazer-crer na ação governamental para minimizar a tragédia.

Figura 70 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 1



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16aGP2JMBa/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Figura 71 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1BrxbhLzYS/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Figura 72 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 3



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19R4sLj36T/>. Acesso em 10 jun. 2025.

Figura 73 – Postagens sobre a catástrofe socioambiental de Brumadinho 4



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1Ajtpwb1Qm/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

A postagem três atende ao desejo de um governo retaliatório, punitivo, anunciando multas elevadas, mas sem efeito prático para evitar tragédias deste tipo ou amparar os que foram atingidos por ela. E, finalmente, a postagem quatro tem o intuito de fazer-crer no trabalho MMAMC, objetivado pela presença de uma observadora fotografando o rio Paraopeba, vestida com a jaqueta com identificação do Ibama e os dizeres “Emergência Ambiental” para tornar evidente uma suposta ação do MMAMC diante daquela tragédia. No seu conjunto, estas postagens demonstram um MMAMC se afastando da responsabilização pelo problema e de ações para mitigá-lo. Para tanto, utiliza um discurso marcado por ações ineficazes como a criação dos “Conselhos”, punições e um falso envolvimento e trabalho diante da tragédia.

A segunda grande catástrofe ambiental foi o derramamento de óleo no mar, em 30 de agosto de 2019, no litoral da Paraíba e que se estendeu até o Rio de Janeiro. O vazamento, causado por um navio de bandeira grega, revelou a inércia e despreparo dos órgãos ambientais e do governo federal para lidar com este tipo de problema, considerado o pior desastre ambiental marinho do Brasil (Brasil, 2024a).

As postagens revelaram estratégias precisas para se afastar do problema ou objetivar sua ação para resolvê-lo.

A primeira estratégia discursiva (Figura 74) foi criar um antissujeito ideológico, a Venezuela, para culpá-lo pelo desastre, exigir explicações do país vizinho e atribuir motivações ideológicas para a sua ocorrência.

Figura 74 – Postagens sobre derramamento de óleo no mar 1



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/19FAb59RfA/>. Acesso em: 10 jun. 2025

A segunda (Figura 75) foi enunciar um discurso de eficiência e trabalho na mitigação do problema, objetivando uma suposta ação governamental com uma profusão de números de pessoas, equipamentos e de corporações militares para remoção do óleo.

Figura 75 – Postagens sobre derramamento de óleo no mar 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook.. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19Uo3oerav/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

A terceira (Figuras 76 e 77) foi objetivar os resultados do MMAMC, novamente agregando valor aos efetivos militares (Marinha) ao atuar em situações que deveriam ser resolvidas por civis, apresentando uma performance eufórica, com as praias limpas.

Figura 76 – Postagens sobre limpeza das praias 3



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1CeWnYJLXR/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Figura 77 – Postagens sobre limpeza das praias



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1P9y1F1cvM/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Em nenhum momento, o MMAMC ofereceu informações precisas sobre as causas do vazamento e dos danos ambientais que causou. Apenas utilizou o evento como forma de objetivar uma ação precisa de seus dirigentes.

Em novembro de 2021, já sob a gestão de Joaquim Leite, o site do Governo Federal publicou uma “nota à imprensa” emitida pela Polícia Federal, procurando fazer crer nas ações e principalmente nos custos envolvidos na mitigação dos problemas causados pelo derramamento (Brasil, 2021b).

Vale salientar que em 29 de setembro de 2015 (Figura 78), ou seja, quatro anos antes daquela ocorrência, o MMAMC publicou uma postagem sobre um debate a respeito do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, que jamais implementou para mitigar os efeitos deste desastre ambiental.

Figura 78 – Debate sobre Plano de Contingência para Acidentes com Óleo



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 29 set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/43WtTst>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Salles deixou o MMAMC em 2021, por processos de exportação ilegal de madeira da Amazônia. Foi considerado réu em 2023, mas tem imunidade parlamentar (Jordão, 2023). Fica evidente o uso do meio ambiente como objeto de valor econômico e político, de forma legal e ilegal, pelo então ministro.

Ocorreram ainda os assassinatos do jornalista Don Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira no Vale do Javari, quando estavam a caminho de entrevistar índios e ribeirinhos. O Estado brasileiro teve uma presença muito lenta, demorando para iniciar buscas, que só ocorreram por conta das pressões internacionais. Bolsonaro afirmou, inclusive, que eles estavam em uma “aventura” e não deveriam andar por aqueles locais, carentes da presença do Estado que cabia àquele presidente providenciar (Foram, 2022).

A seguir, com a terceira presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre uma reestruturação do MMAMC, a reconstrução de políticas e linhas de financiamento ambiental e Marina Silva volta a ser a ministra do Meio Ambiente.

8 SENTIDOS DE MEIO AMBIENTE E DO MMAMC NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023)

A questão ambiental foi um dos principais temas da campanha que levou Lula em seu terceiro mandato à presidência do Brasil em 2023.

Iniciando pelo nome do ministério, que passou a incorporar “e Mudança do Clima” em sua denominação, Lula e a ministra do meio ambiente, Marina Silva, desenvolveram um esforço de reconstrução das estruturas do ministério e das linhas de financiamento, interrompidas no e pelo governo anterior. Da mesma forma, esta reconstrução tinha um sentido político, de restabelecer canais de relacionamento entre estados sujeitos, comprometidos por uma política exterior marcada por crises com tradicionais parceiros políticos e comerciais do país.

Grande parte da comunicação do MMAMC em 2023 trata deste esforço de reconstrução, de corrigir ou estancar feridas abertas pelo descaso com o meio ambiente e com os povos originários.

8.1 Sentidos do restabelecimento de estruturas

A postagem a seguir (Figura 79) enuncia uma ação dos destinadores do MMAMC reativando o Fundo Amazônia, objetivada pela utilização dos recursos do fundo para ações de proteção e vigilância ambiental⁷¹.

Ela tem o sentido de indicar a disposição, competência e intencionalidade do novo governo para modalizar a comunidade internacional e promover uma mudança de estado, de disjunção com os recursos e políticas ambientais para uma de conjunção, proporcionada pelo restabelecimento das estruturas e pela entrada de recursos financeiros.

Para tanto, o enunciado objetiva a necessidade e urgência de restabelecer financiamentos que permitissem realizar a performance de iniciar o trabalho de proteção ao meio ambiente.

Corroborando para a objetivação, a figuratividade da postagem tem a intencionalidade de demonstrar a união dos destinadores em relação à gestão do Ministério. Ela modaliza os destinatários pelo sorriso e pelo aperto de mãos, que

⁷¹ Vale lembrar que o governo anterior mudou a estrutura de gestão do fundo, incluindo militares e eliminando representantes ambientais e da sociedade civil. Pretendia utilizar os recursos para indenizar fazendeiros que invadiram reservas ambientais. Na impossibilidade de realizar este programa, os recursos foram congelados.

provocam uma reação estésica positiva, com sentidos de poder-crer na mudança de estado pretendida e para a qual os recursos são necessários.

Da mesma forma, tem a intencionalidade de mostrar a importância da mudança e a rapidez do novo governo na tomada de decisões: ela surge pela presença da faixa presidencial sinalizando que a medida foi tomada pelo presidente logo após a sua posse e a da Ministra do Meio Ambiente.

Figura 79 – Postagem do MMAMC sobre o restabelecimento do Fundo Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1CYnBVbZJz/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

A postagem seguinte (Figura 80) refere-se ao restabelecimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Tal como a anterior, ela tem a intencionalidade de fazer-crer na competência do novo governo para promover uma mudança de estado, de dissociação com os interesses da sociedade e dos povos originários, para outra, de inclusão destes segmentos da sociedade nas decisões ambientais.

Ela enuncia um programa narrativo já realizado, de mudança na estrutura de gestão do Fundo Nacional do Meio Ambiente, com a inclusão de representantes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, visando apoiar projetos de uso sustentável dos recursos ecossistêmicos.

Aqui, a figuratividade é deslocada dos destinadores em direção ao objeto de valor da modalização, ou seja, o meio ambiente, em sua manifestação original, de preservação da floresta, seus habitantes e sua biodiversidade.

Figura 80 – Postagem do MMAMC sobre o restabelecimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 11 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16nwh98Huk/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Decorrente das anteriores, a postagem a seguir (Figura 81) narra a presença da ministra Marina Silva no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em janeiro de 2023. A postagem tem como intenção modalizar os destinadores presentes – em um evento de natureza econômica – a contribuírem com as políticas ambientais do país.

Figura 81 – Participação de Marina Silva no Fórum Econômico Mundial



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 21 jan. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/468LInm>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Ela tem a intencionalidade de fazer-crer na disposição, rapidez e competência do novo governo em tomar as medidas necessárias para proteger o meio ambiente: promover mudanças estruturais nos principais fundos que dão suporte às políticas públicas ecossistêmicas, restabelecer planos de ação para evitar o desmatamento ilegal e revogar medidas que comprometem o meio ambiente, como a flexibilização legal ao garimpo promovida pelo governo anterior.

A figuratividade não segue a regularidade de exibir imagens dos sujeitos destinadores nas postagens – no caso, a ministra Marina Silva – mas a presentifica a partir de um discurso que objetiva a intencionalidade da ministra e do Estado brasileiro para alcançar os resultados pretendidos para este programa narrativo, ou seja, meio ambiente protegido e preservado a partir da reativação do Fundo Amazônia. Vale acrescentar ainda, o sentido simbólico desta objetivação naquele início de governo, já

que a ministra é reconhecida internacionalmente pelo seu longo histórico de lutas pela preservação da floresta amazônica e do meio ambiente.

Prosseguindo, veremos que a reconstrução das estruturas do Ministério, bem como o avanço das políticas públicas ambientais, levaram os destinadores do MMAMC a propor contratos fiduciários com estados-sujeitos a fim de contribuírem para os fundos mencionados anteriormente.

Além do fluxo de recursos, essas modalizações têm o sentido de promover o interesse para as políticas ambientais e modalizar para novas contribuições entre os apoiadores (Figura 82).

Figura 82 – O presidente Lula sanciona o recebimento de doação para o Fundo Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 21 abr. 2023. 1 vídeo. 51s. Disponível em: <https://bit.ly/3WbBYo1>. Acesso em: 17 jul. 2024.

A postagem enuncia um programa narrativo de base, o recebimento de recursos dos Estados Unidos para o Fundo Amazônia objetivando o seu uso para ações de preservação ambiental. Diferente das anteriores, ela apresenta os programas narrativos de uso que levaram a resultados socioambientais eufóricos, evidenciando a competência dos destinadores brasileiros – a ministra Marina Silva e o presidente Lula – para realizar a modalização.

Em seguida, compara estes resultados com as performances negativas da gestão anterior, evidenciando a rapidez do novo governo em promover as mudanças para reconstrução das políticas ambientais. Finaliza a sanção, objetivando com o programa narrativo de base do novo governo, ou seja, eliminar o desmatamento ilegal e promover uma economia sustentável.

Percebe-se nesta série de postagens, que a reestruturação do MMAMC e o restabelecimento de linhas de recursos tinha o sentido de ser uma política de estado, cujas modalizações avançava para além dos eventos socioambientais para entrar nos econômicos e políticos, como a participação no G20, dado o agravamento da emergência climática e a necessidade de inclusão nas agendas econômicas para sua mitigação. E, mais uma vez, naquele início de governo, a imagem do presidente Lula tem o sentido simbólico do compromisso pessoal e o de seu governo com a mitigação aos efeitos das mudanças climáticas, a proteção às florestas e aos povos originários e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Veremos, a seguir, exemplos de como a questão ambiental fez parte dos sentidos da agenda política, econômica e geopolítica do país.

8.2 Sentidos da transversalidade ambiental, econômica e geopolítica

Neste tópico, veremos exemplos de como a questão ambiental está integrada à agenda política, econômica e geopolítica do país e como a transversalidade entre estes temas e atores faz parte dos sentidos do MMAMC.

Apresentaremos duas postagens sobre o tema: a primeira, narrando um encontro entre ministérios para tratar da questão do desmatamento e, a segunda, um encontro da ministra com representantes da China, atualmente o maior emissor mundial de GEE e, por outro lado, o principal parceiro comercial do Brasil.

8.2.1 Sentidos da transversalidade entre ministérios

O MMAMC apresentou aos representantes dos demais ministérios e ao vice-presidente Geraldo Alckmin, o arcabouço de uma nova estratégia para preservação da floresta que visa uma ação transversal entre ministérios, mesmo entre áreas com interesses conflitantes (Figura 83).

Apoiada por decreto federal, a ministra Marina Silva procurou convencer (Greimas, 2014) os destinatários a participarem do esforço para combater o desmatamento ilegal, implementando o Programa de Controle do Desmatamento e Queimadas do Brasil (PPCD) a partir do arcabouço apresentado.

Figura 83 – Apresentação de nova estratégia de transversalidade a representantes dos 19 ministérios



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 10 fev. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1Dbzp3bcW4/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Por se tratarem de ministérios que representam interesses distintos – especialmente os ligados ao agronegócio e à mineração –, esse processo de modalização enfrenta desafios significativos para ser concretizado.

A postagem tem o sentido de apresentar uma nova forma de abordar o problema, procurando modalizar aqueles destinatários a se tornarem corresponsáveis e contribuírem em seus respectivos ministérios, pelo processo de combate ao desmatamento e, assim, proporcionar maiores chances de sucesso a esta iniciativa.

Os resultados desta ação não foram informados, mas os dados objetivam uma queda no desmatamento em 2023, como veremos mais adiante, no item 8.3.

8.2.2 Sentidos da transversalidade no âmbito internacional

Há cinquenta anos, a China tem um relacionamento comercial com o Brasil e desde 2009 tornou-se o seu principal parceiro comercial, com um fluxo comercial que superou os US\$ 130 bilhões em 2023 (Brasil, 2023b).

Além da relação comercial, há também um alinhamento geopolítico entre Brasil e China, evidenciado pela participação conjunta em alianças regionais – como o BRICS, na esfera econômica, e o Basic, na área ambiental.

A postagem a seguir (Figura 84) aborda questões relacionadas ao meio ambiente, que passaram a fazer parte da agenda dos dois países. Para tanto, enuncia a formação de um Subcomitê de Meio Ambiente e Mudança Climática, que veio se somar a outras subcomissões temáticas, criando um ecossistema definido pela ministra como de transversalidade.

Figura 84 – Encontro entre os presidentes Lula, Xi Jinping e respectivas delegações

 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 
14 de abril de 2023 · 

 "Brasil e China terão ampla cooperação em transição energética, proteção de florestas e rastreabilidade de commodities", disse [Marina Silva](#) em Pequim.

Os países anunciam a criação de um Subcomitê de Meio Ambiente e Mudança Climática no âmbito da cooperação bilateral.

Em discurso, a ministra destacou a colaboração para combater crimes ambientais e o impedimento de acesso a mercados para produtos com origem na devastação ambiental, entre outros temas. Também citou a experiência chinesa na restauração de 70 milhões de ha de áreas degradadas.

Marina ressaltou a transversalidade das políticas ambientais no novo governo e o papel dos dois países em desenvolvimento:

"A declaração ressalta essa visão ampla. Nossos países podem dar grande contribuição na cooperação Sul-Sul e no alcance dos objetivos do Acordo de Paris."

A China apoia a candidatura do Brasil como sede da COP30, que será realizada em 2025.

"O mundo inteiro ganha com a volta do protagonismo do Brasil e a retomada do entendimento e cooperação com a China."

Veja matéria completa no site do MMA ([link no primeiro comentário](#)).

 Divulgação/Planalto



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 14 abr. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3WqAyad>. Acesso em: 17 jul. 2024.

O texto da postagem contém, com uma enunciação enunciada, uma estratégia discursiva que tem o sentido de objetivar a afirmação de cooperação entre os dois

países, ligados de forma direta ou indireta às questões ambientais e identificados com a afirmação da transversalidade enunciada pela ministra.

Sob o ponto de vista de estratégia política, o discurso enfatiza a cooperação entre países do Sul global para alcançarem os objetivos do Acordo de Paris, visando, sobretudo, apoiar a candidatura brasileira para sediar a COP 30. Ao mesmo tempo, tem o sentido de promover uma aproximação política e comercial competitiva diante de outros blocos comerciais.

8.3 Os resultados das políticas de preservação da floresta

A postagem demonstrada na Figura 85 foi publicada em um período que antecede a COP 28 e, portanto, tem um sentido de apresentar resultados favoráveis precisos e objetivados sobre um dos principais itens da política ambiental do Brasil: a redução do desmatamento.

Figura 85 – Apresentação de dados sobre desmatamento 2023

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
9 de novembro de 2023 · 3
...

Taxa de desmatamento na Amazônia cai 22,3%.

A taxa oficial é de 9.001 km² para o período de agosto de 2022 a julho de 2023, segundo estimativa do sistema Prodes, do Inpe [imagem 3].

O resultado é o menor desde 2019.

A queda é resultado da intensificação das ações de comando e controle, com destaque para o aumento de 103% dos autos de infração aplicados pelo @ibamagov por infrações contra a flora na Amazônia [imagem 1].

As apreensões aumentaram 61%, os embargos, 31%, e a destruição de equipamentos, 41%.

Cerca de 85% do desmatamento ocorreu em 4 dos 9 Estados da Amazônia Legal:

- 👉 Amazonas: queda de 40%
- 👉 Pará: queda de 21%
- 👉 Rondônia: queda de 42%
- 👉 Mato Grosso: aumento de 9%

O Prodes detecta desmatamentos por corte raso e degradação progressiva, como árvores completamente destruídas por incêndios.

Usa imagens de satélites mais precisas do que aquelas usadas em outro sistema do Inpe, o Deter, que emite alertas diários para apoiar a fiscalização.

Os dados do Deter já apontavam que a reversão da curva de desmatamento ocorreu a partir de janeiro de 2023 [imagem 5]:

- 👉 alta de 54% de agosto a dezembro de 2022, no governo anterior;
- 👉 queda de 42% de janeiro a julho de 2023, início do atual governo.

Se fosse mantido o ritmo de desmatamento registrado pelo Deter no final do ano passado (agosto a dezembro de 2022), a taxa anual medida pelo Prodes seria superior a 13 mil km².

Em Unidades de Conservação houve redução de 58% da taxa de desmatamento e alta de 320% dos autos de infração aplicados pelo ICMBio no mesmo período.

Com o resultado, foi evitada a emissão de 133 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (CO₂e) na atmosfera, o que representa cerca de 7,5% das emissões do país, tendo como base o ano de 2020, último dado oficial disponível.

Mais informações em <https://www.gov.br/.../taxa-de-desmatamento-na-amazonia...>



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 09 nov. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3S8LhDO>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Não nos deteremos nos números, mas na estratégia de comunicá-los para fazer crer na boa performance do MMAMC naquele início de governo. Assim, a postagem inicia com um número de desmatamento expressivo que servirá como parâmetro para avaliação dos demais. Caso alguém se interesse apenas pelo resultado, aquele dado positivo será suficiente para a modalização.

Em seguida, a postagem enuncia um período cuidadosamente escolhido, de forma a apresentar um comparativo entre os resultados semestrais do atual governo e os do anterior. Entretanto, segundo dados oficiais do Mapbiomas (*[s.d.]*), 79% das queimadas ocorrem entre julho e outubro de cada ano, distorcendo os dados do segundo semestre e apresentando um comparativo favorável ao governo atual. Da mesma forma, o Imazon (2025), indica um aumento no desmatamento entre agosto e julho do ano seguinte, em função do regime de chuvas. Ainda assim, os dados sinalizam uma diminuição no total do desmatamento em relação a 2022.

A objetivação de resultados prossegue com diversos detalhamentos sobre a performance do MMAMC em termos de controle, autuações e enuncia a superioridade do sistema atual em relação ao utilizado pelo governo anterior, que continua a ser

utilizado, apenas deslocado para fornecimento de alertas diários sobre supressão da cobertura vegetal.

Conclui reforçando a performance do MMAMC sob o governo Lula, projetando resultados de desmatamento caso a progressão do governo anterior fosse mantida. E finaliza, apresentando o resultado em termos redução de emissões de GEE e contribuição para mitigar a mudança do clima.

Assim, mais do que apresentar resultados, esta postagem tem um sentido político de demonstrar a competência do MMAMC no governo Lula, objetivada pela realização da performance de diminuir os níveis de desmatamento, comparada aos resultados obtidos no governo anterior.

No próximo tópico, analisaremos o desafio socioambiental de resgatar áreas e povos indígenas submetidos a condições desumanas por empresas de garimpo ilegais que operavam em terras Yanomami.

8.4 Sentidos da proteção aos povos originários

A ocupação da Terra Indígena Yanomami para o garimpo ilegal vem de longa data, mas aumentaram significativamente pela negligência e abandono deliberado ocorrido durante o governo Bolsonaro, que retirou toda infraestrutura de atendimento e saúde aos povos daquela região.

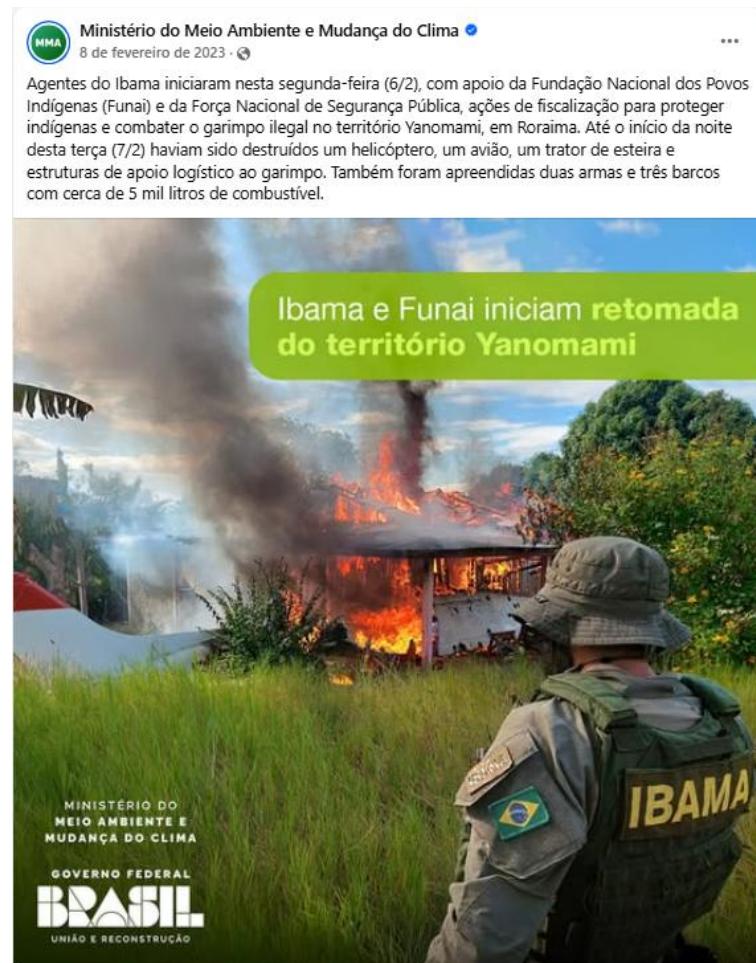
Em 20 de janeiro de 2023, foi decretada emergência de saúde pública de importância nacional motivada pela situação precária de desnutrição e saúde do povo Yanomami. Grande parte dos garimpeiros e da estrutura empresarial que sustenta o garimpo foi destruída (mas não completamente eliminada) e o atendimento médico e alimentar da população indígena foi retomado (Brasil, 2025b).

Durante o ano de 2023, o MMAMC publicou um número reduzido de postagens sobre o tema, nenhuma delas relacionada à comunidade internacional. Entretanto, selecionamos três postagens que indicam a ação do MMAMC em relação a esta questão.

Embora o início do atendimento à emergência humanitária em terras Yanomami tenha sido iniciado em 20 de janeiro de 2022, a primeira postagem sobre o tema só ocorreu quase três semanas depois, em 8 de fevereiro de 2022 (Figura 86).

Ela apresentava um discurso objetivante, relatorial, com foco na fiscalização, na repressão policial e na destruição da estrutura física do garimpo e não na questão humanitária envolvida naquela ação.

Figura 86 – Postagem sobre a retomada do território Yanomami

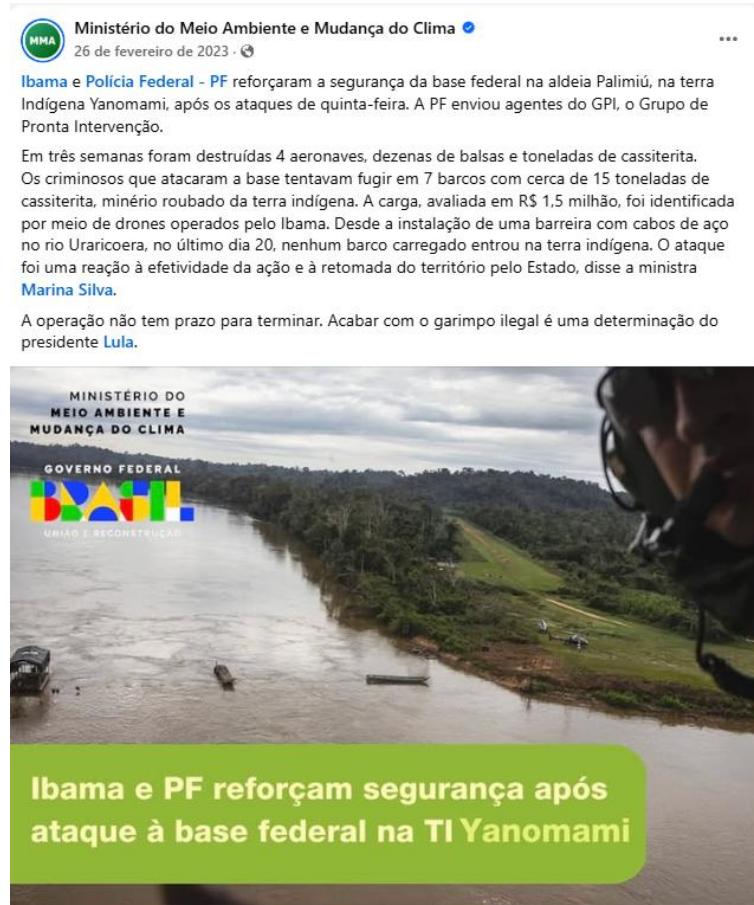


Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 08 fev. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16VwQCw7Ce>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Visualmente, apresentava uma imagem com fundo de floresta, contendo em primeiro plano um agente não identificado, de costas, usando roupas militares com a bandeira nacional bordada no ombro, colete de proteção, com a logomarca do Ibama. O agente observa uma aeronave e uma cabana incendiadas.

A figura 87 a seguir, apresenta uma postagem publicada no dia 26 de fevereiro dando conta de um reforço de segurança em uma base federal, atacada pelo garimpo.

Figura 87 – Postagem sobre reforço de segurança nas terras Yanomami



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 26 fev. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16joyhfsf8/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Apresenta um discurso objetivante sobre as ações de fiscalização, destruição de equipamentos, resultados financeiros da carga apreendida com os garimpeiros. Continua, com uma enunciação da ministra Marina Silva, sobre a retaliação de garimpeiros pelo controle da região. E finaliza, afirmando uma temporalidade indefinida para as operações no sentido político da postagem, que tem a intencionalidade de manipular o destinatário para fazer crer na competência presidencial para realizar a performance de eliminar aquele tipo de atividade ilegal.

A imagem, possivelmente a cena de um vídeo, apresenta uma visualidade objetivante, do alto, englobante, sobre toda a região, de forma a confirmar a realização da performance de controle do local. A presença de um detalhe de rosto no canto superior direito da imagem, faz crer que a pessoa usando equipamento de voo tem a intencionalidade de obter um testemunho do destinatário que observa a cena.

A postagem da Figura 88 tem o caráter objetivante das anteriores, enunciando a competência governamental por meio de duas operações no combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Figura 88 – Postagem sobre ações de combate ao garimpo nas terras Yanomami



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 08 abr. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1ArKmhdHc6/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Ela tem o sentido de demonstrar que aquela performance decorre da união de forças civis – o Ibama – e militares – a Marinha do Brasil e, adicionalmente, demonstrar

a destinação do Estado brasileiro em um momento político de instabilidade na relação entre os poderes civis e militares.

A narrativa mostra os resultados da performance, com apreensão, destruição de equipamentos, insumos, pistas de pouso, impedimento de acesso ao local e prisão de garimpeiros. Visualmente, alterna um conjunto de cenas que oferecem uma visão englobante e englobada do local de garimpo, objetivando as ações realizadas, que têm o sentido de testemunhar a realização da performance enunciada.

Entretanto, não há referências textuais ou imagéticas da tragédia humana que ocorria naquela região e dos esforços para mitigá-la. Esta ausência, aliada à narrativa objetivante da comunicação governamental, têm o sentido de dificultar uma presença sensível que pudesse gerar críticas às instituições e ao Estado.

A seguir, vejamos o regime de presença da ministra Marina Silva, analisada a partir da teoria dos regimes de presença e formas de popularidade de Eric Landowski (2002).

8.5 Regime de presença da ministra Marina Silva

Após um afastamento de 15 anos, Marina Silva retornou ao seu papel temático de Ministra do Meio Ambiente em 06 de janeiro de 2023, integrando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como mencionado anteriormente, desenvolveu um programa narrativo de uso, mudando o nome da pasta para Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, consoante ao desafio climático enfrentado neste momento.

Essa mudança reflete um programa narrativo de base do governo de Lula, o de priorizar as questões socioambientais. Destinatária do programa presidencial, Marina é, simultaneamente, destinadora das políticas do MMAMC e executa sua performance de maneira transversal, em conjunto com os demais ministérios, indispensáveis para a realização (Greimas; Courtés, 2018) de seus programas ambiental e social.

As postagens do seu primeiro ano de gestão foram reduzidas em número. Entretanto, passaram a conter informações completas, deixando de ser apenas um caminho para se chegar ao site da entidade. Também são relevantes, refletindo o trabalho de retorno do MMAMC às suas origens. Elas mostram Marina Silva restabelecendo a estrutura operacional e política do Ministério e reconstruindo contatos com lideranças locais e com a comunidade internacional. Para isso, a ministra assume formas de presença que alternam características da “Homem/Mulher de Ação” e do/a “Herói/Heroína Mediador/a” (Landowski, 2002, p. 196), na medida em

que sua atuação e biografia conseguem aglutinar de forma sensível seus destinatários. Estas formas se tornam evidentes quando a ministra recompõe as interlocuções com governos e entidades ambientais para fazer-crer no retorno do MMAMC ao seu programa de base ambiental e social.

Desta performance, foram restabelecidas as estruturas de gestão do Fundo Amazônia, do Fundo Clima, do Fundo Global para o Meio Ambiente-GEF, da participação da sociedade civil e das ONGs nos projetos ambientais e sociais.

As postagens objetivam a trajetória de Marina Silva percorrendo uma agenda de eventos internacionais relacionados ao meio ambiente e à economia, bem como a entidades e países utilizando o meio ambiente como objeto de valor em modalizações para reconstruir as linhas de financiamento ambiental interrompidas durante o governo anterior (Figura 89).

Figura 89 – Representantes do Fundo Global para o Meio Ambiente-GEF aprovam aporte de US\$ 80 milhões para projetos ambientais

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
28 de junho de 2023
...

O conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) aprovou nesta segunda-feira (27/6), em Brasília, o aporte de cerca de US\$ 80 milhões (R\$ 380 milhões) para projetos ambientais no Brasil. Mais antigo fundo ambiental do mundo, criado em 1992, durante a Rio-92, o GEF realizou pela primeira vez reunião de seu conselho fora da sede, que fica em Washington, nos EUA.

Também nesta segunda, a coalizão filantrópica "Protecting Our Planet" (POP) anunciou o desembolso de US\$ 200 milhões (R\$ 960 milhões), nos próximos quatro anos, para apoiar ações relacionadas às metas do governo brasileiro de acabar com o desmatamento na Amazônia até 2030, proteger a biodiversidade e os povos tradicionais e acelerar a transição para uma economia sustentável.

Representantes da coalizão POP participaram de encontro no Palácio do Planalto nesta terça-feira (27/6) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

Os recursos privados serão destinados diretamente a projetos, e não ao governo. No entanto, serão aplicados com base em três agendas temáticas definidas pelo MMA: Desenvolvimento Socioambiental de Comunidades; Estruturação de Novas Unidades de Conservação e Fortalecimento Institucional e Governança.

Os projetos aprovados pelo GEF contemplam iniciativas nas áreas de conservação, reflorestamento, uso sustentável da biodiversidade, construções com zero emissão de carbono, combate ao plástico no oceano e integração entre biodiversidade e povos indígenas e comunidades como estratégia de conservação do território e proteção do conhecimento tradicional.

Veja a nota completa em mma.gov.br.

1- Ricardo Stuckert/PR
 2, 3 - Divulgação/MMA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 28 jun. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4fbibxF>. Acesso em: 02 dez. 2024.

A figuratividade que emerge das imagens da ministra é marcada pela informalidade e pelo uso de roupas simples e um sorriso discreto que projeta sentidos de diálogo, descontração e até cumplicidade com seus interlocutores, como nas imagens do encontro com Espen Barth Eide, Ministro das Relações Exteriores da Noruega (figura 90).

Figura 90 – Marina Silva dialoga com Espen Barth Eide



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir da postagem do MMAMC em sua página oficial no Facebook. 22 mar. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3OEkBc1>. Acesso em: 02 dez. 2024.

As postagens sobre o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva revelam um esforço para restabelecer os relacionamentos e linhas de crédito

internacionais, indispensáveis à performance do MMAMC. Por outro lado, esta aproximação não se dá apenas no plano ambiental. Pela presença do presidente Lula, ela tem o sentido de uma reaproximação com estados-sujeitos que foram afastados durante o governo Bolsonaro, como a Comunidade Europeia e a China e imprescindíveis para os programas narrativos econômicos do seu governo.

Da mesma forma, busca convencer políticos que representam setores que se opõem às políticas socioambientais que pretende implantar, por meio de modalizações para estabelecer contratos fiduciários em torno de objetivos comuns. Revelam ainda, a participação do MMAMC no esforço para eliminar o garimpo ilegal na terra Yanomami e realizar o atendimento humanitário para reversão do quadro de emergência de saúde e de alimentação daquela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos identificar os sentidos de meio ambiente e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC) a partir das postagens da entidade no Facebook (2014-2023) relacionadas à comunidade internacional. Elas se constituem em discursos da entidade sobre si mesma, que permitem identificar disputas de poder – político, econômico, ideológico – que emergem das questões ambientais. A seguir, retomamos os objetivos apresentados na introdução para analisar como foram alcançados ao longo deste estudo.

A comunicação do MMAMC diz respeito, predominantemente, à cobertura de eventos ambientais, particularmente, os relativos às Conferências do Clima da UNFCCC e seus desdobramentos.

As postagens têm em comum o fato de que são narrativas formadas por enunciados sobre mudanças de estado. Para isso, utilizam estratégias discursivas baseadas em debreagens objetivantes, que afastam o enunciado do enunciador, conferindo ao conteúdo um sentido de neutralidade e distanciamento, produzindo um efeito ser-verdadeiro. Relatam aspectos do cotidiano institucional e ações voltadas à aprovação de políticas, leis e financiamentos.

Embora abordem temas relacionados à comunidade internacional, os sentidos das postagens indicam que seu destinatário é o sujeito coletivo representado pela sociedade brasileira. Essas são marcas próprias do discurso governamental, voltado a informar e modalizar seus destinatários, produzindo sentidos eufóricos para entidade, seus destinadores e para as políticas que enunciam. Contudo, tais características contribuem para que esses discursos assumam um formato repetitivo, previsível e, portanto, marcados por uma regularidade que pode limitar sua performance.

Observou-se que, em determinados períodos, a comunicação ocorreu de maneira incompleta, revelando a intenção de promover uma experiência de transmidiação que conduzisse os destinatários a outras plataformas que apresentavam a comunicação completa, geralmente o site da entidade. Entretanto, em publicações mais recentes, o conteúdo foi oferecido de forma completa, dispensando essa migração. Tais variações refletem uma adequação à intencionalidade dos destinadores, bem como às dinâmicas próprias da plataforma, cujas *affordances* – embora difíceis de identificar plenamente devido à sua opacidade

– destinam, por meio de algoritmos, o modo como a informação chega aos destinatários.

As análises também evidenciaram limitações na performance do MMAMC, relacionadas à sua estrutura de destinação. Tal estrutura está fundamentada na própria natureza institucional do ministério e em suas atribuições, que são estabelecidas pela Presidência da República – instância que delimita o alcance de sua competência e atuação. Além da presidência, o MMAMC é destinatário de outros poderes constituídos, como o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, bem como de diversas entidades da sociedade civil, política e econômica. A essa rede de destinatários somam-se ainda os estados-sujeitos e organismos internacionais, como a ONU.

E, por outro lado, o MMAMC também é destinador destas entidades, na medida em que é um actante que propõe contratos fiduciários para a realização de seus programas narrativos. Assim, as políticas públicas e, principalmente, as ações do MMAMC decorrem do tensionamento dessa estrutura actancial que varia conforme a vontade política e a competência dos actantes envolvidos.

Um exemplo em que essa estrutura de destinação se tornou particularmente evidente foi o processo de aprovação dos termos do Acordo de Paris. Sua efetivação passou por modalizações por parte de todas as instâncias mencionadas. Somente após essa tramitação e ratificação formal pelo Estado brasileiro, o acordo pôde ser sancionado no âmbito da ONU e ser iniciada a implementação de seus compromissos.

Nosso estudo também revelou diferentes sentidos do MMAMC durante os quatro períodos de governo analisados:

a) No governo de Dilma Rousseff (2014-mai. 2016), o MMAMC focava sua comunicação, prioritariamente, em conteúdos sobre as modalizações do Acordo de Paris nos quais surgia como uma entidade destinadora. Suas políticas ambientais contavam com a vontade política da presidente, um congresso que facilitava a discussão de temas ambientais pela existência de políticos e bancadas, como as do Partido Verde, que eram adjuvantes nas modalizações de interesse da entidade. E, no plano internacional, pela progressão dos sentidos de urgência em mitigar a mudança do clima.

Fortalecido por essa estrutura actancial, o MMAMC dispunha de maior competência para implementar ações voltadas ao controle do desmatamento e à preservação ambiental, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a atualização de

sistemas de monitoramento por satélite, como o Prodes. Estes controles se tornaram imprescindíveis para a objetivação do atingimento das metas de emissões (NDC) assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Entre as estratégias discursivas utilizadas pelo MMAMC nesse período, identificamos:

- A construção do efeito de verdade por meio do autoelogio, na qual o sentido de ser-verdadeiro decorre de declarações positivas sobre si mesmo, não necessariamente respaldadas por uma correspondência com o mundo real;
- A sanção da ONU aos destinadores brasileiros, pela delegação actancial para modalização de outros estados-sujeitos durante a COP 21;
- A modalização de outros estados-sujeitos pelo exemplo, vindo da apresentação de ambições elevadas para um país em desenvolvimento;
- A produção do efeito de verdade pela sanção, por meio de elogios de pessoas influentes, como o ambientalista e ex-vice-presidente dos EUA Al Gore e do então presidente Barack Obama;
- A aliança com outros estados-sujeitos, como os países do Basic, para formar actantes coletivos na defesa de metas ambiciosas;
- A produção do efeito de verdade a partir do excesso de informações para objetivar a performance de redução do desmatamento;
- Pela modalização de destinatários nacionais para ratificação e implementação dos termos do Acordo de Paris;
- E, finalmente, uma estratégia baseada nos sentidos da sustentabilidade, ao procurar fazer-crer em uma conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental.

As postagens revelaram ainda que, sob o Regime de Presença e Formas de Popularidade, a então ministra Izabella Teixeira evocava sentidos de uma “Mulher de Ação”, percepção derivada das inúmeras atividades relatadas nas postagens e de uma figuratividade que a caracterizava como tal.

Ainda durante o governo de Dilma Rousseff, o meio ambiente foi utilizado como objeto de valor em modalizações para preservar, mitigar os efeitos das mudanças climáticas ou captar recursos destinados a projetos ambientais ou créditos de carbono. O recebimento destes créditos, por sua vez, envolve uma lógica econômica e ambiental na medida em que atribui valor à preservação da floresta em pé e, assim, o desmatamento desvaloriza o objeto de valor.

Os sentidos de sustentabilidade encontravam-se em processo de consolidação neste período, sobretudo a partir da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, os quais foram incorporados à Agenda 2030 como referência normativa para a formulação de políticas e iniciativas voltadas à mitigação das emissões de dióxido de carbono (CO₂).

Como sentidos disfóricos da comunicação do MMAMC naquele governo, temos a construção da hidrelétrica de Belo Monte, apesar dos relatórios ambientais apontarem para o elevado dano ambiental da construção e operação daquela usina. Da mesma forma, em relação à catástrofe ambiental de Mariana: a comunicação foi discreta e objetivante, limitando-se a noticiar ações de observação, suporte técnico e logístico.

b) No curto período de governo de Michel Temer (ago. 2016-2018), vimos que o MMAMC manteve os eventos agendados pela gestão anterior e, portanto, a relevância desta gestão está justamente na continuidade e manutenção daqueles compromissos.

Vimos ainda que o presidente Michel Temer e o ministro Sarney adotaram a estratégia de usar o legado político e ambiental do governo anterior em seu benefício, quando da ratificação e formalização da entrega do compromisso brasileiro no Acordo de Paris à ONU em 12 de setembro de 2016. Ele aconteceu logo após a posse do novo presidente e teve o sentido de legitimá-lo como destinador político no plano nacional e internacional.

Assim, o MMAMC participou de importantes eventos internacionais como a COP 23 da Biodiversidade e sediou o Fórum Mundial da Água, em Brasília, em 2018. Todavia, tais eventos tiveram publicações apenas durante o período de sua realização, com sentidos de compromissos localizados e sem continuidade com as respectivas temáticas.

O governo Temer também deu continuidade ao uso do meio ambiente, preservado, como objeto de valor em modalizações para obtenção de recursos financeiros de fundos ambientais e para pleitear créditos de carbono, ainda em processo de regulamentação. Entretanto, a atuação do MMAMC não refletiu políticas de controle do desmatamento, que aumentou cerca de 20% no período, segundo os dados da plataforma Terra Brasilis (2024).

Da mesma forma, as postagens revelaram uma transição de objetivos, ao incluir temas ligados à exploração econômica do meio ambiente, como utilização do

Espaço Brasil, originalmente destinado aos debates ambientais, para fomento de negócios relacionados ao biodiesel e créditos de carbono.

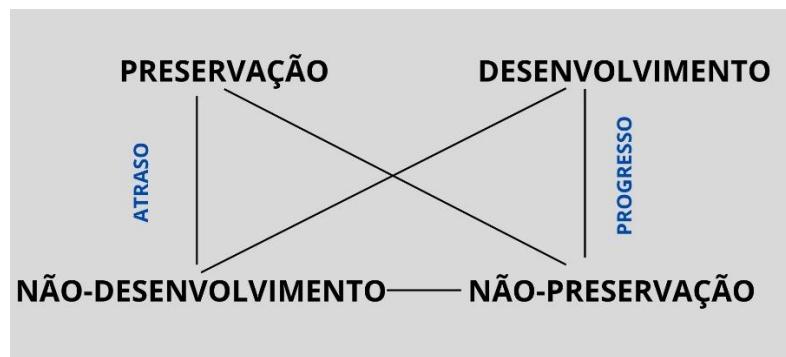
Sob o tema dos Regimes de Presença e Formas de Popularidade, vimos que a performance do ministro Sarney Filho indica um destinador que faz-parecer que é um homem de ação em alguns momentos e, em outros, o herói mediador, porém, sem o elemento sensível que caracteriza este regime de presença. Ou, em outros momentos, o perfil do político que busca capital simbólico, como ao ser fotografado ao lado de pessoas importantes.

O ministro interino Edson Duarte participou de forma discreta de eventos ambientais e, nas postagens, tende a ser figurativizado como homem de ação, o que não se consolidou devido à interinidade do seu mandato e à regularidade de sua presença.

c) Observamos que Jair Bolsonaro (2019-2022), em seu início de governo, manifestou a intenção de acabar com o MMAMC e subordiná-lo ao Ministério da Agricultura (Mapa). Não conseguiu, mas nomeou ministros identificados com o agronegócio que comprometeram a estrutura e a performance do MMAMC. Assim, o MMAMC não se tornou parte do Mapa, mas o agronegócio ocupou o MMAMC.

As postagens têm o sentido que aquele governo via a preservação em oposição ao desenvolvimento (Figura 91). Era uma concepção vinda do período da ditadura militar, em que a supressão da floresta levaria ao desenvolvimento e à riqueza e, em contrapartida, sua preservação levaria à manutenção da pobreza e ao atraso econômico.

Figura 91 – Quadrado semiótico da oposição entre preservação x desenvolvimento



Fonte: Elaboração do autor, 2025.

Assim, as postagens revelaram a intencionalidade de suprimir a competência do MMAMC e reverter as políticas públicas do ministério. Visava beneficiar destinadores que o apoiaram, como o agronegócio, a mineração e a extração de madeira. Utilizando discursos com termos vagos como “ambientalismo de resultado”, “soluções de mercado para proteção da floresta” ou “economia verde”, o MMAMC foi conivente com o aumento do desmatamento e da apropriação econômica do meio ambiente.

Constatamos que, na gestão do ministro Ricardo Salles, ocorreu diminuição nas postagens. Esse declínio tem o sentido de evidenciar o desinteresse em divulgar as ações do ministério ou a intencionalidade de ocultá-las, como ocorreu nos anos de 2019 e 2020.

Vimos, ainda que o ministro conduziu o ministério para expropriar o meio ambiente, usando uma estratégia que procurava fazer-crer na eficácia de “soluções de mercado para a proteção da floresta” – uma proposta vaga, enunciada por um ministro investigado por contrabando de madeira ilegal e que, durante a pandemia de Covid-19, incentivava o agronegócio a “passar a boiada” enquanto a atenção da imprensa estava voltada à crise sanitária.

As poucas postagens evidenciaram o MMAMC se distanciando da comunidade internacional, particularmente dos investidores do Fundo Amazônia, em particular a Noruega, em função do pretendido uso dos recursos daquele fundo.

No governo Bolsonaro, os discursos têm o sentido de refletir políticas que utilizavam o meio ambiente como objeto de valor financeiro para apropriação econômica pela iniciativa privada. Por outro lado, visando não perder os créditos de carbono regularizados no período, Bolsonaro usou um discurso de modernização para fazer-crer o uso de sistemas obsoletos para fornecer dados positivos sobre desmatamento durante o seu governo.

Ricardo Salles foi substituído por Joaquim Leite, antigo subordinado, que deu continuidade à forma de gestão de seu predecessor. Assim, sob sua destinação, a floresta foi considerada uma fonte de oportunidades para novos negócios, utilizando o meio ambiente como objeto de valor em uma nova “economia verde”, apresentada a empresários no Espaço Brasil, durante a COP 27, agregando adjetivos polissêmicos ao termo sustentabilidade para definir políticas públicas como “economia verde” ou “crescimento verde”, que mascaravam a intencionalidade de apropriação do meio ambiente para fins econômicos.

A análise da performance dos ministros Salles e Leite, sob a perspectiva dos Regimes de Presença e Formas de Popularidade, revelaram que o primeiro tem uma figuratividade associada à de um executivo e as características da vedete, com momentos de bufonismo. Já Joaquim Leite apresentava uma figuratividade de executivo, que se assemelhava à da vedete, mas procurava fazer-crer que era um homem de ação.

Vimos também que aquele período foi permeado por tragédias ambientais e humanas: a primeira, com o rompimento da barragem de Brumadinho, lançando lama e rejeitos de minérios que causaram uma tragédia ambiental sem precedentes em extensão e número de mortos. A segunda foi o derramamento de óleo no mar, que se espalhou do litoral da Paraíba até o Rio de Janeiro. Em ambas, o MMAMC adotou uma estratégia objetivante, distanciando-se do problema ou buscando criar um antissujeito, em função de divergências ideológicas.

A terceira tragédia socioambiental do governo Bolsonaro foi humanitária, causada pelo abandono, violência, doença e fome a que foram submetidos os habitantes da Terra Indígena Yanomami, pelos garimpeiros que atuavam na região. E a quarta, de segurança, foram os assassinatos do jornalista Don Phillips e do indigenista Bruno Pereira por supostos garimpeiros em áreas indígenas. Em ambas, o MMAMC não se manifestou e as providências só foram tomadas no governo Lula.

d) As publicações referentes ao primeiro ano da terceira presidência de Luiz Inácio Lula da Silva têm o sentido de revelar a disposição de reconstruir vínculos e reativar linhas de crédito fundamentais para a atuação do MMAMC e das políticas ambientais que vinham desde o seu primeiro mandato.

Esse movimento, no entanto, transcende a agenda ambiental: com a presença do presidente, tem o efeito de sentido de uma retomada das relações com atores globais – como a Comunidade Europeia e a China – que haviam se distanciado durante o governo anterior.

Além disso, observa-se uma estratégia voltada à articulação com parlamentares que representam diferentes grupos relacionados às políticas socioambientais. Por meio de modalizações, o MMAMC vem procurando estabelecer contratos fiduciários com os demais ministros, de forma a viabilizar a sua execução.

As postagens também evidenciam a atuação do MMAMC na repressão ao garimpo ilegal, bem como nas ações de caráter humanitário voltadas à superação do estado de emergência sanitária e alimentar vivido pela comunidade Yanomami.

Como vimos nesta síntese, as postagens indicam que o Estado brasileiro tem uma visão alinhada às teorias do Antropoceno, de uma narrativa de afirmação do homem dissociado do planeta e destinador deste, que pode ser explorado e controlado por meio da tecnologia e grandes obras.

Da mesma forma, ainda persiste a visão de que os problemas climáticos poderão ser resolvidos pela destinação do homem em um futuro imaginado, estabelecendo uma debreagem enunciva temporal que afasta a urgência de ações preventivas para que eles não ocorram e evidenciando uma suposta competência humana para controlar a natureza.

Prevalecem também os sentidos de sustentabilidade, da possibilidade de se extrair indefinidamente a natureza barata, desde que se reconstrua condições que a perpetuem.

Como vimos, além desta visão geral, que permeia todo o período analisado, temos diferentes sentidos para o meio ambiente em cada período de governo.

. Um sentido de preservação do meio ambiente, mitigação das mudanças climáticas e controle do desmatamento, mas também de exploração econômica durante o governo de Dilma Rousseff;

No governo Temer esse entendimento teve continuidade e o meio ambiente manteve os sentidos de preservação e, ao mesmo tempo, de fornecedor de natureza barata, nos termos preconizados por Jason Moore (2022).

O governo Bolsonaro atribuiu um sentido mercantil ao meio ambiente, de provedor de natureza barata a ser explorada sob diversas formas pela iniciativa privada, não importando as consequências futuras.

E finalmente, no primeiro ano do terceiro governo Lula (2023), o meio ambiente voltou a ter o sentido de algo a ser preservado, agregando as ações sociais que fazem parte dos ODS e, paralelamente, como um fornecedor de natureza barata.

Das postagens emergiu o sentido de que o MMAMC era uma extensão das políticas de Estado, quer do ponto de vista ambiental, quer do econômico ou político oferecendo oportunidades de relacionamentos e alianças políticas e econômicas e, paralelamente, de confrontos com setores insatisfeitos com as políticas ambientais, particularmente o agronegócio.

Ao longo do período analisado, o MMAMC demonstrou fragilidade em função de uma estrutura de destinação que lhe retira competência. Assim, as postagens revelaram que os avanços conquistados durante décadas de modalizações nacionais

e internacionais, de construção de políticas públicas para preservação ambiental, podem ser anulados rapidamente por governos predatórios, sem compromisso com a preservação do meio ambiente, do clima ou com minorias, como os povos originários.

Como vimos, a partir de mudanças no arcabouço legal, e um presidente, congresso e ministros comprometidos com o agronegócio, as estruturas do MMAMC foram desmontadas, os dados foram manipulados, os relacionamentos com a comunidade internacional deterioraram, os recursos para projetos ambientais cessaram e o meio ambiente foi devastado. E, novamente, a reconstrução é lenta, procurando fazer-crer em uma mudança de estado, que tem o sentido de expor a fragilidade da estrutura do MMAMC e das políticas ambientais brasileiras.

Quanto ao meio ambiente, mesmo nos governos com maior vocação ambiental, continuou ocorrendo uma deterioração mais lenta, mas contínua, pelo desmatamento, pela produção de energia a qualquer custo, por privilegiar o desenvolvimento econômico, sem compromisso com o ambiental.

A comunicação do MMAMC no período demonstrou que a preservação do meio ambiente, acima de tudo, é uma decisão política.

Uma forma de visualização destas características poderia ser a Figura 92 a seguir:



Assim, refletindo sobre estes resultados os objetivos e as análises deste trabalho percebemos que ele não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida para nos aprofundarmos nos temas que fazem parte dos sentidos da comunicação ambiental, dos sujeitos envolvidos e das políticas de Estado que elas englobam.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; OLIVEIRA, Marília Silva de. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Opinião Pública*, v. 21, p. 336-364, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4ntpi8J>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ALESSI, Gil. Em meio à pandemia, Bolsonaro acelera medidas para beneficiar desmatador, armamentista e evangélicos. **El País**, São Paulo, 11 mai. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FUaOxJ>. Acesso em: 13 jun. 2025.

AMAZONAS enfrenta seca extrema e está a caminho da pior estiagem da história em 2024, afirma especialista. **G1**, Amazonas, [s.p], 07 set. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4h4ROKe>. Acesso em: 22 jan. 2025.

AMAZÔNIA Legal: entenda sua importância. Fundação Amazônia Sustentável, Manaus, [s.p; s.d]. Disponível em: <http://bit.ly/3WscvY5>. Acesso em: 21 jan. 2025.

AMORIM JR., Elias Feitosa de Amorim. 1972: o Brasil na Conferência de Estocolmo. **Gabinete de História**, [s.p], 18 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/480tVjh>. Acesso em: 08 out. 2024.

ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. Mudança climática, protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 29-45, abr. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3HABZOU>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BOCUHI, Carlos. Como o Brasil pode retomar o protagonismo no meio ambiente. **O Eco**, Rio de Janeiro, [s.p], 14 jun. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4bqBq4z>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BOCUHI, Carlos. As Cop sob o jugo do petróleo. **O Eco**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/43oAGti>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BOEIRA, Sérgio Luiz. Política & Gestão Ambiental no Brasil: Da Rio-92 ao Estatuto da Cidade. Alcance | Univali, Biguaçu, SC, nº 3, p. 525-558, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3U0nery>. Acesso em: 08 out. 2024.

BOLSONARO em reunião com líderes: 'Índio quer trabalhar e pagar imposto'. Uol, São Paulo, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/42SDfFc>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BOYD, Danah. Social Network Sites as Networked Publics: *Affordances, Dynamics, and Implications*. In: **Networked Self**: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites. New York, NY, USA, p. 39-58, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3UhwtXtY>. Acesso em: 21 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT, Greenwood, p. 241-58, 1986.

BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro defende a fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. **O Eco**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-defende-a-fusao-dos-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente. **O Eco**, São Paulo, 01 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/45POj7x>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL SEGUE violando Acordo de Paris com nova meta do Clima. Observatório do Clima, São Paulo, SP, 07 abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4kM3LpN>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. Portal Gov. br. **Convenção do Clima**. Brasília, DF, [s.d]a. Disponível em: <https://bit.ly/4axDN5g>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Fundo Clima**. Brasília, DF, [s.d]b. Disponível em: <https://bit.ly/3A5x6tn>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação. **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**. Brasília, DF, [s.d]c. Disponível em: <https://bit.ly/3HabkrP>. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **iNDc (Contribuição Nacionalmente Determinada)**. Brasília, DF, [s.d]d. Disponível em: <https://encurtador.com.br/k0cld>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Fontes de Financiamento Climático**. Brasília, DF, [s.d]e. Disponível em: <https://bit.ly/3Nvg4YO>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Protocolo de Quioto**. Brasília, DF, [s.d]f. Disponível em: <https://bit.ly/49AbJxK>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Conferência das partes**. Brasília, DF, [s.d]g. Disponível em: <https://bit.ly/3LSvXI2>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. Brasília, DF, [s.d]h. Disponível em: <https://bit.ly/4f6VsBl>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Institucional**. Brasília, DF, [s.d]i. Disponível em: <https://bit.ly/3GeU0lf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Fundo Clima**. Brasília, DF, [s.d]j. Disponível em: <https://bit.ly/4f2iyte>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Acordo de Paris.** Brasília, DF, [s.d]k. Disponível em: <https://bit.ly/3XQWURT>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Brasília, DF, 1981. Disponível em: <https://bit.ly/4julhPu>. Acesso: em 23 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 4.771.** Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: <https://bit.ly/4nsfxYb>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.651.** Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4aKclMp>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Lucas Tolentino **Combate ao efeito estufa põe Brasil na liderança no “ranking” mundial.** Brasília, DF, 06 nov. 2013. Disponível em <https://bit.ly/4qq0nOM>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Reconhecimento.** Brasília, 12 dez. 2014. Facebook: @ministeriomeioambiente. Disponível em: <https://bit.ly/41rwDgs>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Acordo destina 10 milhões de euros ao CAR.** Letícia Verdi. Brasília, DF, 16 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/448HYTE>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **O Instituto.** Brasília, DF, 04 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3YcuiTq>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. **Histórico - SUDAM.** Brasília, DF, 13 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3VXefIV>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **O Ministério do Meio Ambiente está levando casos de sucesso da sustentabilidade brasileira para a COP26.** 1 vídeo. (3min 44s). Brasília, DF, 04 nov. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3R4rGDO>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Polícia Federal. **PF conclui investigações sobre a origem das manchas de óleo que atingiram o litoral brasileiro entre 2019 e 2020.** Brasília, DF, 30 nov. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/4aBgtUe>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Mudança do clima 2021: a base científica: sumário para formuladores de políticas. Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima. **IPCC**, Genebra, Suíça, 2021c. Disponível em: <https://bit.ly/3GttQLv>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil na COP26. Facebook, 04 nov. 2021c. 1 vídeo, 3m, 44s. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/1Bz3HvKXdA>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Cadastro Ambiental Rural: diretrizes para atuação do Ministério Público**. Brasília, DF, 2022a. Disponível em: <https://bit.ly/4hvchHZ>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <https://bit.ly/42IEKGc>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil**. Brasília, DF, 6ª Edição, 2022c. Disponível em: <https://bit.ly/4fJCS2Q>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Brasil inicia a programação oficial na COP 27**. Sharm el Sheik, EG, 8 nov. 2022d. Disponível em: <https://bit.ly/42oq3at>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O que é o Fundo Amazônia. Como ele funciona? **Blog do Fundo Amazônia**, Brasília, DF, 01 ago. 2023a. Disponível em: <https://bit.ly/409cvz1>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Brasil e China discutem oportunidades de comércio e investimentos em Pequim**. Pequim, China, 21 nov. 2023b. Disponível em: <https://bit.ly/4kNf8OD>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Atingidos pelo maior derramamento de óleo no Brasil denunciam falta de reparação cinco anos depois**. Brasília, DF, 10 set. 2024a. Disponível em: <https://bit.ly/3EL7nlx>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Debate mostra que implementação do Código Florestal e do CAR ainda é desafio**. Brasília, DF, 20 jun. 2024b. Disponível em: <https://bit.ly/4jwPhKs>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Chico Mendes – 80 anos do “patrono do meio ambiente”**. CRISTINA, Lucélia; BAKER, Cristiane. Brasília, DF, 16 dez. 2024c. Disponível em: <https://bit.ly/4kud9hf>. Acesso em 26 jun. 2025.

BRASIL. **REDD+ Brasil**. Brasília, DF, 17 mar. 2025a. Disponível em: <https://bit.ly/3E3OqJu>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRICS. **Sobre o Brics**. Brasília, DF, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/45vf9Sg>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRUM, Eliane. Bolsonaro e a autoverdade. **El país**, São Paulo, SP, 16 jul. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2s5iVkp>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRUM, Eliane. Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos por negligência do governo Bolsonaro. **Sumaúma**. Altamira, PA, 21 jan. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3EAT7IM>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. 2^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**. A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1^a Ed. São Paulo, SP, Companhia das Letras/Editora Schwarcz, 2015.

CALIFÓRNIA sai em um mês de incêndios devastadores para enchentes. **Metsul-Meteorologia**, Porto Alegre, RS, [s.p], 08 fev. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4gtnXKk>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125–146, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4gRAVD2>. Acesso em: 04 out. 2024.

CASEMIRO, Poliana. Como o avanço do garimpo ilegal devasta a Amazônia e agora ameaça santuário de 'árvores gigantes'. **G1**, Rio de Janeiro, RJ, 04 abr. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4n17fX6>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. History and Theory. **The Seventh History and Theory Lecture**, n. 57, p. 5–32, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ZsrJPi>. Acesso em: 20 set. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

COLLOR, Fernando. **#tbt a bordo de um caça Northrop F-5 da FAB, voando para a Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro**. Maceió, 18 jun. 2020. X: @Collor. Disponível em: <https://bit.ly/4fYjEaq>. Acesso em: 27 nov. 2024.

COM PERFIL técnico, Izabella Teixeira se mantém no Meio Ambiente. **G1**, Brasília, [s.p], 22 dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3A9UuGd>. Acesso em: 23 out. 2024.

CONFIRA quem paga o que no orçamento da ONU. UOL, São Paulo, SP, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/40LASMK>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CONTI, José Bueno. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 16, p. 70–75, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47286>. Acesso em: 18 set. 2024.

COP 25 não deu em nada, diz ministro Ricardo Salles. **G1**, Brasília, DF, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4kC2PUZ>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas - 1946-2006**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3poRuQI>. Acesso em: 23 set. 2023.

CRIST, Eileen. A pobreza da nossa literatura. In: MOORE, Jason. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

CUMMINS INC. **O que é biodiesel?** 18 mar. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3HNsVWw>. Acesso em: 10 jun. 2025.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online:** conceitos e métodos. Salvador, BA: EDUFBA, 2020.

DEMURU, Paolo. De Greimas a Eric Landowski. A experiência do sentido, o sentido da experiência: semiótica, interação e processos sócio comunicacionais. **Revista Galáxia**, São Paulo, Especial 2 - Algirdas J. Greimas, p. 85-113, dez. 2019.

DEMURU, Paolo; FECHINE, Yvana. **Um bufão no poder:** ensaios semióticos. Rio de Janeiro, Confraria do Vento, 2022.

DIXON, Sacy Jo. Statista. **Leading countries based on Facebook audience size.** 2024. Disponível em: <https://bit.ly/2EDpAGD>. Acesso em: 11 mar. 2025.

EARTH Overshoot Day 2024 falls on August 1st. **The Club of Rome**, 30 jul. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4dYy5Kc>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ECO, Umberto. Fakes, Identity and the Real Thing. **Revista Versus quaderno di studi semiotici**, Bologna, Itália, nº 46, [s.p], 1987.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.

FEITO Estufa. In: **Portal da Educação Ambiental do Governo do Estado de São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3Xw0uR8>. Acesso em: 19 set. 2024.

EVANS, Simon; VIISAINEN, Verner. Análise: Emissões do Reino Unido em 2023 caíram para o nível mais baixo desde 1879. **Carbonbrief**, UK, [s.p], 11 mar. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4hCoRFw>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FACEBOOK. **Diferenças entre perfis, Páginas e Grupos no Facebook.** [s.d]a. Disponível em: <https://bit.ly/4ku8lsv>. Acesso em: 21 mai. 2025.

FACEBOOK. **Sobre as restrições de publicidade.** [s.d]b. Disponível em: <https://bit.ly/4kHyRic>. Acesso em: 28 mai. 2025.

FACHIN, Luiz Edson. Agenda 2030: emergência climática e o papel das instituições públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 3. p. 623-634, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Bo4Keo>. Acesso em: 26 set. 2024.

FECHINE, Yvana. Transmidiação e cultura participativa: pensando as práticas textuais de agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-22, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/48BU20k>. Acesso em: 31 out. 2024.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3TVcGtW>. Acesso em: 04 out. 2024.

FIGUEIREDO, Fabio Fonseca; CRUZ, Fernando Manuel Rocha da. **Aproximações teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global**: de Estocolmo 1972 ao Rio de Janeiro 2012. In: AÇÃO PÚBLICA E PROBLEMAS SOCIAIS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS 4, 2013. Lisboa, Anais eletrônicos, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4eHIQCc>. Acesso em: 30 set. 2024.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, v. 21, n. 51, p. 18–42, mai. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BiEXnv>. Acesso em: 18 set. 2024

FORA DO ALVO. O bloqueio da renda nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3UopKYW>. Acesso em: 26 out. 2024.

FORAM para uma aventura. **'A gente lamenta pelo pior'**, diz Bolsonaro sobre desaparecidos na Amazônia. G1, 09 jun. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/44GTjdD>. Acesso em: 26 set. 2024.

FÓRUM DE INVESTIMENTOS BRASIL 2018. 2018. Disponível: <https://bit.ly/44sAGJj>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GIL, Carlos Gómez. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3TAknpi>. Acesso em: 23 set. 2024.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido I**. Ensaios semióticos. São Paulo: Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da Imperfeição**. São Paulo: Hacker, 2002,

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II**. Ensaios semióticos. São Paulo: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

GUSMÃO, Paulo Pereira; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des)construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 218-218, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3YRc7UT>. Acesso em: 10 out. 2024.

GUYINN, Jessica. Need a hug during the coronavirus pandemic? Facebook is giving you one to share. **USA Today**, v. 17, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4jrsJuB>. Acesso em: 24 jan. 2025.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação Governamental: em busca de um alicerce teórico para a realidade brasileira. **Organicom**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 24–39, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/40o4gya>. Acesso em: 7 maio. 2025.

HARTLEY, Daniel. Antropoceno, Capitaloceno e o problema da cultura. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

HELLER, Bárbara; COSTA, Fátima. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável nas entrelínhas do agronegócio: Globo Rural especial. **Líbero**, São Paulo, vol. 16, n. 32, p. 81-90, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4gydf6x>. Acesso em: 23 set. 2024.

HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. **Ecologia, ciência e política**, Rio de Janeiro, p. 9-48, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/4eKCctH>. Acesso em: 30 set. 2024.

HOLANDA, Tiago de. **Política ambiental do governo Bolsonaro afasta investidores internacionais**. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, [s.p], 14 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/49nSmaU>. Acesso em: 06 dez. 2024.

HUMANIDADE sofre “epidemia de calor extremo”, alerta ONU. **UOL**, São Paulo, [s.p], 26 jul. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3A8iysM>. Acesso em: 31 jul. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Foz do Iguaçu**. [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/4eyPw5C>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IMAZON. Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia. Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD). **Série histórica do calendário do desmatamento** (agosto a março). Belém, PA, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4kXkYNh>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **O que é e como funciona o mercado de carbono?** Brasília, DF, [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/3Hy0xl5>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ITAIPU BINACIONAL. **Caderno de Indicadores 2021**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/42Gagod>. Acesso em: 06 fev. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. *et al.* Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 135–148, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NpT7tTmr66dmNprkstjvspG>. Acesso em: 29 jul. 2024.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Universidade de Brasília. Brasília/DF, vol. 24, nº 1, p. 47-87, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3H3kYJo>. Acesso em: 04 jan. 2024

JORDÃO, Pedro. Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles vira réu por exportação ilegal de madeira. CNN Brasil, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/40dHKc2>. Acesso em: 16 out. 2024.

KLINK, Carlos; MACHADO, Ricardo. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/45OriSm>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/4712WDw>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

LANDOWSKI, Eric. **Pasiones sin nombre** - ensayos de sociosemiotica. Primera edición digital. Lima/Peru: Fondo Editorial, 2017.

LATOUE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2019.

LATOUE, Bruno. **Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. Rio de Janeiro, RJ: Ubu/Ateliê de Humanidades, 2020.

LEITE, Eduardo Dias; COSTA, Caroline Lima de Almeida; OLIVEIRA, Roseli de Souza; CAVALCANTE, Hellen Cristina. Impactos ambientais causados pelo desmatamento no Brasil. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**. V. 8, n. 1, p. 19-38, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/40hhFIU>. Acesso em: 01 jan. 2025.

LEITE, Joaquim. LinkedIn. [s.d]. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/joaquim-leite>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LUZ, Ana Javes. Sistemas de comunicação governamental: a experiência da Prefeitura de Fortaleza (2005-2012). **Comunicação pública e política: pesquisa & práticas**, Florianópolis/SC, v. 1, p. 423-437, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Z0lUrs>. Acesso em: 07 mai. 2025.

MACHADO, Ana Maria; JABRA, Daniel; SENRA, Estevão; GONGORA, Majoi. Bolsonaro, a pandemia e a nova corrida pelo ouro na Terra Indígena Yanomami. **Le Monde Diplomatique**, França, 02 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3lo9FiE>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MACIEL, Alice; FONSECA, Bruno. Irmã do Ministro do Meio Ambiente é sócia da Glock, que vende armas para o governo federal. **Agência Pública**, 05 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3QjRqMd>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MAGALHÃES, Marcelo. Entre o inferno verde e urano, Transamazônia. [S.p]. 21 mar. 2022. Biblio: Cultura Informacional. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4gRleL8>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MAPBIOMAS. Histórico do fogo no Brasil (1985 a 2023). Coleção 3 do MapBiomass Fogo. [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/4nndy7M>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MARCONDES, Danilo. **A verdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

MARQUES, Luiz. Brasil, 200 anos de devastação O que restará do país após 2022?. **Estudos avançados**, v. 36, n. 105, p. 169-184, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4fzRdyH>. Acesso em 24 dez. 2024

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINS, Raphael. PIB do Brasil cresce 2,9% em 2023, diz IBGE. G1, São Paulo, 01 mar. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4iWquFU>. Acesso em: 27 dez. 2024.

MEADOWS, Dennis. et. al. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELLO, Fernando Collor. Discurso na XLVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - 1991. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). O Brasil nas Nações Unidas - 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília/DF: Funag, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3poRuQI>. Acesso em: 08 mai. 2023.

META. **Central de Ajuda para Empresas**. [s.d]a. Disponível em: <https://bit.ly/3Z3twJJ>. Acesso em: 28 mai. 2025.

META. **Cursos online gratuitos**. [s.d]b. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/learn/courses>. Acesso em: 25 out. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Rompimento da barragem da Vale**, em Brumadinho, completa quatro anos. Belo Horizonte, MG, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3WSQcLI>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MIR, Patrícia. Estes são os dez países mais populosos do mundo em 2024. **National Geographic Magazine**, Portugal, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4g5mVUC>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOORE, Jason. **O surgimento da natureza barata**. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

MOORE, Jason. **Introdução**. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

MP pede afastamento de secretário do meio ambiente de Alckmin e indenização de 50mi. **Fórum**, 01 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/49cRR3n>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Hemisfério Norte tem o verão mais quente da Terra. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, [s.p], 15 set. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3SshKFm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NA COP 25, Salles pede dinheiro e recusa homenagem a indígenas mortos. **Carta Capital**, São Paulo, SP, 09 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4kFu8Os>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ana Claudia Mei, Estesia e Experiência do Sentido. Cadernos de Semiótica Aplicada, vol. 8, nº 2, dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4nzgKxg>. Acesso em 01 jul. 2025.

OLIVEIRA, José. **Repositório digital da UFRGS é destaque em ranking internacional**. Maceió, 19 ago. 2011. X: @biblioufal. Disponível em: <https://x.com/biblioufal>. Acesso em: 20 ago. 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os Limites do Crescimento 40 Anos Depois. **Continentes**, Rio de Janeiro, RJ, n. 1, p. 72-96, jul. 2012. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 03 set. 2024.

OLIVEIRA, Adriano Santiago de; KLINK, Carlos Augusto; MIGUEZ, José Domingos Gonzales. Os avanços da COP 21. **Teoria e Debate**, São Paulo, Ed. 146, 08 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3BUXszi>. Acesso em: 06 jan. 2025.

OLIVEIRA, Joana. Governo Bolsonaro enfraquece o INPE e retira do órgão divulgação sobre dados de queimadas. **El País**, São Paulo, SP, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YqSbGK>. Acesso em 28 out. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **O que são as mudanças climáticas?** Brasília, DF, [s.d]a. Disponível em: <https://bit.ly/3LOQptq>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Brasília, DF, [s.d]b). Disponível em: <https://bit.ly/48vtH3r>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **A emergência climática.** [s.d]c. Disponível em: <https://bit.ly/4koYKmh>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ONU. Nações Unidas Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** [s.d]d. Disponível em: <https://bit.ly/48vtH3r>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ONU. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o Meio Ambiente.** Brasília, DF, 16 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PANKE, Luciana; QUEVEDO, Josemari; JOAY, Ellen. Comunicação governamental nos spots sonoros-o caso brasileiro. **Más poder local**, n. 57, p. 30-46, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4ktKkBC>. Acesso em: 07 mai. 2025.

PARENTI, Christian. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PEIXOTO, Roberto. No Brasil, presidente da COP 26 cobra que acordos sejam cumpridos e lembra que acesso à OCDE depende de metas. **G1**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4e0MgOF>. Acesso em: 29 out. 2024.

PROAM. Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental. **As COPs sob o jugo do petróleo.** [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/4l6dlyx>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PUTINI, Júlia. **Ministério da Saúde decreta emergência de saúde pública para combater desassistência de indígenas Yanomami.** G1, Rio de Janeiro, RJ, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3D2ADdk>. Acesso em: 13 fev. 2025.

QUAIS serão as 50 maiores economias do mundo em 2024, segundo o FMI. Terra, 02 dez. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4asrN4U>. Acesso em: 23 jan. 2025.

QUEIROZ, Fábio Albergaria. Seria a Hileia uma arena de baixo custo na lógica de poder da Guerra Fria? O caso dos Grandes Lagos Amazônicos (1964-1968). **OPSIS**, Goiânia, v. 14, n. Especial, p. 266–286, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4nvDOwu>. Acesso em: 2 jul. 2025.

QUIERATI, Luciana. Demissão de diretor do Inpe é oficializada no Diário Oficial da União. **UOL**, São Paulo, SP, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4j3eLPh>. Acesso em: 03 jan. 2025.

RACIUNAS, Carol. SideWalk entra com pedido de recuperação judicial; dívida chega a R\$ 25,6 milhões. **CNN Brasil**, São Paulo, [s.p], 06 ago. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4dzJlgs>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RAMPAZO, Adriana Vinholi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; DE PÁDUA, Carrieri, Alexandre. A influência do “Mundo dos Negócios” na governança ambiental global. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 40, p. 75-89, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3TQaWBU>. Acesso em: 30 set. 2024.

RIVERO, Sergio. *et al.*. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41–66, jan. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/4kIT8tU>. Acesso em: 30 mai. 2025.

RODAS, Araújo; DI GIULIO, Caroline; MARQUES, Gabriela. Mídia brasileira e mudanças climáticas: uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, PR, v. 40, n. 0, p. 101-124, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/49002/32102>. Acesso em 05 jul. 2024.

ROSSI, Antonio Roberto; DEMURU, Paolo. Para onde fomos, para onde vamos: sentidos dos discursos ambientais do Brasil na Assembleia Geral da ONU – 1985-2022. **Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 19, n. 1, p. 264–285, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3BS1N6f>. Acesso em: 29 dez. 2024.

SALLES sugere “ir passando a boiada” para mudar regras durante a pandemia. **Poder 360º**, Brasília, DF, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NJtRuY>. Acesso em: 28 out. 2024.

SCHUESSLER, Jennifer. Oxford Names ‘Climate Emergency’ Its 2019 Word of the Year. **The New York Times**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3N2kAOm>. Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, Bárbara Elis Nascimento; SANQUETA, Carlos Roberto. Análise da contribuição nacionalmente determinada (ndc) brasileira em comparação aos países do BRICS. **Revista Presença Geográfica**. v. VI, n. 1, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/4dAvBTe>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SILVA, Rosana Louro Ferreira. **O meio ambiente por trás da tela** – estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3r5p3YI>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SILVEIRA, Jessica Garcia. **Políticas Ambientais na Nova República**: uma história sobre as negociações para a construção do Ministério do Meio Ambiente no Brasil (1988-1994). 2024. 282p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3YiooRJ>. Acesso em: 10 out. 2024.

SORIMA NETO, João. Com dívida de R\$ 25 milhões, SideWalk entra com pedido de recuperação judicial em São Paulo. **O Globo**, São Paulo, [s.p.], 06 ago. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3Xfj4OG>. Acesso em: 25 ago. 2024.

STACHEWSKI, Ana Laura. Bolsonaro mantém Ministério do Meio Ambiente, mas esvazia a pasta. **Globo.com/Negócios**, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CV9MQ8>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: MDS, v. 1, p. 54-73, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3UeBXPY>. Acesso em: 16 out. 2024.

TASSINARI, Carlo Andrea. Durée et catastrophe. Régimes temporels et conflits écologiques à l'heure de la globalisation de l'environnement. **Versus**, v. 49, n. 2, p. 255-273, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TeDLYF> Acesso em: 25 ago. 2024.

TEIXEIRA, Izabella Mônica. **Currículo**. Plataforma Lattes. [s.d]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5315698807460369>. Acesso em: 06 jun. 2025.

TERRABRASILIS. Prodes (Desmatamento). Taxas de desmatamento. Amazônia Legal. 07 nov. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/43ERRly>. Acesso em: 10 jun. 2025.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

TILIO NETO, Petrônio De. **Ecopolítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos pobres. 2010.

UNESCO. Man and the biosphere programme. **Itaipu**. General Information. [s.d]a. Disponível em: <https://bit.ly/42MJVF7>. Acesso em: 04 fev. 2024.

UNESCO. **Programa homem e biosfera**. O que são reservas da biosfera? [s.d]b. Disponível em: <https://bit.ly/449scl8>. Acesso em: 20 mar. 2024.

UNISINOS. Instituto Humanitas. **Os fatos e a ciência da Mudança Climática**. São Leopoldo, RS, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Y1H0Wj>. Acesso em: 27 set. 2024.

VIEIRA, Izabella Mônica Teixeira. LinkedIn. [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/3ZkCXnn>. Acesso em: 06 dez. 2024.

VIEIRA, Izabella Mônica Teixeira. Currículo Lattes. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4fZP2VT>. Acesso em: 06 dez. 2024.

VIOLA, Eduardo. **A globalização da política ambiental no Brasil-1990-1998**. Research Gate. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/44GI84F>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ZALASIEWICZ, Jan. et. al. Stratigraphy of the Anthropocene. **Philosophical transactions of The Royal Society Series A, Mathematical, physical, and engineering sciences**, v. 369, n. 1938, p. 1036-1055, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/47cjcSq>. Acesso em 04 set. 2024.

ZOTTOLA, Angela; MAJO, Claudio de. The anthropocene: genesis of a term and popularization in the press. **Text & Talk**, nº 42, p. 453-473, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Z8Y6Cu>. Acesso em: 06 set. 2024.